



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação

Sonia Maria Ferreira

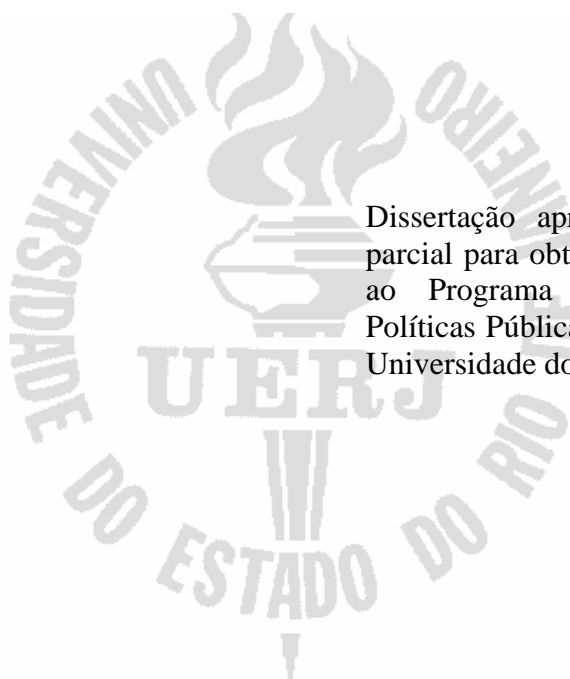
**A MÍDIA E O DISCURSO GLOBALIZADO -
UM CAMINHO PARA REFLETIR SOBRE A SOCIEDADE**

Rio de Janeiro

2008

Sonia Maria Ferreira

**A mídia e o discurso globalizado -
um caminho para refletir sobre a sociedade**



Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Profº. Drº. Emir Simão Sader

Rio de Janeiro

2008

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

F 383 Ferreira, Sonia Maria.
A mídia e o discurso globalizado: um caminho para
refletir sobre a sociedade / Sonia Maria Ferreira. - 2008.
117 f.

Orientador: Emir Simão Sader.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do
Rio de Janeiro, Faculdade de Educação.

1. Jornalismo – Brasil – Teses. 2. Comunicação e
cultura – Teses. 3. Globalização – Teses. I. Sader, Emir
Simão. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação. III. Título.

CDU 070 (81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
tese.

Assinatura

Data

Sonia Maria Ferreira

**A mídia e o discurso globalizado -
um caminho para refletir sobre a sociedade**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em: 30 de Junho de 2008.

Banca examinadora:

Prof^o. Dr^o. Emir Simão Sader (Orientador)
Faculdade de Educação da UERJ

Prof^o. Dr^o. Gaudêncio Frigotto
Faculdade de Educação da UERJ

Prof^a. Dr^a. Ingrid Piera Andersen Sarti
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2008

DEDICATÓRIA

A meus pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço muito especialmente: a professora Olga Restum, primeira leitora deste projeto, pela interlocução sempre competente. Aos professores Gaudêncio Frigotto e Raquel Villardi, pelas palavras de incentivo e sabedoria, e ao professor Emir Sader, pela orientação amiga. Agradeço também aos funcionários e demais professores do Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da UERJ, de cujo convívio venho me beneficiando nos últimos dois anos, bem como aos colegas de Mestrado, presença recente e forte. Finalmente, agradeço a todos que me apoiaram.

“Pode-se resistir à invasão dos exércitos, não à invasão das idéias.”

Victor Hugo

RESUMO

FERREIRA, Sonia Maria. *A mídia e o discurso globalizado: um caminho para refletir sobre a sociedade*. 2008. 117 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Esta dissertação analisa o comportamento da mídia, em especial do jornalismo brasileiro, na sociedade neoliberal, e reflete sobre a função que os discursos jornalísticos desempenham na construção e reconstrução das representações do mundo. A proposta desta pesquisa é discutir a relação entre os meios de comunicação e a sociedade, onde são ressaltados o papel da imprensa na era moderna e dos processos contemporâneos de globalização, que consolidam a hegemonia da mídia através de cenários que lhes são favoráveis. A análise baseou-se no acompanhamento de seis meses consecutivos do noticiário das editoriais de política dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, com foco especial nas pautas e agendas. Revela ainda algumas das formações ideológicas preponderantes na concepção desses jornais diários, que fortalecem o comportamento dos leitores.

Palavras-chave: Mídia. Globalização. Representação e hegemonia.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the behavior of the media, specially that of Brazilian journalism, in the context of neo-liberal society, reflecting upon the role played by journalistic discourses in constructing representations of the world. This research intends to discuss the relation between society and means of communication, emphasizing both the roles played by the press in modern times and also the contemporary globalization processes which consolidate the hegemony of the media by means of favorable scenarios. This analysis was based on a consecutive six-month study that followed the political editorials of Brazilian newspapers *O Globo* and *Folha de S. Paulo*, focusing mainly on daily topics and agendas. In addition, it reveals some of the preponderant ideological formations that encourage readers' behavior and play a major role in conception of these daily newspapers.

Keywords: Media. Globalization. Representation and hegemony.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	Poderes invisíveis	9
1.2	Situando o espaço da pesquisa	11
1.3	Definindo objetivos	13
1.4	Poderes visíveis	13
2	A MÍDIA E A SOCIEDADE CAPITALISTA	16
2.1	A mídia e a arena global	16
2.2	Estado, sociedade civil e a contemporaneidade	21
2.3	Dominação e hegemonia	31
2.4	Pequenas considerações	36
3	A SUBORDINAÇÃO DO JORNALISMO BRASILEIRO À CULTURA DO DINHEIRO	39
3.1	Das raízes ao mercado	39
3.2	O governo militar como referência da imprensa brasileira	45
3.3	Implicações da lógica de mercado sobre o jornalismo	51
3.4	O mercado como modelo no neoliberalismo	57
4	O PAPEL DA MÍDIA NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DA SOCIEDADE	61
4.1	Conexões preliminares entre a mídia e o conhecimento	61
4.2	Refletindo sobre o jornalismo como conhecimento	64
4.3	A mídia e as representações sociais	73
4.4	O conhecimento e sua recepção mediada pela mídia	78
5	O CENÁRIO MIDIÁTICO NA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	83
5.1	A pauta e o agendamento na produção da notícia	83
5.2	A construção das representações na mídia	87
5.3	Dois jornais, um discurso	90
5.4	Costurando retalhos	101
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112
	APÊNDICES	120

1. Introdução

1.1 Poderes invisíveis

Nesta primeira década do século, vive-se um momento muito especial da História das sociedades. Movimentos de contestação começam a aparecer, aqui e ali, principalmente no continente latino-americano, mostrando que a hegemonia neoliberal¹ não tem sido forte o suficiente para calar as lutas sociais. É evidente que as políticas neoliberais só acentuaram os problemas da humanidade. O combate a essas políticas, em várias áreas da atividade humana, produziu resultados importantes, mas não o necessário para virar mais essa página. Muito ainda se tem a fazer, apesar das derrotas significativas sofridas nos últimos anos por seu imperialismo em ações de ordem dominante.

Após se estabelecer permanentemente na América Latina, o neoliberalismo se encontra, hoje, em sua fase imperialista de domínio do capital financeiro e de partilha do mundo. A América, principalmente a do Sul, representou, desde o início de sua colonização, um objeto de fascínio e cobiça pelas suas riquezas naturais, sendo necessário, para abafar o ímpeto revolucionário de seu povo, subjugar-lo economicamente e amesquinhar seus valores culturais. No caso do Brasil, em especial, devido a sua geopolítica, a manipulação cultural se fez sentir segundo os apelos norte-americanos, afastando-o, muitas vezes, dos seus potenciais aliados no enfrentamento do inimigo comum.

Diante desse quadro, vários são os desafios a vencer e, nesta dissertação, pretende-se acender uma pequena chama, que, serve de alerta e até de chamamento para mais uma luta: por uma imprensa mais democrática e menos comprometida com o ideário global; e por uma proposta de mudança desse discurso social hegemônico da mídia, que transfere para o mercado a regulação das demandas coletivas.

Com a expansão do que se denomina globalização, o acesso ao saber passou a apresentar aspectos negativos de massificação, de dominação e desigualdade social, com a predominância de um discurso único e totalmente distante do pluralismo comentado. É nessa

¹ Neoliberalismo é empregado, neste trabalho, por representar um novo *modus operandi* do mundo contemporâneo. Considerada categoria relevante no contexto da argumentação do panorama político-econômico dessa análise.

nova organização societária, aquecida pela mídia, que se manifesta primordialmente a manipulação dos conteúdos, através da uniformização ideológica. No lugar de promover a (in)formação do cidadão, opta-se pela imposição do consumo de espetáculos pré-fabricados².

Há no atual processo de acelerada circulação de dados, veiculados pelos meios de comunicação de massa, uma desinformação que obscurece a compreensão das coisas, enfraquecendo as decisões inteligentes e o exercício da cidadania. O ser desinformado reage ao mundo como alguém que não pensa, que atua automaticamente, reproduzindo o discurso global da “telerrealidade”.³ A comunicação se distancia do universo do indivíduo. Às vezes, ele pode ser identificado como um sujeito informado, mas desconhecedor daquilo que tende a afetar sua vida mais diretamente, pois trata com indiferença o que mais lhe está próximo.

Se o processo de globalização desafia as instâncias democráticas, propondo novas formas de legitimação, o campo da comunicação requer atenção especial. A mídia caracteriza-se, fundamentalmente, como um espaço de influência e de poder, capaz, até, de alterar as relações sociais. Considerando a importância que tem o discurso midiático na formação dos cidadãos, torna-se difícil vislumbrar, diante do quadro atual, a constituição de uma sociedade formada por indivíduos autônomos, responsáveis e capazes de juízos imparciais de valor.

As palavras, expressões, proposições etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que vale dizer que elas adquirem significado de acordo com essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais esses contextos se inscrevem. Na verdade, não existe nenhum tipo de comunicação totalmente imparcial. Muitas vezes, por influência de informações abstraídas da mídia, o indivíduo é conduzido a assumir ações e observações pelas quais foi motivado a não resistir, pois a idéia da globalização está na celebração das categorias do texto, com o qual se pretende estereotipar, manipular e até standardizar os aspectos da realidade social.

A crescente mercantilização das notícias e dos meios de comunicação de massa e a sua subordinação às estratégias de *marketing* na captura de leitores-consumidores estão levando os periódicos impressos a um processo extremo de simplificação, que acaba por lhes subtrair o

² A lógica da indústria cultural tende a tudo transformar em espetáculo.

³ Telerrealidade entendida como a perda da originalidade através da produção de virtuais.

papel de esclarecimento, aprofundamento e análise das notícias, pois elas são concebidas como mercadoria, sujeitas à lógica empresarial, com todos os apelos estéticos e emocionais.

Não conseguindo perceber as alternativas entre formar e informar, além da malícia velada dos discursos, o público tende a excluir ou incluir nos seus conhecimentos aquilo que os meios de comunicação incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Assim, atribuem àquilo que esse conteúdo apresenta uma importância que reflete de perto a ênfase dada aos acontecimentos pelos meios de comunicação de massa, o que apenas comprova que a informação já se apresenta mascarada ao leitor: Há uma intenção de influenciar os leitores no subtexto⁴ do discurso, sem dizer quem ou por quê.

1.2 Situando o espaço da pesquisa

A delimitação do conceito de globalização, um dos temas da pesquisa, tem como apoio o pensamento de autores como Pierre Bourdieu e Fredric Jameson, que procuram mostrar como o consumo, a cidadania, a cultura, os meios de comunicação de massa, o processo de produção e a recepção da notícia estão interligados como uma teia ideologizada. Tais autores, preocupados com as consequências do processo global, dissecam a globalização em suas manifestações, isto é, abordam seus efeitos sobre a economia, a cultura, a política e as estruturas sociais, tomando, muitas vezes, posições de resistência.⁵

A pesquisa reflete sobre as estratégias do texto jornalístico que podem conduzir à desinformação, resultante da subordinação da mídia à lógica capitalista. As abordagens da análise visam, efetivamente, a investigar os mecanismos de produção do texto jornalístico, através da identificação de como essas mensagens são transmitidas. Tal análise implica considerar tanto as imagens do emissor quanto as do destinatário da mensagem, bem como o contexto no qual o discurso está inserido, utilizado para induzir as pessoas a formar um senso comum sobre várias questões.

⁴ Neste caso, o que está subentendido num escrito (interdiscurso).

⁵ O texto desta dissertação dialogou com vários autores de diferentes posições e pensamentos, mas sempre preocupado com o direcionamento teórico definido como referencial na linha de pesquisa adotada.

No que se refere ao embasamento teórico para a contextualização da mídia na sociedade atual e a dinâmica da cultura no plano da luta pela transformação da hegemonia globalizada, são observados os conceitos de Estado, Sociedade Civil e Hegemonia em Antonio Gramsci. Assim como, levou-se em conta o estudo e a produção do sociólogo Emir Sader sobre a desqualificação do Estado no contexto do discurso neoliberal, de forma a aliar a leitura psicossocial à sociológica, por intermédio das representações sociais na esfera pública.

Até que ponto a mídia constitui uma imagem reveladora do mundo? A partir do momento em que as “novas tecnologias” revolucionaram o jornalismo e permitiram o surgimento de grandes grupos midiáticos de ambições planetárias, essa questão se torna mais pertinente do que nunca. A rapidez e a transmissão direta modificaram as condições de apuração, recepção e consumo da notícia.

E é nesse processo, marcado pelo capital financeiro, pela sociedade de consumo e pela tecnologia, que o discurso midiático enraíza o seu *dizer-fazer* na realidade e se realimenta cotidianamente para continuar a dizer o que quer. Em função dessa análise, foi possível refletir sobre algumas das arbitrariedades, integrantes da produção do discurso informativo, que regularmente desencadeiam conflitos na esfera midiática por várias razões, principalmente mudanças no campo narrativo desenvolvidas pelo jornalismo.

As informações, mesmo marcadas pelo jogo de interesses econômicos, que envolvem as grandes organizações que as produzem, e pelo conteúdo ideológico que possam conduzir, construindo consenso em relação a uma determinada visão de mundo, são reconhecidamente suportes constitutivos da sociedade. No entanto, recortam os eventos-notícia quase ao nível da mutilação, fragmentando e limitando-os no seu potencial informativo. Vale dizer que o discurso informativo na sua constituição é assimétrico, desigual e estratégico, construído por enunciados cujos valores não são, necessariamente, os mais justos. Quando um jornal transforma seu leitor em cúmplice, na verdade, está induzindo-o a defender seus interesses, muitas vezes noticiados implicitamente.

1.3 Definindo objetivos

O objetivo principal deste estudo é avaliar de que modo a mídia pode desinformar no lugar de informar. Será discutido também o conceito da construção do discurso para se conhecerem os limites e os poderes da linguagem, observando-se como as grandes e pequenas questões da ideologia estão presentes na linguagem jornalística, porque não se faz jornalismo fora da sociedade e do tempo histórico. Propõe-se uma análise do processo de constituição do campo da mídia, tanto a partir dos seus agentes quanto em relação às formas e às estratégias de apropriação dos bens midiáticos pelos consumidores.

Nesta análise, faz-se uma reflexão de como o discurso jornalístico configura, na sua estrutura textual, uma posição de valor para a cultura e para as identidades (HALL, Stuart, 2002), refletindo a construção do processo cultural dos indivíduos de uma determinada nação e participando dela. Nessa tarefa, serão usadas algumas ferramentas desenvolvidas no âmbito da Análise dos Discursos, para articular o lingüístico ao sócio-histórico e ao ideológico, colocando a linguagem em relação aos processos de produção social.

Ao projeto teórico que se propõe, não interessa se essa ou aquela notícia diz a verdade ou não, o que se quer questionar é o que está por trás dela, é explicar o sentido geral do próprio discurso, considerando as condições de produção e os traços semânticos recorrentes. Revelar, assim, a verdade que o texto jornalístico fala ou de algo mascarado sob a forma de notícia. Entra-se nesse “mundo de aparências, no mundo da ideologia e do poder, que é o mundo da linguagem, no qual se está condenado a ‘viver’ ” (PINTO, 2002).⁶

1.4 Poderes visíveis

O mundo passa por um período de transformação e até a mídia enfrenta, hoje, uma crise de credibilidade, acentuada pela exploração antiética das informações e pelas falsas notícias. Com o desenvolvimento das “novas tecnologias” e o crescimento do capital neoliberal, houve uma multiplicação das mídias e com ela a descoberta de que a notícia também é uma mercadoria, cuja difusão e venda podem render bons lucros. O aspecto mercantil das notícias desencadeou uma explosão de textos críticos sobre o assunto (pró e contra) de autoria de intelectuais e teóricos

⁶ PINTO, Milton José. *Comunicação e Discurso – Introdução à Análise do Discurso*, p. 44.

especializados nas mais diversas áreas: Sociologia, Comunicação Social, Antropologia, Psicologia Social etc.

Nos últimos anos, numerosos foram os trabalhos nessa área, pois denunciar essas questões tem sido tarefa de estudiosos brasileiros e estrangeiros: textos monográficos, dissertativos e teses, em forma de livro, resenhas e artigos, impressos e digitais, acadêmicos ou não. Tais observações auxiliam na obtenção de dados a serem utilizados como respostas ao questionamento desta pesquisa, além de constituírem fontes de hipóteses e proposições para futuros estudos sobre o assunto.

A proposta empregada consiste na aplicação de um paradigma semiológico, no esforço de revelação de aspectos do saber, no nível do senso comum das atividades contemporâneas, identificadas em matérias veiculadas pela mídia. Os textos selecionados, abordados de acordo com alguns princípios da Análise dos Discursos. A pesquisa dialoga com textos das Teorias das Representações Sociais e das Teorias da Comunicação e do Jornalismo, tendo em vista ser objeto deste estudo a matéria jornalística. A integração teórica faz-se necessária para conferir à pesquisa um caráter interdisciplinar.

A notícia tanto pode apresentar a posição estratégica de resistência quanto a de conformismo. O que se precisa buscar é “uma produção (...) que não se submeta aos veredictos daquelas que dominam a produção midiática de massa” (Bourdieu, 2001).⁷ Tem-se como tarefa crítica e sobretudo política mostrar de quê a força inconsciente do capital é capaz. A mídia é hoje o principal lugar de produção retórica de um real compatível com a lógica do mercado e com a ideologia da globalização. Para refletir acerca de como a mídia na contemporaneidade produz efeitos na constituição das identidades socioculturais, é importante atentar para os processos de valorização das formas simbólicas que esses discursos constituem.

No Brasil como no restante do mundo, os interesses mercadológicos vêm ditando as regras presentes na mídia, principalmente com a criação de grandes conglomerados financeiros, atuando na área de Comunicação Social (Moraes, Dênis de, 1998). Esses meios promovem limitações na veiculação dos informativos, de acordo com os interesses privados e encaram a

⁷ BOURDIEU, Pierre. “A Cultura Está em Perigo”. In: *Contrafogos 2*, p. 85.

notícia e a produção cultural como meros produtos. No entanto, existem dentro dessa realidade grupos que não se limitam a esse tipo de abordagem e visam ao que se denomina “jornalismo de resistência”, pois apresentam, por intermédio do conteúdo de seus trabalhos, o compromisso reflexivo e crítico da notícia ante os interesses mercadológicos, fator preponderante na conscientização da mídia como construtora social da realidade.⁸

Os textos da pesquisa pertencem a pauta política da mídia impressa brasileira, mais precisamente em dois jornais de grande circulação – *O Globo*, do Rio de Janeiro, e *Folha de S. Paulo*, de São Paulo – durante o período de seis meses consecutivos, de forma a mostrar as construções ideológicas existentes nas matérias, considerando o contexto histórico-social e suas condições de produção. O método dialético conduz o estudo, obtendo e observando dados em conteúdos de textos, de forma a refletir sobre os processos e as interações, por entender que a sociedade constrói o homem e, ao mesmo tempo, é por ele construída.

A dissertação constitui-se de quatro capítulos, além das considerações iniciais, das finais e de apêndices, composto de pequena parte do material pesquisado.

O primeiro capítulo trabalha com a idéia de inserção da mídia na arena global, traçando a sua trajetória na atual sociedade de consumo. O capítulo vai discutir ainda o caráter hegemônico da mídia, na legitimação de discursos participantes do ideário capitalista. O segundo capítulo aborda a história do jornalismo brasileiro; a sua rendição ao credo neoliberal e as conseqüências da subordinação da mensagem jornalística à lógica mercantil. Ante essa inserção e o peso econômico, o texto discute o desenvolvimento da imprensa no Brasil.

Em seguida, em um terceiro capítulo, faz-se uma breve reflexão sobre o papel da mídia na construção do conhecimento da sociedade, a sua relação com as representações sociais e a recepção desse conhecimento pelos leitores/espectadores, e, finalmente, no quarto e último capítulo, antes das considerações finais, apresenta-se a influência das pautas e das agendas, além de uma amostra da análise das matérias pesquisadas e quais os reflexos do texto midiático na sociedade brasileira.

⁸ A aplicação do jornalismo de resistência estende-se também fora da imprensa mercadológica, compreendendo informativos de partidos, sindicatos, ONGs etc., que defendem de forma significativa determinada posição na sociedade.

2. A Mídia e a Sociedade Capitalista

2.1 A mídia e a arena global

Inúmeras são as pesquisas que têm como base o papel desempenhado pela mídia na sociedade contemporânea. Há hoje um amplo debate em torno das mutações de comunicação e culturais provocadas pelos *mass media*¹, que atuam diretamente na cotidianidade e nas relações humanas. Tomar o ambiente midiático como objeto de estudo na atual sociedade capitalista implica reconhecer a indústria da comunicação como uma importante engrenagem da organização global dominante, pois a mídia é um dos meios da produção retórica sobre a realidade, aliada à lógica mercantilista e à ideologia globalizada. Constatou-se, nesta abordagem inicial, a dimensão que a comunicação adquiriu como parte integrante da sociedade moderna, industrial, de massa e capitalista.

As transformações contemporâneas só foram possíveis dentro da nova ordem econômica e geopolítica do século XX, sendo um dos fenômenos de destaque o processo de globalização da mídia², pontificada pela atuação das grandes corporações multinacionais, constituindo-se no intelecto orgânico de classes e grupos de poder dominante no mundo³. Ela não só agiliza a difusão de notícias, como também elege temas e assuntos e edita o material jornalístico informacional, formando consciência pelo mundo afora. Nesse sentido, a modernidade não é apenas um modo de ser, expressão cultural que se traduz e se enraíza numa organização social específica. “Ela é também ideologia (...), valores que hierarquizam indivíduos, ocultando as diferenças e as desigualdades de uma modernidade que se quer global” (ORTIZ, 1996, p. 215).

A oligopolização das mídias insere-se no painel de forte concentração de comandos estratégicos e de mundialização de conteúdos, mercadorias e serviços, facilitada pelas desregularizações, pela supressão de barreiras fiscais, pela acumulação de capital nos países industrializados, pela deslocalização geográfica das bases de produção e, evidentemente, por redes tecnológicas de múltiplos usos (MORAES, Dênis de, 1998, p. 59).

¹ “Meios ou veículos capazes de assumir formas que tenham características de mensagens ou que transmitam mensagens”, segundo George Gerbner. *Dicionário de Comunicação* (Codecri, 1978).

² Neste trabalho, o vocábulo mídia está definido como conjunto dos meios de comunicação: jornais, revistas, TV, rádio, cinema etc., de acordo com a definição do *Dicionário de Comunicação* (Codecri, 1978).

³ As modificações estruturais na sociedade não podem ser analisadas senão no contexto da tendência à centralização do capitalismo, pois a tirania da informação, promovida pela concentração do capital, apresenta uma convergência de ações sem precedentes na História.

Todo o processo constitutivo do capitalismo como sistema de produção totalizante, por intermédio do fetiche da mercadoria e da lógica inerente da mais-valia, ou, simplesmente, da produtividade, encontra-se em seu estágio mais maduro e globalizado. Assim, em alguns momentos, esse processo estabelece-se como suporte e lógica de produção dos bens materiais e simbólicos; em outros, projeta-se como conceito, orientando valores e comportamentos sociais. Daí o consumo ampliar cada vez mais o seu domínio econômico e cultural, pois o fetiche da mercadoria, definido por Marx, ganhou dimensões globais e impregnou o estilo de vida dominante na sociedade.

As coisas adquirem, aparentemente, vida própria. Sua lógica foge ao controle consciente dos homens e passa a encarnar um mistério. Logo, se a reificação é, do ponto de vista analítico, uma condição do fetichismo por um lado, a reificação só assume significação psicológica autônoma no processo de alienação, quando o capitalismo amadurece. Ou, como preferem alguns, no capitalismo tardio (Genro Filho, Adelmo, 1987, p. 4)⁴.

As multinacionais da comunicação são as que mais colaboram para o enfraquecimento dos Estados nacionais, nascidas na modernidade e consolidadas na época contemporânea, pois influenciam a sociedade por meio da difusão de idéias; elas reproduzem os objetivos e as práticas das nações capitalistas desenvolvidas e consolidam conceitos globais. No dizer do sociólogo Octavio Ianni⁵, a mídia forma e conforma decisivamente mentes e corações, da grande maioria em todo o mundo, compreendendo tribos, nações e nacionalidades ou continentes. Agora, os consumidores são classificados não exclusivamente por classes ou escolaridade, mas em função dos estilos de vida.

A ocupação dos mercados multimídias por gigantes empresariais delimitou-se a partir dos anos 80, em compasso com as agressivas políticas neoliberais da era Margaret Thatcher-Ronald Reagan. A emergência da mídia global ocorre (...) sob a ideologia do mundo sem fronteiras (Moraes, Dênis de, 1998, p. 63).

De forma a contextualizar a mídia na sociedade neoliberal, tentar-se-á observar como o fenômeno global é suscetível de receber apreciações positivas e inconscientes, por uma série de razões práticas e políticas. O mundo globalizado socializou certas ideologias, mas não os bens produzidos. Eles só chegam àqueles que podem pagar, o que mostra que apenas uma minoria consegue acesso a eles. A mídia fabrica um consenso sobre a superioridade da economia, insistindo que não há saída fora da concepção neoliberal. Assim, essa coesão ideológica em torno

⁴ *O Segredo da Pirâmide*. Disponível: <http://www.adelmo.com.br> (acesso em 26/9/2007).

⁵ Ver comentário em IANNI, Octavio. "O Príncipe Eletrônico". [On-line]. Disponível: <http://www.juridicas.unam.mx/librev/rev/cconst/cont/4/art/art1.pdf> (acesso em 16/4/2007).

do capital funciona como uma síntese política de ordem hegemônica⁶. Essa ordem associada ao modelo de comunicação midiática, em suas várias linguagens, vai interferir na configuração da sociedade contemporânea como sustentáculo dos valores estruturantes da realidade.

A ênfase no consumo se traduz na busca desenfreada do novo, o que é espantoso em um mundo cada vez mais homogeneizado e que tende cada vez mais à repetição. Por intermédio dos veículos de comunicação social, da publicidade, da moda e, sobretudo, do cartão de crédito, com o qual as instituições visam diretamente à economia, a moral cedeu lugar aos valores hedonistas (SODRÉ, Muniz, 1999), encorajando o indivíduo ao dispêndio, à cessão aos próprios impulsos: a sociedade passa a centrar-se no culto do consumo, do lazer e do prazer. Essa cultura do consumo⁷ coloca o sujeito na condição de portador de um sentimento permanente de vazio, sentimento que contribui para a crença de que o remédio para os seus males pode ser comprado. A mídia e seus produtos se orientam pelo consumo e no consumo se realizam, definindo e reestruturando conceitos e práticas.

Ao iniciar o século XX, tornou-se consenso quase incontestável o caráter híbrido da comunicação. Cada vez mais, ela se situa na encruzilhada de várias disciplinas e ciências. De um lado, enquanto fenômeno de comunicação em si; de outro, enquanto área de conhecimento.

As comunicações constituem, ao mesmo tempo, um importantíssimo setor industrial, um universo simbólico que é objeto de consumo maciço, um investimento tecnológico em expansão ininterrupta, uma experiência individual quotidiana, um terreno de confronto político, um sistema de intervenção cultural e de agregação social, uma maneira de informar-se, de entreter-se, de passar o tempo (Wolf, Mauro, 2001, p. 13).

Destaca-se ainda uma relevante interferência da mídia na prática política e no exercício do poder. Ao lado da globalização, com suas concretizações materiais, a mídia vai trabalhar discursivamente para diminuir o relativismo das significações em que as notícias são concebidas integralmente como mercadorias, não apenas porque são produzidas com o emprego de técnicas próprias da indústria cultural, mas também porque estão sujeitas à lógica capitalista de mercado, tornando-se objeto de lucro. Surge daí uma visão de mundo comprometida com a supremacia da instância econômica sobre as instâncias política e social. “A maneira como a

⁶ Expressão definida, aqui, como a predominância de um grupo econômico e cultural sobre outro grupo menos privilegiado.

⁷ A cultura do consumo oferece um deslumbrante conjunto de bens e serviços que induzem os indivíduos a participar, sem ao menos se questionarem por quê.

sociedade atual molda seus membros é ditada, primeiro e acima de tudo, pelo dever de desempenhar o papel de consumidor” (BAUMAN, 1999, p. 88).

Se a globalização é, antes de tudo, um mito justificador, há um caso em que ela é bem real: é o dos mercados financeiros. (...) O mercado financeiro é um campo no qual os dominantes, (...) ocupam uma posição tal que podem definir em grande parte as regras do jogo (Bourdieu, Pierre, 1998, p. 53).

Para Debord (1997), o espetáculo é um modo de vida dominante que interfere no modo de ser e agir na sociedade contemporânea. Ao assumir o espetáculo como cópia de sua vida, o homem passa a compreender menos o porquê das coisas e menos sabe o que realmente deseja. À medida que o espectador confunde a realidade com o espetáculo, torna-se alienado, perde as próprias vontades e desejos, passa a querer o que lhe é imposto pela sociedade do espetáculo e do consumo. Assim, o espetáculo na sociedade de consumo torna-se norteador do homem contemporâneo em suas carências, pois o consumidor é abstraído das relações sociais de produção, tornando-se um produto a ser ofertado no mercado, cujos valores passam a ser manipulados e estimulados pela própria sociedade que o consome.

Partindo do pensamento de Habermas (1984), a trajetória da informação se estabeleceu de modo diferenciado a partir do fim do absolutismo e da passagem de poder às mãos da sociedade burguesa.⁸ Novos caminhos se formaram: a esfera pública ficou representada pelo Estado, a esfera privada passou a ser representada pela sociedade burguesa e a da sociedade burguesa, pela sociedade em geral. Para o autor, essas alterações fizeram com que o Estado passasse a intermediar os interesses do mercado e da sociedade, com leis elaboradas sob a “pressão da sociedade” e atendendo a diversas finalidades, muitas vezes não identificadas. Tudo isso configura em Habermas o princípio da esfera pública. Mas o próprio desenvolvimento do capitalismo, o fim da livre concorrência, cobrando a existência de um Estado intervencionista já naquela época deliberadamente a favor dos interesses burgueses, vai modificar essa esfera pública, levando-a à decadência.

Mas não só os interesses econômicos privados passaram a ter maior peso: o jornal acaba entrando numa situação em que ele evolui para um empreendimento capitalista, caindo no campo de interesses estranhos à empresa jornalística (...). A história dos grandes jornais na segunda metade do século XIX demonstra que a própria imprensa se torna manipulável à medida que ela se comercializa (Habermas, J., 1984, p. 217).

⁸ Essa discussão remete inevitavelmente a uma reflexão sobre a esfera pública, presente no clássico *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, de J. Habermas. Esse estudo ainda funciona como princípio balizador quando se trata do assunto, embora hoje tal posição seja objeto de inúmeras críticas.

Considerando as observações de Nelson Werneck Sodré (1999), verifica-se ainda um forte reflexo da sociedade capitalista na história da imprensa, por muitas razões fáceis de referir e demonstrar. Há um traço ostensivo que comprova a estreita ligação entre o desenvolvimento da imprensa e o desenvolvimento da sociedade capitalista, aquele acompanhando este numa ligação dialética, e não simplesmente mecânica. “A ligação dialética é facilmente perceptível pela constatação da influência que a difusão da imprensa exerce sobre o comportamento das massas e dos indivíduos.” Nesse caminho, a média passou a buscar uma lucratividade que norteia os grandes grupos transnacionais. A média se constitui empresa, e o seu produto, mercadoria.

O debate desta disserta o prende-se   relação da média com os poderes políticos e econômicos que, na realidade, ultrapassam a simples utilização enquanto instrumento de publicização. Para compreender essa relação, será preciso pôr em pauta todas as mediações, tanto as do campo econômico quanto aquelas que transformaram a média em agente dos interesses no processo globalizante do capitalismo tardio (JAMESON, 1996), marcada na sua condição de espaço privado de função pública, sensível às demandas da sociedade civil (GRAMSCI, 2000), por incorporar a disputa em torno de uma hegemonia, compreendida como extensão do poder público.

Como neste debate v o ganhar destaque questões que demonstrem a influência da média na sociedade contemporânea, será abordada a sua relação com o poder e a sua forte presença na análise dos processos políticos e de construção de uma hegemonia, enquanto conceito gramsciano de cunho moral e intelectual. Uma vez que a m dia reproduz valores que reafirmam a “estabilidade instável” do capitalismo, estilo de vida marcado pela fragmentação e pelo senso comum⁹, até que ponto ela pode ser considerada amplificadora de fatos e conceitos que terminam consolidados na leitura da realidade, como forma de compreensão do mundo? “A ameaça está no próprio sistema transnacional, a americanização e os produtos estandardizados de uma ideologia e uma prática de consumo agora uniforme” (JAMESON, 2001, p. 69).

Do ponto de vista econômico, os meios de comunicação são empresas privadas (...); ou seja, os meios de comunicação são uma indústria (a indústria cultural) regida pelos imperativos do capital. Tanto é assim que, sob a a o da forma econômica neoliberal ou da chamada globalização, a indústria da comunicação passou por inúmeras mudanç as estruturais, pois, “num processo nunca visto de fusões e aquisições, companhias globais ganharam posições e domínio na m dia (Costa, Caio T lio apud Chauí, 2006, p. 73).

⁹ Expressão utilizada, no texto, como juízo sem reflexão; opinião formada a partir de valores e conceitos já postos.

O modelo hegemônico de comunicação midiática nas suas várias linguagens, em particular no jornalismo impresso, que será comentado em sua especificidade em outro capítulo, interfere na configuração da sociedade contemporânea como sustentáculo de valores estruturantes da realidade. Nessa configuração, pode-se dizer que a mídia torna-se espaço de defesas de interesses da sociedade, pois “aponta como e por que os homens agem e pensam de determinada maneira, afirmando o caráter histórico da consciência humana.”¹⁰ Uma hegemonia não se constrói com mera racionalidade instrumental, mas também com dissimulação, simulação de recursos mágicos e afetos nada racionais. A questão é entender como o processo de padronização torna-se hegemônico no mundo atual” (ORTIZ, 1996, p. 33).

Segundo Milton Santos, no livro *Por uma Outra Globalização*, essa nova situação vai alicerçar-se em duas colunas centrais: uma tem como base o dinheiro e a outra se funda na informação (2007, p. 65). Continua: “Os contextos se intrometem e se superpõem, corporificando um contexto global, no qual as fronteiras se tornam realmente mais porosas para o dinheiro e a informação.” O resultado é o aprofundamento da competitividade, da produção de novos totalitarismos e do empobrecimento crescente das massas. As conseqüências são conhecidas – adoção de políticas neoliberais e Estados enfraquecidos, reféns de interesses privados.

Mas, se o Estado não pode ser solidário e a empresa não pode ser altruísta, a sociedade como um todo não tem quem a valha. Agora se fala muito num terceiro setor, em que as empresas privadas assumiram o trabalho de assistência social antes deferido ao poder público (Santos, 2007, p. 67).

2.2 Estado, sociedade civil e a contemporaneidade

Este tópico se propõe discutir questões que facilitem o caminho da análise posterior sobre as estratégias utilizadas pela mídia na consolidação hegemônica inserida no contexto da sociedade neoliberal, que favorece um contínuo distanciamento da consciência crítica e dos compromissos éticos, que deveriam nortear a difusão de conteúdos de massa. Esse novo paradigma mundial tem como finalidade a expansão e integração dos mercados, sob uma ordem política neoliberal, confrontando uma ordem mundial unipolar e sob a hegemonia dos Estados Unidos. Aqui, o texto se desenvolverá sob uma descrição mais política e histórica, para situar a

¹⁰ A mídia, aqui analisada a partir dos noticiários jornalísticos no contexto sociocontemporâneo, tem presença destacada na configuração da sociabilidade e na ação política cotidiana.

mídia na sociedade capitalista atual, recuperando alguns conceitos sobre Sociedade Civil, Estado e Hegemonia e retornando aos enfoques formulados desde Maquiavel, no século XVI.

Ao rejeitar a política normativa dos gregos, Maquiavel se baseia em induções resultantes da abordagem histórica da Antigüidade. Ele vai representar as tendências políticas de sua época, quando se formaram as monarquias nacionais. Por isso, esboça na obra *O Príncipe*¹¹, dedicada a Lourenço de Médici, o perfil do governante investido do poder absoluto. Maquiavel vê os fatos políticos como funções de habilidade e virtude do líder político, “o príncipe”. Essa leitura leva à percepção do Estado como uma unidade que organiza os desejos e aspirações da sociedade, definindo seus objetos e atuando para sua consecução. Os governantes não devem satisfação aos governados, e é como se não existisse nenhuma resistência da estrutura social: essa concepção extremada tem como referência o Estado absolutista.

Outra tradição teórica importante a ressaltar é a rousseauniana¹². Nessa concepção, o Estado atua por delegação do povo, segundo um contrato social explícito e bem delimitado. A idéia do contrato já se originou de um contexto de luta contra o absolutismo. A visão contratualista do Estado foi parte das ideologias políticas liberais que surgiram com a revolução burguesa e ganhou maior aceitação justamente nos países em que a revolução mais se aprofundou. Assim, para chegar ao objetivo proposto, segue-se uma rápida retrospectiva histórica, para identificação dos elementos em sua origem e que vão aparecer na luta do poder contemporâneo.

É bom lembrar que o pensamento de Maquiavel tem sentido na medida em que ele expressa uma tendência fundamental de sua época, ou seja, o absolutismo do Estado. Absolutismo que atingiu seu período máximo no pensamento político hobbesiano. Àquela altura, o direito natural do homem consistia em uma arma apropriada para ser utilizada contra os direitos tradicionais da nobreza. No discurso da época, já se notam elementos que vão marcar o pensamento burguês e liberal daí por diante. Apesar de as indústrias terem a proteção do governo no período absolutista, o próprio capitalismo comercial contribuiu para relegá-lo a um segundo

¹¹ Com *O Príncipe*, Maquiavel inaugura o pensamento político moderno, no século XVI, que serviu de base para inúmeras discussões posteriores. O “príncipe” é um líder personificado e em quem se procura força, poder e qualidades, para serem incorporados como condutores dos interesses da maioria da sociedade, sob uma roupagem de hegemonia e de soberania.

¹² O pensamento de Rousseau, tecido contra o absolutismo, propôs uma visão mais democrática do poder. Sua doutrina renovou idéias e preparou as grandes mudanças políticas da Revolução Francesa.

plano, pois a burguesia ascendente aspirava ao poder. E é nesse momento que se começa a perceber o individualismo, a garantia da propriedade e a conservação da segurança indispensável aos negócios.

Sabe-se que, a partir desse momento, competia ao Estado, marcado pelo contrato, assegurar direitos cuja origem derivaria da vida, da liberdade e da propriedade (natureza), mas não interferir nessa propriedade. Ele tinha ainda a força de arbitrar os conflitos da Sociedade Civil, entidade considerada contrária ao estado de natureza.¹³ Os termos Sociedade Civil, Governo e Estado apresentavam ainda conceitos muito semelhantes. A delimitação entre a sociedade e o Estado, que alça vôo com o nascimento da sociedade burguesa, é a consequência natural de uma diferenciação que ocorre nas coisas (...) entre os que se ocupam da “riqueza das nações” e os que se ocupam das “instituições políticas” (BOBBIO, 2007, p. 51).

Mas é no século XVII, com a ocorrência das conquistas burguesas, principalmente na Inglaterra, que surge o pensamento liberal de John Locke, filósofo inglês que se destacou na política, cujas idéias passaram a integrar o imaginário do homem no fim do século XVII e início do XVIII. Locke parte da definição do direito natural (jusnaturalismo) como direito à vida, à liberdade e àqueles necessários à conservação desses direitos. Segundo o filósofo inglês, Deus, instituiu, no momento da criação do homem, o direito à propriedade privada como fruto do trabalho. A teoria liberal centra seu esforço na garantia da autonomia individual contra tudo que possa ameaçar ou se sobrepor ao homem.

A qualidade possessiva do homem do século XVII se encontra na concepção do indivíduo como sendo proprietário de sua pessoa e, segundo Macpherson,

a propriedade (...) é produto de circunstâncias históricas particulares e tem sua origem no surgimento da sociedade de mercado capitalista. A idéia de propriedade, na sua origem, estava relacionada com um direito, com um poder sobre as coisas, que vai além da posse afetiva (MACPHERSON *apud* GANDELMAN, 2004, pp. 119-220).

Assim, se Deus criou os homens de modo igual, se a todos deu a missão de trabalhar, concedendo-lhes o direito à propriedade privada, então, os trabalhadores que não são proprietários, seja por serem preguiçosos, seja por não trabalharem suficiente e/ou corretamente para conseguirem uma propriedade, são os próprios culpados de sua condição inferior, estando

¹³ O conceito de estado de natureza tem a função de explicar a situação pré-social em que os indivíduos existem isoladamente.

obrigados a trabalhar para outros homens. Isso significa que, na concepção liberal, mesmo sendo todos os homens iguais, a finalidade de governar é apenas para os que têm fortuna. “Toda a tese de Locke sobre a propriedade gira em torno das idéias do melhoramento (...), a terra existe para se tornar produtiva e lucrativa, e é por isso que a sociedade privada emana do trabalho, suplanta a posse comum”, conforme define Ellen Wood (2001, p. 43)

A concepção liberal do Estado contrapõe-se às várias formas de paternalismo, segundo as quais o Estado deve tomar conta de seus súditos tal como o pai de seus filhos, posto que os súditos são considerados perenemente menores de idade. Um dos fins a que se propõe Locke com os seus Dois Ensaios sobre o Governo é o de demonstrar que o poder civil, nascido para garantir a liberdade e a propriedade dos indivíduos que se associam com o propósito de se governar, é distinto do governo paterno e, mais ainda, do patronal (Bobbio, 2005, p. 22).

Como anteriormente citado, ainda no século XVIII, depara-se com as idéias democráticas de Rousseau (homem que vivenciou os acontecimentos que culminaram com a Revolução Francesa), que, à semelhança de seus antecessores – Hobbes e Locke –, desenvolveu seu pensamento a partir da hipótese do homem em seu estado de natureza, além de procurar resolver a questão da legitimidade do poder nascido do contrato social. Seu pensamento está totalmente contra o absolutismo, como todo o pensamento liberal; no entanto, propõe uma visão mais democrática de poder, que empolgou, inclusive, políticos e representantes da Revolução Francesa.

Uma sociedade verdadeiramente democrática, uma sociedade governada pela vontade geral, exige essa igualdade de propriedade em que nenhum cidadão será jamais bastante rico para comprar outro, e ninguém bastante pobre de modo que seja obrigado a vender-se”, argumentava Rousseau (Macpherson, 1978, p. 23).

O Estado de Sociedade, formulado por Rousseau, que era um democrata, evidencia uma percepção social como luta entre fracos e fortes. Sua democracia critica o regime representativo, pois considera que toda lei não ratificada pelo povo é nula. Daí preconizar a democracia participativa (direta) e buscar uma liberdade mais profunda, em comparação com os clássicos do liberalismo. Com a entrada do século XIX, a democracia perdera toda a popularidade de que dispunha no século XVIII. A euforia inicial com a revolução foi-se apagando, pois a prática da liberal-democracia serviu para mostrar que a Revolução Francesa não correspondeu a sua mais alta expressão.

Quando a Revolução Francesa e suas seqüelas napoleônicas haviam seguido seu curso, o economista político romântico alemão Adam Müller proclamou:

A história da Revolução Francesa constitui uma prova, fornecida continuamente ao longo de trinta anos, de que o homem, agindo por si mesmo e sem religião, é incapaz de romper quaisquer algemas que o oprimam sem mergulhar, no processo, em uma escravidão ainda mais profunda (Hirschman, 1992, p. 20).

As teorias políticas liberais resultaram de acontecimentos econômicos e sociais que impuseram mudanças na concepção de poder do Estado, nascido de um contrato social voluntário. Esses mesmos acontecimentos voltam ao cenário político e sob o impacto da efervescência do século XIX, quando as exigências democráticas não partiam somente da classe burguesa, mas também do operariado, que crescia organizado e sob a influência de idéias socialistas, exigindo melhores condições de trabalho. Essa era a tônica do pensamento do século XIX, que já se configurava como um liberalismo democrático. A liberdade baseada na propriedade tinha dado lugar à noção de igualdade, garantida por meios legais.

É com o nascimento do Estado de Direito que ocorre a passagem final do ponto de vista dos cidadãos. No Estado despótico, os indivíduos singulares só têm deveres, e não direitos. No Estado absoluto, os indivíduos possuem, em relação ao soberano, direitos privados. No Estado de Direito, o indivíduo tem, em face do Estado, não só direitos privados, mas também direitos públicos. O Estado de Direito é o Estado dos cidadãos (Bobbio, 1992, p. 63).

O Estado Liberal de Direito surgiu como decorrência do Estado Monárquico Absolutista dos séculos XVII e XVIII, no qual o rei era o soberano e exercia a plenitude do seu poder, sem nenhuma limitação de ordem institucional, porque seu poder era de natureza divina. O soberano concentrava todo o poder de vida de seus cidadãos e determinava a vida econômica de sua região. O Estado Liberal de Direito deve ser visto como parte de um amplo processo secular. Com o surgimento dos ideais da Revolução Francesa, originou-se um outro tipo de sociedade e também a luta por outros direitos. No período transcorrido entre os séculos XVII e XIX, vários momentos e idéias surgiram; mesmo assim, foi possível ver que o pensamento se encaminhou da *mera liberdade de fazer* para uma *liberdade com conotação política*.¹⁴

¹⁴ Momento na história da humanidade em que passam a ser observados os direitos e os deveres dos cidadãos como garantia de sua liberdade.

Continuando a exposição, observa-se que, para Hegel e Marx, Estado e Sociedade são tomados como entidades distintas e freqüentemente contraditórias.¹⁵ Hegel distingue Sociedade Civil, que é o estado de necessidade, do Estado, que representa a vontade geral, a unidade da vida política. A Sociedade Civil é o *fenômeno* do Estado e este a *idéia* da sociedade. Nesse Estado, a *idéia* se apresenta como o Soberano e a Constituição, sendo a mediação entre essa *idéia* e a sociedade exercida pelas várias instituições intermediárias, como grupos civis no Estado, burocracia, opinião pública etc. Em Hegel, o problema da conciliação entre público e privado, liberdade individual e unidade de vontade geral, já estava resolvido. No entanto, para Marx, esse era o ponto central das contradições sociais para ser resolvido pela ação revolucionária (SCHWARTZMAN, Simon, 1988, p. 55).

A primeira crítica de Marx à concepção hegeliana é a relação de dependência que Hegel estabelece entre a Sociedade Civil e o Estado. Na tradição marxista, é a Sociedade Civil que é a realidade essencial, sendo o Estado somente o seu fenômeno, sua aparência. É na Sociedade Civil que o homem trabalha e vive sua vida real. É a análise das conexões reais entre Estado e Sociedade Civil que o leva a concluir que, na sociedade capitalista, o Estado é tão-somente instrumento de dominação da burguesia. No dizer de Marx, a preocupação com os aspectos corporativos do Estado e suas implicações levou a um outro tipo de análise política, distinta daquela que se encontra nos aspectos funcionais desse Estado no processo de lutas de classes.

E com Hegel a Sociedade Civil torna-se burguesa, trazendo em seu bojo uma valoração negativa, por expressar interesses particulares. Hegel vai demonstrar que, no século XIX, ganha força o Estado, o poder político, que reage às contradições de uma sociedade anárquica e antagônica.

Hegel, para Gramsci, teve o mérito de apresentar simultaneamente, ainda que num romance filosófico, todas as contradições que, antes dele, resultavam apenas do conjunto de sistemas. Ele dialetizou os dois momentos de vida do pensamento, materialismo e espiritualismo, mas de modo especulativo, de maneira que o resultado foi o famoso homem que caminha sobre a cabeça (Bobbio, 1999, p. 34).

¹⁵ Síntese do pensamento de Marx e Hegel a esse respeito encontra-se baseada na obra de Hippolyté (1971), de acordo com dados obtidos em texto de Simon Schwartzman.

Antes de discutir propriamente as críticas de Marx ao Estado burguês, optou-se por registrar mais alguns detalhes sobre a concepção hegeliana de Estado, como forma de situá-la dentro dos estudos sobre o assunto daqui por diante. Para Hegel, esse Estado se define por não possuir nenhum interesse particular, mas interesses comuns e gerais. É uma conceituação muito mais complexa, pois o Estado figura como ideal a atingir, uma possibilidade. Contudo e ao mesmo tempo, ele percebe que, no Estado moderno, entre este e o indivíduo, interpõe-se necessariamente um campo, que ele denomina Sociedade Civil. A posição de Hegel difere das teorias contratualistas que o precederam, na medida em que coloca o Estado como fundamento da Sociedade Civil e da família, e não vice-versa. Para ele, a “Sociedade Civil será mais nitidamente caracterizada como um dos momentos da idéia do Estado no sentido amplo” (HIPPOLYTE, 1971, p. 101).

Por outro lado, enquanto, para Locke e Rousseau, o Estado se subordina à vontade do povo, para Hegel, o Estado funda o povo, e ele é o soberano. É, a partir das observações de Hegel, no contexto da Sociedade Civil, que se encontram as referências de Marx a esse conceito. Para ele, a sociedade não é um direito natural e o Estado não é um contrato social, e sim a expressão política do ente econômico-social das classes trabalhadoras. Contrário ao pensamento de Hegel, Marx demonstra que o Estado não é a idéia ou espírito encarnado no real e que a História não é o movimento da consciência e suas idéias. E afirma que não são as idéias humanas que movem a História, mas, sim, as condições históricas que produzem essas idéias. Assim, o Estado é como um elemento histórico, coligado à existência das classes sociais.

Esse Estado para Marx expressa a generalização dos interesses dominantes e a Sociedade Civil continua a ser concebida no terreno dos interesses. Marx demonstrará que o processo de valorização do capital está fundado na apropriação de mais-valia dos donos da mercadoria, que só dispõem de sua força de trabalho para venda. A Sociedade Civil burguesa, entendida como o conjunto das relações econômicas, vincula-se ao Estado por ser ela indissociável das relações sociais de produção. Seu papel é exatamente assegurá-las. Ela designava, sobretudo, o âmbito dos interesses – do mercado e da concorrência. Décadas mais tarde, Gramsci recria esses conceitos – como conhecedor dos diversos usos dessa categoria – para

identificar problemas centrais da situação concreta e histórica das sociedades capitalistas de seu tempo.¹⁶

O marxismo (...) é um fenômeno situado no tempo e no espaço, que reconhece as próprias categorias em que pensa – o trabalho abstrato, o indivíduo com liberdade de movimento e assim por diante –, e só poderia ter emergido da herança do capitalismo e do liberalismo político. O marxismo emerge quando é tanto possível quanto necessário que o faça, na qualidade de “crítica imanente” do capitalismo (Eagleton, 1999, p. 13).

Como hoje o Estado não tem a mesma conceituação que tinha nos séculos anteriores, torna-se necessário deixar de lado a tradição do pensamento antigo e partir para uma perspectiva que leve em conta as variações de poder que acompanharam a sociedade – desde a imagem satânica da política como ação social, puramente humana de Maquiavel, até os dias atuais. O Estado não aparece apenas como um conceito referente à integração e à soberania do povo de um determinado país. Há uma mudança da perspectiva funcional para a estrutural, isto é, o Estado tem de ser analisado como uma instituição dotada de estrutura e processo que lhe são próprios.

Gramsci também vai interrogar-se sobre diversas questões, principalmente sobre a Sociedade Civil. Rejeita toda visão determinista e mecanicista existente entre estrutura e superestrutura. Para ele, só existem relações recíprocas, que devem ser estudadas em seu concreto desenvolvimento histórico. Questiona como essa sociedade se organiza e exerce a dominação das classes nos países de capitalismo desenvolvido, sob que condições dominados e dominadores realizam suas lutas na superação da hegemonia capitalista. Ou seja, esse poder que os “de cima” têm de retirar a capacidade de luta dos “de baixo”, integrando-os num jogo, de forma a colocá-los como aqueles que legitimam a dominação da classe burguesa. E, a partir da leitura de Hegel, reaproxima a reflexão sobre Estado das formas de organização social. Considera Sociedade Civil uma esfera de mediação entre a superestrutura e a infra-estrutura¹⁷, como a concepção marxiana se apresenta.

Para Gramsci, não há oposição entre Sociedade Civil e Estado¹⁸, o vínculo entre ambos explica como a dominação transpira por todos os espaços sociais, catequizando consenso,

¹⁶ Gramsci, entre os marxistas, tem o mérito teórico de ter compreendido a sociedade capitalista ocidental, de ter assimilado que o Estado não é só força e que não só obtém e exige consenso, mas também constrói consenso com as instituições da Sociedade Civil.

¹⁷ Em Gramsci, infra-estrutura e superestrutura integram o Bloco Histórico. De um lado, está a estrutura social (relações sociais de produção); de outro, a superestrutura ideológica e política (as idéias, os costumes, os comportamentos morais e a vontade humana).

¹⁸ Gramsci acrescenta à dominação que o Estado exerce a busca da construção do bom senso.

e cria um ser social adequado aos interesses e valores hegemônicos. A Sociedade Civil é a esfera organizativa a mediar as relações de produção e a estrutura do Estado, estabelecendo visões de mundo e conhecimento. Na concepção gramsciana, a Sociedade Civil é inseparável da luta entre as classes sociais. Seu conceito está inteiramente ligado às relações sociais de produção, à vontade, à consciência e ao papel que exerce o Estado.

Há dois grandes planos superestruturais: o que pode ser chamado de Sociedade Civil (isto é, o conjunto dos organismos designados vulgarmente como privados) e o da Sociedade Política ou Estado, planos que correspondem, respectivamente, à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando que se expressa no Estado e no governo “jurídico” (Gramsci, 2001, p. 20).

Na realidade, supõe-se que a agregação e articulação de interesses particulares são levadas a efeito dentro das estruturas de autoridade, ao mesmo tempo que esses sistemas de autoridade se desenvolvem no setor privado da sociedade e se estendem em direção ao controle do Estado. Para análise da relação da mídia *versus* poder, tem-se como suporte teórico a incorporação dos conceitos de Antonio Gramsci, considerando-se que em seus estudos existe uma proposta para o entendimento do processo de disputa pela hegemonia, ascendência moral, cultural e intelectual sobre o conjunto da sociedade, que possibilita o exercício do poder por meio do consenso básico. Sociedade Civil é uma arena privilegiada da luta de classes: local onde se travam os embates pela hegemonia.

Como já observado, de Maquiavel a Hobbes, de Locke e Rousseau até Marx, o Estado vem sendo interpretado das mais diversas formas. No entanto, é a partir de Marx que o Estado perderá sua superioridade entre os homens, pois em Hobbes está associado às experiências totalitárias; em Locke, o Estado liberal apresenta-se como protetor da propriedade privada. Em Marx, esse Estado aparecerá ligado às contradições das classes sociais, isto é, um simples garantidor dos interesses da classe dominante. Assim, alteraram-se as relações sociais, pois a classe trabalhadora assume a posição de nova classe dominante, extinguindo-se em uma sociedade de classes.

Partindo dessa posição, Gramsci desenvolveu uma visão mais elaborada sobre a Sociedade e o Estado. Para ele, Estado é consenso, apesar de estar a serviço das classes dominantes, e não se mantém apenas pela força e coerção. Amplia a conceituação marxiana de

Estado, juntando sociedade política e sociedade civil, mas sempre tendo o homem como foco de seu pensamento.

A afirmação de que a “natureza humana” é o “conjunto das relações sociais” é a resposta mais satisfatória porque inclui a idéia de devenir; o homem “devém”, transforma-se continuamente com as transformações das relações sociais (Gramsci, 1987, p. 43).

Seu conceito vai abranger dois segmentos importantes, mas no sentido de manter e reproduzir a dominação da classe hegemônica: a sociedade política, formada pelos mecanismos que garantiam o monopólio da força pela classe dominante, e a sociedade civil, composta pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias, formadas por sistema escolar, Igreja, sindicatos, partidos políticos, organizações profissionais e culturais (revistas, jornais, meios de comunicação em geral). Esse modelo ampliado de Estado é contrário a algumas definições clássicas apresentadas, inclusive a visão marxista, por se prender a um Estado unitário. De Hobbes a Marx imaginava-se o Estado como algo distinto da Sociedade Civil.

No entanto, o conceito gramsciano de Sociedade Civil não é hoje hegemônico, porque a globalização trouxe um panorama de ameaça aos interesses da vida em geral: fragmentação, diferenciação e individualização, desnacionalização, desconexão entre pessoas e estados e “uma outra configuração de futuro” (*A Nova Intransparência*, de Habermas)¹⁹. Ainda em consequência disso, as categorias referenciadas pelo Estado e pelo público perderam valor e passaram a ser objeto de diversas significações. Agora, na domesticação do capitalismo, Estado e Sociedade Civil estão acompanhados da categoria mercado. Para Gramsci, Estado era igual à sociedade política somada à sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção. Nesse sentido, o Estado que correspondia a essa sociedade podia ser considerado *máximo*: forte, democrático e participativo.

Hegemonia, segundo o conceito gramsciano, não é um pólo de “consentimento” em oposição a outro de “coerção”, mas ele próprio como síntese do consentimento e da coerção (Anderson, 2002, p. 36).

Houve, porém, na contemporaneidade, com a ideologia neoliberal, um deslizamento do conceito da dicotomia Estado/Sociedade Civil, que faz de certa forma uma apologia a uma Sociedade Civil despolitizada, para desqualificar o Estado, demonizando de vez tudo que provém

¹⁹ Cf. *Revista Novos Estudos* – Cebrap nº 18, set-1987, pp.101-114.

desse Estado. O cenário mundial hoje mostra o avanço da Sociedade Civil em contraposição ao enfraquecimento do Estado. Nessa idéia, a Sociedade Civil é só ações contra o Estado ou indiferentes a ele, porque este agora corresponde a *mínimo*, sendo reduzido a funções de guarda da lei, mais liberal e representativo do que democrático e participativo. Segundo o sociólogo Emir Sader, “desqualificando o Estado, os grandes interesses minoritários pretendem legitimar, por oposição, o espaço privado. Fingindo defender o espaço dos indivíduos, na realidade o atacam, ao legitimar o mercado como regulador das relações sociais”.²⁰

... o Estado acaba por ter menos recursos para tudo que é social, sobretudo no caso das privatizações caricatas, como no modelo brasileiro, que financia as empresas estrangeiras candidatas à compra do capital social nacional. Não é que o Estado se ausente ou se torne menor. Ele apenas se omite quanto ao interesse da população e se torna mais forte, mais ágil, mais presente a serviço da economia dominante (Santos, 2007, p. 66).

2.3 Dominação e hegemonia

Com base nas categorias norteadoras aqui expostas, tomadas por empréstimo da releitura de autores como Gramsci, Maquiavel e Ianni, tentar-se-á refletir a relação da mídia com o poder político-institucional²¹, articulado ao conceito de hegemonia e ao de Sociedade Civil, enquanto conjunto de organismos designados vulgarmente como privados, e ao de Estado, entendido como atividades teóricas e práticas com as quais as classes dirigentes justificam e mantêm não só a sua dominação, mas conseguem obter o consenso ativo dos governados (GRAMSCI, 2000). Nessa batalha pela hegemonia²² e pela direção político-ideológica, a cultura e a mídia ocupam lugares decisivos.

A mídia continua cada vez mais eficiente na dissimulada elaboração de métodos, estilos, formas e oferecimento de mensagens aprimoradas, que se tornam integrantes naturais de sociabilidade. É de entendimento comum a natureza interessada da imprensa até porque ela compartilha do bloco hegemônico de poder. Sabe-se de seu caráter autoritário, oracular e prescritivo. Os meios de comunicação são apresentados ao grande público como se não tivessem posição *a priori* e como se cumprissem o papel de refletir o processo social, representar a

²⁰ SADER, Emir. “O Estado entre o Público e o Privado”. [On-line]. Disponível: <http://www2.uerj.br/~lpp/htm> (acesso em 17/11/2006).

²¹ A mídia enquanto príncipe eletrônico torna-se palco do processo social contemporâneo.

²² O conceito de hegemonia, na perspectiva gramsciana de liderança moral e intelectual, é adequado à ação da mídia, que, como ação simbólica, consolida-se tanto moral quanto intelectualmente.

sociedade. Mesmo com o enfraquecimento do que se conhece como “imparcialidade” e “ética”, os meios de comunicação ainda se sustentam na credibilidade dos relatos. Em um misto de *marketing* e jornalismo, busca-se vender tudo, mas sempre com um ar de isenção.

Para a vinculação entre Gramsci, Maquiavel e a mídia, destacar-se-á a construção de Octavio Ianni (2000), com sua proposta para atualizar a abordagem política a partir da constante presença de príncipes nas análises dos autores citados. Para Ianni, a política e o príncipe enquanto ação e agente encontram identificação na presença social da mídia. Como explicar que um príncipe maquiaveliano, cuja principal marca de origem é o caráter absolutista, pode ser substituído pela mídia contemporânea, agente descentralizado e, muitas vezes, de ação política dissimulada, assumindo várias identidades? O imaginário dos indivíduos passa a ser influenciado decisivamente pela mídia mundial, uma espécie de “príncipe eletrônico”²³, do qual nem Maquiavel nem Gramsci, no passado, ousariam suspeitar.

O príncipe eletrônico pode ser visto como uma das mais notáveis criaturas da mídia, isto é, da Indústria Cultural. Trata-se de uma figura que impregna amplamente a política, como teoria e prática. Impregna a atividade e o imaginário de indivíduos e coletividade, grupos e classes sociais, nações e nacionalidades, em todo o mundo (Ianni, 2000).

O príncipe maquiaveliano é a representação da sociedade que se consolida capitalista, expande o mercado, abre as portas para a afirmação do indivíduo iluminista e seus desafios de construção de um novo sistema econômico. O enfraquecimento das Cidades-Estado, que fragmentaram o mercado e o poder, ocorre em paralelo à dessacralização do próprio poder. Na visão de Gramsci, se contemporâneo fosse o debate sobre a mídia, a sociedade também desempenharia ações efetivas no campo da política, o que combinaria com sua visão de Sociedade Civil como espaço de construção da hegemonia. O seu príncipe moderno²⁴, cuja representação concentra-se no partido político, traz a ruptura da luta de classes pela soberania e pelo poder. Esse príncipe, pelo menos na teoria, vai contrapor-se ao de Maquiavel.

Nasce daí esta questão debatida: se for melhor ser amado que temido ou vice-versa. Responder-se-á que se desejaria ser uma e outra coisa; mas, como é difícil reunir ao mesmo tempo as qualidades que dão aqueles resultados, é muito mais seguro ser temido que amado, quando se tenha que falhar numa das coisas (Maquiavel, 1960, p. 92).

²³ O príncipe eletrônico define a presença da mídia na sociedade contemporânea e na análise política moderna. Como forma hegemônica, ele expressa formas e visões alternativas do que acontece no mundo. [On-line]. Disponível: www.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/cconst/cont/4/art/art1.pdf (acesso em 16/4/2007).

²⁴ Para Gramsci, “o príncipe” não é um livro, mas uma manifestação do partido que se baseia num conceito da arte política. É a célula primeira, na qual se sintetizam os germes da vontade coletiva.

Retomando as questões da sociedade atual, o capitalismo agravou a exploração e a alienação do indivíduo, mas incluiu seus interesses parciais na pauta da sociedade. O “príncipe” mudou o perfil complexo, superou o líder que usava a coerção direcionada para consolidar o poder. Surge, então, o “príncipe moderno”, o partido político, intérprete dos interesses específicos e gerais da sociedade (GRAMSCI, 2000) e responsável por uma nova ordem social totalizadora. Em Maquiavel, esse poder decorre da astúcia, da capacidade de violência do líder e da cumplicidade do medo. Em “O Moderno Príncipe”, a adesão é resultado da vontade como consciência operosa de necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico e efetivo (GRAMSCI, 2000, p. 17).

Cabe, então, ao príncipe eletrônico, de Ianni (“O Príncipe Eletrônico”, publicado em 2000, como parte do livro *Enigmas da Modernidade*), trabalhar o consenso e a coesão, a partir da representação midiática que reconfigura o real e cria uma virtualidade tão impositiva. A política e a atividade cotidiana, na prática do príncipe eletrônico, é fortemente marcada pela visibilidade midiática, assumindo feições de coesão e consenso, para legitimar o que mostra, revelar ou negar existências e estabelecer verdades virtuais. Na sociedade contemporânea, intermediada pela mídia, a sociabilidade depende daqueles que selecionam o que você deve saber, pois decidem sobre quais interações são oferecidas e em qual momento serão permitidas²⁵. Hegemonia ou dominação consentida? Como definir a relação da mídia com a sociedade capitalista atual?

Os indivíduos e a ilusão da autonomia nas escolhas, vontades e práticas estão presentes no centro do palco da contemporaneidade espetacular²⁶. A ampliação do fazer e a legitimação dos novos agentes políticos impuseram novas formas também para o exercício do poder, o que forçou a abertura do Estado para a conveniência com outras instituições. Legitimados pela sociedade, mesmo que menores em diversidade e alcance social, estes outros agentes impõem-se como instâncias de legitimação das ações estatais, exercendo até mesmo algumas atividades que antes eram exclusividade do poder central. Hoje, a dominação pelo poder e a alienação trazida pela comunicação para a massa, com o uso da mídia e da linguagem

²⁵ Referência às teorias da comunicação e do jornalismo (*agenda-setting, gatekeeping* etc.), que influenciam as interações da sociedade contemporânea, intermediada pela mídia, e nelas interferem.

²⁶ O espetáculo é o momento em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social. A natureza do espetáculo na sociedade midiática corresponde a um estado sedutor de dominação. Ainda segundo Debord, em *A Sociedade do Espetáculo*, o espetáculo é um modo de vida dominante que interfere na sociedade contemporânea, direciona e cria necessidades.

informatizada, estabeleceram uma íntima relação entre o processo de globalização político-econômica e sociocultural e o desenvolvimento e a utilização das tecnologias de informação e comunicação.

Na percepção gramsciana, o Estado-Maior da política poderia ser exercido por um grupo de revistas ou jornais, mostrando que a mídia também podia definir rumos e perspectivas. Agora, as instituições políticas da modernidade clássica já dividem a cena com outras organizações e movimentos sociais. O exercício do poder fica mais complexo, exige a presença de instituições que permitam a construção do consenso e a estruturação do discurso de coesão. O capitalismo, em sua maturidade, oferece-se como ideologia massiva, e não como sua real configuração, excludente e elitista. Representa-se na consolidação do campo midiático, na globalização político-econômica e na ampliação do mercado, potencializado na intensa mercantilização de objetos, símbolos e imagens.

Quando as classes dominantes passam a se apoiar em grande medida na capacidade de difundir sua ideologia e fazer com que ela seja assumida pelas próprias classes dominadas e exploradas – ou por parte delas –, consegue impor sua hegemonia sobre o conjunto da sociedade, o que dá uma base mais sólida ao seu poder (Sader [org.], 2005, p. 8).

É importante mostrar como Gramsci lidou com esse “homem” transformado pelo mundo capitalista, escravo da indústria cultural. O capitalismo sempre pareceu dotado de uma capacidade inesperada de sobrevivência, apesar das crises políticas e econômicas. Em seus escritos, o autor aponta que a burguesia, além de manter o controle da coerção política e econômica sobre toda a sociedade, trabalhava também no sentido da cooptação ideológica, por intermédio da cultura hegemônica, na qual os valores se tornavam “senso comum”, construção mental realizada por cada indivíduo a partir das idéias recebidas. Daí, Gramsci insistir que a classe trabalhadora precisava desenvolver uma hegemonia alternativa, de forma a demonstrar que aqueles valores não expressavam politicamente os interesses da sociedade.

Ao se falar do príncipe eletrônico de Ianni, aponta-se para uma era *tecnoideológica*²⁷, com outros príncipes, marcada pelo surgimento das “novas tecnologias” e dos grandes conglomerados midiáticos, que agilizaram os processos socioculturais e político-sociais em todo

²⁷ Terminologia utilizada por Dênis de Moraes, no livro *Planeta Mídia*, para definir o sistema de idéias da era tecnológica.

o mundo capitalista. É nesse cenário que a mídia ocupa, como uma das instituições centrais na sociedade, seu espaço político e cultural, articulando-se com as massas, ao mesmo tempo que define uma visão de mundo hegemônica. Assim, é ela que instrumentaliza as instituições políticas, sintetizando o processo cartático de indivíduos e da coletividade, sendo capaz de estabelecer um horizonte de referências culturais e modificar a estrutura da pauta cotidiana por meio da construção de uma realidade que vai além da representação. “Os profetas do novo evangelho neoliberal professam, tanto em matéria de cultura como em outras, que a lógica não pode trazer senão benefícios”, destaca Bourdieu (2001, p. 81).

A contemporaneidade registra uma forte interferência da mídia no exercício do poder, como instrumento de construção e legitimação da hegemonia, entendida como dominação de uma parte da sociedade sobre outra. Sob esse prisma e diante do objeto de pesquisa em questão – a mídia e o discurso global –, este trabalho também aborda a conquista do poder como atividade, que alcança o exercício da hegemonia enquanto conquista da ascendência moral e intelectual sobre o conjunto da sociedade. “O poder ideológico é aquele que se vale da posse de certas formas de saber, doutrinárias, conhecimentos e, às vezes, apenas de informações (...) para exercer uma influência sobre o comportamento alheio e induzir os membros do grupo a realizar ou não realizar uma ação” (BOBBIO, 2007, p. 32).

É nessa exigência da sociedade contemporânea que surgem temas e noções provenientes dos vários setores sociais e políticos, como *governabilidade*, *multiculturalismo*, *flexibilidade*, *empregabilidade*, e *pós-moderno*, entre outros.²⁸ Várias são instituições que interferem na descentralização do exercício do poder. Este trabalho destaca e centra sua análise na mais abrangente delas – a mídia. Ela não apenas legitima o ideário global, mas também o transforma no discurso social hegemônico. Nos demais capítulos desta dissertação, procurar-se-á identificar como ela se insere na sociedade capitalista atual e se estabelece a partir dessa inserção, tendo o jornalismo como objeto central do estudo, por sua participação na construção e consolidação do consenso.

²⁸ Ver “A Nova Bíblia de Tio Sam”, de Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant. [On-line]. Disponível: <http://www.dhnet.org.br/fsmrn/biblioteca/60.pierre.bourdieu.html> (mundo norte-americano).

2.4 Pequenas considerações

Na contemporaneidade, são diversas as pressões externas e internas destinadas a provocar a reestruturação do Estado, pois, na sociedade atual, a regra é a expansão contínua e descontrolada do capital. Muitas conquistas sociais foram redefinidas, reduzidas ou até eliminadas, sempre a partir de palavras de ordem como “mercado”, “produtividade”, “empreendedorismo”, “competitividade”, “desregulamentação”, “economia de oferta” e “liberdade contratual”, com prejuízos para aqueles que são obrigados a vender a sua força de trabalho para viver ou sobreviver. A nação se transforma em mera província do capitalismo, sem condições de realizar sua soberania e, simultaneamente, sem que os setores sociais subalternos possam almejar a construção de hegemonias alternativas (IANNI, 1996).²⁹

Partindo do pensamento de Bourdieu (2001, *op. cit.*), que diz que *a unificação beneficia os dominantes*, cabe refletir sobre uma conseqüência observável dessa produção de mensagens e do dilúvio de informações unificadas. Na sociedade capitalista, a crescente mercantilização das notícias, juntamente com a introdução das estratégias de *marketing* na obstinada captura de leitores-consumidores, está levando os periódicos impressos a um processo de simplificação que acaba por lhes subtrair o papel de esclarecimento, aprofundamento e análise das notícias que deles se espera. O resultado é um paradoxo: desinformação na “Era da Informação”, porque jornalismo também é negócio. “A procura do lucro poderá levar a empresa jornalística à crescente utilização de critérios econômicos, nomeadamente o recurso às técnicas de *marketing*” (TRAQUINA, 2001, p. 78).

Na época em que Sfez (2000, p. 25) escreveu sua Crítica da Comunicação, as questões da globalização, a economia neoliberal e a mundialização da cultura não tinham entrado em cena, mas já se podia afirmar que, sem a revolução dos meios de comunicação, nenhuma transformação na sociedade seria possível. Ele nos alertou para o fato de que a comunicação invadiria todos os domínios: “A empresa e seu proeminente setor de ‘relações públicas’; o marketing, antes restrito ao produto, (...) os meios políticos inteiramente entregues ao político e à imagem de marca; a imprensa, o audiovisual e a edição, (...) e até as ciências exatas – física e biologia – estariam contaminadas pelo vocábulo da comunicação.”

Quando um grupo hegemônico obtém da sociedade a aceitação de uma ideologia, está obtendo aval para difundir pontos de vista, visões de mundo, articulações de senso comum e

²⁹ Para exame do conceito, cf. IANNI, Octavio. “Ciências Sociais na Época da Globalização”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. [On-line]. Disponível: <http://mailgoogle.com/mail?attid> (acesso em 30/1/2007).

representações sociais, guiado por um sentido determinado. O mesmo já aconteceu no passado, no período histórico denominado “liberal”, quando se edificou a ordem clássica burguesa ocidental e se universalizou o ideário da igualdade, liberdade, propriedade e segurança, apoiado nos direitos naturais do indivíduo. Hoje, a questão é compreender e decifrar os mecanismos do capital e o impacto do mercado globalizado na vida das sociedades. *Os indivíduos são sujeitos inconscientes do capital*, pois o “capital é o sujeito que sujeita todos os outros”, como relatado no livro *Videologias: Ensaios sobre a Televisão*, de Eugenio Bucci & Maria Rita Kehl (2004).

Além dos movimentos sociais de diferentes motivações³⁰, tão presentes na morfologia da sociedade atual, a mídia falada e escrita, em sua ambigüidade, coloca-se no lugar mais destacado entre os novos agentes do fazer político, seja nas perspectivas hegemônicas, seja nas potencialidades contra-hegemônicas. Mesmo como resultado de um diálogo desigual, a mídia oferece uma produção que se consolida a partir do capital e da credibilidade e, por isso mesmo, torna-se o lugar de representação do conjunto da sociedade, revelando atos hegemônicos e contra-hegemônicos, mesmo que predominem os primeiros. Na sociedade capitalista, os meios de comunicação, em poder de grandes grupos econômicos, ao lado de algumas instituições (educação, religião e outras), são difusores da ideologia dominante, porque justificam um Estado subserviente à burguesia e mantenedor de uma harmonia social resultante de uma ação reguladora.

Finalmente, cabe salientar que, neste trabalho, tem-se como proposta mostrar a mídia globalizada como parte ativa na construção da hegemonia condutora de comportamentos sociais no contexto da sociedade neoliberal, dentro de uma visão marcada pela idéia de que a sua linguagem está imbricada com o poder – como um fato social construído –, a partir da vontade dos que detêm as instituições político-econômicas e o controle da produção das mensagens. Mesmo os mais renitentes reconhecem a hegemonia global do capital e a avassaladora mercantilização. A mídia atual e sua capacidade de configurar a sociabilidade hegemônica é objeto de estudo não só de comunicação, mas de vários outros ramos do conhecimento.

³⁰ Manuel Castells ressalta, especificamente, no capítulo “A Política Informacional e a Crise da Democracia”, do livro *O Poder da Identidade*, o papel dos movimentos sociais, enquanto formadores de redes pessoais de interesses comuns e de tecnologias de informação na configuração da sociedade contemporânea. Cabe frisar que este registro se distancia da linha ideológica formulada no conteúdo desta dissertação.

Os chamados meios digitais potencializaram de maneira nunca antes vista o poder do capital sobre o espaço, o tempo, o corpo e a psique humanos (...). Estamos diante de uma nova forma de inserção do saber e da tecnologia no modo de produção capitalista (...). Conseqüentemente, mudou o modo de inserção social dos pensadores porque se tornaram agentes econômicos diretos, e a força e o poder capitalista encontram-se, hoje, no monopólio dos conhecimentos e da informação (Chauí, 2006, p. 61).

3. A Subordinação do Jornalismo Brasileiro à Cultura do Dinheiro¹

3.1 Das raízes ao mercado

A imprensa, como já esboçado no primeiro capítulo, nasceu com o capitalismo e vem acompanhando o seu desenvolvimento ao longo da história da cultura humana. E, como não poderia deixar de ser, aqui, como nos demais países do mundo, apesar de aspectos bem característicos e particulares, a imprensa também está ligada ao avanço que o capitalismo apresentou no Brasil. A industrialização dos bens simbólicos obedece, hoje, às injunções e às conveniências políticas e econômicas dos donos do capital. A cultura de massa tomou vulto com a progressiva criação dos veículos da comunicação de massa, esbarrando, no outro pólo da produção, com a sociedade de consumo.

O desenvolvimento da imprensa, na fase atual de crescimento das relações capitalistas em nosso país e pelo fato de esse avanço ter concorrido para o aparecimento, a função e a hegemonia dos meios de massa, levou ao quadro, que logo se tornou evidente, de ser a imprensa jornalística, (...), a iniciadora e a propulsora dos meios de massa, a começar pelo rádio, culminando com a televisão (Sodré, 1999, p. X).

Até a chegada de D. João VI, nada era impresso no Brasil, pois dependia do consentimento das autoridades portuguesas. A imprensa no Brasil – ao contrário de alguns vizinhos sul-americanos – não convinha aos colonizadores. A vinda do rei, em 1808, alterou completamente a vida dos brasileiros, pois o país ganhou força política e econômica². Por causa do embargo francês em território português, houve a necessidade de investimento em várias áreas, principalmente naquelas relacionadas à cultura. Tais investimentos se faziam urgentes para tornar a vida da Corte Portuguesa menos tediosa na colônia, local insosso e sem atrativos. A imprensa foi imediatamente implantada; era preciso imprimir e divulgar atos do governo e notícias de interesse da Coroa. Antes, diziam, não era conveniente, por serem maiores as despesas do que no reino, de onde partiam os livros e os papéis impressos. Um Brasil civilizado não era o objetivo da Coroa. “Manter a colônia fechada à cultura já se fazia sentir como uma característica própria da dominação.”

¹ Uma referência ao título do livro de Fredric Jameson, lançado no Brasil pela Editora Vozes, que trata da conexão entre a cultura e a economia, em tempos de capital financeiro.

² Não foi somente a família real que se transferiu para a colônia. A reboque desembarcou toda a corte portuguesa, estimada em 20 mil pessoas. Número expressivo, levando-se em consideração a existência de 60 mil habitantes até a chegada da Família Real (SCHWARZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, Um Monarca dos Trópicos*).

A imprensa surgia finalmente, no Brasil – e ainda desta vez, a definitiva, sob proteção oficial, mais do que isso: por iniciativa oficial –, com o advento da Corte de D. João. Antônio de Araújo, o futuro Conde da Barca, na confusão da fuga, mandara colocar no porão da Medusa o material fotográfico que havia sido comprado para a Secretaria de Estrangeiros e de Guerra, de que era titular, e que não chegara a ser montado. Aportando no Brasil, mandou instalá-lo nos baixos de sua casa, a Rua dos Barbonos (Sodré, Nelson Werneck, 1999, p. 19).

A Corte recém-chegada no Brasil produziu diversas modificações. Afinal, perdia o país a sua condição de colônia para ganhar a de Reino Unido de Portugal e Algarves, passando a sediar a própria monarquia portuguesa. O elemento mais significativo desse processo foi mesmo a mudança do centro do poder português de Lisboa para o Rio de Janeiro, com todas as suas conseqüências. Dentre as mais marcantes está a liberação da imprensa no Brasil, sacudida pela onda de cultura e progresso provocada pela presença do rei e de sua Corte na colônia. Esse foi o período de surgimento do primeiro jornal brasileiro, fundado por Hipólito da Costa³: o *Correio Brasiliense*. Ainda muito parecido com o livro, esse impresso firmara-se como forte difusor das idéias disseminadas pelo Iluminismo, florescidas na Europa no século anterior. Com cerca de 100 páginas⁴, ele era dedicado à publicação de documentos relativos ao que acontecia mundo afora, além de notícias colhidas nas gazetas internacionais. Mesmo cobrindo acontecimentos ocorridos no exterior, tinha como alvo o Brasil e seu possível público-leitor.

Muitas transformações podem ser consideradas positivas, durante os anos que separaram a chegada de D. João ao Brasil, com uma série de benefícios que dinamizaram a colônia, e o período da Independência propriamente dito. No entanto, é a partir de 1821 que a cena política e impressa começa a ser traçada de outra forma. Já naquela época, a liberdade civil e a imprensa foram censuradas, pois “elas eram capazes de atordoar as cabeças fracas e arruinar os estômagos débeis”⁵. O entendimento da expansão da imprensa periódica no Brasil, durante o período da Independência, apresenta-se totalmente vinculado às informações sobre as condições políticas da época. Foi esse um período de grande turbulência, pois a separação entre Brasil e Portugal acabara por levar a outras questões que não podem ser esquecidas, principalmente

³ Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça, nascido na Cisplatina e criado no Rio Grande do Sul. Moço viajado e influente, fundou o primeiro jornal brasileiro, em 1º de junho de 1808, o *Correio Brasiliense*. Esse jornal era publicado em Londres e teve grande influência na Independência do Brasil. No entanto, três meses depois do *Correio*, surgiu em solo brasileiro a *Gazeta do Rio de Janeiro*, pioneira na atividade jornalística no Brasil.

⁴ O próprio papel da imprensa, naquele contexto, é visto de outra forma. Ele tinha como missão suprir a falta de livros, por meio de seus escritos jornalísticos.

⁵ Frase do Visconde de Cairu ao comparar a liberdade civil e a imprensa ao “vinho espirituoso”, nos idos de 1821, período de acentuadas transformações políticas que antecederam a proclamação da Independência no Brasil (SOUZA, Iara. *A Independência no Brasil*).

aquelas que dizem respeito à nova estruturação do Estado e ao reconhecimento da Independência mundo afora. Outro detalhe relevante nesse cenário é que, a partir desse momento, a imprensa passava a ter um papel importante perante o público, além da possibilidade que se apresentava ao jornalismo brasileiro para a propaganda política.

É a imprensa do ano da Independência e do ano da Constituinte dissolvida, com a direita em ascensão – a imprensa que luta pela liberdade e que, como no período anterior às cortes, será perseguida e amarrada ao tronco do poder (Sodré, Nelson Werneck, 1999, p. 61).

Sob severas restrições, surgiu a imprensa com autonomia. No Primeiro Império, obteve expressão; com a Regência, desenvolveu-se e ganhou conteúdo popular, em um período marcado pelos pasquins; e, no Segundo Império, apesar de formalmente conhecer a liberdade, teve seu alcance reduzido. A mudança de regime, com a instalação da República, não alterou o desenvolvimento da imprensa. Os grandes jornais eram os mesmos: com mais prestígio e força, os republicanos; com mais competitividade, os monarquistas. No Brasil anterior a 1930, os jornais sentiam muito a influência da pequena burguesia urbana, que constituía o mundo reduzido de seus leitores. A partir de 1930, a situação começa a mudar: a publicidade fornecida diretamente pelo comércio e pela indústria nacional será substituída pela publicidade das grandes empresas e pelos monopólios estrangeiros. No entanto, agora, essa imprensa se mostra mais conservadora e, até mesmo, reacionária. As transformações registradas nos jornais parecem, mesmo que questionadas, estar em sintonia com os processos de mudança e adaptação do setor da comunicação às exigências econômicas e políticas da então capital do país.

Até 1922, a imprensa continuou a dominar como o único meio de comunicação de massa. Tinha tanta importância que um dos primeiros atos da República foi estabelecer a censura, conforme os decretos de 23 de dezembro de 1889 e de 28 de março de 1890. Apesar de a Constituição de 1891 assegurar a liberdade de imprensa, os mecanismos de controle sempre a cerceavam. E na Primeira República ou República Velha (1889-1930), foram constantes os estados de sítio (Pinto, Virgílio, 2002, p. 38).

Se, no início do período republicano, a imprensa permaneceu sem mudanças, o que será observado, com o avanço dos anos no século XX, é a sua transformação em empresa capitalista, o que permitiu uma modernização tecnológica mais rápida. O pequeno jornal desaparece das principais cidades, as quais começam a ser dominadas pela grande imprensa, que, aos poucos, passa a ter mais envolvimento com as coisas da política. O período ainda se caracteriza pela predominância da presença da ilustração, numa evidente demonstração da

importância do visual sobre a escrita. Nesse sentido, também a propaganda ganha mais espaço, tornando-se uma significativa fonte de renda para jornais e revistas. À medida que o Brasil se configurava em uma sociedade de massa e de consumo, a propaganda passa a adquirir mais expressão. Desenvolve-se a filosofia de bem-estar, que aguça e motiva os indivíduos a consumirem o que se produz. Sobre o período, Gisela Taschner observa que, do ponto de vista da constituição cultural, registraram-se muitas novidades na imprensa brasileira, principalmente com a chegada das agências de notícias internacionais de publicidade (1992, p. 32).

Nos anos que se seguiram, a política tomou novos rumos e as contradições entre os séculos XIX e XX começaram a se romper. Em 1929, ano do *crack* da Bolsa de Nova York e de muitas mudanças no tabuleiro internacional, o Brasil assiste ao seu presidente Washington Luiz ser deposto e, em 3 de novembro do mesmo ano, Getúlio Vargas assumir o poder em caráter provisório. Assim, como decorrência natural da instalação de um Estado autoritário, o controle da informação passa a ser rigidamente exercido. Nenhuma imprensa de oposição surgiu, porque as empresas necessitavam de registro no DIP⁶, um dos mais centralizadores órgãos de comunicação de que se tem notícia na história brasileira. “A máscara da liberdade de expressão foi finalmente tirada com o Estado Novo, cuja Carta de 10 de novembro de 1937 assim se expressava, em seu artigo 122:”

Todo cidadão tem direito de manifestar o seu pensamento, oralmente ou por escrito, impresso ou por imagens, mediante as condições e nos limites prescritos em lei. A lei pode prescrever: a) com fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, a censura prévia de imprensa, do teatro, do cinematógrafo, da radiodifusão, facultando à autoridade competente proibir a circulação, a difusão ou representação (Costella, A. F. apud Pinto, Virgílio Noya, 2002, p.50).

Com o final da era Vargas, a redemocratização do país se fez rapidamente, mesmo porque a Constituição de 1946 refletiu um clima de euforia internacional provocado pela Carta das Nações Unidas⁷. A imprensa jornalística, que tanta importância teria no processo de redemocratização, passou a uma fase de conglomerado que incluía jornais, revistas, rádios e, em seguida, a televisão. As transformações ocorridas com a expansão da televisão, iniciada em 1950, apesar de lentas – o baixo poder aquisitivo da população dificultava o acesso ao aparelho

⁶ Departamento de Imprensa e Propaganda, criado na ditadura Vargas: era o órgão responsável pelo registro das empresas que desenvolviam atividades na área de comunicação. O órgão tinha também sob sua responsabilidade o controle do fornecimento de papel (PINTO, Virgílio Noya. *Comunicação e Cultura Brasileira*).

⁷ A carta das Nações Unidas foi firmada em 26 de junho de 1945, com vistas a salvaguardar a paz e a segurança internacionais e a instituir, entre as nações, uma cooperação econômica, social e cultural.

televisivo –, e a difusão do radiotransmissor⁸ foram influências socioculturais importantíssimas para o país. Realmente, a partir desse período, a propaganda invadiu todo o universo da sociedade e a feroz concorrência entre anunciantes e agências resultou na absorção de espaços em todos os meios de comunicação. No entanto, é a própria televisão, com seus programas, com a importação maciça de filmes, seriados, desenhos animados, que mais contribuiu para a consolidação da sociedade brasileira numa sociedade de massa. A comunicação desempenha um papel central no desenvolvimento econômico e político da sociedade e a informação ganha projeção, agora medida pelo tipo de espetáculo que pode oferecer, e não mais por sua importância social e cultural.

É fundamental situar o papel da comunicação durante o governo Vargas, que ganhou estrutura com o golpe de 1937. O rádio, como meio de comunicação de massa, vai apresentar relevância, seja pela geografia do país, seja em função dos altos níveis de analfabetismo da população adulta, em especial pela execução da propaganda oficial. O Estado também lança mão do meio como o responsável pela divulgação nacional de seus projetos, utilizando o programa *A Hora do Brasil*, que vai ao ar diariamente, em cadeia nacional. “Tal como Mussolini, Hitler e Roosevelt, Vargas soube utilizar o rádio como instrumento político. Usava seu carisma político para eletrizar as massas brasileiras.” Junto com o rádio, outro grande meio de comunicação de massa, entre as décadas de 1930 e de 1940, foi o cinema. Mais tarde, com o desenvolvimento da indústria cinematográfica, pode-se dizer que o Brasil funcionou como mercado reprodutor. Durante muitos anos, aqui sobreviveu o chamado “cinejornal”, que teve sua obrigatoriedade estabelecida por decretos-leis. Tinha de ser exibido, em todos os cinemas, no início de cada filme, um documentário brasileiro. O objetivo desse tipo de jornalismo era, na maioria das vezes, o da propaganda política e da divulgação das atividades do governo, como registra Virgílio Noya Pinto em seu livro, no capítulo dedicado à era Vargas (2002).

A industrialização muda o perfil tecnológico e profissional do jornal. Nas últimas décadas do século passado, transformações de grande vulto surgiram na imprensa brasileira. Foram muitos investimentos em equipamento e na implementação de novas técnicas no fazer jornalístico, que possibilitaram uma diversificação do público consumidor. Tudo isso se passou

⁸ A introdução do radiotransmissor e a expansão da televisão no Brasil provocaram uma verdadeira revolução na comunicação de massa, renovando as manifestações culturais brasileiras.

em meio a um processo de transição política e de concentração dos veículos de comunicação. A imprensa, antes da metade do século XX, dependia de favores do Estado, dos pequenos anunciantes – populares e domésticos. As demandas de um consumo cultural, contudo, vão alcançar projeção nas próprias condições técnicas e de fortalecimento do mercado brasileiro, associadas ao processo de urbanização e de crescimento industrial. Na avaliação de Renato Ortiz (1995, p. 38), “é somente na década de 1940 que se pode considerar a presença de uma série de atividades vinculadas a uma cultura popular de massa no Brasil”. Isso porque uma das condições para atingir tal estágio é a existência de uma sociedade urbano-industrial, presente na realidade brasileira apenas a partir da Segunda Guerra Mundial.

Logo após o segundo governo Vargas (1950-1954), o processo da industrialização do país tornou-se mais visível⁹, e, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), mais acelerado e irreversível. Nesse contexto de um capitalismo ainda incipiente, movimentando-se para um capitalismo mais avançado, percebe-se a modernização da imprensa brasileira, como vai ser evidenciado por intermédio da formação dos grupos *Abril*, *Globo*, *Folhas*, *Manchete* e outros, um sistema industrial que se aprofundou nos governos militares pós-64. O ingresso do país nessa etapa monopolista do capital significou o assentamento de um padrão de mercado especificamente capitalista, constituído de sistemas complexos de empresas vinculadas à cultura e à comunicação, denominadas “indústria cultural”. Foi a indústria cultural uma expressão usada para comparar toda a produção de bens culturais, através dos meios de comunicação, numa escala em série, como qualquer outra forma de produção das indústrias capitalistas, ou seja, a cultura virou mais uma mercadoria desse sistema financeiro.¹⁰

Ante o embalo do domínio mundial do capitalismo, sustenta-se que a fase de constituição de um mercado verdadeiramente cultural no Brasil teve início no período final do governo de Juscelino Kubitschek e se desenvolveu com base na ideologia desenvolvimentista que marcou o seu governo. A maior diversidade da atividade produtiva, trazida pela indústria, resultou em investimentos de peso em propaganda. À medida que avançava o desenvolvimento

⁹ O jornal *Ultima Hora* é um exemplo da época. Nascido sob o populismo varguista, que apresentava, simultaneamente, características de um jornal de causa, como os pasquins do século XIX, e de um produto industrialmente avançado para a época.

¹⁰ Cunhada por Adorno e Horkheim, dois dos mais conhecidos membros da Escola de Frankfurt, a expressão “indústria cultural” serviu para designar o conjunto de organizações empresariais, altamente concentradas e de capital centralizado.

industrial, a imprensa foi-se tornando menos dependente do poder público. A política de aprofundamento do processo de substituição de importações fez com que, aos poucos, o país passasse da produção de bens de consumo não-duráveis para a produção de bens duráveis, de insumos industriais e de bens de equipamento.

Esse desenvolvimento se fez com a massiva participação de capital estrangeiro, que passou a dominar os ramos-chave do aparelho industrial. Os conceitos de *marketing*¹¹ passaram a povoar as mentes de outros segmentos da atividade organizacional e os meios de comunicação acompanharam as mudanças ocorridas, que surgiram como reflexos de uma sociedade em mutação. Esse modelo, fruto do sistema capitalista, aprofunda-se ao longo dos governos militares (1964-1985) e logo se torna parte das articulações globais do capital internacional, que propõe não apenas questões econômicas, mas políticas e culturais, de dependência e autonomia.¹² Frisa Nelson Werneck Sodré a influência do capital estrangeiro, notadamente norte-americano, na média brasileira, destacando os seguintes v rtices: as agências de publicidade internacionais e as publica es estrangeiras.

Em pouco tempo, os jornais passaram a obter 80% de sua receita dos anúncios (...). A publicidade também obrigou os jornais a se preocupar em aumentar a circula o, já que as agências preferiam entregar seus anúncios aos veículos de maior tiragem, que cobrissem as maiores áreas do território nacional (Abreu, Alzira Alves de, 2002, p. 10).

3.2 O governo militar como referência da imprensa brasileira

O regime militar, instaurado em 1964, instalou-se com forte consentimento civil. Entre outros setores, a imprensa foi inicialmente um dos suportes estratégicos do movimento que derrubou o regime constitucional. A maioria dos proprietários de jornal encampava as idéias do liberalismo econômico e se identificava com o ideário do “golpe de 64”.¹³ Isso porque, antes, os grandes jornais se diziam preocupados com o perigo do estatismo na economia e condenavam as restri es do capital estrangeiro, que, achavam, impediriam o país de avançar no seu processo de

¹¹ *Marketing*, neste estudo, entendido como a propaganda que procede da sociedade de consumo e que tem como tarefa vender imagem e reduzir o cidadão   figura privada de consumidor.

¹² Surge daí, mais fortemente, a imposi o do paradigma neoliberal, como modelo de política econômica, seja por a es diplomáticas ou por outros meios.

¹³ Apenas o jornal *Ultima Hora* destoava do coro geral da grande imprensa. Até destacados jornalistas deram seu apoio   interven o militar, apesar de muitos se tornarem ferrenhos adversários do regime, principalmente em razão da violência e das prisões indiscriminadas e dos abusos da repressão. Contudo, os patrões se ajeitaram e, mesmo com a chegada da censura, não incomodaram a ditadura militar.

industrialização. Com a subida dos militares ao poder, teve início o período de repressão política que levou à prisão os opositores do regime e, ainda, à censura da imprensa. Diante dessas restrições à liberdade de expressão, pouco tempo depois, apenas uma pequena parte da imprensa do país se distanciou do novo governo e se precipitou na denúncia das arbitrariedades que estavam sendo cometidas. Nesse momento, o que surge com força é uma imprensa alternativa: jornais e revistas, aparentemente sem expressão, lutavam de forma insistente para editar seu material, sempre sob a mira dos militares.

O jornalismo deve procurar apresentar-se como um relato equilibrado e equidistante, por certo. Mas esse equilíbrio pressupõe a urgência do Estado de Direito. Sob uma ditadura, esse equilíbrio, por ser impossível, por surgir como falsificação, serve de máscara para a impostura. Entre a tirania e a democracia, o jornalismo não fica num ponto pretensamente neutro, nem pode ficar: ele tem o dever de defender a democracia contra a tirania. Quando as liberdades estão ameaçadas, o jornalismo assume o lado de defesa do Estado de Direito. O jornalismo só é viável como prática social dentro da democracia, ou lutando pela democracia; longe da democracia, ele tende a fenecer. Quando as liberdades são tolhidas, o jornalismo já não mais pode ser apartidário: assume o partido da liberdade. Aí, a sua única via de sobrevivência é o combate em legítima defesa, um combate que se trava a contragosto, a contrapelo, na contramão (Bucci, Eugênio & Kehl, Maria Rita, 2004, p. 218).

Observa-se que o Estado militar era inspirado na Ideologia de Segurança Nacional (ISN), que concebia o Estado como uma entidade política que detém o monopólio de coerção e a faculdade de impor normas de conduta a serem obedecidas por toda a sociedade. “Procura-se garantir a integridade da nação com base em um discurso repressivo que elimina as disfunções, as práticas dissidentes, organizando-as em torno de objetivos pressupostos como comuns e desejados por todos” (ORTIZ, 1995, p. 115). Esse Estado militar autoritário consolida a sociedade brasileira nos moldes do chamado “capitalismo tardio” (JAMESON, 1996). Nessa linha de pensamento, foi instituído, em 13/12/1968, no período mais obscuro do poderio dos governos militares, o Ato Institucional nº 5¹⁴. Nessa época, alguns jornais foram invadidos e fechados pelos órgãos de repressão policial-militar. A partir de então, os temas políticos passavam a ser cuidadosamente censurados. Esse foi o período do chamado “milagre econômico”, que coincidiu com um dos momentos mais dramáticos e violentos da ditadura do governo Médici. “O país vai bem, o povo é que vai mal”, segundo palavras do próprio general-presidente¹⁵, numa referência ao panorama da época.

¹⁴ O AI 5 anulava a Constituição de 1967. Com ele, a repressão e a censura abrangeram todos os setores da vida intelectual e artística brasileira, tornando cada vez mais visível uma ruptura da indústria cultural com o Estado.

¹⁵ Ver fascículo 6, Coleção Caros Amigos, referente ao tema – Governo Médici (1969-1974): o milagre.

Foi um momento do jornalismo exercido sob risco, quando jornalistas ousaram denunciar torturas e assassinatos dos opositores do regime militar, enviando numerosos relatos para a imprensa e para o exterior, ou até mesmo publicando esse material, na maioria das vezes clandestinamente, de forma a ridicularizar o regime ditatorial.

Em 1968, a ditadura militar começava a colher os resultados do seu golpe de 1964: milhares de cidadãos, pertencentes à geração que se criou sob a legalidade da Constituição de 1946, rebelaram-se por todo o país contra o regime que se impôs pelas armas. (...) A grande imprensa pouco noticiava, por estar sob censura ou por cumplicidade com o governo. As notícias afluíam dos cárceres, em relatos de parentes e amigos dos presos, através de advogados. Muitas vinham manuscritas de próprio punho das vítimas... (Fascículo 7 – “A Ditadura Militar no Brasil” – Coleção Caros Amigos/jan-2008, p. 5).

A relação dos militares com a imprensa teve a sua face oculta. Ao mesmo tempo que censuravam matérias e interferiam no conteúdo das informações, os governos militares financiavam a modernização dos meios de comunicação. Para levar adiante seu projeto, os militares implantaram uma infra-estrutura na área das comunicações, cujos benefícios serão colhidos pela classe empresarial, interessada na integração dos mercados consumidores. É a partir da convergência de interesses que se formou a grande rede, constituindo o que se chamou “oligopólios da informação”. Cabe salientar que, no período militar, a imprensa escrita, o rádio e a TV já dependiam fundamentalmente de publicidade para sobreviver e que os maiores anunciantes eram os órgãos estatais. Era por intermédio da propaganda que se estimulava o apetite das massas, conduzidas à alienação. Com a criação da Embratel e do Sistema Internacional de Satélites, em 1965, além do Ministério das Comunicações, em 1967, permitindo a interligação de todo o território nacional, as dificuldades técnicas que impediam um sistema de redes foram superadas.

Isso foi ponto essencial para a indústria cultural, que, dessa forma, pôde proporcionar a criação de grandes grupos financeiros na área de comunicação. Diante desse novo desafio e de uma estruturação empresarial de formato capitalista, vários jornais desapareceram e os poucos que ainda sobreviveram tiveram também que enfrentar um outro desafio: o elevado custo do papel. O interesse dos governos militares foi muito grande no que se referia ao sistema comunicacional, ao contrário do que ocorreu com os EUA, onde ele resultou de investimentos privados. Os militares financiaram a modernização da maior parte dos jornais. Sedes modernas, compra e importação de equipamento foram realizadas com recursos de empréstimos bancários e

de instituições estatais, o que evidentemente representava um instrumento adicional de controle sobre a mídia brasileira. A modernização agora se tornava excludente e reiterava a marginalização social em grande escala. Para quem não sabe, o progresso do capital e o progresso da sociedade poderiam não coincidir, como a História mostrou à humanidade nessas últimas décadas. Para Adorno e Horkheimer, “a cultura capitalista leva obrigatoriamente à desintegração social e política”.

No entanto, a relação entre os empresários e os militares ainda continuou conflitante. Apesar da revogação do AI 5, permaneceu em vigor a Lei de Segurança Nacional. Durante o governo do último presidente militar, foi abolida a Lei nº 7.170, *i.e.*, que sofria interferência da Lei de Segurança Nacional no tocante à legislação da imprensa. No entanto, somente com a promulgação da Constituição de 1988, a imprensa recuperou sua garantia de livre expressão. Ressalte-se que, a partir de 1964, se por um lado havia a repressão ideológica e política, por outro, a História brasileira mostrou que esse foi o período em que mais se produziram, difundiram e consumiram bens culturais.

Foi nesse momento que se consolidaram conglomerados como a Editora Abril, o Grupo Folhas, as Organizações Globo, o *Estado de S. Paulo* etc., da mesma forma como se mostrava o quadro mundial com o grupamento das grandes empresas de comunicação internacionais. Os anos que se seguiram foram um pequeno ensaio para a entrada no século XXI. Muitas mudanças ocorreram na sociedade e também no jornalismo brasileiro: novas técnicas, desenvolvimento de tecnologia até então desconhecida, pressão para concorrência e até um profissional repaginado, submetido a regras destinadas a aumentar a eficiência do processo coletivo de trabalho, vislumbrava-se nesse novo cenário.

Após o AI 5, o governo aumentou a censura, proibindo as notícias que faziam críticas ao regime militar ou apontavam para ações repressivas dos governos, torturando, matando, fazendo desaparecer seus oponentes e aqueles que faziam críticas à política do governo e à abertura desenfreada do capital estrangeiro (Aquino, Maria Aparecida de: *Censura, Imprensa e Estado Autoritário 1968-1978* apud Fascículo 5 – Coleção Caros Amigos).

Hoje, com o fim da bipolaridade capitalismo *versus* socialismo, da destruição das utopias e de uma visão mais pragmática do mercado, além da predominância do sistema neoliberal e suas conseqüências econômicas e políticas, que reforçaram fortemente a hegemonia da indústria da comunicação, o jornalista também teve de mudar a forma de praticar

cotidianamente a sua profissão. A profissionalização passou a ser pensada como um recurso para assegurar alguma autonomia diante de empresas-jornal, que vendem a sua mercadoria, a notícia, como se fosse um objeto qualquer, pois no Estado neoliberal há encolhimento do espaço público e alargamento do espaço privado que facilita tal ação.

No contexto mundial, observa-se que os oligopólios da mídia “constituem, hoje, um componente essencial ao funcionamento do capitalismo internacional”, como nos diz José Arbex Jr. (2001). E continua: “as megacorporações da mídia foram criadas no interior do mesmo processo econômico e político da economia capitalista que desembocou no imperialismo”. Isso mexeu com a sociedade e com as expectativas dos profissionais da imprensa, deixando-os à mercê desse mesmo capital, marcado por uma nova estrutura na divisão trabalhista, voltada especificamente para a rentabilidade econômica daqueles que detêm o poder.

Em 1980, 50 companhias respondiam por 90% do faturamento; em 1990, menos da metade delas ficava com os mesmos 90%. O encurtamento do mercado agravou-se após a primeira onda de fusões e aquisições de empresas. As principais transações foram as compras da rede NBC pela General Electric e da rede ABC pelo Grupo Capital Cities, ambas em 1986. A fusão da Time Incorporated com a Warner Communications, em 1989; a constituição da cadeia Fox pela News Corporation, graças à incorporação de emissoras independentes, em 1990; a transferência dos controles acionários da Columbia Pictures e da MCA/Universal para as japonesas Sony e Matsushita, respectivamente, em 1990 (Moraes, Dênis de, 1998, p. 65).

Desde que passou a ser considerada uma mercadoria, a notícia deixou de ser submetida aos critérios tradicionais de apuração, autenticidade ou erro. O mundo da mídia explodiu de tal forma que, em qualquer sociedade do mundo, a guerra interna, travada entre os grupos midiáticos, tornou-se uma realidade mais intensa do que aquela do mundo que os cerca. O mais importante é ter a notícia antes. “É o furo ou a morte.” É por isso que, mesmo que diversos acontecimentos se produzam simultaneamente no mundo, a mídia só cobrirá um: aquele que tiver atraído a todos. Outro aspecto a ser considerado é o que é sobrepujado pelo noticiário sensacionalista, pelas fofocas, pela corrupção, pelo culto à pornografia, envolvendo políticos, empresários, policiais, artistas, militares em negócios considerados ilícitos ou que mereçam o exame da Justiça, ou da própria polícia, e pela notícia-mercadoria. Segundo Bourdieu (1997, p. 23), as notícias de variedades, por exemplo, produzem a despolitização, reduzindo a vida do planeta à anedota e ao mexerico.

O que acontece com celebridades e personagens-tipo chama a atenção não apenas dos jornalistas, mas de qualquer pessoa. Se um homem caminha bêbado pela calçada, não merecerá mais do que um olhar; se é um político ou um cantor popular, não faltará quem registre o fato e saia comentando. Focaliza-se a moralidade dos hippies, dos jogadores de futebol bem-sucedidos, dos punks e dos homossexuais. Divórcios, adultérios, brigas por herança – tudo aquilo que é do universo privado – tendem a tornar-se públicos quando os envolvidos são pessoas notáveis ou ocupam espaços de exclusão (Lage, Nilson, 2001, p. 97).

Há uma valoração da investigação jornalística voltada para as denúncias, falcatruas e corrupção. Um estudo realizado por J. Thompson (2006) tenta mostrar que, nas sociedades midiáticas, o escândalo é um evento central que afeta fontes concretas de poder nos regimes democráticos eleitorais, pois o poder submetido à pressão de opinião pública está ligado à reputação. Com o crescimento da mídia na década de 1970, houve uma mudança na cultura jornalística, com reportagens investigativas que romperam barreiras e levaram à divulgação de determinados segredos de poder.

Quanto maior o capital necessário ao investimento em novas tecnologias, mais a mídia se torna dependente dos anunciantes e dos sistemas de crédito. Como resultado – dirá Jürgen Habermas –, a imprensa, até então instituição de pessoas privadas enquanto público, torna-se instituição de determinados membros do público enquanto pessoas privadas – ou seja, pórtico de entrada de interesses privilegiados e interesses privados na esfera pública. “Os montantes de capital necessário para adquirir e desenvolver essas tecnologias acentuaram a tendência à concentração oligopólica em setores de ponta – rádio, TV, cabo, mídia, empresa, cinema, vídeo, música, editorial” (Arbex Jr., José, 2001, p. 59).

O desenvolvimento das tecnologias da comunicação (após o telégrafo e o telefone, o telégrafo sem fio, a telecomunicação e o rádio, o cinema e a televisão e outros ainda mais sofisticados) implicou a unificação cronológica das formas de produzir e imprimir a notícia, acelerando o processo de cartelização da imprensa. Os pequenos jornais locais tornaram-se dependentes dos jornais urbanos das circunvizinhanças e passaram a ser incorporados a estes como redações municipais ou redações afiliadas. Quanto mais rapidamente um jornal era impresso – e quanto maior o seu alcance – maior a sua importância para os interesses econômicos privados que o sustentavam. Por isso em lugar de esclarecer, confunde e desinforma. A liberdade, hoje sabe-se, é do capital. E a verdadeira informação também lhe pertence.

... um grande jornal, hoje, é uma empresa capitalista de grandes proporções. Não está mais ao alcance de qualquer detentor de capital, exige capital de vulto. Para isso, concorre, naturalmente, o avanço da tecnologia de imprensa, quando a oficina de um grande jornal parece uma fábrica, (...). Esse avanço tecnológico obrigou, por outro lado, que as empresas jornalísticas se empenhassem em investimentos acima de suas possibilidades normais. A situação financeira delas, por isso mesmo, é periclitante, em

casos conhecidos. Se fossem empresas de outras áreas, estariam liquidadas por razões de mercado. Razões que elas defendem com maior ardor infeliz, todos os dias, atreladas ao neoliberalismo. Como as do condenado que elogia o dono da corda em que será enforcado. Bem disse alguém que o capitalismo tem razões que a razão desconhece (Sodré, Nelson Werneck, 1999, p. XI).

A industrialização mudou o perfil tecnológico e profissional do jornal. No Brasil, a imprensa que, *grosso modo*, pode-se dizer, nasceu com a industrialização, vê o espaço das grandes reportagens jornalísticas cada vez mais se destinar à publicidade. A tendência atual para a proximidade entre a visão das redações e a dos departamentos comerciais começa a ser implantada nos jornais de maior circulação. A imprensa se aliou de vez ao capitalismo em ascensão, e a lógica mercantil tornou complexo e universalizou o mundo, presidindo os rumos desse processo em todos os campos da atividade social e humana. Logo, é o fator econômico que se pressupõe e direciona o desenvolvimento das necessidades coletivas da informação em geral e, em particular, do jornalismo. Em resumo, hoje, é preciso conseguir uma ordem democrática em que a informação de interesse público esteja preservada, senão no todo, na sua parte essencial, do interesse do mercado.

3.3 Implicações da lógica de mercado sobre o jornalismo

Até aqui, o que se pretendeu, com essa rápida contextualização histórica, foi situar o gradual fortalecimento do jornalismo na perspectiva da sociedade capitalista moderna. É partindo desse modelo de sociedade que se considera imprescindível compreender o fenômeno de implantação e desenvolvimento da indústria cultural no Brasil, especialmente quando se observam os cenários político e econômico em que esse fenômeno ocorre – de inclusão tardia da economia brasileira no capitalismo internacional¹⁶. Também por compartilhar da idéia de que não existe uma mesma lógica para todas as indústrias culturais é que as reflexões que se programam no presente trabalho restringem-se ao jornalismo de indústria cultural, particularmente o jornalismo impresso, não podendo ser extensiva, portanto, à indústria de natureza diferente, embora pertencente ao mesmo ramo da produção de bens para consumo imaterial. As práticas de consumo têm grande importância nas relações de comunicação, que se vêm estabelecendo na sociedade contemporânea.

¹⁶ O capitalismo tardio depende para seu bom funcionamento de uma lógica cultural de uma sociedade de imagens voltadas para o consumo. A observação aqui apresentada está apoiada em citações de F. Jameson e se sustenta nos princípios do funcionamento econômico do capitalismo reforçado pelo consumo, na intensidade circular e na alienação das regras e conceitos que conformam a produção.

As notícias são as informações concebidas integralmente como mercadorias, não apenas por serem produzidas com emprego de técnicas próprias da indústria cultural, mas também porque estão sujeitas a sua lógica. O objetivo manifesto é investigar quando e como a forma empresarial das organizações e a preocupação com o mercado passaram a ser o elemento mais importante na determinação da lógica de produção das mensagens jornalísticas. A mensagem-mercadoria serve à lógica e aos espaços do mercado, daí caracterizar-se como uma imprensa de indústria cultural. Embora não deva ser considerado o único agente de transformação da imprensa, a tecnologia foi seguramente um de seus principais instrumentos. Segundo Muniz Sodré (1983, p. 82),

a indústria cultural estava assentada na moderna economia de mercado, com sua vertical penetração em todas as esferas da vida do consumidor contemporâneo. A informação se apresenta como uma mercadoria e, como tal forma, pretende-se neutra, um serviço “público”, politicamente isento ou, então, com roupagem de democracia liberal. Os conteúdos informativos encontram na estrutura de mercado o seu principal modo de articulação.

Os avanços nessa área, com o desenvolvimento das telecomunicações, com a difusão da informática, com as novas possibilidades de impressão e de registro audiovisual, ocorreram em escala mundial e, assim, afetaram a coleta da informação, a produção da notícia e sua distribuição. Foi nesse quadro que o *marketing* tornou-se elemento fundamental da cultura do capital. Os estudos mercadológicos e as medidas estratégicas normalmente utilizadas para sustentar um produto no mercado consumidor e garantir seu êxito comercial passaram a ser preocupação primordial dos empresários da imprensa. A informação, além de um bem simbólico, tornou-se um bem econômico, uma mercadoria. A importância aparente do consumo está relacionada aos aspectos ideológicos dessa fase do capitalismo, que manipulam desejos, transformando mercadorias em imagens e signos e vice-versa.

À medida que o capitalismo se espalha por regiões mais vastas e penetra mais fundo em todos os aspectos da vida social e do meio ambiente natural, suas contradições vão escapando mais e mais nos esforços de controlá-las (Wood, Ellen Meiksins, 1999, p. 129).

A introdução do *marketing* e das pesquisas de mercado, a ele associadas, tentaram adequar o meio de comunicação, visto como “produto”, e o público consumidor-leitor, por sua vez, tratado como “cliente”. A partir das características desse público, de suas expectativas, de seus gostos e valores, é que se passou a definir o conteúdo, a linguagem e a apresentação daquilo

que lhe era oferecido. As empresas de publicidade procuraram induzir as empresas jornalísticas a se tornarem meios mais atraentes e sedutores de divulgação para os produtos anunciados. No Brasil, os meios de comunicação, por intermédio do discurso publicitário direto e indireto, exercem grande pressão para o consumo. A necessidade de adquirir mercadorias e serviços é atualmente produzida pela relação entre as mídias e a sociedade.

A propaganda comercial também se apropria de atitudes, opiniões e posições críticas ou radicais existentes na sociedade; esvazia e banaliza seu conteúdo social ou político, transformando-o em moda consumível e passageira. Feminismo, guerrilha revolucionária, movimentos culturais, de periferia, liberação sexual, direitos humanos etc., arrancados do contexto em que lhes dá sentido, são transformados em imagens que vendem produtos (Chauí, Marilena, 2006, p. 40).

Hoje, a maioria dos jornais utiliza o recurso da pesquisa entre os leitores, a fim de definir as características socioeconômicas, culturais e políticas. A influência do mercado sobre as redações se faz sentir ainda de outras maneiras. Os jornalistas foram obrigados a produzir textos mais curtos, a escolher títulos sintéticos, a se preocupar com o uso da imagem. Proliferam as colunas de notas, que têm um elevado número de leitores, sendo adotado um padrão de texto impessoal, seco, descritivo, rigoroso, declaratório, no sentido de não expressar nenhum juízo de valor. Na guerra pela conquista do leitor, o novo modelo de jornalismo levou à introdução de recursos não-jornalísticos na imprensa – política de distribuição de fascículos, brindes e sorteios, para exemplificar. Aliados ao *marketing* e às mais sofisticadas técnicas de vendas, os meios de comunicação – dos mais tradicionais aos atuais – desempenham papel estratégico na naturalização ideológica da economia neoliberal de mercado.

Observando-se os jornais diários e os telejornais, vê-se que as manchetes e as notícias do dia são praticamente iguais em todos os veículos. O resultado é que a informação cotidiana, divulgada pelos diferentes órgãos de imprensa, torna-se cada vez mais igual. Até os anos 70 do século passado, os jornais de grande circulação, a maioria deles de propriedade familiar, eram administrados diretamente pelo dono. A partir daí, o poder das empresas adquiriu outra dimensão, pois é nesse período que a sociedade se define pela consolidação de um mercado de bens culturais.

Os proprietários dos meios de comunicação são agora homens de organização submetidos a determinações de profissionais de diferentes especializações e consultorias: engenheiros de produção, engenheiros de informática, além da racionalidade de conselhos de

administração etc. No geral, esses profissionais são homens de negócio, e não jornalistas. E, na medida em que são menos partidários, também os jornalistas se diferenciam cada vez menos uns dos outros. Mais recentemente, algumas transformações do mercado midiático marcaram o atual formato do jornalismo brasileiro. Nas últimas décadas do século XX, consolidou-se o modelo de cadernização, que ainda permanece em vigor, como resultado da modernização dos jornais diários.

Atenta-se também para o fato de que os manuais de redação¹⁷ são, em parte, culpados dessa nova ditadura do texto jornalístico. Eles se tornaram instrumentos úteis à padronização, tanto da construção da notícia quanto da sua produção. Funcionam como mecanismo de limitação e vigilância sobre os jornalistas, não contribuindo para a espontaneidade da escrita. Com isso, os jornais, ou todos os veículos de comunicação de uma mesma empresa, ficam parecidos uns com os outros, tratam mais ou menos dos mesmos assuntos e, pior, pela mesma ótica. Essa tendência também pode estar ligada à concentração dos meios de comunicação em poucas mãos, o que conspira contra o ideal democrático. Estando em poucas mãos, as instituições midiáticas tendem a refletir menos pluralidade e diversidade, tornando tudo muito igual, característica do ideário globalizado. Na maioria das vezes, a notícia, ao estabelecer relação entre causa e consequência, não contextualiza o evento, sequer especula sobre o que poderia ser a sua singularidade, muito menos relaciona essa singularidade ao que há de universal no assunto em questão.

A informação é centrada nas mãos de um número extremamente limitado de firmas. Hoje, o essencial do que no mundo se lê, tanto em jornais como em livros, é produzido a partir de meia dúzia de empresas que, na realidade, não transmitem novidades, mas as reescrevem de maneira específica. Apesar de as informações técnicas da informação permitirem que toda a humanidade conheça tudo o que o mundo é, acabamos na realidade por não sabê-lo, por causa dessa intermediação deformante (Santos, Milton, 2007, p. 66).

Os jornais enfrentam precariamente esse tipo de problema típico da indústria cultural – com a própria fórmula de oferecer fatos novos todos os dias –, porém alguns deles não conseguem superar integralmente as dificuldades para diversificação de um trabalho que, mesmo estandardizado, precisa oferecer novidades. Com todo esse tipo de controle sobre o trabalho nas

¹⁷ São disciplinadores excessivos do texto, às vezes, assumem a função de orientador quanto aos procedimentos comportamentais e até ideológicos para o jornalismo. Na década de 1920, houve uma primeira tentativa para implementá-los, feita por Gilberto Freire. Mais tarde, eles voltam à cena, já nos idos de 1950. O manual do *Diário Carioca* é apontado como o primeiro adotado no Brasil. Logo em seguida, surge o manual do jornal *Tribuna da Imprensa*, redigido por Carlos Lacerda, que apresentava, além das normas de padronização e estilo, orientação de comportamento para os jornalistas.

redações, as notícias ficam cada vez menos diferentes das mercadorias em geral e os jornalistas cada vez mais são tratados como operários de uma fábrica de qualquer ramo tradicional da economia, onde há produtos para consumo material, quando, na verdade, o jornalismo é um produto cultural, de consumo simbólico, imaterial. Hoje, a informação jornalística ganhou contornos de produção industrial. A cultura é, antes de qualquer coisa, negócio, e os produtos culturais são feitos para o mercado, como Fredric Jameson (2001) já observara havia alguns anos. Dentre os fatores que levam a esse novo contexto, pode-se citar o crescimento do espaço da mídia e seu conseqüente alcance nacional.

Outro aspecto de produção da mensagem jornalística que caracteriza a sua subordinação à lógica empresarial numa empresa da indústria cultural é a divisão da quota-papel (quantidade de papel de imprensa que a direção de uma redação usa por um determinado período de tempo) para a produção do jornal. Essa quantidade hoje é definida pela empresa de acordo com os seus critérios de racionalidade. A partir de então, o diretor de redação planeja o número de páginas da edição. O setor de publicidade, entretanto, é que define o espaço inicial, programando, página por página, os anúncios a serem inseridos. O que sobra de espaço é distribuído entre as várias editorias¹⁸. Essa divisão é feita em proporções variáveis em função da importância de cada matéria. Ainda para atender às necessidades de racionalização desses setores da organização, o horário de fechamento das edições, antes ditados pelas necessidades de cobertura dos fatos pelos jornalistas, também passou a ser determinado pelo setor industrial, e não mais pela redação. Hoje, tudo é submetido às determinações dos setores industriais e de circulação.

Entre os fatores constitutivos da globalização, em seu caráter perverso atual, encontra-se a forma como a informação é oferecida à humanidade e a emergência do dinheiro em seu estado puro como motor da vida econômica e social. São duas violências centrais, alicerces do sistema ideológico que justifica as ações hegemônicas e leva ao império das fabulações fragmentadas e ao discurso único do mundo, base dos novos totalitarismos – isto é, dos globalitarismos – a que estamos assistindo (Santos, Milton, 2007, p. 38).

A tematização, o agendamento e a abordagem jornalística estão diretamente associados ao fortalecimento dos mais diversos setores do campo econômico. O fator tempo também é algo que conforma a notícia e transcende a ação pessoal do jornalista, encontrando

¹⁸ Cada uma das seções de uma empresa editorial, de um órgão de imprensa. Por exemplo: editoria econômica, editoria política, editoria de artes, editoria de esportes etc. (*Dicionário de Comunicação* – Codecri).

expressão nas categorias sociorganizacionais e socioeconômicas, que condicionam o sistema jornalístico atual. Em síntese, pode-se dizer que existe uma vasta gama de fatores externos às organizações noticiosas que é suscetível de influenciar o conteúdo das notícias em uma sociedade controlada pelo capital. A natureza e a dimensão do mercado em que uma organização social opera também são agentes configuradores do jornalismo, em relação à busca do lucro, ou, pelo menos, do equilíbrio financeiro da empresa jornalística ou de comunicação.

Num país onde o mercado é que tem as rédeas da sociedade, a natureza organizacional da notícia é determinada pela interação entre o mecanismo de controle transorganizacional, representado pelo profissionalismo jornalístico, e os mecanismos de controle, representados pela política editorial. Assim, como os órgãos de comunicação visam ao lucro, é preciso contar ainda com o fator mercado como potencial influenciador do processo de fabricação da notícia.

Na sociedade capitalista, pode-se dizer que a mídia vive a ditadura do capital. Isso porque a classe que detém os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção intelectual, produzindo, reproduzindo e naturalizando idéias que legitimem o status quo (Martins-Barbero apud Canclini, 1999, p. 76).

Continuando a avaliar o comportamento contemporâneo da indústria cultural e dos meios de comunicação, convém lembrar o papel da imprensa na orientação da atenção dos leitores para determinados temas, uma vez que os jornais são a principal ligação entre os acontecimentos e as imagens que esses acontecimentos formam sobre as pessoas. O efeito denominado na teoria da comunicação de *agenda-setting* (ou agendamento)¹⁹ resume-se da seguinte maneira: “A capacidade das mídias em influenciar a projeção dos acontecimentos na opinião pública confirma o seu importante papel na figuração da nossa realidade social” (TRAQUINA, 2001, p. 14). Alguns estudiosos dos meios de comunicação ainda citam a teoria hipodérmica, ponto importante de análise da recepção dos noticiosos, que dizem contribuir para o afrouxamento do tecido conectivo da sociedade, preparando as condições que conduzem ao isolamento e à alienação das massas, fatores comportamentais humanos relacionados ao processo da comunicação. Hoje, diante dos imperativos do mercado, pode-se afirmar que os meios de comunicação passaram a hegemonizar o interesse de uma significativa parcela da população

¹⁹ É uma teoria que procura explicar um certo tipo de efeito cumulativo a curto prazo, que resulta da abordagem de assuntos concretos para a parte de comunicação. É amplamente conhecida a hipótese da *agenda-setting* a respeito dos impactos do noticiário na formação da opinião pública.

brasileira que, até há poucos anos, tinha acesso basicamente ao rádio e, mais recentemente, aos impressos e demais produtos midiáticos.

As mensagens massmediatizadas têm um impacto direto nas pessoas, produzindo inevitavelmente comportamentos prognosticáveis; esses efeitos aconteciam em todas as pessoas, fossem quais fossem os atributos sociais ou psicológicos do indivíduo; e todas as pessoas eram membros iguais de uma audiência de massas que respondia de forma igual a todos os estímulos midiáticos (idem, op.cit., p.15).

3.4 O mercado como modelo no neoliberalismo²⁰

A partir de meados do século XX, impõe-se progressivamente o paradigma do mercado, cujos critérios de lucro e competitividade tendem a substituir a natureza histórica da humanidade. Aos poucos, uma visão de mundo comprometida com a supremacia da instância econômica sobre a política começa a surgir e as “novas tecnologias” da informação, geradoras de uma ideologia da comunicação universal, começam a se adequar aos mercados financeiros, pois estes passam a constituir o principal modelo de funcionamento da vida social: velocidade, instabilidade, incertezas e caos, parâmetros de um mundo descartável e globalizado. Inseridos na ideologia global, as sociedades seguiram o caminho de um desenvolvimento em que o ponto final implicaria o paraíso técnico e o consumo de massa. A grande mídia, assim, opera tanto por adesão à lógica globalizada, quanto por deter a capacidade única de entrecortar o planeta, por meio das tecnologias modernas que contribuem para o reforço do modelo de produção capitalista. Como exemplo, há os conglomerados multimídia que foram concebidos dentro desse ideário para exercer hegemonia em todas as pontas da revolução digital, uma revolução que se viabiliza em ritmo acelerado e está habilitada a integrar processos, redes e sistemas, multiplicando a capacidade de transmissão de conteúdos.²¹

As novas tecnologias permitiram a ampliação extraordinária da “indústria cultural”, denunciada com particular intensidade por Adorno. Por outro lado, um eufórico Marshall McLuhan anunciou o advento da “aldeia global”. O mundo torna-se cada vez menor, a

²⁰ Neoliberalismo é uma prática político-econômica baseada nas idéias de pensadores monetaristas americanos e ingleses. A teoria desses economistas propõe a redução da ação do Estado na economia, que passa a preservar apenas a ordem política e econômica, deixando as empresas privadas livres para investir. Outra característica das sociedades neoliberais é a desregulamentação e a privatização de numerosas atividades econômicas antes controladas pelo Estado.

²¹ Revolução digital como resultado das novas tecnologias, em especial as TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), pois são elas que condicionam o desenvolvimento do conjunto das tecnologias e geram uma política que contribui para o desequilíbrio acelerado da contradição trabalho-capital.

comunicação entre os homens cada vez mais fácil e rápida, instaurava-se a sensação de simultaneidade global dos eventos (Arbex Jr., José, 2001, p. 68).

Não é possível, entretanto, falar da grande mídia sem lembrar que, durante o reinado neoliberal, ocorre um processo brutal de desregulamentação, privatização e depreciação do papel do Estado como esfera de representação pública e de esvaziamento da sociedade civil. Com a abertura dos mercados quem ganha são os megagrupos da mídia, que passam a usufruir um campo enorme de manobras, desvencilhando-se de normas e regulamentos legais. Nesse espaço público cada vez mais confundido com o publicitário, as significações neoliberais transformam-se em um discurso do senso comum, uma espécie de discurso hegemônico. O neoliberalismo tem muitos disfarces e, dessa forma, surgem, sob diversos recortes da linguagem, os jargões “modernidade” e “globalização”.

No Brasil, ao que parece, a globalização ganhou legitimidade por força da promessa de ingresso no mundo moderno. Sabe-se que o seu ideal pode ser entendido como uma aceleração intensa de um processo de mundialização próprio do capitalismo, que teve sua etapa inaugural nos séculos XV e XVI. O caráter distintivo desse processo dominante, a partir da segunda metade do século XX, baseia-se no advento da informação e das telecomunicações. É como dizia McLuhan, as tecnologias criam um novo “ambiente cultural”, que fornecerá os códigos para a interpretação dos produtos culturais oferecidos pela própria mídia.

A ideologia global está na ordem do dia, uma palavra da moda que se transforma rapidamente em um lema, uma encantação mágica, uma senha capaz de abrir as portas de todos os mistérios presentes e futuros (Bauman, Zygmunt, 1999, p. 7).

Para melhor compreender a mídia, é preciso discutir suas relações como empresa integrante do campo econômico, como agente defensor de interesses no processo monopolista e globalizante do capitalismo contemporâneo ou tardio. É bastante tensionada na sua contradição enquanto espaço privado de opinião pública sensível às demandas da sociedade civil, por incorporar a disputa em torno da construção hegemônica que gera e controla o poder político. Nessa perspectiva da vida na sociedade capitalista, reforçada pela sociabilidade midiática, é que se ampliou o fazer político e se reforçou o exercício do poder. A coerção é substituída pela coesão; a imposição de diretrizes, pela sedução dos caminhos; e a ordem, pela indução de comportamentos e opiniões. As indústrias culturais formam, com as indústrias em geral, um sistema cuja função consiste em fabricar comportamentos de consumo e massificar os modos de

vida. O homem encontra-se em poder de uma sociedade que o manipula a seu bel-prazer: “O consumidor não é soberano, como a cultura queria fazer crer, não é o seu sujeito, mas o seu objeto”, como disse T. Adorno nos seus escritos sobre a indústria cultural, apontado no livro de Mauro Wolf (2001) que trata das teorias da comunicação.

A mídia global, legitimadora da economia de mercado, tornou-se fonte da retórica do embelezamento da desigualdade e da dependência. Nos tempos atuais, depara-se com o alinhamento do pensamento e a padronização das emoções, que, cultivados pela maioria das instituições e disseminados pela mídia, mantêm os seres humanos numa superficialidade existencial e prontos para serem manipulados. A mídia como objeto dessa ilusão produz cidadãos mal informados e conformistas – consumidores obedientes. Nesse contexto, o discurso da mídia assume uma importância especial na atuação, mudança ou consolidação de valores e idéias, dentro do espaço público. Hoje, os produtos ofertados pela mídia conduzem a situações em que se é induzido a ceder aos apelos incessantes da esfera do prazer.

Nas sociedades onde são fomentadas as características do mundo globalizado, a mídia tem o poder de mascarar, por intermédio de sua retórica, a imagem do real, com alguns artificios – específicos dos discursos e de construção de imagens –, ao colocar os indivíduos como espectadores passivos. Todos os dispositivos de linguagem, verbais ou não-verbais, utilizados nos processos de transmissão das notícias sustentam que a imprensa funciona como uma mediação da vida social, construindo canais de comunicação na vida cotidiana (JOVCHELOVITCH, 2000). Uma coisa é a forma real da globalização em curso; outra é o seu formato midiático.

A reordenação do espaço e do tempo provocada pelo desenvolvimento da mídia faz parte de um conjunto mais amplo de processos que transformam (e ainda estão transformando) o mundo moderno. Esses processos são comumente descritos hoje como “globalização” (Thompson, J. B., 1998, p. 5).

Em sua forma atual, a globalização e o mercado favorecem a desigualdade em diversos níveis. Tecidos por significantes que articulam a construção sociolingüística de uma realidade compatível com a ideologia neoliberal, eles colocam a sociedade diante de um número incontestável de possibilidades de prazer, que se encontra fora do alcance da maioria menos favorecida. A crescente mercantilização das notícias e dos meios de comunicação de massa e a sua subordinação às estratégias de *marketing* na captura de leitores-consumidores está levando os

periódicos impressos a um processo extremo de simplificação, que lhes subtrai o papel de esclarecimento, aprofundamento e análise das notícias que deles se espera.

A notícia é concebida como mercadoria, porque está sujeita à lógica empresarial, com todos os seus apelos estéticos e emocionais. O fetichismo da mercadoria produz o efeito de uma “insólita espiritualização do corpo da mercadoria”, como disse Zizek em sua análise sobre *O Capital*. Assim, como o consumidor vive o momento prazeroso, fruto da conquista do “objeto” (sonho de consumo), em igual condição, o receptor de mensagens tende a consumi-la sob a mesma dinâmica. A exemplo do consumidor, que, passando o “efeito mágico” do consumo, desloca o seu olhar para outro alvo, o leitor também desliza seu interesse para outra informação.

Bombardeado pela crescente velocidade das técnicas, científicas e culturais, o homem sente o tempo como algo cada vez mais fugidio, criando uma contradição: ao mesmo tempo que o capitalismo concentra ao máximo as demandas de consumo no momento presente, ele o torna cada vez mais instável, inseguro de si, enfraquecendo a instabilidade da identidade dos sujeitos contemporâneos (Arbex Jr., José, 2001, p. 89).

No século XX, com a imposição progressiva do mercado, a notícia passou a ser informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos emocionais. Ela sofre uma adaptação às normas mercadológicas de generalização. As informações, mesmo marcadas pelo jogo de interesses econômicos, que envolvem as grandes organizações que as produzem – e pelo conteúdo ideológico que possam conduzir –, são reconhecidamente suportes constitutivos da sociedade. Sendo assim, essa globalização, que de fato existe e que teve origem lá atrás, na Revolução Comercial Européia, como já insinuamos em momentos anteriores, e que se fortaleceu, em grande parte, na Revolução Industrial, encontra aliados importantes na mídia e na mudança cada vez maior da estrutura mental e coletiva. Tudo se conforma de acordo com as solicitações e os apelos do capital, daí dizer que a colonização agora é mais ampla e complexa do que aquela apresentada no início pelos navegadores portugueses. Ela se manifesta, hoje, em tecnologia sofisticada que impõe o padrão do grupo dominante para o mais fraco, tanto dentro de um Estado quanto fora dele.

Os sujeitos do poder não são os proprietários dos meios de comunicação, nem os Estados, nem os grupos, nem os partidos, mas simplesmente (e gigantemente) o próprio capital (Kehl, M. Rita & Bucci, Eugênio, 2004, p. 74).

4.O Papel da Mídia na Produção do Conhecimento da Sociedade

4.1 Conexões preliminares entre a mídia e o conhecimento

Hoje, em qualquer domínio da atividade humana – esferas do saber e do poder, costumes, mentalidades, valores –, notam-se transformações sem precedentes na História. Vive-se num mundo de incertezas e desordem. Se a sociedade industrial trouxe no seu bojo elementos como máquinas e ferramentas, trabalhadores especializados, e produção em série, entre outros, a sociedade pós-industrial consolidou-se na experiência organizacional, no investimento em tecnologia de ponta, nos grupos de especialistas, isto é, na geração de serviços e na produção da informação. Essas transformações confirmam as profundas alterações na transmissão do conhecimento nas sociedades capitalistas do mundo contemporâneo. Tal fato, porém, estabelece um diferencial nos saberes em relação aos séculos passados, pois, diante desse novo cenário tecnológico¹, o conhecimento tende a assumir a forma que os produtores e os consumidores de mercadorias têm com estas últimas, ou seja, a forma de valor.²

A aproximação com a realidade e seu reconhecimento como um saber tem gerado diferentes lógicas de construção do conhecimento. Historicamente, os pensadores dedicaram-se a tentar explicar o que é a realidade, como o ser humano acolhe e incorpora em si a realidade, como o sujeito que conhece alcança o objeto que se dá a conhecer (Ciavatta, Maria, 2002, p. 122).

Com a velocidade em que se converteu o capitalismo em Capitalismo, reconhecidamente como um sistema, e se integraram à sociedade os diversos avanços técnicos originários das Revoluções Industrial e Informacional³, também o significado do conhecimento, como já observado, sofreu mudanças radicais. Em todo o planeta, esse conhecimento, que sempre fora aplicado ao *ser*, passou a aplicar-se ao *fazer*, transformando-se em utilidade. De lá para cá, muitas revoluções ocorreram e outras ainda estão por vir, procedentes das “novíssimas” tecnologias e do capital. Há, no entanto, na contemporaneidade, um dinamismo visível – ora sistêmico, ora dialético – do conhecimento, da comunicação e da informação, como resultado do contato dos saberes modernos com a trajetória transdisciplinar do conhecimento no contexto

¹ Hoje, tudo passa pela tecnologia: a religião, a indústria, a ciência, a educação e o conhecimento, entre outros campos da atividade humana.

² O sistema capitalista consiste na produção de mercadorias. Sendo essa mercadoria um produto do trabalho e o seu valor determinado pelo total de trabalho socialmente necessário para produzi-la.

³ Tanto a Revolução Industrial quanto a Informacional têm contribuído para a maximização do trabalho e da comunicação entre os homens. Foi assim com a criação da escrita e da imprensa: a primeira permitiu a conservação cultural; a segunda proporcionou acesso a esse conhecimento.

cultural – desafiador e mutável – do mundo capitalista. Daí, observar-se uma angústia existencial visível no homem contemporâneo, que busca enfaticamente apreender o real e decodificá-lo em unidades significativas capazes de auxiliá-lo na compreensão do mundo à sua volta, onde tudo acontece de forma muito rápida e espetacular.

.... enquanto a cultura da mídia em grande parte promove os interesses das classes que possuem e controlam os grandes conglomerados dos meios de comunicação, seus produtos também participam dos conflitos sociais entre grupos concorrentes e veiculam posições conflitantes, promovendo às vezes forças de resistência e progresso. Conseqüentemente, a cultura veiculada pela mídia não pode ser simplesmente rejeitada como um instrumento banal da ideologia dominante, mas deve ser interpretada e contextualizada de modos diferentes dentro da matriz dos discursos e das forças sociais concorrentes que a constituem (Kellner, Douglas, 2001, p. 27).

Assim, do que se comentou até aqui sobre a produção do conhecimento⁴, é que é possível apontar um entrelaçamento sutil entre as seguintes esferas: a da consciência, onde as pessoas percebem inteligentemente e integram a informação a processos reflexivos, organizando o conhecer ao saber; a da comunicação, que trabalha nos níveis intersubjetivos, quer dizer, no diálogo interior instaurador da informação recebida; e a da ação, quando o que se percebe dá voz ao pensamento, compartilhado por intermédio da socialização, que é o relato da experiência concreta de conhecer. Conhecer é, na verdade, um desafio, tendo em vista a relevância do entrelaçamento entre a consciência e as diversas formas de saber. A consciência humana faz parte da etapa mais desenvolvida do homem e é ela que permite compreender e explicar o mundo. Toda realidade significada pelo homem é parte da produção de sua consciência, logo a realidade é um produto da atividade humana.

O que interessava a Marx é que o pensamento humano funda-se na atividade humana (“trabalho” no sentido mais amplo da palavra) e nas relações sociais produzidas por essa atividade (BERGER, P. & LUCKMANN, Thomas, 2002, p.18).

Considerando que tudo o que o homem conhece, sente e pensa, sabe ou faz, só se torna realmente significativo, só adquire sentido essencial, se houver possibilidade de conversa e diálogo, é que a comunicação se impõe no mundo contemporâneo com tanto ou maior importância do que no passado. A proposta deste capítulo é situar a mídia, principalmente o jornalismo, objeto deste estudo, como elemento importante na formação do conhecimento na sociedade. Procura-se identificar e caracterizar como se dá a apropriação do conhecimento na

⁴ Relação classicamente entendida entre o sujeito que conhece e o objeto que pode ser conhecido. Ele representa o grau máximo ao qual a humanidade chegou na interpretação do seu mundo e na criação de mecanismos para nele interferir.

sociedade capitalista e como a realidade se produz de forma massiva e diária no contexto da mídia. À luz dessa idéia, mostrar-se-á que o fazer jornalístico é o lugar onde concretamente se estabelece a relação entre o sujeito que precisa e quer conhecer e o fato que se deseja conhecido na sua integralidade e que vai constituir a matéria-prima daquilo que a sociedade vai receber por intermédio dos meios de comunicação, como produto, com o rótulo de notícia.

A vida cotidiana é, sobretudo, a vida com a linguagem, e por meio dela, de que participo com meus semelhantes. A compreensão da linguagem é por isso essencial para minha compreensão da realidade da vida cotidiana (Berger, P. & Luckmann, Thomas, 2002, p. 57).

Com base na reflexão de vários estudiosos no assunto, sabe-se que, entre as formas de conhecimento reconhecidas como relevantes para a cultura contemporânea, com maior ou menor ênfase, encontram-se a ciência, a filosofia, a religião, a ideologia e o próprio senso comum. A fronteira que separa a ciência do senso comum⁵ prende-se à forma de obtenção e justificação do conhecimento. Ambos partem dos mesmos fatos e acontecimentos. Só que, enquanto a ciência produz conhecimento acerca dos objetos de forma crítica, organizada e metódica, o senso comum não tem nenhum compromisso com essa justificação, nem com a análise metódica e criteriosa a respeito desses mesmos objetos. “São conhecimentos produzidos espontaneamente dentro de um grupo, fundado na tradição e no consenso”, segundo Guareshi (2003, p. 212).

O (...) aspecto de abstração do conhecimento científico refere-se à desconsideração sistemática de modos de ser relevantes da realidade; isso ocorre na estruturação do saber-sobre de cada ciência. A Psicologia fala do que há de psicológico nos homens; a Biologia, do que há de biológico neles; certa Sociologia e Antropologia, de sua existência gregária, de seus valores. Mas não se conhece nas cidades ou nos campos nenhum homem biológico, ou homem sociológico, ou homem psicológico. Do homem real nenhuma ciência fala e nada assegura que, por conhecer todos esses homens ideais das ciências, alguém termine conhecendo algum homem real (Lage, Nilson, 2001, p. 140).

Por ser o resultado de uma experiência imediata, das explicações superficiais, das opiniões e das formas vinculadas apenas às aparências, é que o senso comum, enquanto modalidade de conhecimento pessoal, que faz com que cada um dos sujeitos se sinta à vontade no mundo, é desprezado pela teoria como conhecimento, uma vez que a ciência moderna se constitui com base na sua negação (MEDITSCH, 1997). O conhecimento do senso comum é aquele que se

⁵ Muitos são os autores que discutiram as diferenças entre a ciência e o senso comum. Serge Moscovici, um dos estudiosos das representações sociais, que definiu em suas pesquisas o senso comum, diz que a sociedade, além de um sistema econômico e político, é também um sistema de pensamento. E que são dois os tipos de pensamento: os universos consensuais e os reificados. Nos reificados, circulam as ciências, e nos consensuais, o ambiente onde se produzem as práticas interativas do dia-a-dia, isto é, o “senso comum”.

compartilha com os outros nas rotinas da vida cotidiana (BERGER & LUCKMANN, 2002). Assim, por estar o jornalismo inserido nas sociedades, trabalhando por elas, na produção dos sentidos que a contemporaneidade lhes delegou, utilizando o fenômeno extraído da realidade social, está também ele relegado à margem da própria ciência, não sendo, portanto, considerado uma forma de conhecimento. No entanto, segundo alguns autores que se debruçaram sobre o assunto, o jornalismo tem um papel fundamental na construção do senso comum, entendido como um conhecimento independente da forma científica, porque participa das práticas cotidianas.

Vive-se em um mundo com uma variedade crescente de instituições produtoras e promotoras de saberes, valores e comportamentos. Vale observar como fato o ritmo das mudanças tecnológicas⁶ e as transformações na construção das experiências humanas. A contemporaneidade se caracteriza por uma era em que a circularidade da informação ocupa um papel de destaque na formação cognitiva do homem, porém, partindo para um diagnóstico mais crítico, independentemente de se classificar o conhecimento como “científico” ou “senso comum”, tende-se a assumir, como ponto relevante nesta dissertação, que o conhecimento hoje não é encarado como algo a ser garantido como direito: a sua concepção como meio transformador das consciências, das relações sociais, da ética e da política foi abandonada, e, em seu lugar, surgiu um conhecimento transformado em mercadoria e em fator de produção, objeto de negociação lucrativa e de estratégia subordinada às condições imperiais da globalização, da qual a mídia participa, pois está também ela intimamente associada aos interesses imediatos do mercado, como necessidade do capitalismo.

Diz-se sempre, em nome do credo liberal, que o monopólio uniformiza e que a concorrência diversifica. Nada tenho, evidentemente, contra a concorrência, mas observo apenas que, quando ela se exerce entre jornalistas ou jornais que estão sujeitos às mesmas restrições, às mesmas pesquisas de opinião, aos mesmos anunciantes (...), ela homogeneiza (Bourdieu, Pierre, 1997, p. 31).

4.2 Refletindo sobre o jornalismo como conhecimento

A partir de observações anteriores, que funcionam como contribuição preliminar para o tema do capítulo, tentar-se-á refletir se o jornalismo se constitui ou não em uma modalidade do conhecimento, mesmo que essa modalidade seja específica, diferente, particular e distante da

⁶ As inovações tecnológicas têm evidentemente uma influência capital na mundialização da cultura, formando uma infra-estrutura material para que ela se consolide.

ciência e do senso comum, este referenciado na sociedade apenas como aparência dos fenômenos. Hoje, entende-se que o jornalismo não apenas produz um tipo de conhecimento, mas também reproduz o conhecimento gerado por outras instituições. Dentre os vários estudos sobre o assunto, ressalte-se a investigação feita por Sandra Jovchelovitch nas mensagens veiculadas pela imprensa, que confirma que “os meios de comunicação também expressam pressupostos que pertencem ao estoque cultural das sociedades nas quais eles operam” (2000, p. 103).

À medida que as ciências humanas passaram a valorizar a observação do cotidiano para o desvelamento das relações sociais, esse cotidiano, que era irrelevante, começa a aparecer preso à teoria do conhecimento, como seu objeto, segundo registro de Boaventura de Souza Santos (2000) em seu discurso sobre as ciências pós-modernas.

A linguagem comum de que disponho para a objetivação de minhas experiências funda-se na vida cotidiana e conserva-se sempre apontando para ela, mesmo quando a emprego para interpretar experiências em campos delimitados de significação. Por conseguinte, “destorço” tipicamente a realidade destes últimos logo assim que começo a usar a linguagem comum para interpretá-los, isto é, “traduzo” as experiências não-pertinentes à vida cotidiana na realidade suprema da vida diária (Berger, Peter & Luckmann, Thomas, 2002, pp. 43-44).

É inegável que a mídia desenvolve formas sofisticadas de superposição de linguagens e mensagens, que facilitam a absorção de seus conteúdos e que ainda têm o poder de condicionar outras formas e espaços da comunicação. Ela ensina que o conhecimento não pode ser reduzido unicamente ao racional, pois conhecer significa compreender todas as dimensões da realidade, captar e expressar essa totalidade de forma cada vez mais ampla e integral. O caminho para esse tipo de conhecimento integral funciona melhor se este começar pela indução, pela experiência concreta, vívida, sensorial, até incorporar-se à intuição, ao emocional, ao racional. Sabe-se que a comunicação é um contexto fora do qual o ser humano não pode ser compreendido. Ela é troca interativa, assim entendida como uma relação participativa, em que o principal elemento são as idéias que se produzem sobre ela. A mídia é o contexto em que “a realidade da vida cotidiana aparece já objetivada, (...), constituída por uma ordem de objetos antes de minha entrada em cena” (BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas, 2002, p. 38).

A dinâmica comunicativa que se estabelece no campo das relações sociais é expressão própria do conflito ideológico, em que os homens se agrupam, segundo seus interesses, e procuram demarcar seu espaço por intermédio de seu discurso e de sua prática. Qualquer texto

jornalístico, ou não, pressupõe uma estrutura lógica de pensamento. É ela que possibilita a construção de um discurso, resultante de uma ordenação seqüencial de signos – sinais verbais por meio dos quais se representa algo e que se sustentam através das relações com os outros signos, com objetos ou idéias designados por si mesmos e com o sujeito que os utiliza. A linguagem não é apenas instrumento de comunicação entre diferentes conseqüências; ela é fundamento da comunicação, da consciência com ela mesma. É, também, um ordenador de mundo, pois tudo que pode ser dito coloca-se sob as regras do dizer, na medida em que pode ser comunicado. A sociedade faz existirem indivíduos para os quais há percepção, palavra e reflexão que são indefinidamente auto-reprodutíveis como indivíduos sociais, para cada um dos quais há, sempre e ao mesmo tempo, um mundo privado e um mundo público, cuja vida na sociedade é, em certo sentido, a vida e o funcionamento da sociedade como sociedade instituída.

A necessidade de defender a existência das esferas pública e privada como esferas distintas e, ao mesmo tempo, o reconhecimento da sua conexão essencial é uma questão crucial para as sociedades modernas. É crucial não apenas porque sustenta a possibilidade de democracia e cidadania – quando sujeitos políticos, na ação e no discurso, participam daquela esfera da vida que é comum a todos, e, portanto, não se pode fundar em interesses privados e intimidade (Jovchelovitch, Sandra, 2000, p. 65).

As palavras, expressões, proposições etc. mudam de sentido segundo as proposições sustentadas pelos indivíduos que as empregam. Ao mesmo tempo, se uma palavra, uma expressão ou uma proposição não têm um sentido que lhes seria próprio, vinculado à sua literatura, elas podem receber sentidos diferentes – todos igualmente evidentes –, conforme se referirem a esta ou aquela formação discursiva. A combinação dos elementos citados é que vai dar sentido à estruturação discursiva, sendo denominados materiais de uma ideologia.⁷ Ela se constitui, segundo o professor José Luiz Fiorin (1988), através dos campos de manipulação consciente (sintaxe) e da determinação inconsciente (semântica). A ideologia não se aprende, o inconsciente não se controla com o saber, pois a própria língua funciona ideologicamente, tendo em sua materialidade esse jogo. As informações aparecem como se a realidade fosse assim mesmo e houvesse absoluta neutralidade na sua apresentação. O que na maioria das vezes não se percebe é

⁷ Ideologia é uma representação de relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência, segundo Louis Althusser, no livro *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Um outro conceito, este presente no texto de Terry Eagleton – “A Ideologia e Suas Vicissitudes no Marxismo Ocidental”. In: *Um Mapa da Ideologia*. Segundo ele, surgiu a ideologia no momento histórico em que os sistemas de idéias se conscientizaram pela primeira vez de sua parcialidade; e isso se deu quando essas idéias foram forçadas a deparar formas estranhas ou alternativas de discurso. Foi com a ascensão da sociedade burguesa, acima de tudo, que se montou o cenário para essa ocorrência.

que há sempre uma seleção prévia de aspectos da realidade que vão ser apresentados e uma interpretação dessa realidade a partir de um ponto de vista, que serve a determinados interesses.

.... a peculiaridade da ideologia contemporânea está no seu modo de aparecer sob a forma anônima e impessoal do discurso do conhecimento, e sua eficácia social, política e cultural funda-se na crença, na racionalidade técnico-científica (Chauí, Marilena, 2006, p. 76).

Por intermédio do discurso do enunciador, “lança-se mão de estratégias argumentativas e de outros procedimentos para criar efeitos de sentido de verdade ou de realidade, com vistas a convencer seu interlocutor”, pois muitos são os artificios usados por quem produz a mensagem (FIORIN, 1988). A semântica discursiva, por um lado, é o campo das determinações inconscientes, que faz com que o conjunto de elementos semânticos – habitualmente usados nos discursos de uma dada época – constitua a maneira de ver o mundo numa certa formação social. Dessa forma, o discurso transmitido contém em si, como parte da visão de mundo que vincula, um sistema de valores, isto é, estereótipos dos comportamentos humanos, que são valorizados positiva ou negativamente. É nessa passagem para o processo discursivo que se transfere o delineamento das formações discursivas para a sua relação com a ideologia.

..... há pouco fundamento para se supor que a estabilidade das sociedades industriais complexas exige e está baseada sobre um consenso no que se refere a valores e normas particulares. Sendo nossas sociedades ordenações sociais “estáveis”, essa estabilidade pode ser o resultado de uma diversidade de valores e crenças, uma proliferação de divisões entre indivíduos e grupos, ou uma falta de consenso naquele ponto específico onde atitudes opostas devem ser traduzidas em ações políticas. Ao acentuar esse ponto, não quero sugerir que não haja espaço para a análise dos valores e das normas. Quero, porém, tomar o conceito de ideologia separadamente da procura por valores coletivamente compartilhados, redirecionando-os para o estudo das maneiras complexas como o sentido é mobilizado para a manutenção das relações de dominação (Thompson, J.B, 2002, p. 17).

Os discursos vinculam tabus comportamentais, pelos quais a sociedade transmite aos indivíduos – com a linguagem e graças a ela – referenciais que se entranham de tal modo na consciência coletiva e individual que acabam por ser considerados naturais. No caso jornalístico, a apresentação desses referenciais e a valorização hierárquica que lhes é atribuída constituem o jogo de estratégias que rege a mediação entre o real e o leitor, exercida pela figura do jornalista – ou pelo grupo de profissionais que elabora o jornal. A tarefa é reconstruir aparências de realidade e produzir efeitos de verdade, emprestando seu olhar ao leitor. Ainda que inconscientemente, o texto jornalístico resulta de um conjunto de escolhas ou de decisões cumulativamente tomadas a

partir de regras ou convenções de apreensão e representação da realidade. À medida que a disjunção falso/verdadeiro perdeu força na sociedade moderna, já que a nova ordem de racionalidade se abstém da demonstração do princípio de realidade, o dilúvio de informações desorienta e desatina, pois “o que importa é o bombardeamento gradual e uniforme da informação, no qual os diversos conteúdos se vinculam e perdem suas diferenças” (ECO, Umberto, 1974).⁸

O poder do jornalismo de persuadir leitores, ouvintes, telespectadores da verdade de seus enunciados confere-lhe: a capacidade de fazer existir em estado explícito, de tornar público, objetivado, visível, dizível, e até mesmo oficial, aquilo que, por não ter acedido à existência objetiva e coletiva, permanecia em estado individual ou social (Bourdieu, Pierre, 1989).

À medida que a indústria cultural assume progressivamente as funções de elaboração do real na moderna sociedade industrial, o fato social torna-se cada vez mais dependente da realidade discursiva da tecnologia informacional. Para entender melhor o papel do jornalismo no processo de cognição social, torna-se fundamental o estudo desse discurso, que se interessa pela utilização concreta das linguagens e vai demonstrar que todo enunciado, que se refere à realidade, ao refleti-la de certa maneira, também necessariamente a retrate de certa maneira. Consideram-se os processos e as condições de produção da linguagem para análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz esse dizer. “Para Bakhtin, na vida social do enunciado, cada palavra é dirigida a um interlocutor específico numa situação específica, entonação e alusões distintas” (STAM, R., 1992, p. 62); na produção das notícias, tudo é orientado pelas injunções mercadológicas. Nessa elaboração, são utilizadas técnicas capazes de compatibilizar a matéria jornalística com os projetos empresariais.

A fragmentação dos conteúdos e da imagem da realidade social situa-se, exatamente, entre esses dois movimentos: por um lado, a extração dos acontecimentos do seu contexto; por outro, a reinserção dos acontecimentos noticiáveis no contexto constituído pela “confecção”, pelo formato do produto informativo (Wolf, Mauro, 2001, p. 244).

A moderna ciência cognitiva, que conta com informações mais profundas a respeito do funcionamento do cérebro humano, confirma que a comunicação está indissolúvelmente ligada à cognição. O equipamento cognitivo não registra nem arquiva informações tal qual as

⁸ Cabe aqui um esclarecimento quanto à referência a alguns autores no capítulo, que constituíram seus estudos com base em conceitos e preceitos diferenciados daqueles cujos critérios pautam a linha de pensamento deste trabalho. Contudo, a citação e o diálogo com o pensamento de cada um servem para uma reflexão mais ampla do assunto estudado, em direção ao caminho conclusivo desta dissertação.

recebe, antes as processa, classifica e contextualiza, reconstruindo a informação recebida a partir de esquemas de interpretação e informações prévias sobre as obras, o emissor e a situação comunicativa. Hoje, há um outro tipo de preocupação: o esquema clássico da comunicação como transferência de uma mensagem do emissor ao receptor, por meio de processo de codificação e decodificação, está superado. A emoção, antes desprezada, vai aparecer agora como um combustível imprescindível ao processo comunicacional. O aspecto afetivo no conhecimento e na comunicação é, no mundo atual, um complemento do sensorial e do intuitivo. A comunicação agora se manifesta no clima de acolhimento, empatia, inclinação, desejo, gosto, paixão e ternura, pois assim dinamiza as interações, as trocas, a busca e os resultados, aspectos fundamentais para a avaliação mercadológica – procedimentos velhos conhecidos da propaganda comercial.

Os mercadores e seus consumidores precisam ter um interesse maior na natureza sensorial de seus produtos e também nas características psicológicas e de caráter de seus interlocutores, e tudo isso, supõe-se, pode levar ao desenvolvimento de novos tipos de percepção, tanto social quanto física, novos modos de ver, novas maneiras de se comportar (Jameson, Fredric, 2001, p. 155).

O processo incessante de produção e reprodução do conhecimento depende não só do equipamento cognitivo dos indivíduos, mas também das possibilidades de socialização de suas experiências. Por isso, cada vez mais se presta atenção ao papel desempenhado pelas instituições e pelas tecnologias disponíveis em cada sociedade e em cada cultura. Diversos autores têm demonstrado as mudanças ocorridas nas formas de pensar e de conhecer em consequência do segmento da escrita, de sua reprodutibilidade, através da imprensa e, mais recentemente, num processo que ainda estamos vivendo, da revolução eletrônica⁹ (LÉVY, 2002, pp. 183-184). Daí a necessidade de compreender melhor como funciona o jornalismo¹⁰ como meio de conhecimento e de investigar até que ponto ele não será capaz de revelar aspectos da realidade que não são alcançados por outros modos de conhecer mais prestigiados na cultura. Pela complexidade da questão, reconhecer o jornalismo como conhecimento leva a muitas interpretações e caminhos:

⁹ A revolução eletrônica trouxe em seu contexto uma nova visão de mundo, construído através da globalização neoliberal e seu milagre tecnológico, que promete à humanidade uma nova era de um mundo sem fronteiras, apoiada na dinâmica da rede telemática para o livre mercado.

¹⁰ Jornalismo, aqui, como definido por Adelmo Genro Filho, no livro *O Segredo da Pirâmide – uma modalidade de informação ancorada no singular e sistematizada por meios próprios para atender a uma necessidade social difusa; diferente de imprensa, que é o corpo material do jornalismo, o processo tecnológico (rádio, jornal, TV), indispensável para a divulgação de informações. Para ele, o jornalismo é uma modalidade que se constrói a partir do que cada fato/fenômeno extraído da realidade social tem de particular. É uma modalidade do conhecimento que não está nem no âmbito da ciência, nem do senso comum.*

uma ciência malfeita ou crença menor; reconhecem-no apenas como uma maneira diferente de reproduzir o conhecimento, vinculado à função de comunicação que lhe é inerente.

De acordo com Nilson Lage (2001, pp. 14-15), o jornalismo descende da mais antiga e singela forma de conhecimento, só que, agora, projetada em escala industrial, organizada em sistema, utilizando o fantástico aparato universal. Adelmo Genro Filho (1987, p. 58), outro pesquisador brasileiro que tentou entender o papel do jornalismo no processo de cognição, também ressalta que ele, como gênero de conhecimento, difere da percepção individual pela sua forma de produção. Nele, o imediatismo do real é um ponto de chegada, e não de partida. Essa ressalva é importante para discutir os problemas do jornalismo como forma de conhecimento e os seus efeitos. No entanto, ao se fixar na imediatez do real, o jornalismo opera no campo lógico do senso comum, e essa característica definidora é fundamental. Como todo conhecimento, o senso comum também não é tão democrático como sugere o termo. Isso porque o conhecimento é repartido socialmente, graças ao simples fato de o indivíduo não conhecer tudo o que é conhecido por seus semelhantes, e vice-versa, processo que culmina em sistemas de perícia extraordinariamente complexos, diz Eduardo Meditsch em seus artigos e palestras que trataram do tema: “O Jornalismo como Conhecimento”¹¹.

.... Numa palavra, a comunicação é um momento da práxis. O homem é um ser que domina e compreende o mundo simultaneamente e, nessa medida, transforma a si mesmo e amplia o seu universo. A comunicação está no âmago da atividade prática coletiva, da produção social do conhecimento que emana dessa atividade e, ao mesmo tempo, a pressupõe. (Genro Filho, Adelmo, 1997, p. 8).¹²

O jornalismo serve ao mesmo tempo para conhecer e reconhecer. O seu poder de persuadir leitores da verdade de seus enunciados lhe confere a capacidade de fazer existir, de tornar público, objetivado, aquilo que permanecia em estado de experiência individual. Por outro lado, a revelação da novidade é um dado estrutural da sua retórica – a conclusão a que conduz a sua argumentação. A forma pela qual chega a essa novidade também é diferente daquela utilizada pela ciência. Enquanto a ciência, abstraindo um aspecto de diferentes fatos, procura estabelecer as leis que regem as relações entre eles, baseada na sua qualidade teórica sem se questionar acerca do quanto essa qualidade consegue se fazer útil para o conjunto dos homens, o jornalismo,

¹¹ Cf.: <http://bocc.ubi.pt/meditsch-eduard-jornalism>.

¹² Cf.: <http://www.adelmo.com.br>.

como modo de conhecimento não-científico, tem a sua força na revelação do fato em si, na sua singularidade, incluindo os aspectos forçosamente desprezados pelo modo de conhecimento das diversas ciências. Ele se reproduz colado tanto às trajetórias quanto às experiências de vida de um dado grupo social e, nessa correspondência, afirma-se como um discurso que traduz segurança e confiança.

O grande dimensionamento do cotidiano como referencial da vida, lido e interpretado pelo senso comum, possibilitando à mídia o lugar de destaque no processo de produção e reprodução dos valores e conceitos estruturantes, completa-se na configuração da contemporaneidade, a partir da ampliação dos seus agentes. Levando em consideração tais aspectos, vale resgatar o conceito gramsciano, como mais um elemento para a nossa reflexão. Para ele, não existe um senso comum, pois ele é um produto do devenir histórico. O senso comum não pode constituir uma ordem intelectual porque não pode reduzir-se à unidade e à coerência nem mesmo na consciência individual. “O senso comum, ainda que implicitamente, emprega o princípio de casualidade; em uma série de juízos, identifica a causa exata, simples e imediata, não se deixando desviar por fantasmagoria e obscuridades metafísicas, pseudoprofundas, pseudocientíficas etc. (...) Nisso reside o valor do que se costuma chamar (...) bom senso.”

O bom senso prova, então, que, entre máquina e homem, existe uma aliança momentânea, aliança que as condições de utilização para o bem-estar podem consolidar, do mesmo modo como podem vir a ser denunciadas. Seja como for, segundo esse bom senso, é o homem, sua obra, sua vida, sua fala que têm a última palavra. Logo, freada do bom senso com relação a todo empreendimento do totalitarismo, bem como a todo obstáculo à “fala livre”, a tudo que possa transformar o horizonte “natural” da vida: tudo o que foi transmitido, integrado ao mundo como ele (Sfez, Lucien, 2000, p. 316).

Embora se considere o jornalismo produtor e reproduzidor de conhecimento, preso ao senso comum, mas ainda útil para a sociedade e para seus indivíduos, não se pode deixar de considerar que esse conhecimento também apresenta uma série de problemas estruturais. É importante ter em mente a objetividade do mundo institucional, por mais maciça que pareça ao indivíduo. Um dos principais problemas do jornalismo como modo de conhecimento é a falta de transparência desses condicionantes, segundo Meditsch (1997). A notícia é apresentada ao público como sendo a realidade e, mesmo que o público perceba que se trate apenas de uma versão da realidade, não terá acesso aos critérios de decisão que orientaram a equipe de profissionais para construí-la e muito menos ao que foi relegado e omitido e por quais critérios.

No entanto, a base da reportagem continua sendo a entrevista, de preferência face a face, captando o que a fonte quer dizer e também, se possível, o que ela gostaria de não dizer. Fontes que são cada vez mais profissionalizadas e desenvolvem estratégias de convencimento sutis, buscando envolver, antes de mais nada, os próprios repórteres (Lage, Nilson, 2001, p. 39).

Outro aspecto que distancia o jornalismo de ser enquadrado como uma forma de conhecimento é a velocidade de sua produção. Ao mesmo tempo que a velocidade representa um limite, representa também uma vantagem em relação a outros modos de conhecimento. A velocidade não é uma característica exclusiva do jornalismo, mas, sim, da civilização atual, que, por funcionar assim, necessita de informações produzidas rapidamente. Cabe ainda comentar como a notícia, através de técnicas narrativas, procura de alguma forma aliciar as pessoas para que se interessem por uma determinada informação. O problema maior quanto à questão é quando passa a ser utilizada, em função de objetivos não-cognitivos, como a luta comercial por audiência e o esforço político de persuasão. Com esse atributo, o jornalismo produz um pensamento que se torna predominante na sociedade.

Os avanços tecnológicos, a ubiquidade das mídias, a necessidade incessante de encher cada vez mais páginas de jornais e horas de tempo de emissão, a maior competição, os apetites dos profissionais da notícia, uma obsessão societária cada vez mais rápida da comida à informação, a “trama da cobertura ao vivo”, das “reportagens presenciais” e das “estórias de última hora”, todos alimentam o frenesi e mudam a vida privada dos cidadãos (Traquina, Nelson, 2001, p. 195).

É inegável que os meios de comunicação têm um poder muito grande no meio social, mas é difícil determinar até que ponto esse poder é exercido de forma autônoma e até que ponto funciona apenas como instrumento de outros poderes instituídos. Também é bastante difícil isolar os efeitos do jornalismo sobre o ambiente cognitivo dos indivíduos. O jornalismo pode eventualmente desinformar. Mesmo a mídia, muitas vezes no exercício de suas técnicas de serviço e informação, sucumbe à desinformação. Considerando esses prós e contras, pode-se discutir se há alguma pertinência em concluir se o jornalismo é uma forma de conhecimento. A questão do conhecimento que o jornalismo produz pode ser demasiado estratégica à vida de uma sociedade, para ser controlada exclusivamente pelas organizações midiáticas, sem uma avaliação mais próxima e permanente. Na realidade, são esses os pressupostos a serem refletidos com cautela e atenção, atenção de todos que se preocupam com um projeto de sociedade ético.

4.3 A mídia e as representações sociais¹³

No campo midiático, o jornalismo assume hoje um imprescindível papel de mediador, garantindo desse modo a constituição de um sentido comum e a indispensável coesão social. Dessa forma, o jornalismo pode ser considerado um campo fundamental para a compreensão de como a realidade é constituída cotidianamente. A mídia é uma forma atual de contato com o mundo. Nesse contexto, pensa-se o jornalismo, em especial a notícia, como um campo relevante na construção do presente social. Parte-se do princípio de que a notícia é o resultado de uma gama de atividades diárias, sejam processos produtivos, sejam humanos, que produzem discursos. Para entender essa questão, vêm à baila algumas conexões entre o jornalismo e as representações sociais. É através das notícias veiculadas pelos meios de comunicação (jornais, revistas, TV, rádio, internet e outros) que a sociedade tentará compreender o mundo.

As representações sociais são uma estratégia desenvolvida por atores sociais para enfrentar a diversidade e a mobilidade de um que, embora pertença a todos, transcende a cada um individualmente. Nesse sentido, elas são um espaço potencial de fabricação comum, onde cada sujeito vai além de sua própria individualidade para entrar em domínio diferente, ainda que fundamentalmente relacionado: o domínio da vida em comum, o espaço público (Jovchelovitch, Sandra, 2000, p. 81).

A realidade se produz de forma massiva e cotidianamente no âmbito da mídia. As notícias veiculadas diariamente pela mídia, de um modo ou de outro, vão sendo interpretadas das mais diversas maneiras, e, para refletir sobre a hipótese proposta no capítulo, é que se tomará o estudo desenvolvido por Berger & Luckmann (2002), que não trata somente da multiplicidade empírica do “conhecimento” nas sociedades humanas, mas também dos processos pelos quais qualquer corpo de conhecimento chega a ser estabelecido como realidade, ou seja, procura entender como o jornalismo contribui para a construção da realidade social, por intermédio do diálogo com esses autores. Berger & Luckmann (2002) entenderam que a vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido por eles, à medida que forma um mundo coerente.

De momento, é importante acentuar que a relação entre o homem, o produtor e o mundo social, produto dele, é e permanece sendo uma relação dialética, isto é, o homem (...) e

¹³ A origem das representações sociais é europeia e remete ao conceito de representações coletivas de Durkheim. Moscovici o retomou, desenvolvendo as representações sociais. São consideradas uma modalidade de conhecimento particular que tem por função elaborar comportamentos e a comunicação entre indivíduos. Seu estudo consiste na análise dos processos pelos quais os indivíduos, em interação social, constroem teorias sobre os objetos sociais, que tornam viável a comunicação e a organização dos comportamentos humanos. Este registro apresenta uma linha ideológica diversa daquela que permeia o conteúdo desta dissertação.

seu mundo social atuam reciprocamente um sobre o outro (Berger, P. & Luckmann, T., 2002, p. 87).

Se o conhecimento do senso comum é aquele que eu compartilho com o meu semelhante, dentro dessa realidade, a vida cotidiana é partilhada com os outros. Ele estaria, por sua vez, isento na realidade cotidiana do mundo vivido e ancorado no modelo da intersubjetividade e da integração social, diferentemente do saber científico, institucionalizado, inscrito no mundo sistemático, menos flexível e sujeito a outras lógicas de funcionamento. No entanto, com esse conhecimento o indivíduo também pode alcançar uma visão crítica do mundo. “Trata-se do senso comum, mas para criticá-lo, depurá-lo, unificá-lo e elevá-lo àquilo que Gramsci chamou ‘bom senso’ ” (GRUPPI, Luciano, 2000, p. 69).

No processo de produção da notícia, as representações só adquirem sentido desempenhando a sua tarefa e se revestindo daquela aparência de “bom senso”, em contraponto ao senso comum, que as torna elementos naturalizados. É dentro desse contexto que os profissionais de jornalismo contribuem no dia-a-dia para a construção do real, que estabelecem a trama hegemônica das representações (GRAMSCI, 2000). Em atenção a isso, é que se diz que o senso comum se manifesta como atitude do homem comum. Tal atitude é positiva no que se refere à busca de uma compreensão de diversas situações do dia-a-dia, visando dominá-las para melhor agir sobre elas. Impulsionado pelas necessidades, o homem age sem formulações teóricas, desenvolvendo interpretações e criando soluções. O ato de construir socialmente a realidade tem na mídia um lugar privilegiado por estar cada vez mais presente na vida dos indivíduos e na formatação do cotidiano. Mesmo destacando a relação comunicacional como um evento negociado, a mídia assume uma condição hegemônica, e permanece respeitada na sua autonomia interdependente com a realidade-mundo.

Não se propõe, aqui, um estudo aprofundado das teorias das representações sociais, mas, sim, mostrá-las como um instrumento que pode ser utilizado na compreensão e leitura da realidade. No panorama atual, os veículos de comunicação assumiram um papel central como atores sociais ao determinar acontecimentos que merecem existência pública, isto é, o que eles dizem sobre quais fatos pensar, como pensar e, conseqüentemente, o que pensar. As representações sociais vão ajudar o indivíduo a integrar o novo no velho, o desconhecido no conhecido, o diferente no comum, daí a sua importância na atualidade. Sem as representações, o mundo seria demasiadamente pesado para ser compreendido. Há uma relação altamente dinâmica

entre o indivíduo e a sociedade, própria das representações, resultante do encontro entre o singular e o coletivo, sendo a mídia um dos principais mediadores dessas representações sociais. “Mediações essas que revelam a aventura da busca humana para dar sentido e entender sua existência no mundo” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 81).

Celso Pereira de Sá, autor do livro *A Construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais*, também explora tais conceitos e declara:

É com as práticas socioculturais e com a comunicação de massa que o estudo das representações sociais mantém as relações mais significativas (1998, p. 43).

Nesse sentido, o universo midiático “oferece ao sujeito individual uma perspectiva que não pode ser apreendida dentro dos limites de sua experiência pessoal imediata”. Assim, “a mídia conecta e liga vidas individuais ao constituir uma cadeia de códigos compartilhados e reconhecidos, que são constitutivos das representações sociais e da esfera pública” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 218). A representação é um sistema de recepção de novas informações sociais, isto é, uma operação de tradução e interpretação mental de uma realidade exterior percebida. Compreendida assim, ela corresponde à imagem – configuração da idéia traduzida em conceitos sobre a coisa exterior dada. As representações são “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma revisão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (GUARESCHI, 2003, p. 202).

Observando essa definição, constata-se que as notícias incorporam tal sentido, passando a ser usadas pelas pessoas como explicação, ilustrando as idéias e reforçando os comportamentos.

A emergência e o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa constituem-se em uma das mais importantes características das sociedades modernas. A intensidade de sua penetração, nos mais variados segmentos, em todos os domínios da vida social, associada a seu profundo impacto nas sociedades contemporâneas, fez com que cientistas sociais das mais variadas disciplinas se dedicassem a pesquisá-los sistematicamente (Jovchelovitch, Sandra, 2000, p. 89).

A comunicação, sob a perspectiva da representação social, é o fenômeno pelo qual uma pessoa influencia ou esclarece outra, que, por sua vez, pode fazer o mesmo em relação à primeira. Mas o processo de comunicação não é somente o reflexo do tipo de relações sociais que imperam numa sociedade. É um fenômeno básico e universal de influência recíproca. A

comunicação faz parte de um processo mais amplo, o da informação, por meio da difusão do conhecimento numa escala nunca antes imaginada. A informação é o melhor instrumento do comunicador. Ela se torna fundamental para o conhecimento. Entre as décadas de 1960 e 1970, como aponta Nelson Traquina (2000), surgiram diversas teorias que passaram a constituir um novo paradigma para o estudo do jornalismo. Uma das novidades foi a caracterização da notícia como construção social. As notícias passaram, então, a ser compreendidas como resultado de processos mais complexos de interação social, que envolvem diversos agentes sociais: os jornalistas e a sociedade, os jornalistas e as fontes, os jornalistas e as instituições etc. Como exemplo, cita-se a teoria etnoconstrucionista¹⁴, que também busca entendimento da complexidade do processo de produção do texto informativo.

Hoje a preocupação não é mais com o que é comunicado, mas, sim, com a maneira como se comunica e com o significado que a comunicação tem para o ser humano. Há um fluxo diário de informação tão intenso sobre o ser humano, de forma a tentar cristalizar atitudes ou opiniões nos indivíduos. Isso é o efeito dos meios de comunicação de massa em nossas relações sociais. As mudanças econômicas e tecnológicas, ocorridas nas indústrias da mídia do final do século passado até agora, também causaram fortes impactos na produção e na difusão das mensagens. Verifica-se que a produção e a circulação dessas mensagens são totalmente dependentes das atividades das indústrias da mídia.

O papel das empresas de comunicação é fundamental na formação do indivíduo moderno, pois o que seria “viver num mundo sem livros e jornais, sem rádio e televisão e sem os inúmeros outros meios através dos quais as formas simbólicas são rotineira e continuamente apresentadas a nós” (Thompson, J.B, 2002, p. 28).

No processo de transformação, os meios de comunicação de massa se tornam instrumentos fundamentais na produção de uma nova coesão social, exatamente porque lidam com a representação e a disseminação de representações sociais que fundamentam a compreensão do mundo. Há ainda de se investigarem, portanto, os elementos que fomentam a conservação, a mudança e a sedimentação de determinadas representações sociais, não apenas nos níveis cognitivo, psicológico e intuitivo (mundo da vida), mas também no nível político (esfera pública), dois pontos importantes das representações para o estudo desse sistema. A transmissão

¹⁴ Os pesquisadores etnoconstrucionistas destacam a diferença entre ocorrências e acontecimentos, distinção que vai sublinhar o papel estratégico do campo jornalístico no funcionamento das sociedades modernas e na comunicação política.

das teorias científicas para o senso comum – as idéias científicas –, uma vez incorporadas ao mundo, já não são percebidas como produto das atividades intelectuais de determinado grupo especializado, mas como reflexo de algo que existe efetivamente, como “fato” independente da criação humana. O conceito de representação social foi forjado no entendimento das formas de raciocínio e das teorias existentes e elaboradas na vida cotidiana.

Outros mecanismos presentes nas representações sociais são a *ancoragem*, definida como “a penetração” de uma representação entre as que já existem na sociedade, conferindo-lhe sentido e utilidade, e a *objetificação*, que une a idéia de não-familiaridade com a realidade, para se tornar a verdadeira essência dessa realidade. Ambas são formas específicas em que as representações sociais estabelecem mediações, trazendo para um nível quase imaterial a produção, o simbólico de uma comunidade e dando conta da concretização das representações na vida social dos indivíduos.

Nos universos consensuais estão as práticas interativas do dia-a-dia que produzem as representações sociais, que são teorias do senso comum, isto é, conhecimento produzido espontaneamente dentro de um grupo, fundado na tradição e no consenso, dentro de uma lógica, metodologia e comprovação diferentes (Guareshi, Pedrinho, 2003, p. 212).

Para Moscovici (1978), as sociedades modernas são bem mais complexas do que as anteriores. Nesse contexto, numa crítica às teorias positivistas e funcionalistas que já davam conta de explicar a realidade em novas dimensões, ele propôs o conceito de representações sociais, como um *corpus* organizado de conhecimento, e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas e liberam os poderes de sua imaginação. Assim, indivíduo e sociedade se completam, são faces de uma mesma moeda. As representações só existem porque existe um sujeito em permanente troca com os ambientes natural e cultural. Segundo a teoria, por trás das ações e fundamentando as razões pelas quais os indivíduos de uma sociedade tomam atitudes – unindo representação ao mundo –, teoria que não é apenas racional e cognitiva, mas um conjunto de sentidos criados e partilhados socialmente, e o sujeito, ao manifestar seu pensamento, o faz como ocupante do espaço público, e não como um ser isolado.

4.4 O conhecimento e sua recepção mediada pela mídia

Os parágrafos anteriores trouxeram uma reflexão a respeito do jornalismo como uma forma de conhecimento; do senso comum como fruto das atividades cotidianas e do impacto da mídia na vida das sociedades modernas. A partir deste momento, apresentar-se-á a relação da mídia, principalmente do jornalismo, com o seu público-leitor/espectador e de como se produzem as representações para a compreensão das múltiplas realidades existentes no mundo. A trajetória humana não se guia nem se orienta por planos previamente estabelecidos. Na verdade, ela se transforma em uma grande representação, na busca de caminhos para compreender aquilo que é desconhecido e estranho. No panorama atual, os veículos de comunicação de massa assumem um papel central como atores sociais ao determinarem os acontecimentos que merecem existência pública e ainda oferecem interpretações sobre eles, definindo significados e, mais, criando os fatos. De acordo com Mauro Wolf (2001, p. 56), “já não basta observar se existe aquisição de informações e sobre que temas; é necessário também analisar os tipos de informação difundidos e ‘passados’ de uma agenda para outra”.

A produção e circulação das formas simbólicas¹⁵ (BOURDIEU, 1974) nas sociedades modernas são inseparáveis das atividades da indústria da mídia. “As atividades de recepção de mensagens mediadas pelos meios de comunicação são organizadas social, espacial e temporalmente, e a organização das atividades receptivas interage, especificamente, de maneiras complexas, com outros aspectos da vida cotidiana” (THOMPSON, 2002, p. 307).

No caso da televisão, por exemplo, os padrões temporais da atividade receptora são determinados por uma variedade de fatores que inclui: os horários de programação, os gostos, as preferências dos receptores e a organização temporal dos aspectos rotineiros de suas vidas cotidianas. (...) O desenvolvimento de novas tecnologias (...) possibilita aos receptores exercer maior controle sobre a programação e, conseqüentemente, sobre a organização temporal de suas atividades como um todo (idem, ibidem, p. 310).

O processo de recepção das notícias dos jornais diários não apresenta as mesmas características dos meios de comunicação que trabalham com a imagem. No entanto, tais instrumentos, que são mais facilmente detectados através da televisão, ajudam a entender a recepção e o consumo das formas simbólicas, por intermédio da transmissão e do armazenamento

¹⁵ Formas simbólicas são ações, objetos e expressões significativas de vários tipos. Elas estão inseridas em contextos e processos sócio-históricos específicos dentro dos quais, e por meio dos quais, são produzidas, transmitidas e recebidas.

da informação. Este capítulo articulou conceitualmente a comunicação, o conhecimento e as representações sociais, numa tentativa de compreender a influência da mídia na sociedade contemporânea, organizada em função do valor do dinheiro. Hoje, a mídia é um dos principais mediadores das representações sociais, na medida em que suas formulações ressaltam os processos cognitivos coletivos, e não apenas individuais, identificando as dimensões que permeiam a apropriação dos conhecimentos científicos e ideológicos.

A ideologia não é, em sua dimensão fundamental, um construto imaginário que dissimula ou embeleza a realidade social; no funcionamento “sintomal” da ideologia, a ilusão fica ao lado do “saber”, enquanto a fantasia ideológica funciona como uma “ilusão”, um erro que estrutura a própria “realidade” que determina nosso “fazer”, nossa atividade (Zizek, Slavoj, 1992, p. 63).

Sublinhando essa crescente dependência cognitiva aos meios de comunicação de massa, tem-se observado o tratamento dos temas, a importância dos meios, das prioridades e da noticiabilidade do material a ser divulgado. Por meio de processos de seleção e de enquadramento¹⁶ e ao fazer circular as informações, a mídia orienta a opinião pública e estabelece a agenda dos consumidores de notícias. O público fala dos assuntos de que fala a mídia. As notícias se apresentam como versões da realidade baseadas, em grande parte, em normas e convenções profissionais dos jornalistas e das instituições. Ao realizarem o trabalho, eles, jornalistas e instituição, estão implicitamente a construir significados que dão sentido ao mundo. São a ordenação e o enquadramento dos fatos que permite o seu reconhecimento e lhes atribui significado. As notícias não se limitam a refletir a realidade, criam-na também, agindo de maneira dialética, isto é, ao mesmo tempo que apresentam determinadas concepções de realidade, contribuem para modificar a percepção dessa mesma realidade.

O efeito da comunicação de massa é entendido como consequência das satisfações às necessidades experimentadas pelo receptor: os mass media são eficazes se e na medida em que o receptor lhes atribui tal eficácia, baseando-se precisamente na satisfação das necessidades (Wolf, Mauro, 2001, p. 71).

A vida cotidiana torna-se o referencial e a fonte de conceitos para cada indivíduo, desde que se apresente decifrável. Para isso, a ampliação do fluxo e do horizonte informativo proporciona à mídia um papel privilegiado enquanto local onde se apresentam e se consolidam os

¹⁶ Envolve essencialmente seleção de alguns aspectos da realidade percebida para fazê-los mais salientes em um contexto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação casual, uma avaliação moral ou recomendação de tratamento para o item descrito. Ao retratar a realidade, fica marcada, de forma a garantir a manutenção daquilo que é possível definir como circularidade do cotidiano, numa perspectiva de constante movimento e renovação, sem que nada mude.

referentes da coerência contemporânea. Coerência esta configurada na superficialidade dos conceitos e em suas mutabilidades necessárias, além de reforçada na velocidade das informações, que reterritorializa as experiências sociais. Essas mudanças também no tecido da sociedade implicam a conquista para adaptação ao mercado em sua lógica de pulverização e globalização. A intensidade, velocidade e fragmentação com as quais os indivíduos se deparam com a realidade juntam-se à consolidação do senso comum enquanto instrumento de leitura e interpretação da vida, o que permite a edição ainda mais reduzida dos fatos e enfoques apresentados pela mídia. Hoje, até o lado do serviço público do jornalismo, um traço da mídia atual, que poderia facilitar a interação com o espaço público, tem sido diminuído, substituído por objetivos comerciais, e o seu público visto como consumidor de produtos de lazer. Há um controle sobre a sociedade e seus indivíduos, sobre o que se sabe, se conhece e se diz.

As novas tecnologias da mídia também propiciam poderosas formas de controle social por meio de técnicas de doutrinação e manipulação mais eficientes, sutis e ocultas. Na verdade, sua simples existência já cria a possibilidade de minar as energias políticas e de manter as pessoas bem guardadas dentro dos confins de seus centros de entretenimento doméstico, distantes do tumulto das multidões e dos locais de ação política de massa (Kellner, Douglas, 2001, p. 26).

A mídia funciona como mediadora da sociedade contemporânea, responsável pela sociabilidade e consolidação dos conceitos. Ela pratica o jornalismo sempre sobre a égide da moral, definindo o que é certo ou errado, como se fosse guardiã das virtudes da sociedade, naturalizando conceitos e preceitos, além de reafirmar caminhos e objetivos gerais da sociedade. Torna-se o palco que formata e define novas configurações, como uma unidade produtiva do sistema capitalista, na qual conceitos e valores de mercado permeiam cada produto midiático marcado, então, pela mercantilização e pelo lucro, orientando a superficialidade¹⁷ e a rapidez da mensagem. Como registra Marilena Chauí: “(...) o maior malefício trazido à cultura pelos meios de massa tem sido a banalização cultural e a redução da realidade à mera condição de espetáculo.” Um último comentário: os meios de comunicação de massa assumem importância especial na ativação, mudança ou consolidação de valores, idéias, projetos etc. no espaço público.

A racionalidade do mundo moderno distingue as diferentes esferas constitutivas da sociedade. No entanto, numa dessas esferas, que se torna preponderante dentro de uma sociedade de consumo, o processo de padronização se instaura com força (Ortiz, Renato, 1996, p. 32).

¹⁷ A superficialidade é tratada por Fredric Jameson como um traço destacado dentro da lógica cultural do mundo capitalista tardio.

Quando o mundo se deparou com a virada do século, marcada pelo avanço e pelo acesso à informação, aliados às promessas de igualdade da globalização, uma discussão entre a mídia e o conhecimento configurou-se num tema importantíssimo. Deve-se refletir sobre o que as pessoas estão lendo e vendo, o que elas estão encontrando, seja nas páginas dos livros, dos jornais, na TV ou na internet. É preciso colocar em pauta a qualidade, a consistência da informação produzida e posta em circulação. O poder do campo midiático reside na condição do meio de comunicação como grande mediador dos diferentes campos sociais, isto é, como o ator que dá visibilidade ao social e que produz sentidos.

As notícias são elaboradas com a utilização de padrões industrializados, ou seja, formas de amoldar específicas que são aplicadas aos acontecimentos. A luta pelo poder simbólico, isto é, pelo poder de nomear e determinar as categorias que tornam o mundo social possível tem a mídia como um de seus espaços privilegiados. “A capacidade de fazer existir em estado explícito, de publicar, de tornar público, quer dizer, objetivado, visível, dizível e até mesmo oficial (...), representa um considerável poder social: o de constituir grupos, constituindo o senso comum, o consenso explícito de qualquer grupo” (BOURDIEU, 1989, p. 142). Desse modo, o enquadramento que a mídia faz do mundo social é adotado pelo público. Assim, as notícias passam a ser usadas como se fossem a verdadeira realidade.

Os meios de comunicação se tornaram constitutivos da vida social. Eles alteraram modos de interação, transformaram o acesso a – e o consumo de – bens simbólicos, reestruturaram a política institucional e, como não poderia deixar de ser, mudaram radicalmente as fronteiras entre as esferas pública e privada (Jovchelovitch, Sandra, 2000, p. 89).

Tudo que foi abordado até aqui confirma a presença do jornalismo na sociedade, imprimindo os efeitos de suas mensagens, a partir de formulações como a *agenda-setting* (temas prevalentes), o *gatekeeper*¹⁸ (poder de definição de temas), enquadramentos e outros itens que norteiam o estudo do jornalismo. O estabelecimento de determinados critérios de noticiabilidade ou valor da notícia, ao lado da discussão da objetividade jornalística, a partir da quantificação de espaço dado a temas, fontes, personagens e da valência dos enfoques (positivos ou negativos), é que vai mostrar como a informação já se apresenta mascarada ao leitor. Há um discurso de alguém por trás dos leitores sem dizer *o quê* ou *por quê*. As teorias do jornalismo, em suas

¹⁸ Expressão usada nos estudos de comunicação para definir a função de selecionador de notícias que o jornalista ou a instituição jornalística exercem. Eles decidem quais interações serão oferecidas e em qual momento serão permitidas.

formulações iniciais, completam-se na busca para entender melhor a relação dos indivíduos com a notícia, que se tornou instituição imprescindível para a compreensão da realidade, em seu fluxo cotidiano. Nesse trajeto, a partir de suas ambivalências enquanto instituição social e exercido sob a influência ideológica, o jornalismo participa da construção da hegemonia presente no mundo.

O agendamento é consideravelmente mais que a clássica asserção segundo a qual as notícias nos dizem sobre o que pensar. As notícias também nos dizem como pensar nisso. Tanto a seleção de objetos que despertam a atenção como a seleção de enquadramento para pensar esses objetos são poderosos papéis do agendamento, como McCombs e Shaw (1972) escreveram no passado.

A mídia enquanto agente e ação do bloco histórico institui-se construtora do cenário de afirmação dos valores dominantes. Assim, como parte de um grupo hegemônico, que obtém da sociedade capitalista a aceitação de uma ideologia, espalhando pontos de vista, visões de mundo e imprimindo articulações de senso comum e representações, gerados por um sentido determinado, é que ela se pretende universal e verdadeira. Diante desse discurso globalizado e globalizante, os meios de comunicação (rádio, jornal, TV e até as redes cibernéticas da atualidade) desempenham papéis estratégicos na naturalização ideológica da economia neoliberal de mercado. Nessa perspectiva, cultuam-se a *novidade*, em lugar da *memória*, e a *atualidade*, em lugar do *passado*, potencializando o que se denomina “apelo hedonista-consumista” na atual sociedade de consumo.

... não é um sistema de doutrinação ideológica regida que reduz a concordância com as sociedades capitalistas existentes, mas, sim, com os prazeres propiciados pela mídia e pelo consumo. A cultura de consumo oferece um deslumbrante conjunto de bens e serviços que induzem indivíduos a participar de um sistema de gratificação comercial (Kellner, Douglas, 2001, p. 11).

Com essa compreensão, o jornalismo deixa de ser aqui um instrumento de simples doutrinação ideológica ou de manipulação, incorporando a possibilidade de ser o ambiente de produção da realidade. Isso porque oferece a ilusão de realizar prazeres e estimular o consumo, trabalhando a indução como método de apresentação das possibilidades, de forma íntima, não impositiva e baseada na sedução e individuação das opções de desejo. É como diz Meditsch (1997): “O jornalismo é uma forma de produção do conhecimento, que tanto pode reproduzir outros saberes como degradá-los.” De alguma forma, ele contribui para articular e definir os contornos da sociedade do conhecimento, reproduzindo as estruturas do saber da sociedade na qual está inserido.

5. O Cenário Midiático na Representação Política

5.1 A pauta e o agendamento na produção da notícia

Nos capítulos anteriores, considerou-se a íntima correlação entre o desenvolvimento do capitalismo e a expansão da imprensa, reforçada pela prioridade da mídia a matérias que vendam em detrimento daquelas que realmente informam algo de consistente. O impulso dos ideais capitalistas é percebido a cada dia, seja no formato, seja no conteúdo dos meios de comunicação, levando os cidadãos, na condição de receptores dos noticiosos, a consumirem a informação sob a mesma dinâmica consumista voltada a qualquer mercadoria, compreendida, sobretudo, pela racionalidade econômica (CANCLINI, García, 2001, p. 77). O ritmo acelerado da produção jornalística, presente na sociedade contemporânea, em que tudo funciona freneticamente, também coopera para uma rápida definição de um repertório de possibilidades que favorece a reprodução de um saber prático aparentemente eficaz.

.... o poder midiático é um mecanismo de tomada de decisões que permite ao modo de produção capitalista, transubstanciado em espetáculo, sua reprodução automática (Bucci, Eugenio & Kehl, Maria Rita – prefácio de Marilena Chauí, 2006, p. 9).

Como em outros momentos da história da humanidade, a comunicação é um elemento básico de qualquer sociedade e é a mídia que a torna possível, pois ajuda o cidadão a compreender as idéias políticas e culturais de uma época e contribui para formar a opinião pública e o consenso ético e moral do mundo. No entanto, com o capitalismo, a mídia – televisiva, radiofônica, impressa e pela internet – explodiu de tal maneira nas sociedades atuais, que começou a viver para ela própria, como uma verdadeira entidade auto-suficiente, que tem, ao seu lado, o aval dos grandes grupos decisórios e o poder hegemônico. Assim, comandam o que quer que seja: a notícia e o seu enfoque. Neste capítulo, pretende-se apresentar como a mídia demonstra força até quando omite determinados assuntos, deixando de lado pautas que, porventura, possam lhe trazer prejuízo, de ordem econômica, social ou política. Mesmo assuntos que afetam diretamente a vida de uma população podem ser abordados pela mídia sem o compromisso de ser um canal democrático.

No que se refere em especial à pauta¹, tentar-se-á mostrar como ela adquiriu importância no jornalismo brasileiro em virtude, principalmente, da manutenção e do aumento das audiências. A partir do momento em que ela se tornou ferramenta de referência e chave na filtragem da informação jornalística, foi capaz até de tornar visível, e até invisível, um determinado acontecimento. As pautas são, hoje, elaboradas pelos editores, *gatekeepers*², responsáveis não só pela excelência das informações dentro de áreas específicas de conhecimento como pela política editorial da empresa. Já em função da conhecida teoria da *agenda-setting*³, interessa perceber como a mídia, através da seleção, disposição e incidência das notícias, dita os temas sobre os quais o público falará. Integrante das rotinas organizadas nos conglomerados da mídia, essa agenda define o tipo de acontecimento sobre o qual um certo órgão de comunicação se concentra e, conseqüentemente, sobre a representação da realidade que esse mesmo acontecimento oferece.

O objeto, aqui, não é o “poder dos jornalistas” – e menos ainda o jornalismo como “quarto poder” –, mas a influência que os mecanismos de um campo jornalístico cada vez mais sujeito às exigências do mercado (dos leitores e dos anunciantes) exercem (Bourdieu, 1997, p. 101).

Como recurso organizacional, a pauta tem revelado ideologias, estruturas de poder, injunções políticas, econômicas e sociais ao longo de sua existência. Também pode ser considerada um elemento de base para a análise de todo o processo de produção da notícia. O que se verifica hoje é que ela participa desse pensamento único, potencializado por interesses comerciais, através da tecnologia, da reprodutividade acelerada, ameaçando o vigor da ética jornalística. Enfim, ao evidenciar um quadro envolto numa política neoliberal e globalizante, as empresas de jornalismo, para sobreviver, mutilam-se no que de mais importante elas possuem: a autonomia de decisão no direcionamento do seu noticiário. A pauta apresenta uma progressiva alienação por intermédio do enquadramento, da modulação das abrangências, de acordo com o comprometimento da notícia, da excessiva divisão de trabalho, da perda de profundidade analítica, visão crítica e objetiva da sua ação.

¹ A pauta generalizou-se nos jornais diários brasileiros na esteira da reforma editorial iniciada na área gráfica, pelo jornal *Ultima Hora* e, na questão do tratamento do texto, pelo *Diário Carioca*, no Rio de Janeiro, todos na década de 1950 (cf. *A Reportagem: Teoria e Técnica de Entrevista e Pesquisa Jornalística*, de Nilson Lage).

² Expressão originalmente surgida no campo da psicologia, posteriormente foi adaptada à análise comunicacional. Indica que o jornalista funciona como porteiro, que abre e fecha as portas para as notícias, de acordo com seus critérios.

³ Cf. nota integrante do capítulo “A Subordinação do Jornalismo Brasileiro à Cultura do Dinheiro”. Capacidade de a mídia influenciar a opinião pública na projeção dos acontecimentos.

Em todas as formas de mídia, as pautas – também chamadas agendas – estão à disposição dos interessados na formação da opinião e, mais, para auxiliar o ímpeto de alguns que desejam que seu discurso prevaleça. A mídia comprometida com os poderes hegemônicos, na defesa de interesses, “fabrica acontecimentos a fim de configurar a realidade que visa divulgar. (...) As mensagens (fabricadas) formam e transformam os modos de pensar e agir do grupo-alvo. Isto é, elas, as mensagens fabricadas, interferem na cultura local” (GUARESCHI, 2000, p. 278). A informação jornalística, tal qual hoje praticada, é passível de muitas críticas, inclusive de “enclausurar os espíritos na problemática dominante e no pensamento único”. Esse conceito se deve ao tratamento da informação-mercadoria, motivado pela concorrência, pela obrigação de rentabilidade, pelo Ibope, enfim, pela lógica de mercado. As agências⁴ também colaboram com a unificação dos conteúdos e podem ser citadas como exemplo no processo de uniformização do texto, por serem unidades de produção e distribuição de notícias.

A influência da indústria cultural, em todas as suas manifestações, leva a alterar a própria individualidade do consumidor, que é como o prisioneiro que cede à tortura e acaba por confessar, seja o que for, mesmo quando não fez (Wolf, Mauro, 2001, p. 87).

A pauta é um elemento fundamental de exposição, de formação político-ideológica da informação e cada vez mais torna-se reveladora de tendências, imperfeições e qualidades do jornalismo praticado por qualquer grupo de profissionais. Ela é elaborada para fornecer o recorte dos acontecimentos, capturada como informação passível de vir a transformar-se em notícias. É a partir dela que opiniões, justificativas posicionamentos e percepção de valores são construídos pelos leitores/espectadores. Hoje, os jornais são muito parecidos entre si porque a elaboração da informação jornalística ganhou contornos de produção industrial. As pautas dos jornais mais importantes do país, depois da transformação da produção jornalística artesanal em escala empresarial, caminharam para se tornar instância de organização de agenda dentro das redações.

Cada vez mais, a mídia torna-se a principal responsável pela formação cultural das pessoas. Boa parte dessa cultura transmitida pelos meios de comunicação visa ao lucro, à grande audiência e ao *status quo*. Não obstante, freqüentemente, ela pode estimular a dominação social, lançando mão de técnicas que objetivem a banalização de certos setores da sociedade,

⁴ Meios indiretos de informação, porque as notícias que divulgam não vão diretamente aos leitores, mas, sim, aos jornais que se encarregam de divulgá-las aos receptores. As agências de notícias são as grandes provedoras dos meios de comunicação em geral e, apesar de não receberem, nesta dissertação, tratamento específico, fazem parte, juntamente com as pautas e os agendamentos, de uma rede de informações.

enfraquecendo-os (KELLNER, 2001, p. 13). Inerentes ao poder, as agendas estão presentes no centro de todos os acontecimentos. Nessa concepção, os mais diversos grupos sociais procuram utilizá-las a fim de divulgar suas ideologias à sociedade. Assim, elas controlam e constroem os assuntos que serão destaques na vida dos cidadãos, especialmente no que concerne à política. Todos os movimentos da mídia – o que é falado, exibido e fotografado –, nunca serão frutos do acaso. Reforçando essa posição, a autora M. R. Gregolin (2001, p. 73) se refere a um efeito pré-construído, do qual se faz emergir no enunciado algo que já fora pensado antes, em outro lugar.

Fontes⁵ oficiosas, expressando geralmente interesses particulares dentro de uma instituição, podem ser preciosas porque evidenciam algumas manobras. No entanto, protegidas em regra pelo anonimato (...), são o veículo predileto para os balões de ensaio⁶, anúncios feitos com o objetivo de medir reações e que, portanto, provavelmente, não se confirmarão (Lage, Nilson, 2001, p. 64).

Muito se comenta sobre conhecida hipótese da *agenda-setting* na análise a respeito dos impactos do noticiário na formação da opinião pública. São numerosos os estudos voltados para esse agendamento como aspecto primordial de influência do Quarto Poder⁷ (TRAQUINA, 2001). A propósito da agenda, é interessante notar que assiste-se ao fenômeno pelo qual as redações estão, tecnologicamente, cada vez mais em condição de dar informações em tempo real, mas a propósito de um número de assuntos, temas e indivíduos cada vez mais delimitado. A capacidade dos meios de comunicação social produzir mudanças através dos efeitos cognitivos também pode ser atribuída ao permanente processo de seleção realizado pelos *gatekeepers*, os quais, em primeiro lugar, determinam que acontecimentos são jornalisticamente interessantes e quais não são, atribuindo-lhes diferentes relevância em função de diversas variáveis: extensão de tempo e espaço, tipo de título, localização no jornal, frequência de aparecimento, posição no conjunto das notícias e grau de conflituosidade, isto é, a forma como se apresenta o material jornalístico de todos os itens que devem passar pela porta, ou melhor, pelo crivo dos jornais.

Um dos móveis das lutas políticas, no nível das trocas cotidianas, em escala global, é a capacidade de impor princípios de visão de mundo, óculos tais que as pessoas vejam o mundo segundo certas divisões (...). A impor essas divisões, formam-se grupos que se mobilizam e que ao fazer isso podem chegar a convencer de que existem, a fazer pressão e a obter vantagem (Bourdieu, 1997, pp. 29-30).

⁵ Tudo o que o jornal publica é obtido nas fontes de informação. Podem ser fixas, isto é, aquelas a que se recorre para o noticiário diário; ou as “fora de rotina”, procuradas, excepcionalmente, quando o esclarecimento de um fato o exige.

⁶ Jargão jornalístico para caracterizar informações propositadamente vazadas (*Manual de Redação*, do jornal *Folha de S. Paulo*).

⁷ Definição da mídia noticiosa. Conceito de uma imprensa livre como sentinela que guarda a democracia.

A teoria da *agenda-setting* (estabelecimento da agenda), apresentada por MCombs e Shaw (1972), a partir do estudo da campanha eleitoral para a presidência dos Estados Unidos, é uma teoria que procura explicar um certo tipo de efeito cumulativo, a curto prazo, que resulta da abordagem de assuntos concretos por parte da comunicação social. Essa teoria ressalta que os meios de comunicação têm a capacidade de agendar temas que são objeto de debates públicos. Há ainda alguns estudos que destacam o papel da imprensa na orientação dos leitores para determinados temas, já que os principais jornais seriam a ligação mais importante entre os acontecimentos e as imagens que as pessoas formam desses eventos. Quanto maior for a ênfase da mídia sobre um determinado tema e quanto mais continuada for a abordagem deste, maior será a importância que o público lhe atribuirá na sua agenda.

Algumas notícias são tratadas detalhadamente; outras merecem uma atenção supérflua; enquanto outras serão completamente ignoradas. O maior problema é ler e criticar a mídia, avaliando os seus efeitos, e resistir à sua manipulação; isso significa não só ler essa cultura no seu contexto sociopolítico e econômico, mas também ver de que modo os componentes internos dos seus textos codificam relações de poder e dominação, servindo para promover os interesses dos grupos dominantes à custa de outros, para se opor às ideologias, instituições e práticas hegemônicas (Kellner, 2001, p. 76).

A mídia é considerada um instrumento fundamental do processo de construção social da realidade, visto que não se limita a selecionar ou transmitir determinadas informações, mas o faz com base em esquemas interpretativos que, em grande medida, dirigem julgamentos que o seu público fará acerca delas. Considerando essa abordagem, a atuação desses meios, ao manipular, ao se omitir ou se posicionar na condição de subserviência, favorece os abusos de poder e, ao contrário de efetivar a democracia, na realidade, a restringe.

5.2 A construção das representações na mídia

A importância do papel desempenhado pela mídia na dinâmica das representações assimiladas pela sociedade não se esgota nos processos de controle realizado na elaboração de pautas ou em agendamentos preestabelecidos. Implica uma transformação muito mais ampla que inclui mudanças no modo de atenção das esferas pública e privada, constituição da violência simbólica⁸ e decisão dos atores que participam efetivamente de espetáculos perenes na sociedade global. A influência do processo de globalização, sedimentado através do pensamento neoliberal

⁸ Capacidade de impor às pessoas certos significados. A televisão pode ser citada como um dos mais significativos agentes de ação de violência simbólica, mas esse tipo de violência também pode apresentar-se em documentários, jornais, filmes e novelas, entre outras atrações.

da sociedade, evidencia-se irrefutavelmente nas megacorporações jornalísticas, cuja propriedade ou principal influência vincula-se a grandes conglomerados financeiros (BAUMAN, 1999). Esses são os novos senhores feudais que delimitam o quê e como deve ser feita a informação e a publicidade das coisas. Há um compromisso com os interesses do capital exercendo um estratégico controle dos meios de comunicação.

As notícias são pautadas e editadas de modo a reduzir o problema da pobreza e das privações apenas à questão de fome. Esse estratagema mata dois coelhos com uma cajadada: a verdadeira escala da pobreza é omitida (...) e a tarefa a enfrentar é limitada a arranjar comida para os famintos (Bauman, 1999, p. 81).

Como anunciado no capítulo “A Mídia e a Sociedade Capitalista”, hoje, a mídia procura reduzir tudo a questões de gosto e preferência, todos os assuntos – independentemente de sua natureza – são apresentados com igual banalidade. Essa tendência aparece também no material jornalístico que não informa sobre fatos e acontecimentos, mas apresenta as impressões e os sentimentos que deles falem. Os fatos cederam lugar a declarações de personalidades autorizadas, que transmitem informações convertidas em propaganda. No caso do Estado, diz com propriedade Marilena Chauí (2006, p. 9), a sutileza consiste em aumentar “propositalmente a obscuridade do discurso para que o cidadão se sinta tanto mais informado, quanto menos puder raciocinar, convencido de que as decisões políticas estão com especialistas – críveis e confiáveis – que lidam com problemas incompreensíveis para os leigos”.

Goebbels também foi um mestre na arte de utilizar a tática da desinformação, por meio da multiplicação de imagens completamente falsificadas, a ponto de conseguir iludir até mesmo suas principais vítimas, os judeus: ainda que, em 1942, mais de 2 milhões de judeus já tivessem sido assassinados, a imprensa judaica na Palestina ainda encontrava motivos para estar tranqüila em relação aos centros de educação agrícola na Polônia e em outros países (Arbex Jr., 2001, p. 66).

Ao incorporarem a representação do mundo social construído pela mídia, os cidadãos aceitam os limites que são impostos a sua ação política, aceitam sua posição no mundo e as demais posições de poder, muitas vezes tomando atitudes passivas. Em outras palavras, os jornais têm mais legitimidade que o próprio público para realizar o trabalho de representação, e, assim, o público o adota sem questionamentos. Na maioria das vezes, esse público não tem sequer acesso à informação em veículos variados, que possam apresentar uma atuação mais imparcial, ou possui menos capital cognitivo para compreensão do mundo. Os meios de comunicação são parte da sociedade global – que condicionam – e são condicionados por ela. Transmitem idéias que têm

a reforçar algumas relações e a legitimizar outras, mostrando modos de conhecer o mundo à sua maneira e levando em conta a produção de sentido dos receptores. Há uma preocupação de colocar em evidência o lado econômico (quase sempre oculto) da notícia, assim como os aspectos estratégicos dos fluxos transnacionais da informação ou dos produtos culturais.

A capacidade de fazer existir em estado explícito, de publicar, de tornar público, quer dizer, objetivado, visível, dizível e até mesmo oficial (...), representa um considerável poder social, o de constituir os grupos, construindo o senso comum, o consenso explícito de qualquer grupo (Bourdieu, 1989, p. 142).

As relações sociais e políticas, que são as mediações referentes a interesses e a direitos regulados pelas instituições, pelas divisões sociais e das classes, pela separação entre o social e o poder político, perdem sua especificidade e passam a operar sob a aparência privada, portanto, voltada para preferências, sentimentos, emoções, gostos etc. Não é casual, mas uma consequência necessária dessas privatizações e do político, a destruição de uma categoria essencial das democracias, qual seja, a da opinião pública. Esta, em seus indícios liberais, era definida como expressão, no espaço público, de uma reflexão individual ou coletiva sobre uma questão controvertida e concernente ao interesse ou direito de uma classe social, de um grupo ou mesmo da maioria (CHAUI, 2006). As representações apresentadas pelos meios de comunicação tendem a servir como referência principal na organização do mundo social.

A representação envolve um elemento ativo de construção e re-construção: o sujeito aparece como autor dessas construções e detém o poder de transformá-las na medida em que elas se desenvolvem (Jovchelovitch, Sandra, 2000, p. 76).

Como a imprensa tem forte legitimidade perante os cidadãos na sociedade do espetáculo, na qual o espaço da política é substituído para visibilidade instantânea do show e da publicidade, observa-se que a representação da fama torna-se mais importante do que a cidadania; assim, a exibição produzirá mais efeitos sobre o laço social do que a participação ativa dos sujeitos nos assuntos da sociedade. “À aparente desimportância dos assuntos de interesse público, corresponde um excesso de publicidade e de interesse a respeito dos detalhes mais insignificantes, ou mais constrangedores, da vida privada” (KEHL, 2004, p. 143). O impacto midiático dos eventos é tão mais importante do que o seu papel na história ou as suas consequências políticas que adquire autonomia sobre todos os outros aspectos envolvidos em um acontecimento. Até mesmo o fato de os acontecimentos serem engendrados pelos homens, únicos

agentes da história (ainda que não detenham o controle sobre ela), é apagado diante da sua dimensão espetacular.

Estamos tão acostumados à sobreposição dos comportamentos nos políticos e de consumo que perdemos de vista as conseqüências: a obsessão da imprensa e do público com os traços individuais de caráter dos políticos mascara a realidade da plataforma de consenso. No desempenho político moderno, o marketing da personalidade passa ainda mais ao largo da narrativa da história pessoal e profissional do político (Sennett, Richard, 2006, p. 151).

É evidente que as representações têm uma trajetória, até se tornarem socialmente representativas. Muitos são os movimentos, até que o cidadão as tenha ancorado em qualquer outro velho saber, por ele já absorvido e domesticado. As representações são construídas nas interseções do espaço público com o espaço privado, entre indivíduo e sociedade. Há uma relação profundamente dialética, própria das representações que são construídas quando o singular e o coletivo se encontram. Ao manifestar o conhecimento adquirido e definir toda a forma de elaboração desse saber, o indivíduo não o faz como sujeito isolado, mas como integrante do grupo. “As representações sociais, enquanto fenômeno psicossocial, estão necessariamente radicadas no espaço público e nos processos através dos quais o ser humano desenvolve uma identidade, cria símbolos e se abre para a diversidade de um mundo de Outros” (GUARESCHI, Pedrinho & JOVCHELIVITCH, Sandra [orgs.], 2003, p. 65).

5.3 Dois jornais, um discurso

Chega-se aqui a um ponto importante desta dissertação, o momento da reflexão sobre o modo de tratamento dado à informação política nacional pela mídia impressa. No desenrolar da análise, pretende-se observar alguns elementos básicos das pautas e dos agendamentos; no entanto, o desafio principal prende-se à reflexão sobre os discursos⁹ presentes nas matérias veiculadas pelas editoriais de política de dois jornais de grande circulação, consumidos diariamente pela sociedade brasileira, durante o período compreendido entre janeiro e junho de 2006. Buscar-se-á fixar em como esses discursos operam, articulam-se com outros presentes no espaço social, atribuindo valores e criando sentido para os cidadãos brasileiros. No vasto universo

⁹ Discurso aqui definido como efeito de sentidos entre locutores. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade etc.

dos meios de comunicação¹⁰, serão analisados os noticiários presentes nos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, selecionados como representantes de uma longa tradição na imprensa brasileira. Nessa abordagem, “o discurso será concebido não como mera transmissão de informação, mas, antes, considerado como efeitos de sentidos múltiplos” (ORLANDI, E., 2007, p. 21).

Problematizar as maneiras de ler, levar o sujeito falante ou o leitor a se colocarem questões sobre o que produzem e o que ouvem nas diferentes manifestações da linguagem, a seus equívocos, sua opacidade. Saber que não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. A entrada do simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político (Orlandi, E., 2007, p. 9).

A mídia retrata e ajuda a construir, controlar e disciplinar a vida pública brasileira, e a pauta jornalística participa efetivamente dessas atividades, mapeando ações políticas que terão interferência no fator econômico, já que nas sociedades neoliberais tudo gira em torno de valor. Os fatos políticos são selecionados em uma vasta rede de informações que afluem dos diversos centros de decisão do país, o que dá a esses fatos, desde logo, uma primeira idéia de sua amplitude. É saber corrente que a questão política não é apenas uma questão oriunda da vida dos partidos em que se organiza, ou deve organizar-se. Toda opinião de governo é, em essência, uma decisão política, pois afeta uma sociedade inteira e, especificamente, os quadros políticos do país. A vida política se constitui em um dos elementos centrais da esfera pública, hoje totalmente esvaziada de seu sentido primeiro, que a vincula ao povo e à cidadania.

O poder cada vez mais ditatorial da mídia, substituindo a Justiça, a opinião pública democrática, a expressão de cidadania (SADER, Emir, 2005)¹¹, será, de alguma forma, o foco empírico do estudo dessa pesquisa, pois com o exame tentar-se-á mostrar o posicionamento mercantil e ditatorial da mídia no contexto da hegemonia neoliberal. Verificou-se que não há um mercado de idéias no espaço midiático, e sim uma uniformização ideológica, uma “mesmice jornalística”. As notícias de jornais são tão parecidas que é comum, até mesmo, confundi-las nas bancas (as manchetes são normalmente iguais, e até as fotos se apresentam dispostas da mesma maneira). A mídia neoliberal fala em nome do interesse público, mas serve aos interesses

¹⁰ No eixo Rio–São Paulo, circulam cinco jornais que exercem o papel de destaque na difusão da agenda nacional: *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S.Paulo* e *Gazeta Mercantil*.

¹¹ Artigo publicado no *Correio Brasiliense*, de 21/08/2005, sob o título *O Poder das Imagens* (cf. www.intercidadania.com.br), acesso em 17/11/2006.

privados. Sabe-se que, por trás de um discurso de legitimação do banal e de dialogismos¹² escancarados, muitas vezes ocultam-se as diferenças de classes e as hierarquias do consumo, que regem e condicionam as preferências sociais.

Mas os jornalistas, que invocam as expectativas do público para justificar essa política da simplificação demagógica (...), não fazem mais que projetar sobre eles suas próprias inclinações, sua própria visão; especialmente quando o medo de entediar, e portanto de baixar a audiência, os leva a dar prioridade ao combate em lugar do debate, à polêmica em lugar da dialética, e a empregar todos os meios para privilegiar o enfrentamento entre as pessoas (os políticos, sobretudo) em detrimento do confronto entre seus argumentos (Bourdieu, 1998, p. 96).

O que será apresentado é uma análise modesta, diante das recentes pesquisas, altamente sofisticadas, dos meios de comunicação. Como se afirmou, no início, a preocupação é identificar as representações presentes na imprensa, por intermédio das agendas políticas estabelecidas pelos jornais *O Globo*¹³ e *Folha de S. Paulo*¹⁴, de modo a cotejá-las com outros discursos, isto é, com outras representações já conhecidas da vida pública e política no Brasil, mostrando como elas são recorrentes.

Inicialmente, foi necessária uma breve avaliação de quão são insidiosas as metáforas, as metonímias, as adjetivações, as intertextualidades, na busca constante de emoções e sentimentos, tendência que já se tornou paradigma no jornalismo global, pois a eficácia dessas tentativas elementares de influenciar foi comprovada em diversos estudos psicológicos. No entanto, convém ressaltar que este exame não se ocupará com a análise das estruturas lingüísticas presentes nas matérias. A leitura estará voltada para, partindo da superfície do texto – visto em sua materialidade –, compreender como os sentidos se constroem, filiados a essa rede de significações e representações (ORLANDI, E., 1999).

A maior parte dos textos que o jornal nosso de cada dia nos dá hoje são narrativas. (...) os jornalistas não produzem simplesmente artigos, reportagens ou documentários para jornais, revistas, rádio, televisão e internet. Eles narram histórias – que possuem estrutura, ordem, ponto de vista e valores. Assim, os acontecimentos do dia-a-dia de nossas sociedades são expressos nas notícias narradas na mídia (Pinto, Milton J., 2002, p. 87).

¹² Dialogismo aqui entendido como dialogismo bakhtiniano. Os estudos de Mikhail Bakhtin partiram da idéia de que a palavra literária não podia ser admitida como ponto isolado, mas representando a interseção de superfícies textuais, o diálogo de diversas escrituras – a do emissor, a do destinatário, a do contexto, ou a de contextos anteriores.

¹³ *O Globo*: jornal diário de notícias, fundado por Irineu Marinho, em 29/7/1925, no Rio de Janeiro. Orientado ao público da grande área metropolitana. Página oficial: <http://www.oglobo.com.br>.

¹⁴ *Folha de S. Paulo*: um dos mais influentes jornais brasileiros, editado na cidade de São Paulo. Fundado em 19/2/1925, por Olival Costa e Pedro Cunha. Página oficial: <http://www.folha.com.br>.

O texto, considerado como um conjunto de pistas, é selecionado e disposto de modo a facilitar não só a produção de sentidos, mas também propor a própria interação como prática sociocultural. Para pensar os discursos jornalísticos das editorias de política nacional dos jornais estudados, partiu-se da seguinte proposta: quais novos acontecimentos podem ser inferidos, a partir desses acontecimentos que foram publicados pelos jornais; opiniões e comentários formulados pelos atores desses acontecimentos; e comentários e avaliações do próprio profissional de jornalismo ou do órgão de comunicação, acerca das notícias, apesar de muitos deles não compartilharem a visão ideológica de que o fato e a opinião não devem misturar-se, mesmo que os comentários apareçam freqüentemente na notícia, às vezes, de forma indireta.

Nesta fase da pesquisa, foram observados como os jornais articulam-se com as culturas em que estão inseridos e como são por elas influenciados. É assim que os elementos constitutivos da ideologia estão sujeitos a ser retrabalhados, conforme os interesses ideológicos das diferentes classes sociais (através dos Aparelhos Ideológicos de Estado, inseridos nas diversas instâncias da vida cotidiana dos mundos público e privado). Os jornais são editados, diariamente, a partir de um leque predeterminado de regras e modelos narrativos¹⁵, que contém as normas e recomendações básicas que orientam o trabalho jornalístico nas redações, com o objetivo de refletir como a realidade está reorganizada nos jornais.

Delimitou-se um período de seis meses consecutivos, como amostra para a pesquisa empírica nos dois jornais analisados. Na classificação das matérias, foram consideradas as integrantes das editorias Brasil, da *Folha de S. Paulo*, e O País, de *O Globo*, voltadas para temas de política nacional, independentemente da origem do assunto. Para fins da análise, as matérias foram divididas em duas grandes categorias: “Política e Corrupção” e “Outras”. Foram lidas e selecionadas 880 notícias de janeiro a junho, constatando-se uma média de 67% de matérias classificadas na categoria “Política e Corrupção” e 33%, em “Outras”. O que foi possível concluir, do alto número de matérias voltado para as questões de corrupção, que os jornais trabalharam com uma espécie de “subpauta ética”.

¹⁵ Normas presentes nos manuais de redação. Vide comentários no capítulo “A Subordinação do Jornalismo Brasileiro à Cultura do Dinheiro”.

Abaixo, reproduziu-se o primeiro parágrafo de cada texto, selecionado nos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, nos meses de janeiro a junho de 2006¹⁶, apenas como uma pequena amostra do panorama encontrado, com relação à mesmice dos noticiosos estudados. A escolha por limitar os exemplos ao princípio das matérias justifica-se por ser esse o trecho com as informações mais relevantes (ou deveria ser), também chamado lide¹⁷:

Na CPI dos Bingos, ministro tenta descolar sua imagem da de ex-assessores.

“Sei o que fiz e o que não fiz. E sei que não cometi malfeitorias”. Na CPI dos Bingos, ministro tenta descolar sua imagem de ex-assessores.

Brasília – Em mais de seis horas de depoimento na CPI dos Bingos, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, rebateu ontem as denúncias de corrupção contra ele, tentando descolar sua imagem da de seus assessores na Prefeitura de Ribeirão Preto. Repetiu diversas vezes que não pode ser responsabilizado pelas atitudes de aliados do passado, preservou os atuais assessores e disse que as acusações são frutos de disputas locais, que vêm à tona em período eleitoral. Palocci afirmou que os assuntos reaparecem porque seus adversários acreditam que ele será candidato (*O Globo*, 27/1/2006).

Palocci defende assessores em depoimento.

Hudson Corrêa/Luiz Francisco – Da Folha, em Brasília, e Rubens Valente, da sucursal de Brasília – Acompanhado de seus mais importantes secretários no Ministério da Fazenda, poupado de forma geral de perguntas mais incisivas e elogiado por 8 dos 17 senadores que se manifestaram na CPI dos Bingos, o ministro Antonio Palocci (Fazenda) passou seu depoimento de seis horas, ontem, defendendo antigos e atuais colaboradores nas suas gestões na Prefeitura de Ribeirão Preto e no Ministério (*Folha de S. Paulo*, 27/1/2006).

Aparelho pode ter sido usado para trazer dólares de Cuba.

Palocci admite que o PT não alugou avião que o levou a evento do partido. Ministro agora diz, em carta à CPI, desconhecer detalhes da organização da viagem. O Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, enviou ontem à CPI dos Bingos. Uma carta em que admite ter cometido um engano em seu depoimento à Comissão no último dia 26, ao dizer que o PT alugou o avião que o transportou de Brasília para Ribeirão Preto, onde participou de evento partidário. Desmentido pelo empresário José Roberto Colnaghi, dono do avião, que reafirmou à CPI ter dado carona ao ministro, Palocci retificou sua declaração (*O Globo*, 9/2/2006).

¹⁶ Uma listagem com os temas-título das matérias e cópia de parte do material pesquisado seguem, como exemplo dos pontos discutidos, nos apêndices desta dissertação.

¹⁷ Lide: palavra portuguesa do inglês *lead* (conduzir). O jornalismo usa o termo para resumir a função do primeiro parágrafo: introduzir o leitor no texto.

Palocci afirma ter cometido “imprecisão” ao explicar carona.

Ministro afirma à CPI que se expressou mal ao falar que avião foi alugado pelo PT.

Hudson Corrêa – Da Agência Folha em Brasília – O ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, enviou ontem um ofício à CPI dos Bingos, no qual reconhece ter cometido uma “imprecisão terminológica” ao afirmar, em depoimento à Comissão no dia 26 passado, que o PT alugou um jatinho do empresário José Roberto Colnaghi.

O ministro fez uma viagem de ida e volta a Ribeirão Preto (interior de São Paulo) e a Brasília nesse avião, em 23 de junho de 2003. Palocci mandou a correspondência depois que Colnaghi apresentou outra versão à CPI, dizendo que nunca alugara seu avião ao PT e que teria apenas emprestado o veículo ao partido (*Folha de S. Paulo*, 9/2/2006).

Ex-ministro não terá foro privilegiado

A situação jurídica do ex-ministro Antonio Palocci não é nada confortável. Consultados sobre o assunto, três advogados, um deles constitucionalista, e um juiz criminal sustentam que Palocci perdeu ontem, ao deixar o cargo, o direito de ser julgado em foro privilegiado, caso venha a responder por crime do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa (*O Globo*, 28/3/2006).

Ex-ministro é acusado de esquema de propina em limpeza urbana em Ribeirão Preto/Sem foro especial, Palocci deve ter indiciamento pedido

Rogério Pagnan - Da Folha Ribeirão – Se depender do Ministério Público Estadual e da Polícia Civil de São Paulo, o inferno que o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci diz viver está longe do fim. Além do seu indiciamento pelos crimes de formação de quadrilha, peculato, falsidade ideológica e corrupção passiva, o ex-prefeito de Ribeirão Preto também deve ter seu pedido de prisão solicitado à Justiça, assim como os outros investigados no esquema de propina na Prefeitura de Ribeirão Preto (*Folha de S. Paulo*, 28/3/2006).

Serraglio ameaça indiciar Lula

Brasília – Certos de que poderão ter os 16 votos para aprovar o relatório oficial, integrantes da oposição na CPI dos Correios e o relator Osmar Serraglio (PMDB-PR) desistiram de tentar um acordo com o governo para mudanças no texto. Depois de várias reuniões com a oposição, Serraglio anunciou que, se o PT insistir em tirar do texto a palavra mensalão e caracterizar o valerioduto com recursos de caixa, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá que ser indiciado por crime de responsabilidade, já que há provas de que parte do dinheiro quitou dívidas de campanha do presidente eleito, durante o exercício do mandato em 2003 e 2004.

– Se eu admitir o raciocínio de que não existiu mensalão e nem caixa dois, terei que pesar a caneta e indiciar o presidente Lula por crime de responsabilidade (*O Globo*, 4/4/2006).

Relatório do PT é pior para Lula, diz Serraglio.

Da Sucursal de Brasília – O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), afirmou ontem que, se o PT insistir em apresentar um relatório paralelo reduzindo o “mensalão” a caixa dois, complicará a situação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que poderia ser acusado, segundo ele, de crime de responsabilidade.

O relatório final da CPI diz que o esquema operado pelo publicitário Marcos Valério de Souza serviu para compra de apoio parlamentar pelo governo, mas os petistas não concordam com a afirmação. “Eles dizem que os recursos que foram para os ‘mensaleiros’ são de caixa dois. Se eu admitir esse raciocínio, estou dizendo que o dinheiro foi para a campanha do presidente Lula. Aí temos crime de responsabilidade”, afirmou o relator da CPI (*Folha de S. Paulo*, 4/4/2006).

Valerioduto – Um ano depois, STF nega liminar e Silvio depõe hoje à CPI.

Advogados apresentam laudo médico para tentar adiar depoimento. Ex-petista terá que responder às perguntas.

Brasília – Um homem transtornado, profundamente deprimido e capaz de cometer suicídio. O diagnóstico médico, de forte apelo emocional, usado pelos advogados do ex-secretário-geral do PT, Sílvio Pereira, não foi suficiente para convencer o Supremo Tribunal Federal (STF), que rejeitou, ontem, o pedido de liminar feito pelo ex-petista e confirmou o seu depoimento para hoje, às 11h, na CPI dos Bingos (*O Globo*, 10/5/2006).

STF nega recurso de Sílvio para não depor.

Segundo atestado médico apresentado pela defesa, ex-petista passa por quadro grave de depressão. Depoimento na CPI será hoje.

Da Sucursal de Brasília – O ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio de Mello negou o pedido do advogado do ex-dirigente do PT Sílvio Pereira para que fosse dispensado de depor hoje na CPI dos Bingos. Segundo o pedido de *habeas corpus* impetrado pelo advogado Iberê Bandeira de Melo, Sílvio Pereira está absolutamente “descompensado emocionalmente”, com idéias de “auto-extermínio”, tomando medicamentos antidepressivos e sem condições de ser submetido a situações de estresse. A defesa anexou ao pedido um atestado assinado por dois médicos de Taubaté, anteontem, que recomendam a internação do ex-dirigente petista. Marco Aurélio apresentou uma razão processual para negar o pedido (*Folha de S. Paulo*, 10/5/2006).

No rastro do mensalão: prazo de cinco sessões só começa a correr na semana que vem, devido ao feriado.

Conselho de Ética pede cassação de Janene. Deputado será o último mensaleiro a ser julgado no Plenário da Câmara. Votação deverá ocorrer só em agosto.

Brasília – Quase dez meses depois do início do processo no Conselho de Ética, o ex-líder do PP na Câmara José Janene (PR) teve o pedido de cassação ao seu mandato aprovado, ontem, por 12 votos a favor e uma abstenção. Acusado de receber R\$ 4,1

milhões do valerioduto. Janene deverá recorrer da decisão e o julgamento em plenário poderá ser jogado para o segundo semestre (*O Globo*, 14/6/2006).

Conselho de Ética pede cassação de Janene

Parecer contra ex-líder do PP na Câmara é aprovado por 12 votos e uma abstenção; deputado vai recorrer da decisão. Acusado de ter recebido R\$ 4,1 mi do valerioduto, deputado diz que esperava decisão porque conselho sempre sugere cassação.

Ranier Bragon, da Sucursal de Brasília – Por 12 votos e uma abstenção, o Conselho de Ética da Câmara aprovou ontem parecer pela cassação do deputado José Janene (PR), ex-líder da bancada do PP, concluindo assim o julgamento dos acusados de envolvimento com o mensalão – um ano e sete dias após a revelação do esquema.

Janene só terá o mandato cassado se, pelo menos, 257 dos 513 deputados aprovarem o parecer, em votação secreta (*Folha de S. Paulo*, 14/6/2006).

A maioria das matérias analisadas apresenta caráter declaratório e denunciante, sem nenhum esclarecimento profundo da informação repassada ao leitor, e até poderia ter sido redigida por um mesmo jornalista. Pode-se dizer que as notícias são variantes possíveis de uma mesma formação discursiva. O conteúdo das matérias, embora moldado por diferentes posicionamentos ideológicos, considerando a formação de cada profissional e o interesse do jornal para o qual trabalha, não se diferencia muito quanto à imagem atribuída aos receptores, sempre avaliados como sujeitos passivos, meros consumidores, destinatários de um discurso, ora didático, ora autoritário, que as empresas jornalísticas pretendem impor como detentoras do saber e do poder da sociedade.

Tanto a editoria de política de *O Globo* quanto a da *Folha de S. Paulo* priorizaram, no período estudado, com algum destaque, assuntos ligados à intriga entre parlamentares e governos, denúncias de corrupção, comentário sobre o trabalho de CPIs, dedicando apenas um pequeno espaço para ações legislativas e outras atividades dos partidos, do Estado e de ordem nacional, deixando de lado um período rico a ser explorado no que se referia à agenda política, principalmente por se tratar de ano eleitoral. Plataformas políticas e projetos de partidos e candidatos poderiam ter sido mais explorados, debatidos e analisados criticamente. Ou seja, o que se constatou foi que política para as “editorias de política” é apenas aquilo que fazem ou aquilo do que fazem com os políticos. Somente um outro assunto participou com tanta frequência e relevância do noticiário político de ambos os jornais, valendo destacar: as reportagens sobre as ações do MST, sempre apresentadas com um caráter tendencioso.

Tomando o discurso apresentado, verificou-se o registro de aspectos extralingüísticos, sob a forma de propriedade e de marcas, como escolhas vocabulares, construções frasais e organização textual. São esses elementos que, nas suas relações com o contexto social e histórico, responsabilizam-se pela construção do sentido. É o papel político dos jornalistas e dos jornais que fica evidenciado na análise dos periódicos. Ao representar o cenário político, o jornalismo constrói/reconstrói um discurso que participa das culturas, não apenas dizendo que elas fazem parte das condições de produção dos discursos jornalísticos, mas ainda que são elas também autoras desses discursos. Se as representações que permeiam o imaginário da sociedade são hoje mediadas pelos meios de comunicação, esses meios e a cultura midiática em geral integram e assumem um papel central no processo e na estrutura política deste país.

Parece não ser meramente por acaso a opção por uma “subpauta ética” presente nas pautas das editorias de política nacional dos jornais, deixando entrever um jogo de interesses noticiados implicitamente. Como consequência, passa a haver uma certa indefinição quanto às posições políticas dos jornais, como também uma tendência dos cidadãos a sensibilizarem-se mais com a confiabilidade ou mediocridade de políticos do que propriamente com as opiniões sérias e críticas professadas sobre diferentes assuntos de interesse nacional.

Esse tipo de escolha conduz a um desvio da atenção do leitor para assuntos políticos de interesse do povo, pois as matérias abrem espaço para escândalos, para o ataque de virtudes, apresentando-se esvaziadas de conteúdo. Após a leitura do noticiário, esses fatores parecem contribuir para tornar os sistemas políticos vulneráveis à corrupção. A política do escândalo é uma das armas para embates e competições no campo informacional, e vende jornais. A mídia no lugar de (in)formar, (des)informa. Em sua maioria, os conteúdos são racionalmente estratégicos para um fim específico, que tanto pode ser o que a sociedade deseja e aspira, quanto o que a mídia apresenta para impor valores e verdades.

Os escândalos midiáticos podem se transformar, rapidamente, em acontecimentos nacionais, na verdade acontecimentos globais, produzindo um misto de sobressalto e espanto entre indivíduos situados em contextos amplamente dispersos. O desenvolvimento de redes e organizações da mídia nacionais, e, mais recentemente, globais, oferece uma base institucional para o deslocamento dos escândalos midiáticos (Thompson, 2002, p. 101).

A preocupação aqui não foi só com a frequência com que essas referências aparecem nas notícias, mas se estão lá ou não. O simples fato de que as matérias ligadas à corrupção

apareçam na mídia já é significativa, mesmo que a sua freqüente presença não seja efetiva, mas apenas o suficiente para transitarem na sociedade, porque tais explicações já estão ancoradas em antigas representações sobre o povo brasileiro e a questão social no Brasil. Essa representação se encontra naturalizada como desigualdade, entendida como inferioridade, desvios e perversões. O povo é uma construção simbólica fundamental na história do país e a questão social, nessa lógica, tem sido considerada pela desigualdade social e pela pobreza. A mídia com uma cobertura de matérias sobre práticas corruptas e depredação da coisa pública, por agentes públicos e privados, imbuída de sua condição de Justiça, apenas corrobora com uma visão da política brasileira extremamente polarizada e fundada em conflitos sociais.

Os escândalos midiáticos, conseqüentemente, se desenrolam dentro de um referencial espaço-temporal que é de caráter deslocado, onde a informação e a comunicação fluem rapidamente (potencialmente de modo instantâneo) e onde o conteúdo simbólico pode ser fixado e reproduzido através do tempo (Thompson, 2002, p. 101).

De um lado, os jornais expressam uma realidade que não é uma “construção simbólica da mídia”, mas, por outro, fomentam uma representação da vida política como um exercício a serviço de interesses próprios, distante da maioria da população. Ao expor a realidade da política institucional, a imprensa abre espaço para a avaliação e interpretação da realidade. Essas interpretações, entretanto, dependem de uma série de modos específicos de representar a vida política. A presença avassaladora da corrupção na vida pública recebe uma cobertura intensa dos jornais e reforça os representantes específicos da vida política. A associação entre a vida pública e o brasileiro como um ser corrupto foi objeto da análise de Sandra Jovchelovitch (2000) a partir da pesquisa sobre a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Na era neoliberal, não há um jornal que possa ser definido “de linha editorial crítica”, pois o que existe é um jornalismo meramente denunciante, que atua de forma moralista e sem estabelecer vínculos entre a corrupção e o neoliberalismo.

A presença da corrupção na vida pública continua a ser manchete de noticiários e reforça ainda mais a associação entre a vida pública e o brasileiro, fruto de uma sociedade autoritária, em que os direitos de alguns constituem a carência da maioria (CHAUÍ, 2001). As justificativas para esse ser corrupto são a impunidade, a crise moral, a corrupção generalizada. O Brasil e o povo brasileiro são retratados em um estado de declínio moral, e isso se deve ao conjunto de valores dominantes da sociedade brasileira, em que o homem não age

economicamente para salvaguardar seus interesses individuais, e sim para proteger sua situação social, que implica conquista e sucesso. A lacuna entre um conjunto de valores éticos e morais e uma auto-interpretação que considera o brasileiro corrupto e incapaz de cumprir a lei mostra uma identidade social determinada. Há um claro processo de desvalorização do país e de seu povo. Foi esse cenário que deu, ao longo da existência deste país, um sentido à política.

Reforçando o conceito, tem-se a expressão de Faoro, ao retratar a herança da cultura brasileira, mais de um século depois do fim da escravidão, apresentada no livro *História do Povo Brasileiro: Brasil – Mito Fundador e Sociedade Autoritária*, de Marilena Chauí.

São os donos do poder mantendo com os cidadãos relações pessoais de favor, clientela e tutela, e praticam a corrupção sobre fundos públicos. Do ponto de vista dos direitos, há um encolhimento do espaço público; do ponto de vista dos interesses econômicos, um alargamento do espaço privado (2000, p. 91).

Constatou-se que a análise dos textos jornalísticos produziu um campo representacional surpreendente que são as representações da vida política, identificadas *a priori* e assimiladas há muito pelo povo brasileiro. O governo e os políticos são os atores sociais ligados à corrupção e com interesses próprios. Essas noções estão organizadas ao redor de um núcleo que dá unidade ao grupo representacional: o caráter do brasileiro (JOVCHLOVITCH, Sandra, 2000). Esse caráter contém aspectos de declínio moral e corrupção generalizados na sociedade. As representações sociais da imprensa são parte ativa desse processo. Nos trabalhos da imprensa, também se localizam as condições através das quais a sociedade se confronta com a sua realidade, interpretando-a, e, ao fazer isso, os jornais se utilizam de dispositivos que são típicos da linguagem e das intenções que sustentam.

Mas o escândalo esteve também estreitamente ligado aos objetivos e práticas jornalísticas e organizações da mídia que procuravam enfatizar a factualidade. Os jornalistas investigativos passaram a se considerar não apenas repórteres que deveriam esquadrihar por debaixo da superfície das coisas, a fim de conseguir a verdade, mas também reformadores sociais que procuravam moldar as agendas das políticas públicas, provocando o ultraje moral em seus leitores e espectadores (Thompson, 2002, pp. 112-113).

Os atos de corrupção são velhas questões e sua naturalização na vida cotidiana é um sintoma do poder que eles detêm como padrões de comportamento social. A lacuna entre retórica pública e privada é enorme e a distância entre a palavra e o ato atravessa grande parte das relações sociais. E quando explicações para essas lacunas são discutidas em público, parecem

expressas através de razões privadas, graças ao rearranjo das fronteiras, entre o que é público e o que é privado, apresentado pela esfera midiática. Tudo é marcado pela publicidade de relações privadas, que obscurecem o impacto e a importância das questões públicas. Uma vida política privada do povo e um povo privado representante da vida política. A arena política tem sido uma das maiores fontes de desconfiança e desencanto com a vida pública.

Nessa análise do material jornalístico, tomado como referência, buscou-se entender como os brasileiros, diante do bombardeio de informações, absorvidas diariamente pela mídia, reproduzem um certo saber sobre a política e como esse saber constrói um determinado tipo de realidade social. Considerou-se ainda a articulação entre o mundo do cidadão comum e a esfera pública, contextualizando essas relações com o meio e os discursos existentes, situando-os na história e na cultura da formação social do brasileiro. O significado dessas representações encontra-se diretamente associado à vida social e histórica das sociedades das quais elas emergem. São esses elementos constitutivos e reveladores de um saber possível sobre a vida pública e política neste país.

5.4 Costurando retalhos

Para encerrar o assunto, que se centrou na leitura do material político publicado nas editoriais de política nacional dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, durante o primeiro semestre de 2006, segue uma breve reflexão sobre o referencial teórico que pautou os caminhos desta dissertação. Fazendo um resgate histórico, constata-se que houve, sem dúvida, uma relação entre o processo econômico vivido pelo Brasil a partir do nacionalismo desenvolvimentista de Vargas e a adoção, aqui, das modernas técnicas jornalísticas, produto da implantação da Indústria Cultural no Brasil, que se difundiu no mundo capitalista. Depois desse momento, os meios de comunicação deram mais um passo, aliando-se ao *marketing* e às mais sofisticadas técnicas de vendas, passando a desempenhar papéis estratégicos na naturalização ideológica da economia neoliberal de mercado.

Diante desse panorama, os temas discutidos sobre a mídia neste trabalho, apesar de um diálogo aberto com o pensamento de muitos outros autores, tomou por empréstimo conceitos de Pierre Bourdieu, Fredric Jameson e Gramsci, como se seguisse uma cartilha como modelo, pois tinha como intenção destacar a relação da mídia com o capitalismo e a política, além de

refletir as relações por ela proporcionadas na sua contradição enquanto espaço privado de função pública, por ser a imprensa hoje uma empresa e, ao mesmo tempo, campo de disputa em torno da construção hegemônica, que gera e consolida o poder político neste país. A mídia reproduz valores e lógicas da estabilidade instável do capitalismo e de sua vida marcada pelo senso comum, âncora da compreensão do mundo. Existe um apoio total das empresas de comunicação ao projeto neoliberal, dentro de uma visão que tem como objetivo estratégico associar-se a capitais estrangeiros, aceitando a subordinação aos grandes grupos globais da mídia.

Eis alguns conceitos que fundamentaram esta dissertação:

A reflexão de Antonio Gramsci incide diretamente sobre a organização da dominação, incorporando-a ao processo de luta de classes e de conquistas populares no âmbito do Estado. A base do seu conceito sobre a Sociedade Civil, isto é, sobre os aparelhos privados de hegemonia, remete para a organização de visões de mundo e da consciência social, por meio das quais se formulam e moldam vontades e a partir das quais as formas de dominação se irradiam também como convencimento. A utilização dos conceitos gramscianos parte do entendimento de que a construção e a prática políticas contemporâneas guardam em si um tensionamento da relação entre a linguagem midiática e a política das instituições da sociedade, enquanto agentes construtores da hegemonia. Além do mais, Gramsci foi um criativo analista da imprensa, da literatura, do teatro, das instituições de ensino, aos quais atribui um papel fundamental na transformação da sociedade.

Quanto aos postulados de Pierre Bourdieu, o importante a observar é sua busca de resistência ao “flagelo” neoliberal, na advertência do valor legitimador das forças dominantes.

O Estado desertou de qualquer função econômica, vendendo as empresas que possuía, convertendo bens públicos, como a saúde, a habitação, a segurança, a educação e a cultura – livros, filmes, televisão e rádio –, em bens comerciais e os usuários em clientes, subcontratando os “serviços públicos” no setor privado, renunciando a seu poder de fazer a desigualdade recuar e delegando a níveis inferiores de autoridade as funções sociais, tudo isso em nome da velha tradição liberal (...) (herdada da crença calvinista de que Deus ajuda aqueles que ajudam a si próprios) e da exaltação conservadora da responsabilidade individual (2001, p. 31).

Parece-me que os scholars têm um papel determinante a desempenhar no combate contra a nova doxa e o cosmopolismo puramente formal de todos aqueles que só têm na boca palavras como globalization ou global competitiveness (idem, p. 42).

... se a visão neoliberal é difícil de combater eficazmente, é porque, conservadora, apresenta-se como progressiva, podendo devolver, pelo lado do conservadorismo, até do arcadismo, todas as críticas e sobretudo aquelas que dizem respeito à destruição das conquistas sociais do passado (idem, p. 56).

Em face de um mundo de dominação tão complexo e refinado, no qual o poder simbólico desempenha papel tão importante, é preciso criar novas formas de luta. Considerando o lugar particular das “idéias” nesse dispositivo, os pesquisadores têm um papel eminente a desempenhar (idem, p. 58).

Se eu disser que a cultura está atualmente em perigo, que está ameaçada pela influência do dinheiro, do comércio e do espírito mercantil, de múltiplas faces, ibope, pesquisas de marketing, expectativas dos anunciantes, números de venda, lista de best-sellers, dirão que estou exagerando (idem, p. 78).

O que está em jogo é a perpetuação de uma produção cultural que não seja orientada para fins exclusivamente comerciais e que não se submeta aos veredictos daqueles que dominam a produção midiática de massas, sobretudo através do poder que detêm sobre os grandes meios de difusão (idem, p. 85).

Através do poder quase absoluto que detêm sobre os grandes grupos de comunicação, isto é, sobre o conjunto dos instrumentos de produção e de difusão dos bens culturais, os novos senhores do mundo tendem a concentrar todos os poderes, econômicos, culturais e simbólicos, que, na maioria das sociedades, teriam permanecido distintos e até mesmo opostos, e assim estão em condições de impor muito amplamente uma visão de mundo de acordo com seus interesses (idem, p. 95).

Mas a unificação e integração, longe de acarretar, como se poderia acreditar, um processo de homogeneização, são acompanhadas ao mesmo tempo de uma concentração do poder, que pode ir até a monopolização, e de um alijamento de parte da população assim integrada (idem, p. 98).

Dentro da mesma linha de Bourdieu, encontra-se Jameson que aborda o problema da estandardização da cultura e discute, como crítico que é, o entendimento do mundo contemporâneo através dos principais tópicos enfiados no termo globalização, como capital financeiro, sociedade de consumo, mídia, cultura de massas e pós-modernismo. A ele importa reconstruir a dialética do progresso e da regressão do processo cultural contemporâneo.

Fala-se muito, e sem muita precisão, da mercantilização da política, das idéias, das emoções e da vida privada; o que precisamos acrescentar agora é que a mercantilização hoje é também estetização – que a mercadoria também é consumida “esteticamente” (2001, p. 23).

A enorme expansão dos mercados financeiros é uma característica espetacular da nova paisagem econômica – de novo, essa expansão está ligada às simultaneidades abertas pelas novas tecnologias. Aqui não temos mais que nos haver com a movimentação da força de trabalho ou da capacidade industrial, mas com a do próprio capital. (idem, p. 25).

A estas (posições sobre a existência e a inexistência da globalização) é preciso acrescentar mais duas: a que sustenta haver uma relação entre a globalização e o

mercado mundial, que seria o horizonte final do capitalismo, apenas para em seguida acrescentar que as redes mundiais de hoje são diferentes só em grau, e não em espécie; e uma quarta possibilidade (...) postula um novo estágio, um terceiro estágio multinacional do capitalismo, do qual a globalização, quase sempre associada à assim chamada pós-modernidade, é uma característica implícita (idem, p. 43).

Aqui, pensar a globalização equivale a montar um quadro de standardização em uma nova escala inédita de integração forçada em um sistema mundial – “desconectar-se” dele (...) é, daqui por diante, tarefa impossível –, e até inconcebível e impensável (idem, p. 47).

Bem sabemos que os pontos fundamentais de crise do capitalismo sempre se dão quando essas coisas não funcionam em sincronia: superprodução, armazenamento de bens que ninguém pode comprar, e assim por diante (idem, p. 62).

Os mercadores e seus consumidores precisam ter um interesse maior na natureza sensorial de seus produtos e também nas características psicológica e de caráter de seus interlocutores, e tudo isso, supõe-se, pode levar ao desenvolvimento de novos tipos de percepção, tanto social quanto física, novos modos de ver, novas maneiras de se comportar – e, a longo prazo, criar as condições em que formas mais realistas de arte são não só possíveis como desejáveis e encorajadas pelos novos tipos de público (idem, p. 155).

Um dos momentos é o de uma desterritorialização na qual o capital se transmuta para outras formas mais lucrativas de produção, o mais das vezes em outras regiões geográficas. O outro é o da conjuntura mais sinistra, quando o capital de todo um centro ou região abandona de vez a produção, a fim de buscar sua maximização em espaços não-produtivos, que, como vimos, são o da especulação, do mercado do dinheiro e do capital financeiro em geral (idem, p. 163).

Os autores apresentados mostram dois projetos de sociedade: de um lado, a defesa e ampliação dos direitos; de outro, a lógica do lucro. Questões que se colocaram imperativas no final dessas reflexões trazidas para a conclusão deste capítulo.

6. Considerações Finais

Esta dissertação trabalhou com alguns conceitos que sustentam a exposição e as conclusões da análise do seu objeto – a notícia presente nas editoriais de política dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, observada durante o período de janeiro a junho de 2006. O primeiro conceito vai reforçar como a mídia se destaca entre os novos agentes do fazer político neste país, principalmente na perspectiva hegemônica. No entanto, mesmo como resultado de um diálogo, muitas vezes desigual com sua audiência, a mídia oferece uma produção que se consolida a partir de uma posição de credibilidade e, por isso, torna-se o espaço de representação do conjunto da sociedade, pois se legitima enquanto porta-voz dos interesses maiores e responsável pela fiscalização político-moral dos valores dominantes.

A imprensa neoliberal em todo o mundo, e, neste caso, o jornalismo brasileiro, tem presença determinante na apresentação dessa hegemonia sustentada pelo senso comum, com ares de democracia e transparência. Como prática necessária ao exercício do poder na contemporaneidade, o jornalismo apresenta um discurso coerente na fragmentação e na superficialidade, relatando os fatos sempre como inquestionáveis, com invólucro de ações naturais e objetivas, isto é, parte do trabalho ideológico da imprensa consiste em apresentar-se como não-ideológico e aliado aos interesses nacionais. O que a imprensa repassa aos seus leitores/espectadores é a idéia de transparência, requisito inseparável da democracia contemporânea e do exercício de qualquer atividade pública. Essa transparência ou “ilusão de transparência” só é possível pela capacidade de os textos jornalísticos darem visibilidade a fatos e personagens da vida pública e política, assim como esconderem e não darem identidade àqueles não selecionados.

Nesse sentido, identificou-se, nesta análise, uma hegemonia, entendida no sentido gramsciano – ascendência política, moral e intelectual – e como resultado da coesão conquistada, por intermédio da naturalização dos fatos políticos, com base na racionalização do senso comum. Assim, como construtora de cenários que afirmam o estilo de vida e os interesses dominantes da sociedade, a mídia em geral, incluindo o jornalismo, em sua relação de autonomia independente com os agentes da modernidade capitalista, executa essa ação por meio de sua linguagem e das atividades mais clássicas, influenciando a todos, do entretenimento à informação. O objetivo é,

portanto, empobrecer a capacidade criativa e a interação com o receptor. Em outras palavras, esse indivíduo, forjado pela mídia, concebido como alguém sem seu sistema de cognição, é levado a crer que produz opiniões próprias e que até interage com a mídia e decide por ela – o já estabelecido, logicamente.

Além da hegemonia, um outro conceito permeia e sustenta toda a análise da pesquisa, que é o de Sociedade Civil, local de disputa para a construção e consolidação de hegemonias. O conceito de Sociedade Civil complementa a abordagem sobre os efeitos da mídia como porta-voz do que seria politicamente correto para a sociedade. É nesse espaço que a mídia cresce de importância enquanto ação política e presença ideológica, consolidando-se no permanente monitoramento do cotidiano e dos valores nos quais se sustenta a estabilidade instável do capitalismo tardio. A mídia se interpõe entre os integrantes ativos da sociedade como agente político hegemônico, constituindo-se promotora e mantenedora do consumo e espaço de reprodução das tensões sociais.

O indivíduo formado pela cultura midiática, definida como suporte de valores, símbolos e instrumento principal da sociabilidade, encontra-se em meio a uma ampla e complexa rede de significações, sem perceber sua exata dimensão, pois se aliena do processo como um todo e ergue a catedral do individualismo e das buscas imediatas. Esses indivíduos de sociabilidade superficializada se distanciam das questões sociais e perdem o interesse pelas ações coletivas, pois o social, aos olhos da cultura capitalista dominante, apresenta-se como algo secundário que apenas satisfaz os desejos. E não é por outra razão que a maior eficiência dos produtos da mídia é alcançada na reprodução mais aproximada desse conceito, como demonstra o sucesso dos *reality shows* (CHAUI, Marilena, 2006), da propaganda direta – ou da indireta –, na qual os produtos não são eles mesmos, mas as emoções que proporcionam (BUCCI, Eugênio & KEHL, Maria Rita, 2004).

Também na política, observou-se a consciente utilização de alguns desses artifícios: reforço do espetáculo e o fazer político, pela via do não-político. A partir da valorização dos fatos, a comunicação transformou a informação em espetáculo. Há uma sutileza nesse movimento midiático, dificilmente percebível. Assim, a notícia passa a ser uma mercadoria e, sob essa condição, oferece uma ambigüidade, na qual neutralidade e sensacionalismo estão tão presentes quanto a objetividade e a espetacularidade. Um dos exemplos mais claros desse fenômeno pode

ser notado por meio da televisão, que abusa das imagens chocantes, dos escândalos, da violência exacerbada, produzindo uma vida cotidiana hiper-realista e emocionante. “.... no banco dos réus aparece com insistência um nome que teria valor de explicação: a televisão e seus efeitos perversos. As imagens corrompem as palavras, a política-espetáculo deforma o debate de idéias; a democracia estaria doente em sua comunicação” (COURTINE, Jean-Jacques *apud* GREGOLIN, 2003, p. 22).

Essa banalização do mundo, sob a forma de espetáculo, domina a sociedade moderna, na qual o consumo de mercadorias multiplica-se, determinando a aparência e os objetos a serem escolhidos, a partir de alguns parâmetros preestabelecidos. A vida social torna-se aparente, passa a ser vista como tipos variados de estilos de vida. A mídia trouxe para si a responsabilidade do ato de informar, ou melhor, anuncia-se como transmissora do real vivido pela sociedade. Para representar esse real, transforma a notícia em mercadoria a ser consumida, segundo os dispositivos e as normas do capitalismo. A economia tomou o lugar da política como eixo estruturante do mundo e, por ser especulativa, é desumana, só conhecendo a competição, a produção e o lucro, acima de qualquer outro valor. Diante desse quadro, Sennett (2006, p. 123) questiona: “Será que as pessoas fazem compra de políticos da mesma maneira que fazem compra no Wal-Mart?” E continua dizendo que os eleitores-consumidores “estão se afastando cada vez mais da política progressiva, voltada para a busca de um projeto comum, e caminhando em direção a um estado passivo”, indiferente à vida pública.

A dissimulação do foco político ou a naturalização dos fatos e da realidade, representada objetivamente na produção midiática estudada, é uma eficiente indução de verdade praticada pelo jornalismo. Nessa objetividade, alcançou destaque o jornalismo informativo, que, ambigualmente, incorpora as necessidades básicas da vida em sociedade ao mesmo tempo que ocupa o lugar de construtor do consenso social, com sua produção ganhando *status* de verdade inquestionável e reforçando o senso comum. Essa naturalização da realidade oferece ao indivíduo a unicidade da abordagem dos fatos, escondendo a subjetiva e arbitrária representação do real, apoiada na objetividade e impessoalidade do relato que vai construindo cenários desejados. Essa razão considerada garantia do “bom jornalismo” revela-se insuficiente enquanto conceito e referência para a interpretação de um jornalismo ético e crítico.

Ao longo deste trabalho, tratou-se também das implicações da indústria cultural no segmento da imprensa atual. O assujeitamento do jornalismo brasileiro à crescente mercantilização está subtraindo dos periódicos o aprofundamento e a análise das notícias que deles se espera. A consolidação da Comunicação Social no Brasil, como anteriormente relatado no capítulo “A Subordinação do Jornalismo Brasileiro à Cultura do Dinheiro”, acompanhou o desenvolvimento do capitalismo. Cresceu, formou-se e desenvolveu-se com o nascimento e o fortalecimento de uma burguesia nacional, acompanhando a sua saga brasileira: a formação de pequenos jornais, o fortalecimento desses em momentos de euforia econômica, a criação dos conglomerados do setor e a adequação do cenário empresarial à imersão do país e do mundo no neoliberalismo. Sobre a penúltima dessas fases, destacam-se as grandes empresas, com seus múltiplos braços em distintas áreas de importância para o atual cenário das comunicações sociais (SODRÉ, Nelson W., 1999). A concentração da posse de formar monopólio ou oligopólio chegou a ser alvo de alguns debates, mas ainda há um forte descaso ao tratar determinados temas ligados à área, seja por interesses pessoais, seja por medo da repercussão do assunto pela mídia.

No campo teórico, mais dois outros autores participaram das idéias presentes nesta dissertação. São eles: Fredric Jameson e Pierre Bourdieu. A identificação com o pensamento de Jameson prendeu-se ao seu posicionamento sobre o subjugo de todas as esferas da vida à condição de mercadoria. Segundo ele, deixou-se de falar em valores para se falarem tipos de consumo. Para o professor e crítico de cultura, a homogeneização cultural, em seu vasto campo de atuação, dos alimentos à música, do cinema à publicidade, conduz a uma falta total de inteligência, promovida pela lógica do mercado. E Pierre Bourdieu, por sua reconhecida luta a favor da resistência ao neoliberalismo, pois seus trabalhos desencadeiam polêmicas apaixonadas contra o que chamou de mercantilização generalizada da cultura, resultante da lógica que coloca em primeiro lugar as audiências transformadas em consumidores passivos. Três livros de sua autoria forneceram subsídios às análises aqui presentes: *Sobre a Televisão*, em que faz crítica aos meios de comunicação, e dois outros mais recentes, *Contrafogos – Táticas para Enfrentar a Invasão Neoliberal* e *Contrafogos 2 – Por um Movimento Social Europeu*, cujos ensaios falam da resistência à invasão neoliberal. Na maioria de seus escritos, estão retratadas as questões sobre globalização e neoliberalismo.

A abordagem desses autores pautou e direcionou o exame da mídia em seu tratamento político, comprovando que, nos discursos mercadológicos, há uma categoria de produção que os profissionais de *marketing* definem como “intangível”; todo um universo de significações – valores, crenças, idéias, conhecimentos e visões de mundo (subjetividade) – é vendido como produto comercial. Nessa concepção, as instituições, os serviços, as relações sociais e, sobretudo, a política podem ser interpretadas como objetos de consumo, regidos pelas mesmas regras que ditam as relações econômicas convencionais. O *marketing*, filho do capitalismo, incorporou, nas últimas décadas, o campo das relações políticas. A ação da mídia não diz claramente que o leitor, ouvinte, espectador ou público é inerte e passivo, mas é preciso destacar que a informação e a análise organizada por ela e pela indústria cultural agem com muita força no modo pelo qual se formam as consciências pelo mundo afora.

Além da tentativa de mostrar de que forma a globalização financeira como processo também atingiu a mídia, concluiu-se como, por meio de mecanismos simbólicos e discursivos, opera-se a construção dos sistemas de representações, os quais vão realizar ao sujeito-receptor uma identidade produzida pela mídia, seja ela impressa ou não. O desenvolvimento dos meios de comunicação de massa faz com que seja cada vez mais irrelevante o encontro direto de indivíduos para o estabelecimento de conversação e discussão, bem como para a troca de informações. A mediação dos meios de comunicação de massa produz um deslocamento na experiência pública e, ao mesmo tempo, dá forma aos saberes possíveis que essa experiência desenvolve sobre si mesma (JOVCHELOVITCH, 2000). Observou-se que as ideologias presentes nos textos dos jornais podem não produzir novos saberes sobre o mundo, “mas produzem um reconhecimento do mundo tal como já aprendemos a apropriá-lo”.

A mídia é um espaço de representação social e reflete toda a complexidade da sociedade apresentada, mas de forma marcada pelos interesses, conceitos e valores da hegemonia construída. Assim, as narrativas jornalísticas perpetuam as representações do mundo. O jornalismo constrói-se na credibilidade do relato objetivo enquanto responsável pelos interesses gerais da sociedade. Palco de disputas políticas, a mídia executa suas estratégias editoriais ancorada na dissimulação dos interesses político-ideológicos, pelos quais está orientada através da naturalização do seu conteúdo e dos efeitos do seu produto: a notícia.

A presença da mídia está estruturada a partir da grande capacidade de influenciar a sociedade e construir valores e caminhos de hegemonia e soberania, como bem cabe a um “príncipe”, segundo uma reflexão apontada no primeiro capítulo deste trabalho. É nesse sentido que, a partir da formulação de Otávio Ianni, o conceito do *Príncipe Eletrônico* (2000) foi apresentado, no intuito de demonstrar como a ação prática do jornalismo (principalmente o televisivo) reforça as necessidades da consolidação do poder instituído. Os poderes, antes concentrados no príncipe personificado de Maquiavel, ou no orgânico moderno príncipe de Gramsci, fragmentam-se na prática cotidiana e contemporânea, porque o poder hoje apresenta um outro enfoque.

O desafio da leitura dos “diversos príncipes” foi uma busca para o entendimento de como a mídia ocupa e exerce um lugar soberano ao construir consensos que formam e executam os interesses hegemônicos. Essa resposta, como aqui definida, só pôde ser encontrada a partir do reconhecimento da fragmentação do exercício do poder na sociedade neoliberal, ocorrida diante da ampliação dos agentes e da pauta social. Resultante dos processos de individuação da sociedade, essa ampliação impõe novos desafios à construção da hegemonia, por parte das elites dominantes, e à busca de uma contra-hegemonia, por parte dos excluídos da sociedade.

Hoje, a revolução eletrônica invadiu todos os campos da atividade humana. Os inventos da era industrial, como o cinema, o rádio e o impresso, apesar de sua forte incidência nos processos internos de produção e pela aculturação de alguns setores dominantes, não foram responsáveis por tantas mudanças como as observadas com o desenvolvimento da era eletrônica. No momento atual, tudo passa pelas tecnologias – a religião, a indústria, a ciência, a educação, a mídia e as artes, entre outros campos da atividade humana, estão utilizando as redes de comunicação e a informação computadorizada; e a humanidade está marcada pelos desafios políticos, econômicos e sociais decorrentes dessas tecnologias (DOMINGUES, Diana, 1997). No entanto, ao lado desse enorme avanço tecnológico, as sociedades convivem cada vez mais com a ausência de condições mínimas de vida – o desperdício e a abundância na sociedade de consumo, que já ameaçam a destruição do seu *habitat* natural.

Como já relatado, o processo constitutivo do capitalismo, como sistema produtivo totalizante, através do fetiche da mercadoria e da lógica inerente à mais-valia, ou simplesmente da produtividade, chegou a seu estágio mais maduro e globalizado. É a conquista de todos os

recantos do planeta por esse suporte tecnológico tão comentado que potencializou a reprodução dos bens materiais e simbólicos. Assim, o capitalismo encontra-se estabelecido de duas formas: uma, como suporte e lógica de produção de bens materiais e simbólicos; e outra, projetando-se como valores e comportamentos sociais. É nessa perspectiva que foi abordada a forte presença da mídia na sociedade contemporânea: como agente discursivo, com uma proposta de coesão ideológica, e como agente econômico, na produção e reprodução dos códigos simbólicos enquanto mercadoria.

Por fim, cabe ressaltar que evidenciar o papel da retórica global parece um importante caminho para entender a sua forte incidência na realidade brasileira. Quanto mais sofisticados os planejamentos e as análises, mais perversa tem-se afigurada a relação das elites, centros de poder e meios de comunicação, com os excluídos e desfavorecidos pelos processos de integração social (MUNIZ, Sodré, 1999). Diante do quadro observado, fazem-se urgentes investimentos para a adoção de políticas públicas direcionadas à área da Educação e da Comunicação Social, assentadas em mecanismos democraticamente instituídos de regulamentação. Acima de tudo, políticas que reflitam as exigências legítimas da supremacia da vontade coletiva sobre os interesses privados.

Chega-se ao final desta dissertação, sem um ponto final. Encerra-se, provisoriamente, para que outros possam chegar às suas próprias conclusões.

7. Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ALI, Tariq. Quem Viabiliza o Império. In: *Imperialismo e Resistência*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ADORNO *et al.* *Teoria da cultura de massa*. Introdução, comentários e seleção de Luiz Costa Lima (org.). São Paulo: Paz e Terra, 1978.

ANDERSON, Perry. As antinomias de Gramsci. In: *Afinidades seletivas*. São Paulo: Boitempo, 2002.

ARBEX JR., José. *Showrnlismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

BAKHTIN, M. *Maxismo e filosofia da linguagem*: São Paulo: Hucitec, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis, RJ: Vozes 2002.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. Gramsci e a dialética. In: *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. *Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. *Contrafogos 2: por um Movimento Social Europeu*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *O poder simbólico*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. O mercado dos bens simbólicos. In: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre e WAQUANT, Loïc. “A Nova Bíblia do Tio Sam”. [On-line].

Disponível: <<http://www.dhnet.org.br/fsmrn/60.pierre.bourdieu.html>>.

BUCCI, Eugenio; KEHL, Maria Rita. *Videologias: ensaios sobre a televisão*. São Paulo: Boitempo, 2004.

CANCLINI, Néstor García: *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

CASTELLS, Manuel. *Sociedade em rede: a era da informação. economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *A galáxia da internet : reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2001.

_____. *Simulacro e poder : uma análise da mídia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHOMSKY, Noam. *Novas e velhas ordens mundiais*. São Paulo: Scritta, 1996.

CIAVATTA, Maria. “O Conhecimento Histórico e a Questão Teórico-Metodológica das Mediações.” In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (orgs.). *Teoria e Educação no Labirinto do Capital*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

COURTINE, Jean-Jacques. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). *Discurso da mídia, a cultura do espetáculo*. São Carlos, SP: Claraluz, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DEBORD, Guy. A negação e o consumo na cultura. In: *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DOMINGUES, Diana (org.). *A Arte no século XXI: a humanização das tecnologias*. São Paulo: Unesp, 1997.

EAGLETON, Terry. *Marx e a liberdade*. São Paulo: Unesp, 1999.

ECO, Umberto. *Viagem na irrealidade cotidiana*. São Paulo: Nova Fronteira, 1984.

_____. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Atica, 1998.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GANDELMAN, Marisa. Propriedade. In: *Poder e conhecimento na economia geral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê, 1987. [On-line]. Disponível: <<http://www.adelmo.com.br>>. (set-2007).

GOMES, Mayra Rodrigues. *Jornalismo e ciências da linguagem*. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1-2.

_____. *Cadernos do cárcere*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

_____. *Cadernos do cárcere*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 6.

_____. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GREGOLIN, M. do R.; BARONA, R. *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos: Claraluz, 2001.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. São Paulo: Graal, 2000.

GUARESHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

- GUARESHI, Pedrinho. *Os construtores de informações: meios de comunicação, ideologia e ética*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HARVEY, Davis. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HIRSCHMAN, Albert. *A retórica da intransigência*. São Paulo: Schwarcz, 1992.
- HIPPOLITÉ, J. *Introdução à filosofia da história de Hegel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- _____. *O príncipe eletrônico*. São Paulo: Unicamp, 2000. [On-line]. Disponível em: <www.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/cconst/cont/4/art/art1.pdf>.
- JAMESON, Fredric. *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- _____. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo*. São Paulo: Ática, 1996.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru, SP: Edusc, 2001.
- LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. *Ideologia e técnica da notícia*. Florianópolis: UFSC, 2001.
- LEVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- LINS, Daniel (org.). *Saberes nômades*. São Paulo: Papyrus, 1997.
- LYRA, PEDRO. Ideologia. In: JOBIN, José Luiz (org.). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- LUCAS, Fábio. *Literatura e comunicação na era eletrônica*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

- MACPHERSON, C. B. *A democracia liberal : origens e evolução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.
- MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Trad. Lino Xavier. São Paulo: Atenas, 1960.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.
- MATTELART, Armand & Michele. *Histórias das teorias de comunicação*. São Paulo: Loyola, 1999.
- MEDITSCH, Eduardo. “Jornalismo como Conhecimento”. [On-line]. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/meditsh-eduard-journalism>.
- MORAES, Dênis de. *Planeta mídia*. Campo Grande, MS: Letra Livre, 1998.
- MORAES, Dênis de. (org.). O capital da mídia na lógica da globalização. In: *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- ORLANDI, Eni. *Análise do discurso*. Campinas: Pontes, 2007.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- _____. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e Indústria Cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- PINTO, Milton José. *Comunicação e discurso*. São Paulo: Hacker, 2002.
- PINTO, Virgilio Noya. *Comunicação e cultura brasileira*. São Paulo: Ática, 2002.
- RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. *Dicionário de comunicação*. Rio de Janeiro: Codecri, 1978.
- SÁ, Nelson Pereira de. *Núcleo Central das representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- _____. *A construção do objeto de pesquisa em representação social*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SADER, Emir. "O Estado entre o Público e o Privado". [On-line]. Disponível em:

<<http://www2.uerj.br/~lpp/htm>>. (nov-2006).

_____. (org.) *Gramsci: sobre poder, política e partido*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. *A vingança da História*. São Paulo: Boitempo, 2003.

SANTAELLA, Lúcia. *Comunicação e pesquisa*. São Paulo: Hacker Editores, 2006.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campos, 1988.

SENNET, RICHARD. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SFEZ, Lucien. *Crítica da comunicação*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

SODRÉ, Muniz. *Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. *A verdade seduzida*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

STAM, Robert. *Da teoria literária à cultura de massa*. São Paulo: Ática, 1992.

TASCHNER, Gisela. *Do Jornalismo Político à Indústria Cultural*. São Paulo: Summus, 1987.

_____. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, John B. A globalização da comunicação. In: *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2001.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 2001.

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

ZIZEK, Slavoj. *O sublime objeto da ideologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

COLEÇÕES CAROS AMIGOS – *A Ditadura Militar no Brasil* (12 fascículos). Rio de Janeiro: Caros Amigos, 2007-2008.

FOLHA DE S. PAULO. *Manual de redação*. São Paulo: Publifolha, 2001.

O ESTADO DE S. PAULO. *Manual de redação e estilo*. São Paulo: Moderna, 1997.

EDITORA ABRIL. *Manual de estilo*. São Paulo: Nova Fronteira, 1990.

JORNAL DO BRASIL. *Manual de redação*. Rio de Janeiro, 1990.

O GLOBO. *Manual de Redação*. Rio de Janeiro, 1997.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Faculdade de Comunicação Social. *Manual de redação*. Rio de Janeiro, 1999.

APÊNDICES

O Globo

O Globo

Editoria O País

janeiro/2006

1º/01/2006

Presídios federais continuam como promessas
Reforma nas urnas. As eleições para Câmara dos Deputados em 2006
2006 e o futuro do país. Nunca se viu tanto escândalo em um só governo

02/01/2006

Acordo pelo país. A sucessão presidencial já está na rua
CPI dos Correios e dos Bingos acirram os ânimos
Foco na CPI dos Correios 2006. Fundos de Pensão vão para a berlinda

03/01/2006

Brasil quitará dívida com a ONU, neste mês

05/01/2006

Prazo para tapa-buraco deve durar só um ano
Crise política. Banco Estatal (CEF) teria favorecido instituição de Minas

06/01/2006

Crise política. TCU vê irregularidades em convênio do INSS com o BMG para empréstimo
Técnicos criticam tapa-buraco em épocas de chuva

08/01/2006

ABCE critica operação tapa-buraco
Aldo Rebelo: como uma sociedade deformada pode produzir instituições perfeitas?

09/01/2006

Cobranças esperam o presidente no FSM, em Caracas
MST invade oito fazendas no Pontal do Paranapanema. Não houve confronto

10/01/2006

Calamidade nas estradas: prazo para tapar buracos no Estado é de seis meses

12/01/2006

Sintonia fina não existe ainda. Não existe ainda a sensação de que haverá um impasse para a
escolha de candidato do PSDB

14/01/2006

Eleições e salário. Está em curso no governo Lula a criação de uma nova vinculação de recursos
do Orçamento da União

17/01/2006

Câmara cria CPI das privatizações

18/01/2006

Pró-Mercosul. A América Latina parece está entrando novamente em ebulição com mudanças
políticas em diversas direções

23/01/2006

Economia. Mercado e governo divergem sobre crescimento do Brasil

25/01/2006

Audidores do TCU vão acompanhar obras nas rodovias. Fiscais darão atenção especial

27/01/2006

Crise política. Sei o que fiz e o que não fiz. Palocci rebate acusações

29/01/2006

CPI: Lula é o limite. Governistas manobram no Congresso, para poupar presidente

31/01/2006

Economistas analisam programa de obras de JK

fevereiro/2006

1º/02/2006

Planalto reforça estratégia de comparar o governo de FH ao de Lula

02/02/2006

Funai. Cinco antropólogos deixam o Conselho. Grupo diz que gestão é antiga
Eleições: projeto que muda regras vai à votação

03/02/2006

Funai reage à crítica de antropólogos
Palavra de especialista. Financiamento da educação em nosso país sempre foi um problema sério
Falta de verba agrava efeitos da seca. Ministro da Integração suspendeu o repasse de recursos para o Ceará

04/02/2006

Corrupção no 1º emprego. Cobrança de propina causa demissão
Políticas transversais. Para além da discussão sobre a verticalização

05/02/2006

Nos anos 90, surto de privataria Tucana
Partidos fragmentados. Discussão sobre a verticalização das alianças políticas

09/02/2006

Crise política. Aluguel de avião pode ter sido usado para trazer dólares

11/02/2006

Não há dúvidas de que a legislação aprovada pela Câmara não toca em pontos fundamentais

13/02/2006

Tão parecidos... “acho que é preciso bom senso”
Bolsa-Família beneficia até filha de fazendeiro em Teixeira de Freitas

14/02/2006

Governo cancela benefícios irregulares. Auditores vão a Teixeira de Freitas (BA)

15/02/2006

Ministro admite problemas com operação tapa-buraco
Planalto gasta 589 mil na proteção de Lula, José Alencar e familiares
Carga tributária além do limite. Nova estimativa prevê aumento da arrecadação

18/02/2006

Fim dos privilégios. Parentes de juizes seriam contratados para ocupar cargos de confiança

19/02/2006

Governo destina 1 milhão para paradas gays

Barafunda eleitoral. Em outubro, o eleitor votará novamente em 5 cargos

23/02/2006

Fundeb: Lula fala em medida provisória na Paraíba

Auditoria descobre novas fraudes em prefeituras

Economia conquista votos da classe média

24/02/2006

CNJ: número de processos diminui mas Justiça está mais morosa

27/02/2006

Dinheiro para quem não precisa. Fraudes no Bolsa-Família

Aluno da Unifesp custa ao governo R\$ 92 mil ao ano

28/02/2006

Crise política. Com a palavra a Justiça Eleitoral. PF fará dossiê

março/2006

1º/03/2006

Cinzas de uma CPI. O Ministério Público vai herdar a massa falida

02/03/2006

Líder do governo reage e cobra propostas

Nove países aderem à tarefa contra a pobreza

03/03/2006

Partidos resistem a prestar contas. TSE deve aprovar exigências

Cartas para quem? O endereço da primeira Carta aos brasileiros

Nunca houve governo tão submisso

Em PE, a fila dos horrores para o Bolsa-Família

Serraglio admite prorrogação CPI

04/03/2006

Presidente reage a críticas da CNBB

Zerou tudo de novo. Poucas vezes se viu tal grau de confusão em uma eleição

05/03/2006

Os dilemas do crescimento econômico

Propaganda de governo. Verba para mostrar serviços

Um assunto mal resolvido (Mensalão)

Temas educativos já tiveram fatia maior

Defesa do multilateralismo em Londres

06/03/2006

Urso em vara representa usineiro

Madrugada entre palavras de ordem e poesia. Ocupações do MST

Em um só dia, MST invade 15 propriedades

07/03/2006

Inglaterra recebe Lula com afagos na imprensa
Alencar critica invasões e diz que reforma agrária tem que ser legal
Ministro depõe na PF sobre depósito para Valério
Mensalão: PF vai ouvir senadores
Renan chama decisão do TSE de 'absurda e tolice'

08/03/2006

Jobim: STF julgará verticalização até o fim do mês
PSDB irá à Justiça contra propaganda da Caixa que cita presidente Lula
CPI dos Bingos é prorrogada até 24 de junho

09/03/2006

Verticalização está nas mãos do Supremo
Lipoaspiração. Na beligerância geral que domina a política
Dono de corretora diz que sindicalista agia em nome do PT junto aos fundos
Governo diverge sobre usina nuclear
Homenagem ao movimento tropicalista
Lula pede a ingleses que redescubram o país

10/03/2006

Vergonha escondida (disparidade de comportamento entre o Conselho de Ética e o Plenário da Câmara)
Câmara legisla de costas para a sociedade
Delegado faz acusações a Palocci em CPI

11/03/2006

Secretário do Tesouro critica extinção do fator previdenciário pelo Senado
Sem imunidades. Os problemas jurídicos envolvendo o processo do ex-deputado José Dirceu

12/03/2006

Pesos e medidas. Julgamento do Conselho de Ética.
Não se pode escolher adversário em eleição

13/03/2006

Exercito pode ficar. Há tempos o governo Lula tenta intervir na segurança do Rio

14/03/2006

Secretário pede debate questões da Saúde
Orçamento da saúde provoca conflito
Jatene defende cobrança em hospitais públicos
Avanços e recuos. Os avanços institucionais da política brasileira
Aldo agora admite discutir fim de voto secreto

15/03/2006

Secretários resistem à Lei de Responsabilidade Fiscal

16/03/2006

As fichas, senhores. Os números da pesquisa. CNI/Ibope
Caseiro reafirma acusação
CPI convoca caseiro que contradisse Palocci
Relatório da CPI incluirá negócio de filho de Lula

17/03/2006

Decisão de recorrer ao STF contra CPI foi de Lula

18/03/2006

Alckmin condena MST e diz que falta autoridade
Banqueiros não economizam ao elogiar Palocci
Pedido de saída é jogo político

19/03/2006

Índios querem parlamento, ministério e royalties
Era dura a vida na corte proletária. Suprema vingança do capital

20/03/2006

PT veta crítica à economia até 2007

22/03/2006

CPI pedem indiciamento de até 100 pessoas
Gastos sociais caíram 2,7% no governo Lula

23/03/2006

Voto com muito prazer. Senadores extrapolam ao sabatinar ministro que presidirá STF
Mantega: Economia está “blindada e vacinada”

24/03/2006

Governo derruba acordo e estados perdem recursos
Estamos no Brasil. Como demorando?

25/03/2006

Bispos criticam baixo nível da crise

26/03/2006

Seguro de 1975 virou tunga em 2006
Teto salarial pode chegar ao Congresso

28/03/2006

Ex-ministro não terá foro privilegiado
Analistas descartam mudanças na economia
Fórmula enganosa . A tese de que os juros são altos no Brasil
Em dia nervoso o dólar chega a subir mais de 2%

29/03/2006

Ressaca. Liturgia dos atos oficiais

30/03/2006

Mensalão comprovado. Indiciamentos acirram guerra entre PT e PSDB

31/03/2006

Definições e surpresas. Fim do prazo para descompatibilização
Petros e BB criticam relatório da CPI. Comissão pediu ao MP para investigar compra da Gamecorp

abril/2006

1º/04/2006

Governo e oposição brigam por mudanças em relatório
Equívocos fazem parte da História. Pires diz que função das Forças é garantir a paz e a soberania
Pires levou Jango até o aeroporto de Brasília. Novo ministro da defesa também deixou o país após o golpe, em 1964

Todos os homens do Presidente
Ciro: “chicote moral” se voltou contra o PT
Tarso chega batendo nas elites. “Não tem mais cura”, diz ele

02/04/2006

Fazer a diferença. Precisamos mostrar a opinião pública que criar outro espaço
Relatório da CPI dos Correios recebe críticas e elogios
A crise mostra vigor institucional
Comissão quer a retratação do General Francisco de Albuquerque
(Nota exaltando golpe de 64 é criticada pelo grupo do governo que pesquisa mortos e desaparecidos da ditadura)
Lula perde a primeira volta
Verba de publicidade da Nossa Caixa (SP) para ano eleitoral aumenta 250%
Governo do PT frustra esquerda alemã

03/04/2006

Um partido atingido tem direito de apresentar relatório paralelo na CPI

04/04/2006

Escolas teriam 13 milhões de alunos fantasmas
Ministro T. Bastos nega envolvimento de assessores
A culpa de cada um. Os desdobramentos da quebra ilegal do sigilo bancário de Francenildo Okamoto participa hoje de acareação na CPI
O governo Lula está se desfazendo, afirma FHC (demora para punir Palocci)
Serraglio ameaça indiciar Lula no relatório

05/04/2006

Onde está a ética? Governo tenta evitar convocação de Bastos para depor no congresso
Investigadores ainda tentam interrogar Netto sobre o vazamento do movimento bancário de Francenildo Costa
PT diz ter sido seduzido por Marcos Valério
Contar a história. Dentro de seis meses eleitor dará sua palavra

06/04/2006

Ex-ministro contradiz Jorge Matoso. Ministro nega que ex-presidente da Caixa foi a sua casa
FHC critica Lula e defende Alckmin das denúncias em SP
Compra de parlamentares. PT não vota relatório final e recorre à Câmara
Mais uma pizza. Câmara absolve João Paulo

07/04/2006

Retrocesso político. Mais um mensaleiro absolvido na Câmara

08/04/2006

Contas públicas. Solução definitiva para déficit da Previdência leva tempo, diz o presidente
Nova suspeita. Políticos acusam ex-vice de Tecnologia do BB de suposta quebra ilegal
Sem terra fazem reféns em invasão no Paraná

09/04/2006

Transposição do S. Francisco. Projeto está parado
Crise fundiária. Sem-Terra favelizam margens de rodovias. Até Posto de Fiscalização é tomado em Pernambuco
Compra de parlamentares. Procurador-Geral decide oferecer denúncia contra a maioria dos envolvidos no escândalo
MP fecha cerco ao Valerioduto

Oposição bate forte para manter crise até julho; PT não aceita contra-ataque. Para Lula, partido está muito cabisbaixo.

Berzoini quer debate de programa

Rejeição ao presidente diminui

10/04/2006

Pressão para explicações. Oposição cobra e Lula determina que M.T. Bastos antecipe ida ao Congresso

11/04/2006

O enigma. Como explicar Lula como favorito dos eleitores

Com o padrão ético relaxado, especialistas dizem que povo precisa reagir

12/04/2006

Presidente é vaiado por servidores e xingado por funcionários em greve, durante recepção a Bachelet

A longa demora de Lula para demitir Palocci

Quadrilha do mensalão. Uma sofisticada organização criminosa e seu 40 membros

Sinais de vida a pesquisa CNT/Sensus. Candidatura Alckmin trouxe um pequeno alento à oposição

Mensaleiros não escapam da Justiça

13/04/2006

Orçamento: governo descumpre acordo e vai editar MP para liberar R\$ 1,8 bi

Um fato importante na História. Para Ministro da Justiça, denúncia mostra que instituições estão funcionando

Senadores defendem “impeachment das urnas”

14/04/2006

Petistas agredem estudantes durante protestos na Universidade de São Carlos (SP)

Sem limite para gastos e impostos, governo retira da LDO de 2007

15/04/2006

O povo está cansado de salvadores da Pátria, que prometem milagres

16/04/2006

Deputado quer transferir para STF o julgamento da perda de mandato de envolvidos no mensalão

O velho e o novo. Discutir a importância de um novo sistema de orçamento público

17/04/2006

Fiel da balança. Mesmo que não consiga ter candidato à Presidência da República

18/04/2006

Lições da crise. A cobertura jornalística do escândalo de mensalão

Orçamento eleitoral. Oposição denuncia que perspectivas fiscais vem se deteriorando Planalto tenta acordo após ameaça da oposição

19/04/2006

MST já fez mais ocupações neste ano que em 2002

Para eleitor ver. Oposição desfralda novamente a bandeira de impeachment de Lula

LDO provoca polêmica. Governo quer executar Orçamento, caso não seja aprovado no prazo

20/04/2006

A polêmica das externas. Imagens das denúncias
Petrobras reage a acordo para construir gasoduto (Urucu-Coari-Manaus), para aprovar o Orçamento da União
Confronto marca visita de presidente a hospital em Porto Alegre
PSDB aponta erros em comerciais do PT da TV e tenta tirá-los do ar

21/04/2006

Tensão no campo. Líder do MST leva um tiro na mão
Bloqueados os bens do deputado do “caso da cueca”

22/04/2006

Governo quer negociar com oposição para evitar novo depoimento de Bastos
MST prepara criação de braço urbano

23/04/2006

Imprensa alternativa do Brasil é destaque nos EUA
Triste horizonte. A crise e seus espasmos criam estranhas categorias mentais
Crie política. O MP quer investigar mesmo sem aparecer

24/04/2006

Farra dos combustíveis. Mau uso do dinheiro na mira
MST exigirá de Lula nova carta ao povo brasileiro

25/04/2006

A Lei ajuda a quem tem mandato
Visões da AL Baku. O governo FHC é injustamente mal avaliado e o de Lula é excessivamente bem avaliado, opinião de Touraine
Corregedoria deve investigar farra com gasolina

26/04/2006

Intolerância do debate sobre cota de estudantes ligados a OBG
Congresso promete votar pacote para Prefeitos

27/04/2006

Crise política. Irregulares teriam causado prejuízo de até 30 milhões em Ribeirão Preto
CCJ restringe liminares dos Ministros do Supremo

28/04/2006

O contrato dava prejuízo. Subprocurador depõe sobre Gtech
Em posse no STF, Lula ouve críticas da OAB

29/04/2006

Queria comparar nosso governo com o mundo todo. Lula pelo PT
Faltando um ponto. Lula e PT fizeram encenação planejada
Dirceu e outros mensaleiros participam do Encontro Nacional do PT 30/04

30/04/2006

Partido diz que punirá envolvidos em corrupção, mas vice-presidente descarta investigação
Em campanha não-declarada, Lula viaja às custas do Tesouro para inaugurar obras
Dilma, o gasto e a campanha. Ministra assume Chefia do gabinete Civil
ONG investiga e põe na rede contas do governo
Analistas vasculham SIAFI
Fim do Socialismo teve mais impacto que eleição

maio/2006

1º/05/2006

Lula adota tom de campanha em pronunciamento na TV
A trégua petista. Às vésperas das eleições presidenciais
PT só vai investigar mensaleiros após eleições
Partido deve se coligar com PC do B e PSB

02/05/2006

Festa do trabalhador vira palanque eleitoral
Sintomas de jejum, só em 5 dias as primeiras conseqüências
Cenas de consternação pela porta de vidro. Garotinho passa o dia em poses com a família e amigos
Só muda o endereço: Lula ironiza jejum iniciado por Garotinho
Presidente assina declaração que condena censura

03/05/2006

Câmara deve absolver hoje mais um mensaleiro
CPI dos bingos: relator citará Lula
O comando da campanha de Lula está praticamente definido

04/05/2006

Crise política: Processo contra José Janene é o último do escândalo do Valerioduto
Eleições 2006. Procurador acusa Ciro de privilegiar prefeituras do Ceará
“Devo à liberdade de imprensa chegada ao poder”
Orçamento será contingenciado em R\$ 20 bilhões
Renan impede Ellen Gracie de substituir Lula
Tarso oferece vice ao PMDB
PMDB marca convenção para 13 de maio
Garçom aponta crime político em Campinas

06/05/2006

Comemoração de petistas mensaleiros acaba em pontapés
Quer pagar quanto? É do ex-presidente da Infraero Carlos Wilson

07/05/2006

Petrobras e a política energética. Desafio agora não é fazer mais o mesmo
Valerioduto – Um ano depois o plano era faturar R\$ 1 bi, conta Silvio
Valerioduto – Quem mandava eram Lula e Genoíno, Mercadante e Dirceu
Valerioduto – CPI dos Bingos vai convocar Silvio para depor

08/05/2006

Duas visões. A oposição vai deitar e rolar e o governo fazer de conta que nada aconteceu.
Mensalão voltou ao noticiário
Lula: Ele é livre para falar. Presidente passa fim de semana em sítio e não comenta denúncias
A OAB decide hoje sobre pedido de impeachment de Lula
Oposição se divide sobre pedido de impeachment

09/05/2006

Deputado citado na máfia das ambulâncias preside sessão
Governo vai propor cancelamento de emendas ao Orçamento
MEC autoriza concurso em universidades
Valerioduto um ano depois. OAB pede apuração jurídica em vez de política
CGU diz que não apura: É lamentável, mas é corrente no meio empresarial
Planalto dá a carta de Suplicy.

Trâmite burocrático. Petistas divergem sobre apuração das denúncias de Silvio Pereira. Berzoini descarta investigação

10/05/2006

Sambista da pizza pede para sair do Conselho
Lula manda reavaliar cortes do Orçamento
Irmão acusou ex-ministro (de seqüestro e morte do Prefeito Celso Daniel)
STF impede depoimento de Dirceu sobre Celso Daniel
FHC encontra Cassetas e provoca Lula
Valerioduto um ano depois. STF nega liminar e Silvio depõe hoje à CPI

11/05/2006

Na área da Saúde, não devemos nada a ninguém. Produção fracionada de remédios
Máfia da ambulância. Motorista confirma denúncia
Valerioduto um ano depois. “Responsável principal é a direção”
Valerioduto um ano depois. PT nega pagar advogado famoso para Silvio
Planalto diz que Lula não assistiu a TV. Tasso afirma que depoimento não é problema do governo nem do presidente
Dom Eusébio critica PT e elogia Alckmin
Estudantes xingam Dirceu na PUC de Minas
Irmã de Daniel acusa PT de achaque

12/05/2006

Banco confirma denúncia contra PT. Opportunity não explica
Acusados poderão tentar reeleição em outubro. Não há tempo para julgar e cassar 16 acusados (Máfia das Ambulâncias)

13/05/2006

CNBB ameniza críticas contra o governo Lula

14/05/2006

Valerioduto um ano depois. Dirceu deve fazer articulações paralelas para o PT
Eleições 2006. MST, dividido, cogita não apoiar reeleição de Lula
PT diz que é questão de honra eleger Genoíno

15/05/2006

A História se repete. Dossiê Cayman e Dossiê Daniel Dantas

16/05/2006

Todos culpados. Não há mocinhos nessa história, todos se acusam

17/05/2006

O terror se espalha. Bastos: “tenho temor da legislação de pânico”
Mais deputados podem ter ligação com máfia dos Sanguessuga

18/05/2006

CCJ da Câmara aprova que STJ julgue quebra de decoro

19/05/2006

Sanguessugas: mais deputados são suspeitos
OAB investiga advogados acusados de comprar fita de CPI do tráfico
Máfia pode ser investigada por CPI

20/05/2006

Genoíno admite erros e anuncia a volta
A alternativa de Simon. Pode ser que acabe não dando em nada

21/05/2006

Nem lei nem rei. Não é preciso ler “a metafísica dos costumes”

22/05/2006

O que falta decidir. Os partidos médios estão adotando táticas
Ambulâncias: deputados do Rio fizeram emendas idênticas. Suspeita de fraude no Orçamento

23/05/2006

STF nega liminar e Delúbio depõe hoje
Um atraso na mentalidade política
Presidente critica lei eleitoral que proíbe obras antes das eleições
Causa e efeito. Novas pesquisas de opinião a serem divulgadas

24/05/2006

Oposição sofre derrotas na CPI dos Bingos
Mais regras contra farra. Ao contrário do que disse o presidente
Tateando no escuro. Delúbio Soares se sente protegido

25/05/2006

Gilberto Gil admite decepção com PT, porém afirma que há corrupção em todo mundo
Congresso se recusa a investigar suspeitos . Máfia das ambulâncias
Lula: a gente não pode se iludir com pesquisas
Vadão Gomes é o 11º mensaleiro absolvido
Lula que hoje é só elogios, já chamou Sarney de grileiro e molecão

26/05/2006

Máfia das Ambulâncias. PF caça ex-deputado acusado de receber propina

27/05/2006

CPI quer cassar registro de advogados
O voto personalista. Não sabemos se foi o sistema de votos

28/05/2006

Governo pagará 2 bilhões, indenizações a anistiados
O day after. Lula finge que não se decidiu a ser candidato à reeleição

29/05/2006

A bancada Sanguessuga. Máfia fraude licitações na Saúde
Dois deputados serão denunciados por envolvimento no esquema de fraudes Sanguessugas
Temos que enfrentar é o adversário (entrevista com Tasso Jereissati)

30/05/2006

Lula tenta atrair PMDB e deve manter Alencar como vice
CPI dos Bingos pode acabar sem relatório

31/05/2006

Gabeira e Renan batem boca sobre Sanguessugas (arquivamento do pedido de CPI)
Dois modelos. Através de caminhos tortuosos. Reforma da Previdência
Ministro diz que cortará ponto de grevista do INSS

junho/2006

1º/06/2006

Depois da queda do ministério, Jucá vira líder do governo
Sanguessuga: STF deve investigar 15 deputados
Cozinheira faz acusações sem provas a petistas

02/06/2006

Ministros do Supremo se dão aumento de 5%
Guerra de palavras. Ataques e xingamentos estão na ordem do dia
Tarso reage a choque de ética proposto por FHC

03/06/2006

Os deputados do Valerioduto
Relator vai recomendar cassação de Janene, que deve perder mandato
Não faço demagogia, rebate tucano. Alckmin chama Lula de “Rolando Lero”

04/06/2006

Esquerda e populismo na América Latina
Ação parlamentar já havia ajudado Fisco
Depois da denúncia, deputados colocaram freio na farra da gasolina
Escândalos em série: MP pede ao Supremo inquérito contra Mentor
Eleições 2006. Sem Jobim, Lula deve manter Alencar como vice

05/06/2006

Fundos para o meio ambiente ficam no papel

06/06/2006

Herança bendita. Certamente não é pó coincidência
Venda de armas divide governo

07/06/2006

MLST surgiu em Pernambuco e já em está 11 estados
Baderna no Congresso. Planalto condena em grave ato de vandalismo
A invasão pelo MLST: lições. Foi horrível ver o salão verde transformado em campo de luta
Baderna no Congresso: Alckmin critica falta de autoridade do Governo

08/06/2006

Nova lei para Audiovisual foi enviada ao Congresso
Reajuste do mínimo é estendido a aposentados
Reforma universitária exclui cotas
Para que mesmo? Haveria uma lógica na decisão do TSE
Pela coerência. A decisão de ontem do TSE

09/06/2006

Assessor de Lula é poupado na CPI dos Bingos
Não sabem o que fazem. Nunca se viu tamanha demonstração de irresponsabilidade
Índios que foram à Câmara protestar deixam suas armas do lado de fora
Para Stédile, invasão do Congresso foi um equívoco

10/06/2006

Freire se refere a Lula como “ladrão”
Crise e solução. As 48h de crise que o TSE provocou na política brasileira
TSE multa Caixa Econômica por citar Lula em anúncio de rádio

11/06/2006

Lula: "Brasil era como um lego desmontado"

Governo Lula foi lambança ética, diz tucano

Mercadante cala sobre mensaleiros

Presidencialismo em debate. O debate sobre qual o melhor

12/06/2006

Mercadante diz que voto julgará mensaleiros

13/06/2006

Até 2010. A disputa de 2010 continua influenciando a campanha

Brindeiro diz que denunciaria Lula se ainda fosse o procurador-geral

14/06/2006

No rastro do mensalão. Conselho de Ética pede a cassação de Janene

Ministra do STF quer cautela ao julgar mensaleiros

Qual governo? Já se tem uma boa idéia do que pode vir a ser

15/06/2006

Cassado em Brasília condecorado no Rio

Congresso cria CPI dos Sanguessugas. Comissão terá prazo menor

Bases para 2007. O que tem acontecido nas votações da Câmara

CPI dos bingos: regulamentação ficará de fora

16/06/2006

Fogo verbal. No estouro das lambanças financeiras do PT

17/06/2006

STF abre inquérito para investigar Mentor

Em campanha, presidente libera verba para favelas e critica prefeitos

18/06/2006

Um humorista apaixonado por futebol. Bussunda morre aos 43 anos, na Alemanha, onde gravava o Casseta & Planeta

Peru de Natal. O cientista político Cesar Romero Jacob não considera que a eleição esteja definida

20/06/2006

Farra das notas frias na Câmara corre o risco de ficar impune

De copa e eleição. Estudo recente da consultoria americana

Tucano: há corrupção em ministérios. Candidato diz que crime se repete em várias pastas

Bingos: guerra de versões no último dia

Comitê de Lula tem aluguel de 22.500 por mês

Relator vai propor cassação de deputado

21/06/2006

Líder do PT no Senado será investigado

Sob suspeita, líder do PMDB indicará relator da CPI dos Sanguessugas

Lula diz que país vive memento mágico

PFL pede união contra favoritismo de Lula

22/06/2006

Tucanos pedem à Receita que investigue Bastos

“Em todo país há problemas de droga”

Pont: PT deve investigar mensaleiros para não sofrer desgastes nas eleições

CPI dos Sanguessugas há tem nomes

Senado reage a adendo em relatório de CPI

23/06/2006

CPI dos sanguessugas mantém um sob suspeita

União recorre para liberar campanhas institucionais

PSDB: Lula faz gastos astronômicos com publicidade

24/06/2006

No Executivo, 80% dos servidores receberão aumento

TSE proíbe programa da CUT que enaltece Lula

Alckmin: “Planalto não pode ser transformado em comitê”

25/06/2006

Tasso e Berzoini devem comandar a campanha do Presidente

Candidata critica uso do Bolsa-Família

Caixa Dois não ofusca festa petista em Brasília

Todo o foco do social. Lançado à reeleição, Lula diz ter sido injustiçado

Nome aos bois. Em entrevista recente ao jornal *Valor Econômico*

Fizemos em 42 meses, mais que eles em 8 anos

26/06/2006

Dinheiro do Fundef é o maior alvo de desvios

Marco Aurélio é contra aumento oferecido ao Judiciário

27/06/2006

Sanguessugas: inquéritos contra mais 30 deputados

28/06/2006

CUT organiza atos a favor do governo petista

Peguei o Brasil desarranjado e arrumei a casa, Lula mantém

29/06/2006

CPI aprova quebra de sigilo de 12 advogados

Nó antigo piorou a partir dos anos 90. Governos fizeram superávit, mas elevaram gastos e tributação

Em seu governo, banqueiros ganham mais

Os donos dos ovos. Se depender de Lula, a campanha eleitoral será baseada em comparações

Eleições 2006. Lula: pobres não dão trabalho, não protestam

30/06/2006

Janene é acusado de lavagem de dinheiro

PF desmonta quadrilha de deputados. Esquema contratava laranjas

Caminho perigoso. O presidente Lula muito entusiasmado com os índices

01.06.2006 O Globo 5 - Sanguessuga: STF deve investigar 15 deputados Antônio Fernando

Produto=O_Globo; Data=01.06.2006; Fonte=Sucursal_de_Brasília; Página=5;
Crédito=Jailton_de_Carvalho; Edição=1; Restrição=Não; Editoria=O_País; TipoMatéria=Reportagem;
Caderno=Primeiro_Caderno; Chamada= 1_página:PP:Primeira_Página;

Sanguessuga: STF deve investigar 15 deputados

Antônio Fernando envia ao Supremo lista de suspeitos de envolvimento com a máfia: 'São os primeiros, disse

BRASÍLIA O Procurador-Geral da República, Antônio Fernando de Souza, pediu ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) abertura de 15 inquéritos contra 15 deputados suspeitos de envolvimento com a máfia dos sanguessugas, a organização acusada de vender ambulâncias superfaturadas a prefeituras. No mesmo despacho, o Procurador-Geral pede a quebra do sigilo bancário dos deputados. Para Antônio Fernando, há indício de que esses parlamentares teriam recebido propina para apresentar emendas ao Orçamento e, com isso, financiar a compra de ambulâncias em licitações fraudadas.

Mas a lista de políticos investigados não pára por aí. Por decisão de Antônio Fernando, a Procuradoria Regional da República da 1ª Região abriu procedimento para apurar o envolvimento de 64 prefeitos e ex-prefeitos de Mato Grosso e Minas Gerais com as sanguessugas. O procurador deverá pedir nos próximos dias a abertura de inquéritos também contra outros parlamentares suspeitos de envolvimento com as compras irregulares de ambulâncias e odontomóveis entre outros equipamentos hospitalares destinados ao atendimento à saúde de famílias de baixa renda.

- Esses são os primeiros 15 pedidos de abertura de inquérito disse Antônio Fernando, ao protocolar o pedido ao STF.

Livro-caixa apreendido tinha nome de parlamentares

O procurador pediu a abertura dos 15 inquéritos com base em documentos obtidos pela Polícia Federal e pelo procurador da República em Mato Grosso Mário Lúcio Avelar na primeira fase da Operação Sanguessuga. Entre os papéis está um relatório reservado com o conteúdo de gravações de conversas de empresários, assessores parlamentares e funcionários públicos acusados de integrar a máfia dos sanguessugas. Durante as conversas, eles combinam fraudes, acertam valores de propinas e citam nomes de deputados e senadores.

Antônio Fernando se baseou também num livro-caixa, apreendido na sede da Planam, empresa de Darci José Vedoin, apontado pela polícia com o chefe da organização dos sanguessugas. No livro estão registrados nomes de vários parlamentares associados a cifras. Os investigadores suspeitam que Vedoin tenha registrado no livro os valores pagos a parlamentares nos últimos anos. O Procurador-Geral pediu a abertura de inquérito menos de um mês depois de receber as primeiras informações sobre as compras superfaturadas de ambulância.

Em depoimento à PF, a ex-assessora do gabinete do ministro da Saúde Maria da Penha Lino disse que pelo menos 170 parlamentares prestaram serviços aos sanguessugas. Ex-funcionária da Planam, Maria da Penha era encarregada de apressar a tramitação de projetos da quadrilha no Ministério da Saúde.

Num segundo depoimento à Corregedoria, Maria da Penha disse que os chefes da organização tiveram contato com pelo menos 283 parlamentares. Com base nestas informações, a Corregedoria começou a investigar 16 parlamentares contra os quais pesavam as acusações mais graves. A Procuradoria Geral não informou se existem coincidências de nomes entre a lista da Câmara e os parlamentares que Antônio Fernando considera necessário investigar. Os prefeitos serão investigados por uma força-tarefa composta por cinco procuradores regionais.

Copyright 2006 O GLOBO

Ano=2006; Mês=6; Mês=Jun; Dia=1; Dia=Qui; Book=pp:Primeiro_Caderno;

04.06.2006 O Globo 8 9 - ESCÂNDALOS EM SÉRIE: Procurador-Geral acusa parlamentar de

Produto=O_Globo; Data=04.06.2006; Fonte=Sucursal de _Brasília; Página=8_9; Crédito=Maria_Lima; Edição=2; Restrição=Não; Editoria=O_Pafs; TipoMatéria=Reportagem; Caderno=Primeiro_Caderno;

ESCÂNDALOS EM SÉRIE: Procurador-Geral acusa parlamentar de corrupção e crime contra a administração pública

MP pede a Supremo inquérito contra Mentor

Ex-relator da CPI do Banestado, deputado petista recebeu R\$ 120 mil de empresas ligadas a Marcos Valério

BRASÍLIA. Um dos mensaleiros que passou até agora ileso pelo processo de cassação e pela primeira denúncia feita pelo Ministério Público Federal, o deputado José Mentor(PT-SP) deve responder a inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) põe corrupção passiva e crime contra a administração pública. O pedido de abertura de inquérito foi enviado na sexta-feira pelo Procurador-Geral da República, Antonio Fernando de Souza, ao ministro Joaquim Barbosa, que já cuida do processo envolvendo outros 13 parlamentares e cerca de 500 pessoas acusadas de participar do valerioduto.

Quando fez o primeiro pedido de abertura de inquérito contra 40 pessoas, em 30 de março, o procurador Antonio Fernando explicou que o caso de Mentor e outros acusados continuaria sendo investigado antes do pedido de nova abertura de inquérito.

A investigação pedida agora é baseada nos dados enviados pela CPI dos Correios. Mentor recebeu R\$ 120 mil de empresas ligadas a Marcos Valério. Em sua defesa, o deputado alega que esse dinheiro, pago em duas parcelas de R\$ 60 mil, se refere a serviços de consultoria encomendados por Valério quando era presidente da CPI do Banestado. Além desses repasses, o doleiro de São Paulo Richard Andrew de Mol van Otterloo afirmou ao Ministério Público que pagou propina de R\$ 300 mil a Mentor para a retirada de seu nome do relatório final da CPI do Banestado.

Na denúncia, Antônio Fernando tratava a quadrilha do mensalão como uma "sofisticada organização criminosa" comandada pelo PT.

Procurado, Mentor evitou comentar o pedido:

- Não sei do que se trata. Por enquanto, só ouvi falar que o procurador pediu o inquérito. Só depois de ler, posso comentar disse, por sua assessoria de imprensa.

Legenda da foto: JOSÉ MENTOR é o 14º parlamentar investigado por ligação com valerioduto

Copyright 2006 O GLOBO

Ano=2006; Mês=6; Mês=Jun; Dia=4; Dia=Dom; Book=pp:Primeiro_Caderno; Pessoa=José_Mentor, Identidade=PT:Partido_dos_Trabalhadores; Identidade=STF:Supremo_Tribunal_Federa/; Identidade=Ministério_Público_Federal; Identidade=CPI_do_Banestado; PalavraChave=Investigação; PalavraChave=Justiça/Processo; PalavraChave=Política/Cassação; PalavraChave=Denúncia; PalavraChave=Administração/Administração_Pública;

Campo=O_Globo; Campo=04.06.2006; Campo=Sucursal de _Brasília; Campo=8_9; Campo=Maria_Lima; Campo=2; Campo=Não; Campo=O_Pais; Campo=Reportagem; Campo=Primeiro_Caderno; Campo=2006; Campo=6; Campo=Jun; Campo=4; Campo=Dom; Campo=pp:Primeiro_Caderno; Campo=José_Mentor; Campo=PT:Partido_dos_Trabalhadores; Campo=STF:Supremo_Tribunal_Federal; Campo=Ministério_Público_Federal; Campo=CPI_do_Banestado; Campo=Investigação; Campo=Justiça; Campo=Processo; Campo=~; Campo=Cassação; Campo=Denúncia; Campo=Administração; Campo=Administração_Pública;

04.06.2006 O Globo 4 - ESCÂNDALOS EM SÉRIE: Campeões de gastos com combustíveis

Produto=O_Globo; Data=04.06.2006; Fonte=Sucursal_de_Brasília; Página=4; Crédito=Maria_Lima; Edição=1; Restrição=Não; Editoria=O_País; TipoMatéria=Reportagem; Caderno=Primeiro_Caderno;

ESCÂNDALOS EM SÉRIE: Campeões de gastos com combustíveis mudam as contas

Depois da denúncia, deputados colocam freio na farra da gasolina

Para comprovar despesa, políticos agora usam notas de outros serviços

INCLUI QUADRO: GASTOS COM COMBUSTÍVEIS

BRASÍLIA. A partir da denúncia de abusos em gastos com gasolina, feita pelo GLOBO no mês de abril, os deputados que lideravam o ranking dos maiores gastadores, com despesas de R\$ 40 mil a R\$ 60 mil só com combustíveis no primeiro trimestre deste ano, não usam mais essa justificativa para receber a verba indenizatória de R\$ 15 mil mensais. Mudou tanto que a maioria, segundo as notas fiscais apresentadas em maio para o recebimento da verba, não gastou nem um tostão com gasolina. Os deputados apresentam agora notas fiscais de outros produtos e serviços supostamente contratados.

O deputado Francisco Rodrigues (PFL-RR), que de janeiro a março apresentou à Câmara notas justificando gastos de R\$ 60 mil só com gasolina, nos meses de abril e maio não pediu um centavo de pedido de ressarcimento da verba indenizatória para este tipo de despesa.

Em abril, depois da denúncia do GLOBO de que eram grandes as evidências de uso de notas frias para justificar gastos com combustíveis, a Mesa da Câmara se reuniu e decidiu limitar em R\$ 4,5 mil esse tipo de despesa. Em contrapartida, a Corregedoria da Casa arquivou o pedido do presidente Aldo Rebelo para que se investigasse a denúncia de uso de nota fria pelo deputado Francisco Rodrigues. A alegação é de que não há como checar a autenticidade da nota.

- Eu usava o valor total de R\$ 15 mil por mês com combustível, mas depois daquela matéria complicou muito pra mim e para outros deputados. Eu continuo tendo o mesmo gasto com combustível, mas estou pagando do próprio bolso. Agora vai ficar muito difícil justificar com nota os outros gastos afirmou Rodrigues, que mandou sua defesa por escrito à Corregedoria e aguarda o comunicado da Mesa sobre o arquivamento do caso.

Deputado do PMDB: "Apanhei demais com a denúncia"

Ficou claro, no levantamento das últimas prestações de contas, que os deputados estão receosos de continuar a farra da gasolina. Mas muitos reforçam notas com outros itens, como locomoção/hospedagem/alimentação. O deputado Gervásio Oliveira (PMDB-AP), por exemplo, disse que gastou R\$ 45 mil com combustível no primeiro trimestre, e em abril continuou torrando os R\$ 15 mil da verba indenizatória com esse item. Mas em maio, depois da decisão da Mesa, transferiu o gasto total, os mesmos R\$ 15 mil, para locomoção, hospedagem e alimentação.

O deputado Marcelino Fraga (PMDB-ES), o segundo do ranking de maiores consumidores de combustíveis da Câmara, com gasto de R\$ 54,2 mil no primeiro trimestre, diz que não vai usar a verba indenizatória nunca mais, porque apanhou demais depois da denúncia.

- Eu apanhei tanto desse troço aqui no estado, que resolvi não pedir ressarcimento de nada. Ação que não vou usar nunca mais um centavo dessa verba indenizatória. Estou pagando do meu próprio bolso (as despesas no estado) diz o deputado capixaba.

Comportamentos como esses podem gerar economia, ainda impossível de ser mensurada, para os cofres públicos. Mas o ex-presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ) não está satisfeito com a eventual redução de custos. Ele vai encaminhar ao presidente Aldo Rebelo um pedido para suspensão total dos ressarcimentos da verba indenizatória a partir de julho, quando começa a Campanha eleitoral.

04.06.2006 O Globo 4 - ESCÂNDALOS EM SÉRIE: Campeões de gastos com combustíveis

Biscaia vai propor mais rigor com verba na Campanha

Antonio Carlos Biscaia alega que esse dinheiro, disponível exclusivamente para despesas comprovadas nos estados, põe os atuais deputados em situação de vantagem diante dos demais candidatos sem mandato que disputam uma vaga na Câmara. Ele argumenta que pelas novas regras da lei eleitoral, qualquer gasto não contabilizado pode ser considerado caixa dois, ou crime eleitoral passível de perda do mandato.

- Qualquer candidato tem que declarar gastos com locomoção, combustível e aluguel de comitês como gasto de Campanha, senão é caixa dois. Se o deputado declarar isso para a Justiça eleitoral, não pode apresentar nota à Câmara para pedir como se a Câmara estivesse pagando a Campanha do deputado acredita Biscaia ressarcimento. Senão isso pode ser interpretado

Vão assinar o mesmo pedido a ser encaminhado a Aldo Rebelo os deputados Fernando Coruja (PPS-PR), Chico Alencar (PSOL-RJ) e Paulo Rubem Santiago (PT-PE). Só um ato da Mesa, semelhante ao que possibilitou a criação do benefício, poderá vedar o ressarcimento a partir de 10 de julho.

Legenda da foto: FRANCISCO RODRIGUES que apresentou notas de R\$ 60 mil, não pediu um centavo nos últimos dois meses

Copyright 2006 O GLOBO

Ano=2006; Mês=6; Mês=Jun; Dia=4; Dia=Dom; Book=pp:Primeiro_Caderno;
 Identidade=Escândalos em série; Identidade=O Globo;
 Identidade=Rede Globo de-Televisão:TV Globo; PalavraChave=Denúncia; PalavraChave=Administração/Administração
 _Pública/Gasto_Público;
 PalavraChave=Combustível/Gasolina; PalavraChave=Política/Congresso_Nacional;
 PalavraChave=.Política/Político/Deputado_Federal;

Campo=O_Globo; Campo=04.06.2006; Campo=Sucursal_de_Brasília; Campo=4; Campo=Maria_Lima;
 Campo=1; Campo=Não; Campo=O_País; Campo=Reportagem; Campo=Primeiro_Caderno; Campo=2006;
 Campo=6; Campo=Jun; Campo=4; Campo=Dom; Campo=pp:Primeiro_Caderno;
 Campo=Escândalos_em_série; Campo=O_Globo; Campo=Rede_Globo_de_Televisão:TV_Globo;
 Campo=Denúncia; Campo=Administração; Campo=Administração_Pública; Campo=Gasto_Público;
 Campo=Combustível; Campo=Gasolina; Campo=Política; Campo=Congresso_Nacional; Campo=Política;
 Campo=Político; Campo=Deputado_Federal;

14.06.2006 O Globo 10 11 - NO RASTRO DO MENSALÃO: Prazo de cinco sessões só começa a

Produto=O_Globo; Data=14.06.2006; Fonte=Sucursal_de_Brasília; Página=10_11; Edição=1; Restrição=Não; Editoria=O_País; TipoMatéria=Reportagem; Caderno=Primeiro_Caderno;

NO RASTRO DO MENSALÃO: Prazo de cinco sessões só começa a correr na semana que vem, devido ao feriado,

Conselho de Ética pede a cassação de Janene

Deputado será o último mensaleiro a ser julgado no plenário da Câmara; votação deverá ocorrer só em agosto

BRASÍLIA Quase dez meses depois do início do processo no Conselho de Ética, o ex-líder do PP na Câmara José Janene (PR) teve o pedido de cassação do seu mandato aprovado ontem por 12 votos a favor e uma abstenção. Acusado de receber R\$ 4,1 milhões do valerioduto, Janene deverá recorrer da decisão e o julgamento em plenário poderá ser jogado para o segundo semestre.

Os advogados de Janene alegam cerceamento de defesa e nulidade do processo. Ele é o 15º e último dos 19 deputados representados pela CPI dos Correios julgado pelo Conselho de Ética quatro renunciaram para não ser processados.

O Conselho deverá mandar ainda hoje o processo à Mesa Diretora da Câmara, para que sejam lidos no início da sessão ordinária das 14h no plenário. Mas o prazo de cinco sessões para recorrer da decisão só começará a correr na próxima semana, em razão do feriado de quinta-feira o que demora mais ainda a levar o caso ao plenário. Se o deputado recorrer à Comissão de Constituição e Justiça, o processo só poderá ir a plenário depois que a CCJ se pronunciar. Um recurso ao Supremo não suspende o processo, a não ser que haja uma liminar.

Janene deverá recorrer à CCJ no último dia do prazo de cinco, no final da semana que vem. A CCJ teria que acelerar a tramitação, mas dificilmente o processo será levado ao plenário antes do recesso parlamentar, que começa em 17 de julho.

Deputados do PP faltam à sessão do Conselho

A falta de apoio do PP a Janene ficou patente na votação de ontem no Conselho. O deputado Ildeu Araújo (PP-SP) preferiu abster-se a votar contra o relatório. O deputado Márcio Reinaldo (PPMG), que mais cedo leu o voto em separado destacando que era obrigatório ter ouvido as testemunhas arroladas pela defesa, nem estava presente na votação. O atual líder do PP, Mário Negromonte, também não foi à sessão.

Janene, que alegou nos últimos dez meses graves problemas de saúde, também não participou da sessão. Seu advogado José Rollemberg destacou a nulidade do processo e contestou a acusação. Segundo ele não há provas de que Janene recebeu os valores admitidos pelo PP, de R\$ 700 mil para o pagamento de advogados, e nem os R\$ 4,1 milhões, por intermédio de seu ex-assessor João Cláudio Genu. O relator Jairo Carneiro (PFL-BA), no entanto, mostrou as declarações de Genu como forma de provar que Janene feriu a ética.

Desde o início do processo Janene alegou problema de saúde no coração (cardiopatia grave) para não depor. Tentou sustar o processo e garantir que a Câmara concedesse a aposentadoria por invalidez. Não conseguiu. Ontem, o plenário prorrogou por mais 90 dias o prazo para encerrar o processo contra ele.

Copyright 2006 O GLOBO

Ano=2006; Mês=6; Mês=Jun; Dia=14; Dia=Qua; Book=pp:Primeiro_Caderno; Pessoa=José_Janene; Identidade=Conselho de Ética da Câmara:Conselho de Ética:Conselho de Ética da Câmara_dos_Deputados; Identidade=PP:Partido-:Progressista:PPB:Partido =Progressista_Brasileiro; PalavraChave=Política/Político!Deputado_Federal; PalavraChave=Justiça/Processo; PalavraChave=Política/Cassação; PalavraChave=Política/Mandato; ChaveLivre=mensalão;

Campo=O Globo; Campo=14.06.2006; Campo=Sucursal_de_Brasília; Campo=10_11; Campo=1;

15.06.2006 O Globo 9 - CPI dos Bingos: regulamentação ficará de fora Parlamentares

Produto=O_Globo; Data=15.06.2006; Fonte=Sucursal_de_Brasília; Página=9; Edição=1; Restrição=Não; Editoria=O_País; TipoMatéria=Reportagem; Caderno=Primeiro_Caderno;

CPI dos Bingos: regulamentação ficará de fora

Parlamentares apresentaram votos em separado

BRASÍLIA. A proposta de regulamentar os bingos no país não deverá constar do relatório final da CPI dos Bingos. Setores do governo e da oposição apresentaram votos em separado retirando a proposta do documento que será votado semana que vem. Como os governistas são maioria no momento, a CPI poderá terminar sem propor o indiciamento de suspeitos investigados pela comissão.

Os votos em separado não podem excluir ou acrescentar trechos ao relatório do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). Se aprovados, substituem o texto do relator, que desagradou ao governo e à oposição.

O governo apoiará o voto do senador Magno Malta (PL-ES), que exclui as investigações não relacionadas a casas de jogos e, conseqüentemente, os pedidos de indiciamento de petistas como o ex-ministro Antonio Palocci e o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto. Malta também apresenta projeto de lei determinando o fechamento de bingos.

- Meu voto trata especificamente de jogatina disse o senador, autor do requerimento de criação da CPI.

O voto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) também exclui a proposta de regulamentação dos bingos. Mas mantém as denúncias contra petistas contidas no texto de Garibaldi e ainda pede o indiciamento do ex-ministro José Dirceu (Casa Civil) e de Gilberto Carvalho, chefe de gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os dois são acusados no relatório de envolvimento com o caixa dois do PT em Santo André, mas não entraram na lista de propostas de indiciamento.

O tucano também pede ao Ministério Público que investigue o presidente Lula, principalmente sobre a suspeita de que Okamoto teria usado dinheiro de caixa dois para pagar uma dívida de R\$ 29,4 mil de Lula com o PT.

www.oglobo.com.br/pais

Copyright 2006 O GLOBO

Ano=2006; Mês=6; Mês-Jun; Dia=15; Dia=Qui; Book=pp:Primeiro_Caderno; Pessoa=Garibaldi_Alves_Filho; Identidade=CPI_dos_Bingos; PalavraChave=Política/Comissão_Parlamentar_de_Inquérito; PalavraChave=Regulamentação; PalavraChave=Jogo/Bingo; PalavraChave=Investigação;

Campo=O_Globo; Campo=15.06.2006; Campo=Sucursal_de_Brasília; Campo=9; Campo=1; Campo=Não; Campo=O_País; Campo=Reportagem; Campo=Primeiro_Caderno; Campo=2006; Campo=6; Campo=Jun; Campo=15; Campo=Qui; Campo=pp:Primeiro_Caderno; Campo=Garibaldi_Alves_Filho; Campo=CPI_dos_Bingos; Campo=Política; Campo=Comissão_Parlamentar_de_Inquérito; Campo=Regulamentação; Campo=Jogo; Campo=Bingo; Campo=Investigação;

15.06.2006 O Globo 10 - Congresso cria a CPI dos Sanguessugas Comissão terá prazo menor,

Produto=O_Globo; Data= 15.06.2006; Fonte=Sucursal_de_Brasília; Página=10;

Crédito=Jailton_de_Carvalho; Edição=2; Restrição=Não; Editoria=O_País; TipoMatéria=Reportagem;

Caderno=Primeiro_Caderno; Chamada=página:PP:Primeira_Página;

Congresso cria a CPI dos Sanguessugas

Comissão terá prazo menor, de 60 dias após instalação, para concluir investigação sobre máfia das ambulâncias

BRASÍLIA. O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), realizou ontem uma sessão extraordinária do Congresso para criar a CPI dos Sanguessugas. Os líderes partidários terão até terça-feira para indicar os nomes dos deputados e senadores que vão integrá-la. Pela proposta de Calheiros, a CPI deve começar suas atividades, inclusive interrogatórios, já na próxima semana. A comissão vai investigar o envolvimento de parlamentares com a máfia acusada de vender ambulâncias superfaturadas para prefeituras.

A CPI terá 60 dias, depois de instalada, para concluir as investigações. O prazo normal é de seis meses, mas do grupo de parlamentares responsável pelo requerimento de criação da comissão e líderes fizeram acordo para que a nova CPI não se prolongue pelo período da Campanha. Os parlamentares sustentam que a redução do prazo não comprometerá a apuração.

- Temos que responder à sociedade o mais rapidamente possível disse Renan.

Os líderes do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), e do PFL na Câmara, Rodrigo Maia (RJ), endossaram a criação da CPI com tempo abreviado. Eles se comprometeram a indicar os nomes dos partidos para a comissão tão logo recebessem o ofício com a comunicação oficial de criação da CPI, assim como o líder do PT na Câmara, Henrique Fontana (RS).

Arthur Virgílio sugere repassar relatoria a Gabeira

PT e PMDB deverão indicar os nomes do presidente e do relator da CPI. Pelo regimento interno, o comando das comissões de inquérito fica a cargo dos partidos com as bancadas mais numerosas da Câmara. Mas, mesmo assim, Arthur Virgílio sugeriu que a relatoria seja entregue ao deputado Fernando Gabeira (PV-RJ). Gabeira está à frente do grupo parlamentar que, desde o surgimento das denúncias sobre as fraudes nas licitações para a compra de ambulâncias, vinha propondo a criação da CPI.

- Vou sugerir que o bloco PSDB- PFL repasse a vaga da relatoria para o Gabeira disse Virgilio.

O deputado já está fazendo plano para diferenciar a CPI dos Sanguessugas das anteriores. Para Gabeira, a nova comissão terá caráter técnico e discreto. Os parlamentares favoráveis à CPI defendem que se ouça o delegado da Polícia Federal Tardelli Boaventura, e o procurador da República Mário Lúcio Avelar, principais responsáveis pela Operação Sanguessuga.

Empresários de MT subornavam parlamentares

A CPI deverá começar o interrogatório de parlamentares acusados de cobrar propina para apresentar emendas de interesse da máfia dos sanguessugas. Pela investigação da polícia, um grupo de empresários de Mato Grosso subornava parlamentares e assessores em troca da liberação de emendas destinadas ao financiamento da compra de ambulâncias e outros equipamentos hospitalares superfaturados. A ex-assessora especial do Ministério da Saúde Maria da Penha, um das integrantes da organização, apontou o envolvimento de 171 parlamentares com as fraudes.

Semana passada, o Supremo Tribunal Federal abriu inquérito para investigar o primeiro grupo de 15 parlamentares que supostamente fizeram favores a máfia dos sanguessugas.

15.06.2006 o Globo 10 - Cassado em Brasília, condecorado no Rio Roberto Jefferson recebe

Produto=O_Globo; Data=15.06.2006; Fonte=Extra; Página=10; Crédito=Sérgio_Meirelles; Edição=2; Restrição=Não; Editoria=O País; TipoMatéria=Reportagem; Caderno=Primeiro_Caderno; Chamada=1 página:PP:Primeira_Página;

Cassado em Brasília, condecorado no Rio

Roberto Jefferson recebe Medalha PI

RIO e BELO HORIZONTE. O ex-deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ), que teve o mandato cassado ano passado no escândalo do mensalão, foi homenageado ontem com a Medalha Pedro Ernesto, a maior condecoração oferecida pela Câmara de Vereadores do Rio. Jefferson denunciou o esquema do mensalão na Câmara dos Deputados envolvendo o PT e partidos aliados do governo Lula. Depois, confessou crime de caixa dois na Campanha e perdeu o mandato.

A medalha é oferecida a quem presta bons serviços à cidade do Rio. A homenagem a Jefferson foi pedida pela vereadora Cristiane Brasil (PTB), filha do ex-deputado. A concessão da medalha foi aprovada no dia 20 de abril por 15 dos 50 vereadores presentes à sessão.

Mas a homenagem gerou polêmica:

- Não aprovei e não concordo com isso. Ele teve o mandato cassado disse o vereador Edson Santos (PT).

Outro vereador contrário à homenagem foi Fernando Gusmão (PCdoB):

- Causa constrangimento a todos. Homenagear Jefferson seria o mesmo que homenagear José Dirceu.

Cristiane Brasil (PTB) retrucou:

- Eu entendo a atitude do Edson. Meu pai desmoronou o PT, em Brasília.

Jefferson agradeceu a comenda:

- Eu me sinto muito agradecido. Para mim, este é um gesto de amor.

Ele disse que apoiará Geraldo Alckmin (PSDB) para presidente e o senador Sergio Cabral (PMDB) para o governo do Rio.

Em Belo Horizonte, o empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, acusado por Jefferson de fornecer o dinheiro para os pagamentos do mensalão, prestou novo depoimento à Polícia Federal. Estava de penteado novo: em vez da careca total, deixou o cabelo crescer nas laterais.

* Do Extra

Legenda da foto: ROBERTO JEFFERSON beija a filha, a vereadora Cristiane Brasil, na sessão da Câmara

Legenda da foto: VALÉRIO AO deixar a PF: penteado novo

Copyright 2006 O GLOBO

Ano=2006; Mês=6; Mês=Jun; Dia=15; Dia=Qui; Book=pp:Primeiro_Caderno; Pessoa=Roberto_Jefferson; Identidade=Alerj:Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro; Identidade=Medalha Pedro Ernesto; PalavraChave=Política?Cassação; PalavraChave=Político/Deputado_Federal; PalavraChave=Homenagem; PalavraChave=Premiação/Medalha; ChaveLivre=condecoração; Campo=O_Globo; Campo=15.06.2006; Campo=Extra; Campo=10; Campo=Sérgio_Meirelles; Campo=2; Campo=Não; Campo=O_País; Campo=Reportagem; Campo=Primeiro_Caderno; Campo=1

20.06.2006 O Globo 11 - Farra das notas frias na Câmara corre o risco de ficar impune

Produto=O_Globo; Data=20.06.2006; Fonte=Sucursal_de_Brasília; Página=11; Crédito=Isabel_Braga; Edição=1; Restrição=Não; Editoria=O_País; TipoMatéria=Reportagem; Caderno=Primeiro_Caderno; Chamada=2_Página:Segunda_Página;

Farra das notas frias na Câmara corre o risco de ficar impune I

Mesa Diretora analisa parecer que pede arquivamento da investigação

BRASÍLIA. A farra de notas frias e uso irregular dos R\$ 15 mil a que os deputados têm direito, denunciada pelo GLOBO, deve acabar em pizza. A Mesa Diretora da Câmara analisa, nos próximos dias, parecer do corregedor-geral da Câmara, Ciro Nogueira (PP-PI), que pede o arquivamento da investigação contra o deputado Francisco Rodrigues (PFL-RR), Campeão de gastos com combustíveis. Rodrigues admitiu, em entrevista ao GLOBO, que, quando não conseguia nota para justificar um almoço, apresentava nota de gasolina.

No primeiro trimestre de 2005 ele apresentou notas de R\$ 30 mil (dezembro/janeiro), R\$ 15 mil (fevereiro) e R\$ 15 mil (março) e embolsou R\$ 60 mil suficiente para rodar 240 mil quilômetros, o equivalente a 26 viagens de Manaus a Porto Alegre, ida e volta. A Mesa Diretora analisará o parecer da corregedoria e decidir se acata ou não o arquivamento.

Câmara concluiu que não houve quebra de decoro

A Câmara abriu sindicância para investigar o deputado, mas concluiu que não há como pedir abertura de processo por quebra de decoro parlamentar. Rodrigues mobilizou-se para evitar que fosse o único a pagar pelo uso irregular da verba. De fato, a maioria dos deputados usava notas fiscais de combustível para justificar despesas. Na sindicância, Rodrigues negou que tenha dito ou que utilize notas falsas para justificar os gastos.

Segundo ele, suas palavras foram distorcidas. Disse que os veículos de sua fundação, a Chico Rodrigues, não são abastecidos no Posto Trevo, em Boa Vista, o mesmo que, segundo afirmou ao GLOBO, forneceria as notas. Rodrigues apresentou até uma carta do dono do posto negando que ofereça nota fiscal a ele. Na reportagem, porém, Cássio Gomes, gerente do posto, contou que no dia 25 de cada mês emitia nota fiscal única com a soma dos serviços prestados ao deputado. Rodrigues argumentou que suas notas foram aceitas pelo órgão fiscalizador. A Corregedoria não investigou a autenticidade das notas.

Legenda da foto: DEPUTADO FRANCISCO Rodrigues (PFL-RR): R\$ 60 mil de combustível

Copyright 2006 O GLOBO

Ano=2006; Mês=6; Mês=Jun; Dia=20; Dia=Ter; Book=pp:Primeiro_Caderno; Pessoa=Ciro_Nogueira; Pessoa=Francisco_Rodrigues; PalavraChave=Política/Câmara_dos_Deputados; PalavraChave=Documento/Nota_Fiscal; PalavraChave=Irregularidade; PalavraChave=Impunidade; PalavraChave=Combustível/Gasolina;

Campo=O_Globo; Campo=20.06.2006; Campo=Sucursal_de_Brasília; Campo=11; Campo=Isabel_Braga; Campo=1; Campo=Não; Campo=O_País; Campo=Reportagem; Campo=Primeiro_Caderno; Campo=2_Página: Segunda_Página; Campo=2006; Campo=6; Campo=Jun; Campo=20; Campo= Ter; Campo=pp:Primeiro_Caderno; Campo=Ciro_Nogueira; Campo=Francisco_Rodrigues; Campo=Política; Campo=Câmara_dos_Deputados; Campo=Documento; Campo=Nota Fiscal; Campo=Irregularidade; Campo=Impunidade; Campo=Combustível; Campo=Gasolina;

22.06.2006 O Globo 5 - CPI dos Sanguessugas já tem nomes Presidente do Senado anuncia 36

Produto=O_Globo; Data=22.05.2005; Fonte=Sucursal_de_Brasília; Página=5;

Crédito=Jailton_de_Carvalho; Edição=1; Restrição=Não; Editoria=O_País; TipoMatéria=Reportagem; Caderno=Primeiro_Caderno;

CPI dos Sanguessugas já tem nomes

Presidente do Senado anuncia 36 membros e comissão deve ser instalada hoje

BRASÍLIA. o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), anunciou ontem o nome dos 36 deputados e senadores que vão integrar a CPI dos Sanguessugas. Como determina o regimento interno, o mais idoso do grupo, o senador Romeu Tuma (PFL-SP), de 74 anos, convocou uma reunião para, ainda hoje, homologar os nomes do presidente e do relator. A comissão deverá ser presidida pelo deputado Antônio Carlos Biscaia (PT-RJ).

A relatoria está sendo disputada pelos senadores peemedebistas Amir Lando (RO) e Wellington Salgado (MG), indicados para a comissão pelo líder do partido no Senado, Ney Suassuna (PB).

- Se o meu partido me indicar, estou pronto para o trabalho disse Salgado.

o senador já tem até um plano para o começo das investigações: a comissão deve ouvir logo de início, diz, o delegado da Polícia Federal Tardelli Boaventura e o procurador da República Mário Lúcio Avelar, os responsáveis pela Operação Sanguessuga e, depois, quebrar o sigilo bancário dos suspeitos para cruzar com as informações sobre os pagamentos da Planam.

Mas a comissão pode ter dificuldades antes mesmo do início formal de suas atividades. Muitos senadores e deputados estão deixando Brasília desde ontem à tarde e há o risco de que a reunião de hoje seja cancelada por falta de quórum.

- Muita gente viajou por causa do jogo da seleção, mas vamos tentar o número mínimo necessário para instalar a comissão disse o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), um dos autores do requerimento de criação da CPI.

www.oglobo.com.br/pais

Ney Suassuna reclamou ontem da reportagem em que O GLOBO menciona a citação do nome dele no depoimento prestado à Polícia Federal pela ex-assessora especial do Ministério da Saúde Maria da Penha Linho. O senador voltou a negar qualquer vínculo com a organização dos sanguessugas, mas dois assessores de Suassuna foram presos durante a Operação Sanguessuga.

Legenda da foto: GABEIRA (PV) com o petista Biscaia, que deve ser indicado presidente

Copyright 2006 O GLOBO

Ano=2006; Mês=5; Mês=Jun; Dia=22; Dia=Qui; Book=pp:Primeiro_Caderno; Pessoa=Renan_Calheiros; Pessoa=Antônio_Carlos_Biscaia; Identidade=CPI_dos_Sanguessugas; PalavraChave=Presidente;

PalavraChave=Política/Senado_Federal; PalavraChave=Política/Comissão_Parlamentar_de_Inquérito;

PalavraChave=Política/Político/Deputado_Federal; PalavraChave=.Política/Político/Senador;

PalavraChave=Investigação; PalavraChave=Identidade/Nome;

Campo=O_Globo; Campo=22.05.2005; Campo=Sucursal_de_Brasília; Campo=5;

Campo=Jailton_de_Carvalho; Campo=1; Campo=Não; Campo=O_País; Campo=Reportagem;

Campo=Primeiro_Caderno; Campo=2005; Campo=5; Campo=Jun; Campo=22; Campo=QUI;

Campo=pp:Primeiro_Caderno; Campo=Renan_Calheiros; Campo=Antônio_Carlos_Biscaia;

Campo=CPI_dos_Sanguessugas; Campo=Presidente; Campo=Política; Campo=Senado_Federal;

Campo=.Política; Campo=Comissão_Parlamentar_de_Inquérito; Campo=falíti.ca; Campo=Político; _

Campo=Deputado_Federal; Campo=.Eali li.ca; Campo=Político; Campo=Senador; Campo=Investigação;

Campo=Identidade; Campo=Nome;

25.06.2006 O Globo 3 - Caixa dois não ofusca festa petista em Brasília Evento é marcado

Produto=O_Globo; Data=25.06.2006; Fonte=Sucursal_de_Brasília; Fonte=Enviado_especial; Página=3; Crédito=Adriana_Vasconcelos; Crédito=Ricardo_Galhardo; Edição=2; Restrição=Não; Editoria=O_País; TipoMatéria=Reportagem; Caderno=Primeiro_Caderno; Chamada=1...,página:PP:Primeira_Página;

Caixa dois não ofusca festa petista em Brasília
Evento é marcado pela superprodução

BRASÍLIA. O escândalo do mensalão que abalou do PT no ano passado com a descoberta do caixa dois do valerioduto, responsável alimentar a conta de vários parlamentares do PT e da base aliada não impediram a festa petista a convenção nacional que homologou chapa Lula-Alencar mantivesse alguns requintes de sofisticação e da superprodução da Campanha passada. A inovação ficou por conta da apresentação, no palco, de sete beneficiários dos principais programas sociais desenvolvidos pelo governo Lula nos últimos três anos e meio, como o Bolsa Família, Pronui, Pronaf, microcrédito e financiamento habitacional.

Ainda que com menos emoção do que no passado, a militância petista compareceu, fez barulho como sempre e, apropriando-se do clima de Copa do Brasil, com bandeiras em verde e amarelo e com a estrela vermelha do PT no meio, misturou Lula com seleção brasileira.

Identificados com a ajuda do cadastro social organizado pelo governo federal, os sete populares foram chamados ao palanque pessoalmente pelo presidente Lula, um a um. Entre eles, o comerciante Enoque Macedo que há três dias foi beneficiado por um financiamento de R\$ 380 da Caixa Econômica intermediado da Fundesol, uma organização civil de interesse público (Ocip) que mantém parcerias com o Ministério do Trabalho e a Secretaria das Mulheres. Enoque teve sua passagem e hospedagem paga pela Fundesol, que tem como um de seus diretores Paulo Jimenez, filiado ao PT.

A pedido do PT, a Secretaria de Trabalho e Promoção Social de Formosa, cidade administrada pelo PP em coligação com o PSDB no interior de Goiás, usou o cadastro do Bolsa Família para encontrar beneficiários interessados em participar da convenção. Foi assim que foi localizada a diarista Maria José Ferreira da Silva, que há mais de três anos recebe R\$ 95 mensais do Bolsa Família.

Maria José morava em um barraco numa praça de Formosa com os cinco filhos e o marido, desempregado, até ser incluída no programa. Convidada a participar da convenção, ela topou imediatamente e chegou a chorar durante o discurso de Lula.

- O Brasil tem que tomar conhecimento das coisas que o Lula está fazendo para a gente- disse Maria José.

Ao discursar para um público de 3.500 pessoas, segundo o cálculo do Corpo de Bombeiros, Lula foi auxiliado por dois teleprompters de cristal líquido, o mesmo usado na Casa Branca e que, segundo a organização do evento, teriam sido alugados pelo PT. O Palácio do Planalto comprou um aparelho semelhante a este, mas não chegou a ser usado pelo presidente.

Durante todo o evento, Lula ainda contou com o cuidado do chefe do cerimonial da Presidência, Paulo de Oliveira Campos, que determinou, antes de sua entrada no palco, o lugar de cada uma das principais autoridades presentes.

O fotógrafo oficial da Presidência, Ricardo Stuckert, também não perdeu nenhum movimento do presidente, assim como uma atenta equipe de seguranças da Presidência que ajudou, inclusive, no controle e revista do público em todas as entradas do auditório do Minas Tênis Clube, onde foi realizado o evento.

A convenção também marcou a estréia do publicitário baiano João Santana na Campanha de Lula. Santana foi o responsável pelo slogan "Lula de novo. Com a força do povo", pelo jingle da Campanha, painéis e fotos, atrações musicais e chuva de estrelas prateadas e vermelhas (idêntica à da convenção de 2002, organizada por Duda Mendonça). O auditório foi todo decorado com balões nas cores da bandeira da brasileira.

25.06.2006 O Globo 3 - Caixa dois não ofusca festa petista em Brasília Evento é marcado

Antes de Lula chegar à convenção por um show do grupo baiano Ilê Ayê. O hino nacional foi tocado num bandolim pelo músico Hamilton Holanda.

(*) Enviado especial

Copyright 2006 O GLOBO

Ano=2006; Mês=6; Mês=:Jun; Dia=25; Dia=Dom; Book=pp:Primeiro_Caderno;
 pessoa=Lula:Luís_Inácio_Lula_da_Silva:Luiz_Inácio_Lula_da_Silva; Identidade=Eleições_2006; Identidade=PT:Partido
 _dos_Trabalhadores; PalavraChave=Evento/Convenção;
 PalavraChave=Partido_Político; PalavraChave=Lançamento; PalavraChave=Eleição/Candidato;
 PalavraChave=Eleição/Reeleição; PalavraChave=Assistência_Social;
 PalavraChave=Político/Presidente_da_República;

Campo=O_Globo; Campo=25.06.2006; Campo=Sucursal_de_Brasília; Campo=Enviado_especial; Campo= 3;
 Campo=Adriana_Vasconcelos; Campo=Ricardo_Galhardo; Campo=2; Campo=Não; Campo=O_País;
 Campo=Reportagem; Campo=Primeiro_Caderno; Campo=1 Página:PP:Primeira_Página; Campo=2006;
 Campo=6; Campo=Jun; Campo=25; Campo=Dom; Campo=pp:Primeiro_Caderno; Campo=Lula:Luís_Inácio_Lula_da_
 Silva:Luiz_Inácio_Lula_da_Silva; Campo=Eleições_2006;
 Campo=PT:Partido_dos_Trabadores; Campo=Evento; Campo=Convenção; Campo=Política; Campo=Partido_Político;
 Campo=Lançamento; Campo=Eleição; Campo=Candidato; Campo=Eleição; Campo=Reeleição; Campo=Assistência_
 Social; Campo=Política; Campo=Político;
 Campo=Presidente_da_República;

27.01.2006 O Globo 4 - CRISE POLÍTICA: 'Sei o que fiz e o que não fiz. E sei que não

Produto=O_Globo; Data=27.01.2006; Fonte=Sucursal_de_Brasília; Página=4;
 Crédito=Alan_Gripp; Edição=1; Restrição=Não; Editoria=O_País; TipoMatéria=Reportagem;
 Caderno=Primeiro_Caderno; Chamada=1 -página:PP: Primeira_Página;

CRISE POLÍTICA: 'Sei o que fiz e o que não fiz. E sei que não cometi malfeitorias

Palocci rebate acusações de corrupção e atribui denúncias à disputa eleitoral

Na CPI dos Bingos, ministro tenta descolar sua imagem da de ex-assessores

BRAÍLIA. Em mais de seis horas de depoimento na CPI dos Bingos, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, rebateu ontem as denúncias de corrupção contra ele tentando descolar sua imagem da de seus ex-assessores na Prefeitura de Ribeirão Preto. Repetiu diversas vezes que não pode ser responsabilizado pelas atitudes de aliados do passado, preservou os atuais assessores e disse que as acusações são fruto de disputas locais, que vêm à tona em período eleitoral. Palocci afirmou que os assuntos reapareceram porque seus adversários acreditam que ele será candidato, o que nega.

Mais uma vez, chegou à CPI cercado de sua equipe. Sorridente, cumprimentou senador por senador levou uma pilha de documentos, mas usou poucos para tentar convencer a comissão de que são falsas denúncias como a de que sua gestão teria recebido R\$ 50 mil de propina da empresa leão.

- Se tivesse acontecido, eu saberia afirmou ele.

Perguntado se tinha pego carona no avião do empresário Roberto Colnaghi, Palocci respondeu que sim, na Campanha de Lula, mas nunca como ministro. Lembrado que o empresário disse à CPI ter cedido a aeronave a ele em 2003, quando já ocupava o cargo, argumentou que a viagem era para compromisso do PT e que por isso não poderia ter usado um avião oficial.

o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) rebateu dizendo que a cessão do avião ao partido não consta da contabilidade eleitoral do PT. Segundo ele, favores como esse devem ser declarados como doação na Justiça Eleitoral. Palocci alegou que o PT tinha divulgado nota reconhecendo o uso do avião.

Ao fim do depoimento, a oposição repetiu que Palocci teve bom desempenho, como nas outras visitas. Mas criticou o fato de ele preservar antigos assessores, como Rogério Buratti, que o acusou de receber a mesada de Ribeirão Preto. A seguir, trechos do depoimento de Palocci:

MENSALÃO EM RIBEIRÃO PRETO: "Quero, de forma oficial e categórica, dizer que isto não ocorreu. Admito que possa ter acontecido alguma irregularidade durante minha gestão relacionada a algum funcionário, mas o pagamento (de propina) durante dois anos, eu saberia. Não há hipótese de ocorrer uma coisa dessas sem que eu saiba. Não é verdadeiro".

DENÚNCIAS DE RIBEIRÃO PRETO: "(As denúncias) têm muito a ver com as brigas políticas locais. Agora, como sou ministro da Fazenda, voltam à tona. Com isso, faz-se um barulho nacional, acusa-se pessoas, destróem reputações. É luta política, guerrilha entre partidos. O meu (o PT) também faz isso".

ERVILHAS: Ao comentar uma denúncia sobre irregularidades na compra de latas de ervilha para merenda escolar, disse: "Essas ervilhas me perseguem há quatro anos".

CANDIDATO: "Todas as vezes que dizem que você está candidato, estes assuntos reaparecem. Não sou candidato, não nesta eleição".

TRÁFICO DS INFLUÊNCIA: "Eles (seus ex-assessores) procuraram estabelecer trabalhos aqui em Brasília. É natural que busquem trabalhar próximo. Mas não posso responder pelas atividades dessas pessoas, não têm relacionamento com as minhas atividades".

27.01.2006 O Globo 4 - CRISE POLÍTICA: 'Sei o que fiz e o que não fiz. E sei que não

DÓLARES DE CUBA: "Desconheço. Participei ativamente da Campanha do presidente Lula. Não houve dinheiro de Cuba nem de outros países. Não sei o que significa esta viagem. É um caso um pouco fantasioso".

VLADIMIR POLETO: Em resposta ao senador José Jorge, que insistia em saber porque Paletó, ex-funcionário da Prefeitura de Ribeirão Preto, precisou de um avião para transportar três caixas de uísque supostamente contendo dólares vindos de Cuba. "Era um funcionário da prefeitura. Nunca conversei com ele e ele já foi transformado num importante assessor meu!"

GTECH x CAIXA: "Não participei desse caso. Empresas vinculadas ao ministério têm vida própria, seu cotidiano não é acompanhado pelo ministro. Indevido seria intervir. Hoje, posso' dizer que a conduta da diretoria foi exemplar. A Caixa não aditou o contrato porque quis. Era fazê-la ou suspender todas as loterias do país".

PROCESSOS: "Muitas pessoas me ofenderam. Não penso que caiba ao ministro sair processando todo mundo. Não vou processar, pelo menos durante as investigações. Depois..."

ASSESSORES: "Se uma pessoa foi meu assessor há dez anos, não posso responder pelo que ela fez ano passado. Vou ter que olhar agora o que os meus assessores farão no muro?"

NOMEAÇÕES: "Existem 250 mil funcionários (ligados à Fazenda). Não nomeio todos. Nomeei seis secretários (a equipe econômica), pelos quais assumo a responsabilidade integral e acho que fui muito feliz. Abaixo deles não nomeei ninguém".

CAIXA DOIS: "O que o presidente Lula disse (na entrevista em Paris) foi que acontece (caixa dois) no Brasil, não que considerava normal. Nunca participei de caixa dois".

BINGUEIROS ANGOLANOS: Palocci negou ter negociado a doação de US\$ 1 milhão com bingueiros angolanos para Campanhas do PT em troca da promessa de que o futuro governo legalizaria o jogo. "A informação é falsa. Nunca houve compromisso de legalização. Não conheço doação para a Campanha de Lula e nunca sequer fiz uma reunião para tratar de bingos".

CULPA: "Não culpo os jornalistas nem os vereadores que fazem denúncia. Fui um vereador muito chato também. Sei o que fiz e o que não fiz. E sei que não cometi maldades que tentam me 'atribuir'".

ADHEMAR PALOCCI: n Jamais pediria demissão se o meu irmão fosse convocado a depor. Isso seria usar a força econômica (de seu cargo) para constranger o trabalho da comissão".

www.oglobo.com.br/pais

Ministro contesta dados telefônicos

BRASÍLIA. O ministro Antonio Palocci contestou os dados divulgados pela CPI dos Bingos sobre a quebra do sigilo telefônico de seu secretário particular, Ademirson Ariovaldo da Silva. A CPI disse que ele fez mais de duas mil ligações para dois outros ex-assessores de Palocci: Ralf Barquete e Vladimir Poletto.

- Achei que eram muitas ligações e pedi explicações. Ele (Ademirson) me disse que de 50% a 60% delas foram apenas tentativas ou tinham um encavalamento de horário. Num dia em que foram relatadas 21 ligações, 15 delas foram num período de apenas 39 segundos. É um pouco difícil.

O senador Demóstenes Torres (PFL-GO) afirmou que os dados da CPI estavam corretos:

- Ele mentiu para o senhor. Temos um software que elimina esse tipo de ligação (tentativas não concretizadas ou chamadas duplicadas). Ele o envergonhou em público.

Planalto aprova atuação de ministro na CPI

27/01/2006 O Globo 4 - CRISE POLÍTICA: 'Sei o que fiz e o que não fiz. E sei que não

BRASÍLIA. O Palácio do Planalto gostou do depoimento de Palocci na CPI dos Bingos. Segundo o Ministro de Relações Institucionais, Jaques Wagner, o ministro da Fazenda foi seguro no depoimento, não provocando alterações no mercado financeiro. Wagner brincou que Palocci foi tão bem que poderia ir ao Congresso mais vezes, pois a reação do mercado foi positiva.

- A democracia e a economia brasileiras atingiram um patamar que os de dentro e os de fora item que não é a ida de um ministro da Fazenda à CPI que vai abalar o governo ou as condições (do país).

Para evitar ataques ao ministro, o governo contou com a ajuda do prefeito de São Paulo, José erra. Ele pediu a senadores do PSDB que Palocci fosse tratado com respeito e educação. Sua preocupação era de que uma atuação agressiva da oposição prejudicasse a economia.

Pela manhã, a apreensão do governo era grande e Wagner foi ao Congresso acompanhar Palocci. O relator da CPI dos Bingos, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), disse que o petista deveria escolher melhor suas companhias. Para ele, Palocci esclareceu boa parte das questões dos senadores, mas deixou dúvidas em relação à sua gestão na prefeitura de Ribeirão Preto, na sua relação com seu ex-secretário de Governo Rogério Buratti e com o ex-funcionário da prefeitura Vladimir Poletto.

- O dinheiro de Cuba também não está bem explicado.

Testemunha secreta

Senadora quer convocar Jeany Mary Corner

BRASÍLIA. A senadora Heloisa Helena (PSOL-AL) comunicou ao presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Moraes (PFL-PB), que vai apresentar um requerimento para convocação da personagem mais polêmica da crise do valerioduto: a agenciadora de mulheres Jeany Mary Comer. Ela seria a testemunha-chave citada pela senadora no depoimento de ontem do ministro Antonio Palocci, na CPI dos Bingos.

Em sua intervenção, Heloisa tentou mostrar que Palocci manteve laços de amizade nos anos de 2003 e 2004 com Rogério Buratti, ex-secretário de governo da prefeitura de Ribeirão Preto. Efraim confirmou que Heloisa falou sobre o requerimento. Se for aprovado, Jeany Mary deve ser ouvida em sessão secreta. Jeany era do círculo de amizades de Buratti, com quem conversava muito.

Jeany, que teve que fechar seu negócio na capital quando estourou o escândalo, tem freqüentado o gabinete da senadora. O primeiro encontro aconteceu em 12 de janeiro. Elas já se encontraram pelo menos mais duas vezes. Ontem, Jeany acompanhou o depoimento de Palocci no gabinete de Heloisa. Em vários momentos, a senadora recebeu telefonemas de Jeany Mary e contestou a afirmação de Palocci de que já estava afastado de Buratti quando assumiu o Ministério.

Legenda da foto: PALOCCI: o ministro disse que não será candidato nas eleições deste ano

Copyright 2006 O GLOBO

Ano=2006; Mês=1; Mês=Jan; Dia=27; Dia=Sex; Book=pp:Primeiro_Caderno;
 Pessoa=Antônio_Palocci:Antonio_Palocci_Filho; Pessoa=Jeany_Mary_Corner;
 Identidade=CPI_dos_Bingos; Identidade=Ministério_da_Fazenda;
 Identidade=Crise_Política; Região=São_Paulo; Cidade=Ribeirão_Preto;
 PalavraChave=Política/Comissão_Parlamentar_de_Inquérito; PalavraChave=Investigação; PalavraChave=Depoimento;
 PalavraChave=Política/Político/Ministro; PalavraChave=Entrevista;

Campo=O_Globo; Campo=27.01.2006; Campo=Sucursal_de_Brasília; Campo=4;
 Campo=Alan_Gripp; Campo=1; Campo=Não; Campo=O_País; Campo=Reportagem;
 Campo=Primeiro_Caderno; Campo=1_página:PP:Primeira_Página; Campo=2006; Campo=1;

17.01.2006 O Globo 5 - Câmara cria CPI das Privatizações Investigação vai atingir

Produto=O_Globo; Data=17.01.2006; Fonte=Sucursal_de_Brasília; Página=5;
 Crédito=Evandro_Eboli; Crédito=Maria_Lima; Edição=1; Restrição=Não; Editoria=O_País;
 TipoMatéria=Reportagem; Caderno=Primeiro_Caderno;

Câmara cria CPI das Privatizações

Investigação vai atingir período dos dois mandatos de Fernando Henrique

BRASÍLIA. O presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), anunciou ontem no plenário a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que irá investigar todas as privatizações feitas pelo governo federal entre 1990 e 2002, atingindo os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, o de Fernando Collor e o de Itamar Franco. O anúncio de Aldo pode incendiar o cenário político, que é de confronto entre o governo Lula e a oposição, em especial o PSDB, e também esquentar a disputa eleitoral.

A CPI das Privatizações segue o calendário normal de instalação desse tipo de comissão. O requerimento para sua criação estava na fila desde 2003. Aldo teria dado prazo de 48 horas para os partidos indicarem representantes para integrar a CPI, que ainda terá que ser instalada. Líderes da base do governo prometem indicar logo os nomes, disseram Henrique Santana (PT), e Renildo Calheiros (PCdoB).

Vou indicar os membros amanhã mesmo. Vou obedecer ao presidente Aldo. Se está seguindo a ordem não se trata de uma decisão política para neutralizar a oposição. O PT fica com a presidência ou a relatoria disse Fontana.

Cautelosos, os tucanos dizem que não é hora de se instalar essa CPI, que poderá acirrar ainda mais o clima político. Para o deputado Custódio Mattos (PSDB-MG), não há sentido em se instalar essa CPI agora porque o momento oportuno para essa discussão já passou.

É uma CPI ampla e genérica. O PT evoluiu ao longo desse tempo e penso que tenha outra visão sobre privatização. Além disso, é uma CPI que ameaça a estabilidade da economia, tudo que o PT não quer. Acho inoportuna, mas o PSDB não teme investigação alguma ponderou Mattos.

Renildo disse que o PCdoB também irá indicar os integrantes do partido para compor a CPI da Privatização logo.

Copyright 2006 O GLOBO

Ano=2006; Mês=1; Mês=Jan; Dia=17; Dia= Ter; Book=pp:Primeiro_Caderno;
 Pessoa=Aldo_Rebelo:José_Aldo_Rebelo_Figueiredo; Identidade=CPI_das_Privatizações;
 País=Brasil; PalavraChave=Política/Câmara_dos_Deputados;
 PalavraChave=Política/Comissão_Parlamentar_de_Inquérito; PalavraChave=Investigação;
 PalavraChave=Economia/Privatização; PalavraChave=Empresa; PalavraChave=Governo/Governo_Federal;

Campo=O_Globo; Campo=17.01.2006; Campo=Sucursal_de_Brasília; Campo=5;
 Campo=Evandro_Eboli; Campo=Maria_Lima; Campo=1; Campo=Não; Campo=O_País;
 Campo=Reportagem; Campo=Primeiro_Caderno; Campo=2006; Campo=1; Campo=Jan;
 Campo=17; Campo= Ter; Campo=pp:Primeiro_Caderno;
 Campo=Aldo_Rebelo:José_Aldo_Rebelo_Figueiredo; Campo=CPI_das_Privatizações;
 Campo=Brasil; Campo=política; Campo=Câmara_dos_Deputados; Campo=Política;
 Campo=Comissão_Parlamentar_de_Inquérito; Campo=Investigação; Campo=Economia;
 Campo=Privatização; Campo=Empresa; Campo=Governo; Campo=Governo_Federal;

01.01.2006 O Globo 10 - 2006 e o futuro do país Nunca se viu tanto escândalo em um só

Produto=O_Globo; Data=01.01.2006; Página=10; Crédito=Fernando_Henrique_Cardoso;

Edição=1; Restrição=Não; Editoria=O_País; TipoMatéria=Coluna;

Caderno=Primeiro_Caderno; Chamada=1Página:PP:Primeira_Página; Coluna=Fernando_Henrique_Cardoso;

2006 e o futuro do país

Nunca se viu tanto escândalo em um só governo e nem tanta desfaçatez

O ano de 2005 terminou melancolicamente. Nunca se viu tanto escândalo em um só governo. Nem tanta desfaçatez. O presidente sempre "na sala ao lado", sem nada ouvir nem ver

Apenas se beneficiando politicamente das articulações dos homens de má catadura. O Congresso absolve réus confessos: caixa dois em Campanha passa a ser pecado venial. Esqueceu-se de que nem Campanha eleitoral havia. Que dizer da vitória na Assembléia do Ceará do homem das digitais indecorosas com seus cem mil dólares?

O presidente devaneia na região onírica onde prevalece o lema "antes de mim ninguém fez tanto quanto eu". A oposição, entretanto necessita ter os pés no chão e propor caminhos seguros ao povo não apenas nomes de candidatos. Que passos dar para recuperar o tempo perdido na competição áspera com as demais nações emergentes? Como responder ao mesmo tempo às demandas crescentes de uma população cada vez mais informada e exigente?

Não sou pessimista: o Estado e a sociedade sempre demonstraram no Brasil capacidade de adaptação. Nos últimos 50 anos uma população eminentemente rural passou a ser eminentemente urbana; a explosão demográfica havida, com taxas de fecundidade média de mais de 6 filhos por mulher, encontrou ponto de equilíbrio: hoje são 2.1 filhos por mulher; a população cresce ao redor de 1 % ao ano. A pressão por mais empregos diminuirá paulatinamente. Conseguimos reduzir drasticamente os índices de analfabetismo; criamos uma base tecnológica razoável e um sistema de informações moderno; substituímos uma agricultura extensiva por um agronegócio altamente competitivo, passamos de uma indústria de bens de consumo à grande indústria globalizada. Formamos parte do grupo de países conhecidos como BRICs, integrado pelas grandes economias emergentes: Brasil, Rússia, Índia e China.

Poderemos, pois, construir uma sociedade melhor. Basta não errarmos muito. Dentre estes erros, se é que assim se pode qualificar um crime, a falta de decência dos governos é uma vergonha inaceitável. Noutro plano, a descontinuidade político-administrativa se tornou um entrave aos objetivos nacionais. Foi a continuidade de boas políticas que assegurou um futuro melhor à Espanha e ao Chile. Para obtê-la é fundamental o convencimento da sociedade da justeza dos rumos. Foi por ter conseguido desmoralizar a crença no que antes se fazia que o PT chegou ao poder. Foi por ter continuado algo do que antes se fazia que o governo deste mesmo PT não se desmoralizou de início. Mas é pela falta de compromisso histórico com o que faz que permanece dúvida sobre o futuro.

Depois da transição civilizada que fiz questão de conduzir, eu esperava que o governo Lula fosse capaz de cimentar um novo entendimento entre as elites dirigentes e delas com o povo. Infelizmente os que hoje mandam preferiram lançar suas dificuldades à conta da "herança maldita", da qual são beneficiários, e imaginar que começariam tudo de novo, esquecendo-se que um país se constrói pelo legado de gerações e não por bazófilas de dirigentes gabolas.

Não cabe chorar sobre o leite derramado. Os partidos e a sociedade precisam de uma plataforma mínima para os próximos 20 anos. Como ponto de partida, devem reafirmar o tripé que vem dando certo (responsabilidade fiscal, metas inflacionárias e câmbio flutuante) para em seguida buscar a redução progressiva a taxa e Juros e os Impostos. Sejamos claros: os juros não baixarão ao nível desejável (ao redor de 8% ao ano) sem controle da expansão das despesas corrente. E esse controle, mais a manutenção de um superávit primário robusto e a conclusão da reforma previdenciária, que permitirá ao país avançar mais rapidamente no corte das taxas de juros e assegurar a diminuição da dívida pública interna. E ao mesmo tempo, reduzir a carga tributária. Antes das eleições os candidatos deverão se comprometer com essas medidas. Só assim será crível anunciar taxas de crescimento superiores a 5% ao ano.

01.01.2006 O Globo 10 - 2006 e o futuro do país Nunca se viu tanto escândalo em um só

Será preciso reduzir drasticamente as nomeações nos cargos de confiança, que foram partidarizadas pelo governo atual. E será necessário estipular como requisito para todas as aposentadorias um mínimo de 65 anos de idade, sem ressalvas. As outras medidas previdenciárias podem, eventualmente, respeitar os chamados "direitos adquiridos", ou seja, valerão daqui para frente.

Os candidatos devem se comprometer a assegurar a expansão e a melhoria do ensino fundamental e do ensino médio (maior número de horas de aula e melhor qualificação do professorado, bem como melhores salários). E também a desatar o nó do sistema universitário federal, enrolado em suas greves e demandas corporativas, bem como a cobrar mais qualidade do ensino superior privado. Só a transformação da educação na grande bandeira do futuro nos tornará um país desenvolvido. Além do mais, a educação é a alavanca fundamental para a mobilidade social e para a redução das desigualdades.

O esforço cooperativo entre a União e os estados deve" ser feito na área de segurança pública. Se a bandeira dos direitos humanos é fundamental em uma democracia moderna, o primeiro deles é o direito à vida, posto a perigo pelo crime organizado, pelas drogas e por toda sorte de Violência, inclusive das polícias. E preciso transformar o combate ao crime em objetivo nacional, coordenar as políticas de segurança e dar maior papel nelas às ações comunitárias.

O Estado não dispõe de recursos sobranes. As obras de infra-estrutura (viária, portuária, energética, saneamento) recairão principalmente na iniciativa privada, nacional e estrangeira. Agências reguladoras competentes e sem ingerência político-partidária assegurarão as regras dos investimentos e de desempenho.

Tudo isso requer gestão eficaz e democracia moderna, com participação popular ampliada nas o deliberações, mas ancorada no sistema representativo. Seu fortalecimento implica mudar o sistema eleitoral, aproximando os eleitores dos representantes. Os candidatos comprometer-se-ão com uma reforma eleitoral que inclua a adoção de listas fechadas de candidatos às Câmaras (podendo o eleitor alterar a ordem deles), com o voto distrital (a ser adotado primeiro nas câmaras de vereadores), com regras de fidelidade, com a manutenção da proibição de coligações nas eleições proporcionais, etc.

Se os candidatos se comprometerem com esses objetivos (e não esgotei as questões a serem discutidas) quem sabe assim voltaremos a ver uma luz na proa do barco e a acreditar no futuro.

Copyright 2005 O GLOBO

Ano=2006; Mês=1; Mês=Jan;Dia=1; Dia=Dom; Book=pp:Primeiro_Caderno;
 Identidade=PT:Partido dos Trabalhadores; PalavraChave=Crise; PalavraChave=Denúncia;
 PalavraChave=Governo/Governo Federal; PalavraChave=Política/Partido Político; PalavraChave=Crítica;

Campo=O _Globo; Campo=01.01.2006; Campo=10; Campo=Fernando _Henrique _Cardoso;
 Campo=1; Campo=Não; Campo=O_País; Campo=Coluna; Campo=Primeiro_Caderno;
 Campo=1 Página:PP:Primeira_Página; Campo=Fernando _Henrique _Cardoso; Campo=2006;
 Campo=1; Campo=Jan; Campo=1; cama; Campo=pp:Primeiro_Caderno;
 cama: Partido _dos _Trabalhadores; Campo=Crise; Campo=Denúncia; Campo=Governo;
 Campo=Governo _Federal; Campo=Política; Campo=Partido _Político; Campo=Crítica;

09.02.2006 O Globo 4 - CRISE POLÍTICA: Aparelho pode ter sido usado para trazer dólares

Produto=O_Globo; Data=09.02.2006; Fonte=Sucursal_de_Brasília; Página=4;

Crédito=Alan_Gripp; Edição=1; Restrição=Não; Editoria=O_País; TipoMatéria=Reportagem; Caderno=Primeiro

CRISE POLÍTICA: Aparelho pode ter sido usado para trazer dólares de Cuba
 Palocci admite que PT não alugou o avião que o levou a evento do partido
 Ministro agora diz, em carta à CPI, desconhecer detalhes da organização da viagem

BRASÍLIA. O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, enviou ontem à CPI dos Bingos uma carta em que admite ter cometido um engano em seu depoimento à comissão, no último dia 26, ao dizer que o PT alugou o avião que o transportou de Brasília para Ribeirão Preto, onde participou de um evento partidário. Desmentido pelo empresário José Roberto Colnaghi, dono do avião, que reafirmou à CPI ter dado carona ao ministro, Palocci retificou sua declaração.

"Ao reafirmar que o PT disponibilizara um avião para o meu transporte, recorri inadvertidamente à expressão alugou, sem me apegar à acepção estrita do termo", diz a carta de Palocci à CPI. No texto, o ministro alega que desconhecia as condições e os detalhes da organização da viagem, a cargo, diz ele, do PT. "Reafirmo integralmente o que disse em meu depoimento: utilizei os meios disponibilizados pelo PT para comparecer àquele evento político".

Palocci disse à CPI que, por se tratar de um evento partidário, a filiação ao PT do prefeito da cidade, Gilberto Maggione, não poderia usar um avião da FAB ou comprar as passagens com recursos públicos. O avião usado por ele é o mesmo que foi emprestado a Vladimir Poletto, em 2002, para transportar três caixas de uísque supostamente contendo dólares de Cuba para o PT. Poletto era funcionário da Prefeitura de Ribeirão Preto quando Palocci foi prefeito.

A retificação provocou novos ataques da oposição:

- As explicações reforçam as suspeitas de que a carona possa ter sido paga de outra forma pelo governo disse o líder do PFL no Senado, José Agripino Maia (RN).
- Há divergência aí. Um dos dois está mentindo disse o presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB).

www.oglobo.com.br/pais

Ex-petista confirma acusações

BRASÍLIA. A ex-assessora financeira do PT em Londrina (PR) Soraya Garcia voltou a acusar o partido de uso de caixa dois para Campanhas eleitorais ontem, em depoimento à CPI dos Bingos. Ela disse que o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e o ex-chefe da Casa Civil José Dirceu participaram da arrecadação irregular de cerca de R\$ 6,5 milhões para a Campanha de Nedson Micheleti à prefeitura de Londrina em 2004, mas não apresentou provas.

Bernardo acusou o deputado federal Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) de estar por trás das denúncias. Soraya acusou ainda o ministro de comandar a contratação de dois mil cabos eleitorais com uso do caixa dois para a Campanha de Micheleti. (A. G.)

Legenda da foto: ANTONIO PALOCCI: "Utilizei os meios disponibilizados pelo PT"

Copyright 2006 O GLOBO

Ano=2006; Mês=2; Mês=Fev; Dia=9; Dia=Qui; Book=pp:Primeiro_Caderno;

Pessoa=Antônio_Palocci:Antonio_Palocci_Filho; Identidade=CPI_dos_Bingos; Identidade=PT:Partido dos Trabalhadores; Identidade=Crise Política; PalavraChave=Política/Político/Ministro; PalavraChave=Política/Comissão 'Parlamentar de Inquérito'; PalavraChave=Investigação; PalavraChave=Correio/Carta; PalavraChave=Aviação/Avião; PalavraChave=Viagem'

28.03.2006 O Globo 11 - Ex-ministro não terá foro privilegiado A situação jurídica do ex

Produto=O_Globo; Data=28.03.2006; Página=11; Edição=1; Restrição=Não; Editoria=O_País; TipoMatéria=Reportagem; Caderno=Primeiro_Caderno;

Ex-ministro não terá foro privilegiado

A situação jurídica do ex-ministro Antônio Palocci não é nada confortável. Consultados sobre o assunto, três advogados; um deles constitucionalista, e um juiz criminal sustentam que Palocci perdeu ontem, ao deixar o cargo, o direito de ser julgado em foro privilegiado, caso venha a responder por crime de violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa.

Um dos advogados lembrou que, em setembro do ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional a Lei 10.628, aprovada pelo Congresso em 2002, que restabelecia a prerrogativa por foro de função para o agente público que deixasse o cargo, derrubada pelo mesmo STF anos antes.

A queda-de-braço entre Supremo e Congresso, em torno da questão, começou em agosto de 1999, quando o STF cancelou a súmula 394, que garantia a competência especial por prerrogativa de função, para crime cometido durante o exercício funcional, ainda que o inquérito ou a ação penal se iniciasse após o término daquele exercício. O Congresso restabeleceu o direito por entender que membros do primeiro escalão do governo poderiam sofrer retaliação política.

Com a última decisão STF sobre o assunto, os especialistas afirmam que Palocci terá de responder como qualquer outro cidadão. Mas a culpa do ex-ministro não conta com a mesma unanimidade entre os juristas consultados. Um deles disse que, se o ministro recebeu o extrato do caseiro, das mãos do ex-presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Jorge Mattoso, e o guardou na gaveta, não cometeu crime algum.

Sendo assim, para também indiciá-lo, a exemplo do que fez com Mattoso, a Polícia Federal teria de provar que Palocci divulgou os dados protegidos pelo sigilo. A convicção, sobre a culpa de Mattoso, porém, é unânime.

Copyright 2006 O GLOBO

Ano=2006; Mês=3; Mês=Mar; Dia=28; Dia= Ter; Book=pp:Primeiro_Caderno;
 Pessoa=Antônio Palocci:Antonio Palocci Filho; PalavraChave=Política/Político/Ministro;
 PalavraChave= Trabalho/Demissão; PalavraChave=Justiça/Processo;
 PalavraChave=Administração/Administração_Pública/Cargo_Público; PalavraChave=Polícia/Crime; ChaveLivre=foro;
 ChaveLivre=foro-privilegiado;

Campo=O_Globo; Campo=28.03.2006; Campo=11; Campo=1; Campo=Não; Campo=O_País; .
 Campo=Reportagem; Campo=Primeiro_Caderno; Campo=2006; Campo=3; Campo=Mar; Campo=28;
 Campo= Ter; Campo=pp:Primeiro_Caderno; Campo=Antônio_Palocci:Antonio_Palocci_Filho;
 Campo=Política; Campo=Político; Campo=Ministro; Campo= Trabalho; Campo=Demissão; Campo=Justiça;
 Campo=Processo; Campo=Administração; Campo=Administração_Pública; Campo=Cargo_Público;
 Campo=Polícia; Campo=Crime; Campo=foro; Campo=foro -privilegiado;

22.03.2006 O Globo 5 - CPI pede indiciamento de até cem pessoas No relatório dos fundos

Produto=O Globo; Data=22.03.2006; Fonte=Sucursal de Brasília; Página=5;
 Crédito=Bernardo_de_la_Peña; Edição=1; Restrição=Não; Editoria=O_País; TipoMatéria=Reportagem;
 Caderno=Primeiro_Caderno;

CPI pede indiciamento de até cem pessoas

No relatório dos fundos de pensão, ACM Neto inclui 49 nomes, entre eles Marcelo Sereno

BRASÍLIA. Entregue na segunda-feira ao relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), o relatório com as investigações sobre os fundos de pensão pede o indiciamento de 49 pessoas. Além de dirigentes das fundações e operadores do mercado financeiro das corretoras que negociaram com os fundos, o deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), sub-relator responsável pelo trabalho, pediu o indiciamento do ex-assessor da Casa Civil e ex-secretário de Comunicação do PT Marcelo Sereno. Ele é acusado de ter induzido a especulação e manipulado o mercado e de uso indevido de informação privilegiada."

Dos 49 pedidos de indiciamento, 36 são por infrações administrativas e previstas no Código de Penal e outras 13 tratam de irregularidades previstas no Código Civil. O relatório final da CPI será apresentado por Serraglio na próxima semana.

A maior parte dos pedidos na área administrativa trata de ressarcimentos ou indenizações aos patrimônios dos fundos de pensão por conta de negócios que teriam sido prejudiciais para os cofres das fundações. No caso dos dirigentes dos fundos, as penalidades estão previstas inclusive na Lei Geral de Previdência Complementar. Os pedidos de indiciamento envolvem dirigentes de quase todos os fundos de pensão, menos a Petros (Petrobras) e da Previ (Banco do Brasil). Nestes casos, há no documento um pedido para que o Ministério Público aprofunde as investigações.

Irregularidades nos Correios somaram R\$ 100 milhões

No caso da Petros, por exemplo, há um pedido para que o Ministério Público investigue a atuação do executivo indicado pela fundação para o Conselho Fiscal da Telemar. O relatório pede que seja investigada a operação de compra pela companhia telefônica de papéis da Gamecorp, empresa da qual é sócio o filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Fábio Luiz Lula da Silva.

O relatório mostrará também que nos Correios, a estatal que provocou o escândalo, foram encontrados contratos superfaturados em até R\$ 100 milhões nos últimos cinco anos. No total, o relatório pedirá ao Ministério Público o indiciamento de pelo menos 100 pessoas entre parlamentares, dirigentes partidários, diretores de estatais por crimes que vão de corrupção ativa a formação de quadrilha.

As irregularidades na estatal estão nos contratos do Correio Aéreo Noturno, das agências franqueadas dos Correios e nas áreas de informática e publicidade. O relator, Osmar Serraglio, fará referência ao presidente Lula, mas de uma forma que deve ser considerada aceitável pelos petistas: Lula soube do assunto quando o fato lhe foi levado por Roberto Jefferson. O texto dirá que ele tomou ciência do problema e pediu providências ao então ministro Aldo Rebelo. Essa versão é a que foi reconhecida pelo governo.

Prevista para anteontem, a apresentação do relatório final da CPI, feito por Serraglio, ainda não tem data marcada, mas deve ser feita até o início da semana que vem. Segundo o relator adjunto Eduardo Paes (PSDB-RJ), a leitura do texto tem de ser feita no máximo na segunda-feira. Ele explicou ontem que o documento com quase 3,5 mil páginas está pronto. É necessário agora apenas que o presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), marque a data.

Copyright 2006 O GLOBO

Ano=2006; Mês=3; Mês=Mar; Dia=22; Dia=Qua; Book=pp:Primeiro_Caderno; Pessoa=Osmar_Serraglio;
 Pessoa=ACM_Neto:Antonio_Carlos_Magalhães_Neto; Pessoa=Marcelo_Sereno;
 Identidade=CPI dos Correios:CPMI dos Correios;
 PalavraChave=Política/Comissão_parlamentar_de_Inquérito; PalavraChave=Investigação;

22.03.2006 O Globo 5 - CPI pede indiciamento de até cem pessoas No relatório dos fundos

PalavraChave=Fundo _de_Pensão; PalavraChave=Justiça/Processo; PalavraChave=Irregularidade;
ChaveLivre=relatório; ChaveLivre=indiciamento;

Campo=O_Globo; Campo=22.03.2006; Campo=Sucursal_de_Brasília; Campo=5;
Campo=Bernardo_de_la_Peña; Campo=1; Campo=Não; Campo=O_País; Campo=Reportagem;
Campo=Primeiro_Caderno; Campo=2006; Campo=3; Campo=Mar; Campo=22; Campo=Qua;
Campo=pp:Primeiro_Caderno; Campo=Osmar_Serraglio;
Campo=ACM_Neto:Antonio_Carlos_Magalhães_Neto; Campo=Marcelo_Sereno;
Campo=CPI_dos_Correios:CPM,- dos_Correios; Campo=Política;
Campo=Comissão_Parlamentar_de_Inquérito; Campo=Investigação; Campo=Fundo_de_Pensão;
Campo=Justiça; Campo=Processo; Campo=Irregularidade; Campo=relatório; Campo=indiciamento;

16.03.2006 O Globo 9 - CRISE POLÍTICA: Francenildo Costa afirma que ministro da Fazenda

Produto=O_Globo; Data=16.03.2006; Fonte=Sucursal_de_Brasília; Página=9; Crédito=Alan_Gripp; Edição=1; Restrição=Não; Editoria=O_País; TipoMatéria=Reportagem; Caderno=Primeiro_Caderno; Chamada=1
Página:PP:Primeira_Página;

CRISE POLÍTICA: Francenildo Costa afirma que ministro da Fazenda freqüentava a casa da República de Ribeirão

CPI convoca caseiro que contradisse Palocci

Suplicy desempata votação a favor do depoimento que pode complicar situação do ministro e deixa petistas enfurecidos

INCLUI QUADRO: AS CONTRADIÇÕES

BRASÍLIA. Com o voto decisivo de um petista o senador Eduardo Suplicy (SP) a CPI dos Bingos aprovou ontem, pelo apertado placar de 7 a 6, a convocação do caseiro Francenildo Santos Costa, que anteontem contradisse a versão do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sobre o uso da casa em Brasília freqüentada pela República de Ribeirão Preto. Nildo, como é conhecido, prestará depoimento hoje, às 10h, e, segundo seus advogados, repetirá as denúncias que deixaram Palocci em situação delicada.

Nildo, que trabalhou como caseiro num imóvel alugado por ex-assessores de Palocci em Brasília, disse em entrevista ao jornal "O Estado de S.Paulo" que o ministro era freqüentador assíduo da casa. Ele contou ainda que a residência era utilizada pelos ex-assessores de Palocci para repartir dinheiro.

O voto de Suplicy deixou furiosos seus colegas petistas. Ao ouvir a decisão, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) deu um soco na mesa. O senador Tião Viana (PT-AC) reclamou:

- Ele confundiu tudo!

Suplicy disse aos colegas que julga importante o caseiro dar suas explicações na CPI, onde os governistas, segundo ele, poderão contestar suas declarações. Mas, no fim da sessão, o senador ligou para Palocci, que acompanhava a reunião, para se explicar. Suplicy disse ao ministro ter a garantia do presidente da CPI, Efraim Morais (PFL-PB), de que o depoimento será reservado.

- Ele me garantiu isso de pé junto disse Suplicy.

Presidência pede registros de voto

O resultado contrariou o Planalto. Assessores de Lula se irritaram com o comportamento de Suplicy. Uma assessora parlamentar da Presidência da República requisitou à CPI a cópia com o registro da votação. Efraim negou ter garantido que a sessão será reservada, mas disse ser possível que o caseiro deponha de portas fechadas.

A mansão onde o caseiro trabalha até hoje foi alugada em 2003 por Vladimir Poletto, ex-assessor da Prefeitura de Ribeirão Preto, quando Palocci era o prefeito. O advogado do caseiro, Wlício Chaveiro Nascimento, esteve na Polícia Federal na manhã de ontem para identificar e qualificar seu cliente a pedido da CPI dos Bingos. Segundo ele, Nildo está pronto para depor na CPI ou na PF. Ele não era obrigado a ir à PF ontem. Era um procedimento burocrático.

Palocci reafirmou, ontem, por meio de sua assessoria, que nunca esteve na casa do Lago Sul. Na semana passada, o motorista Francisco das Chagas Costa, que trabalhou para integrantes da República de Ribeirão Preto quando iam a Brasília, disse na CPI ter visto o ministro "duas ou três vezes" na casa.

O ministro disse que o motorista e o caseiro mentem. Sobre a afirmação de que chegava à casa sozinho, dirigindo um carro de vidros escuros, os assessores argumentam que Palocci não dirige em Brasília.

16.03.2006 O Globo 9 - CRISE POLÍTICA: Francenildo Costa afirma que ministro da Fazenda

Caseiro reafirma acusação

BRASÍLIA. Em entrevista ontem à noite, o caseiro Francenildo Santos Costa acrescentou novos detalhes que contradizem o depoimento do ministro Antonio Palocci à CPI dos Bingos, em janeiro. Nildo, como é conhecido, disse que em uma das visitas de Palocci à casa alugada em Brasília por seus ex-assessores na prefeitura de Ribeirão Preto falou com o próprio Palocci pelo interfone da casa. E disse ter certeza de que era o ministro porque o viu pela câmera do circuito interno de TV.

Segundo Nildo, depois de ir embora o ministro se perdeu e voltou para pedir informações.

- Ele entrou por trás e saiu pela frente, e aí se perdeu contou.

O caseiro disse que o ministro costumava ir à casa às quintas-feiras, aos sábados e aos domingos, sempre no fim da tarde. Nas quintas-feiras, Palocci chegava de temo. O ministro nega.

- Ele ia por volta de 18h30m. Às vezes, ficava até 21h ou 22h disse Nildo, que também teria visto Palocci jogando tênis uma vez na casa.

Nildo disse que era avisado da visita de Palocci com antecedência por Vladimir Poletto, ex-funcionário da prefeitura de Ribeirão Preto. Segundo o caseiro, o cardápio era especial: amendoim, castanhas, salaminho e vinho.

Na entrevista, Nildo voltou a afirmar que costumava ver dinheiro na casa, mas disse que a quantia se destinava ao pagamento dos funcionários e das despesas. Segundo ele, Poletto gastava muito com vinho, uísque e tira-gostos, que eram servidos nas festas com a presença de garotas de programa, Geralmente às terças e quintas-feiras. Quando Palocci ia à casa, não ocorriam as festas.

As festas, segundo Nildo, não eram grandiosas. Contavam com a presença de "quatro ou cinco" garotas, e ocupavam quatro quartos da casa. Nos dias seguintes, contou ele, as empregadas costumavam recolher toalhas molhadas, camisinhas e cartelas de Viágra.

Sobre o envelope entregue a Ademirson da Silva, secretário de Palocci, no Ministério da Fazenda, ele disse acreditar que continha dinheiro, mas afirmou não ter certeza.

- Francisco disse que tinha dinheiro no pacote disse, referindo-se ao motorista da casa, Francisco das Chagas Costa.

Legenda da foto: FRANCENILDO NA ENTREVISTA na casa de seu advogado, que foi à PF ontem para identificar e qualificar o caseiro a pedido da CPI dos Bingos

Copyright 2006 O GLOBO

Ano=2006; Mês=3; Mês=Mar; Dia=16; Dia=Qui; Book=pp:Primeiro_Caderno;
 Pessoa=Antônio_Palocci:Antonio_Palocci_Filho; Pessoa=Eduardo_Suplicy:Eduardo_Matarazzo_Suplicy;
 Pessoa=Nildo:Francenildo Santos Costa; Identidade=Crise Política; Identidade=CPI dos Bingos;
 Região=São_Paulo; Cidadã=Ribeirão_Preto; PalavraChave=-Depoimento;
 PalavraChave=Política/Político/Ministro; PalavraChave=Denúncia;
 PalavraChave=Política/Comissão_Parlamentar_de_Inquérito; PalavraChave=Investigação; ChaveLivre=casa;
 ChaveLivre=caseiro; ChaveLivre=contradição;

Campo=O_Globo; Campo=16.03.2006; Campo=Sucursal_de_Brasília; Campo=9; Campo=Alan_Gripp;
 Campo=1; Campo=Não; Campo=O_País; Campo=Reportagem; Campo=Primeiro_Caderno; Campo=1
 Página:PP:Primeira_Página; Campo=2006; Campo=3; Campo=Mar; Campo=16; Campo=Qui;
 Campo=pp:Primeiro_Caderno; Campo=Antônio_Palocci:Antonio_Palocci_Filho;
 Campo=Eduardo_Suplicy:Eduardo_Matarazzo_Suplicy; Campo=Nildo:Francenildo_Santos_Costa; Campo=Crise
 Política; Campo=CPI_dos_Bingos; Campo=São_Paulo; Campo=Ribeirão_Preto; Campo=Depoimento; Campo=Política;
 Campo=Político; Campo=Ministro; Campo=Denúncia; Campo=Política; Campo=Comissão_Parlamentar_de_Inquérito;
 Campo=Investigação; Campo=casa; Campo=caseiro; Campo=contradição;

15.03.2006 O Globo 14 - CRISE POLÍTICA: Serraglio enviará caso de Nilton Baiano ao

Produto=O Globo; Data=15.03.2006; Fonte=Sucursal de Brasília; Página=14;
 Crédito=Bernardo de la Pena; Crédito=Adriana Vasconcelos; Edição=1; Restrição=Não;
 Editoria=O_País; TipoMatéria=Reportagem; Caderno=Primeiro_Caderno; Chamada=1
 página:PP:Primeira_Página;

CRISE POLÍTICA: Serraglio enviará caso de Nilton Baiano ao Conselho de Ética. Assessor teria recebido R\$ 100 mil

Relatório de CPI incluirá negócio de filho de Lula

Documento vai pedir que caso seja investigado pelo Ministério Público, já que Telemar tem fundos como sócios

BRASÍLIA. O relatório final da CPI dos Correios vai reabrir a polêmica em tomo do negócio do filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, com a Telemar. Em janeiro de 2005, a companhia fez um aporte de R\$ 5 milhões para a Gamecorp, empresa que produz conteúdo para jogos eletrônicos da qual o filho do presidente é sócio. O texto entregue ontem pelo sub-relator responsável pela investigação nos fundos de pensão, Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), ao relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), pede que o assunto seja investigado pelo Ministério Público Federal porque um grupo de fundos de pensão é sócio da Telemar.

O assunto é tratado no trecho do relatório referente aos negócios feitos pela Petros, fundo de . pensão da Petrobras. Em depoimento na subcomissão da CPI, o diretor da Petros Ricardo Malavazi, que tem assento no conselho de administração da Telemar, explicou que a direção da Petros pediu informações à companhia sobre o negócio com o filho do presidente. Entretanto, a resposta da empresa se limitou a informar que a negociação ocorreu dentro dos padrões de mercado.

A Telemar comprou R\$ 2,5 milhões em debêntures da Gamecorp e investiu outros R\$ 2,5 milhões na compra de conteúdo exclusivo produzido para internet. Além da Petrobras, a Previ (Banco do Brasil) e a Funcef (Caixa Econômica) também têm ações da Telemar.

As investigações da subcomissão de fundos de pensão também devem aumentar a lista de deputado~ que passam por processo de cassação no Conselho de Ética da Câmara. Serraglio informou ontem que o caso do deputado Nilton Baiano (PP-ES) deve constar do relatório final da CPI.

Renato Paoliello, assessor de Baiano, recebeu, em 2004, R\$ 100 mil de uma das corretoras investigadas pela CPI por causa de seus negócios com fundos de pensão. O assessor nega irregularidade e afirma ter prestado um serviço para a corretora. Segundo Serraglio, o processo de Baiano seguirá para o Conselho de Ética da Câmara.

Legenda da foto: SERRAGLIO ACEITOU pedido de ACM Neto para investigar Gamecorp

Copyright 2006 O GLOBO

Ano=2006; Mês=3; Mês=Mar; Dia=15; Dia=Qua; Book=pp:Primeiro_Caderno;
 Pessoa=Lulinha:Fábio_Luís_Lula_da_Silva; Pessoa=Osmar_Serraglio;
 Identidade=Telemar:Telemar_Norte_Leste:Telemar; Identidade=Gamecorp; Identidade=Crise_Política;
 Identidade=Ministério_Público_Federal; Identidade=CPI_dos_Correios:CPM'-dos_Correios;
 PalavraChave=Política/Comissão_Parlamentar_de_Inquérito; PalavraChave=Investigação; PalavraChave=Família/Filho;
 PalavraChave=Política/Político/Presidente_da_República;
 PalavraChave=Negociação; PalavraChave=Contrato; PalavraChave=Empresa; ChaveLivre=relatório;

Campo=O_Globo; Campo=15.03.2006; Campo=Sucursal_de_Brasília; Campo=14;
 Campo=Bernardo_de_la_Peña; Campo=Adriana_Vasconcelos; Campo=1; Campo=Não; Campo=O_País;
 Campo=Reportagem; Campo=Primeiro_Caderno; .Campo=1Página:PP:Primeira_Página; Campo=2006; Campo=3;
 Campo=Mar; Campo=15; Campo=Qua; Campo=pp:Primeiro_Caderno; Campo=Lulinha:Fábio_Luís_Lula_da_Silva;
 Campo=Osmar_Serraglio;

15.03.2006 O Globo 14 - CRISE POLÍTICA: Serraglio enviará caso de Nilton Baiano ao

Campo= Telemar:Telemar_Norte_Leste:Telerj; Campo=Gamecorp; Campo=Crise_Política; Campo=Ministério_Público_Federal; Campo=CPI_dos_Correios:CPML dos_Correios; Campo=Política; Campo=Comissão_Parlamentar_de_Inquérito; Campo=Investigação; Campo=Família; Campo=Filho; Campo=Política; Campo=Político; Campo=Presidente_da_República; Campo=Negociação; Campo=Contrato; Campo=Empresa; Campo=relatório;

08.03.2006 O Globo 5 - CPI dos Bingos é prorrogada até 24 de junho Objetivo da oposição

Produto=O_Globo; Data=08.03.2006; Fonte=Sucursal_de_Brasília; Página=5; Crédito=Alan_Gripp; Edição=1; Restrição=Não; Editoria=O_País; TipoMatéria=Reportagem; Caderno=Primeiro_Caderno;

CPI dos Bingos é prorrogada até 24 de junho

Objetivo da oposição é manter acesa a crise contra o governo e analisar dados do sigilo bancário de Okamoto

BRASÍLIA. Pesadelo do governo no Congresso, a CPI dos Bingos, também chamada de "CPI do fim do mundo", foi prorrogada ontem à noite por mais 60 dias. A comissão, que tinha prazo para terminar no fim de abril, agora funcionará até o dia 24 de junho, em plena Copa do Mundo e às vésperas do início da Campanha eleitoral. A oposição não teve dificuldade para colher as 27 assinaturas (um terço do total de senadores) necessárias ao requerimento apresentado pelo presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB). Não é necessário votá-lo em plenário, apenas lê-lo durante uma sessão do Senado.

A oposição, que é maioria na CPI, optou pela prorrogação dos trabalhos por dois motivos. O primeiro é garantir um espaço para manter a artilharia pesada contra o governo, já que a extensão da CPI dos Correios ainda é incerta. O segundo: ganhar tempo para analisar o sigilo bancário, fiscal e telefônico do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, que conseguiu ganhar no Supremo Tribunal Federal (STF) uma liminar impedindo que _ a CPI tivesse acesso aos dados.

Comissão quer analisar sigilo de Okamoto

A CPI vai aguardar que os ministros do STF julguem o mérito da ação de Okamoto, mas já tem um plano B: um novo requerimento, já apresentado, solicitando a quebra do sigilo, desta vez com nova fundamentação técnica. Okamoto assumiu ter pago uma dívida de R\$ 29,4 mil de Luiz Inácio Lula da Silva com o PT, mesmo sem o conhecimento do presidente. A oposição suspeita que o empréstimo tenha sido pago com recursos do caixa dois do PT.

- Vamos esperar as quebras. Ninguém aqui vai fechar um relatório a toque de caixa disse o presidente.

A corrida pelas 27 assinaturas que permitiram a extensão do prazo começou durante a sessão de ontem, após um intenso bate-boca entre integrantes da oposição e a líder do governo no Senado, Ideli Salvatti (PT -SC).

- Essa CPI não tem nada a ver com nada reclamou Ideli, que acusa a CPI de abrir linhas de investigação fora do fato determinado para a qual foi criada: a investigação de casas de bingo.

- A CPI não vai ser encerrada no grito ou no tapa devolveu Morais.

O senador Garibaldi Alves Filho é contra a prorrogação

A prorrogação contrariou o relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). Embora não admita publicamente, ele tem dito a assessores que a comissão já está desgastada por abrir diversas linhas de investigação e se estender demais. Garibaldi ainda tenta convencer Efraim Morais a antecipar a divulgação de seu relatório final em, pelo menos, 30 dias.

O governo já esperava por isso e, pelo menos publicamente, fez pouco caso da prorrogação.

- A oposição já perdeu o timing político. Esta prorrogação não terá êxito, é uma estratégia equivocada. A esta altura, a sociedade já aprendeu a separar o joio do trigo afirmou o senador Tião Viana (PT-AC).

CPI vai voltar à carga contra Palocci

Comissão ouvirá hoje três funcionários da Prefeitura de Ribeirão Preto

08.03.2006 O Globo 5 - CPI dos Bingos é prorrogada até 24 de junho Objetivo da oposição

BRASÍLIA. De fôlego renovado com a prorrogação dos trabalhos, a oposição na CPI dos Bingos vai voltar à carga contra o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, com o que considera um grande trunfo. Hoje, a comissão ouvirá os depoimentos de três funcionários da Prefeitura de Ribeirão Preto, que denunciarão aos senadores a existência de pelo menos um esquema de corrupção durante sua segunda gestão no município, em 2001 e 2002.

Paulo Antonio Henriques Negri, Mauro Pereira Júnior e Marilene do Nascimento Falsarella ocupavam à época cargos importantes na limpeza pública municipal. Em depoimentos prestados ano passado à Polícia Civil de São Paulo, eles contaram detalhes de como a prefeitura teria superfaturado os contratos de varrição pública com o grupo Leão Leão, falsificando documentos que registravam serviços que nunca foram prestados e desviando os recursos.

"Varrição não era feita integralmente"

Os três confessaram participação no esquema, assinando ordens de serviços de varrição de rua que nem sempre eram prestados. Paulo Negri, que foi ouvido no dia 25 de novembro e ocupou o cargo de chefe de seção da limpeza pública, contou que "a varrição não era feita integralmente, muito embora constava-se nos documentos a varrição total". Segundo ele, que era responsável por controlar se os serviços eram efetivamente executados, as regiões varridas da cidade correspondiam a cerca de 30% da área descrita na documentação.

O funcionário diz que era obrigado a assinar as ordens de serviço, "obviamente falsificadas", e que o fazia porque precisava de seu emprego. Ele contou que os relatórios da prefeitura chegavam a ser feitos dentro da Leão Leão, beneficiada diretamente no esquema. Segundo Negri, os comentários em seu setor eram de que os recursos arrecadados ilegalmente foram desviados para o PT e para o próprio prefeito.

Responsável pela fiscalização da documentação referente à limpeza urbana, Marilene Falsarella confirmou as suspeitas de fraude na varrição do bosque municipal. O parque, que tem 4,5 quilômetros de extensão, era varrido, segundo ela, por apenas três funcionários da Leão Leão. No entanto, na documentação que constava da contabilidade do município era registrada a varrição de 45 quilômetros.

Também responsável pela fiscalização da limpeza urbana, Mauro Pereira Júnior contou à polícia que era "forçado" a assinar as ordens de serviço. Disse que nunca denunciou as irregularidades por "medo de possíveis represálias" e que teve receio de perder o emprego.

Segundo as testemunhas, o esquema seria comandado, entre outros, pela ex-superintendente do Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto (Daerp) Isabel Bordini e sua assessora, Luciana Alecrin. Isabel já é investigada pela CPI dos Bingos pela suspeita de beneficiar a Leão Leão. (Alan Gripp)

Do STF ao 'fim do mundo'

Em fevereiro de 2004, a revista "Época" mostrou o ex-assessor parlamentar do Palácio do Planalto Waldomiro Diniz numa gravação cobrando propina do empresário de jogos Carlinhos Cachoeira. Em troca, Waldomiro prometia beneficiar Cachoeira numa concorrência. Na ocasião, Waldomiro presidia a Loteria do Estado do Rio (Loterj), no governo Benedita da Silva (PI). Depois, foi um dos principais assessores do ex-ministro José Dirceu.

O ex-assessor teria admitido ter entregado ao comitê do candidato petista ao governo do Distrito Federal, Geraldo Magela, R\$ 100 mil do jogo do bicho. Magela não confirmou. Parlamentares da oposição passaram a defender uma CPI para apurar o caso. O requerimento tinha assinaturas suficientes. Mas, na primeira semana de março de 2004, a maioria dos líderes partidários se recusou a indicar representantes. O então presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), engavetou o pedido e senadores de oposição recorreram ao STF.

08.03.2006 O Globo 5 - CPI dos Bingos é prorrogada até 24 de Junho Objetivo da oposição

Em 22 de junho de 2005 o STF determinou que o presidente do Senado indicasse os 24 senadores que integrariam a CPI, que finalmente foi instalada em 29 de junho de 2005.

Meses depois, os governistas apelidaram a comissão de CPI do Fim do Mundo porque "atirava para todo o lado". A CPI já abordou: doleiros, a República de Ribeirão Preto, as mortes dos prefeitos Celso Daniel e Toninho do PT, o empréstimo de Lula pago pelo presidente do Sebrae, as acusações do juiz João Carlos da Rocha Mattos, e também ouviu Gilberto Carvalho, chefe de gabinete de Lula.

Legenda da foto: EFRAIM Moraes, presidente da CPI: ele conseguiu recolher as 27 assinaturas necessárias para prorrogação

Legenda da foto: A SENADORA IDEU Salvatti: "Essa CPI não tem nada a ver com nada"

Copyright 2006 O GLOBO

Ano=2006; Mês=3~ Mês=Mar; Dia=8; Dia=Qua; Book=pp:Primeiro_Caderno;
 Pessoa=Antônio Palocci:Antonio Palocci Filho; Pessoa=Efraim Moraes; Pessoa=Paulo Okamoto;
 Identidade=CPI_dos_Bingos; Identidade=STF:Supremo_Tribunal_Federal;
 Identidade=PT:Partido_dos_Trabalhadores; Região=São_Paulo; Cidade=Ribeirão_Preto;
 PalavraChave=Política/Comissão_Parlamentar_de_Inquérito; PalavraChave=Investigação;
 PalavraChave=História/Histórico; PalavraChave=Governo/Governo_Federal; PalavraChave=Oposição;
 PalavraChave=Banco/Sigilo_Bancário; ChaveLivre=prorrogação;

Campo=O_Globo; Campo=08.03.2006; Campo=Sucursal_de_Brasília; Campo=5; Campo=Alan_Gripp;
 Campo=1; Campo=Não; Campo=O_País; Campo=Reportagem; Campo=Primeiro_Caderno; Campo=2006;
 Campo=3; Campo=Mar; Campo=8; Campo=Qua; Campo=pp:Primeiro_Caderno;
 Campo=Antônio_Palocci:Antonio_Palocci_Filho; Campo=Efraim_Moraes; Campo=Paulo_Okamoto;
 Campo=CPI_dos_Bingos; Campo=STF:Supremo_Tribunal_Federal;
 Campo=PT:Partido_dos_Trabalhadores; Campo=São_Paulo; Campo=Ribeirão_Preto; Campo=Política;
 Campo=Comissão_Parlamentar_de_Inquérito; Campo=Investigação; Campo=História; Campo=Histórico;
 Campo=Governo; Campo=Governo_Federal; Campo=Oposição; Gampo=Banco; Campo=Sigilo_Bancário;
 Campo=prorrogação;

07.03.2006 O Globo 8 - Ministro depõe na PF sobre depósito para Valéria Polícia quer

Produto=O_Globo; Data=07.03.2006; Fonte=Sucursal_de_Brasília; Página=8;
Crédito=Jailton_de_Carvalho; Edição=1; Restrição=Não; Editoria=O_País; TipoMatéria=Reportagem;
Caderno=Primeiro_Caderno;

Ministro depõe na PF sobre depósito para Valério

Polícia quer saber por que R\$ 507.134 saíram de empresa de Mares Guia para Marcos Valério em 2002

BRASÍLIA. O ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, prestou ontem à noite depoimento ao delegado Luiz Flávio Zampronha, da Polícia Federal. O ministro foi ouvido no gabinete dele, na sede do Ministério do Turismo, na Esplanada dos Ministérios. A PF cobrou explicações sobre um depósito de R\$ 507.134 numa das contas bancárias do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, um dos operadores do suposto mensalão, depois de negociação com o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Mares Guia foi chamado para depor no último dia 24, uma sexta-feira, véspera do carnaval. Como tem foro privilegiado, o ministro pôde escolher a data, o horário e o local do depoimento. Segundo a revista "IstoÉ" desta semana, em setembro de 2002 Walfrido sacou R\$ 507.134 da conta da Samos Participações, uma de suas empresas, e depositou o dinheiro numa conta de Valério. A revista divulgou uma cópia do extrato da conta de Valério no qual aparece o registro do pagamento relacionado a Samos Participações.

Assessoria diz que dinheiro pagou dívida de Azeredo

A assessoria de imprensa do Ministério nega, no entanto, que Mares Guia tenha repassado dinheiro diretamente ao operador do mensalão. Segundo uma de suas assessoras, o ministro apenas fez um empréstimo no valor mencionado para o senador Azeredo pagar parte de uma dívida com o empresário Cláudio Mourão. O empresário foi o coordenador da Campanha de Azeredo ao Governo de Minas Gerais em 1998. Segundo a revista, o pagamento seria uma tentativa da Campanha de Azeredo de comprar o silêncio de Mourão que, na época, estaria disposto a denunciar o caixa dois do PSDB em Minas.

Segundo o lobista Nilton Monteiro, que atuou em sociedade com Cláudio Mourão o caixa dois de Azeredo seria de aproximadamente R\$ 100 milhões. Depois das denúncias de Monteiro, Azeredo acabou deixando a presidência do PSDB. Mourão prestou depoimento à CPI dos Correios. Protegido por parlamentares da oposição, o empresário admitiu que parte do dinheiro arrecadado para a Campanha não havia sido declarado.

Mensalão: PF vai ouvir servidores

Inquérito volta para o STF, mas polícia quer mais tempo

BRASÍLIA. A Polícia Federal pretende, a partir de agora, apertar o cerco sobre os funcionários públicos que participaram das negociações de estatais com as agências de publicidade do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, um dos operadores do esquema de repasses do PT para parlamentares da base governista. A idéia da polícia é concentrar as investigações sobre a origem do dinheiro que abasteceu o valerioduto. Hoje os autos do inquérito do suposto mensalão serão novamente enviados ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Para a polícia, se quiser, o Ministério Público Federal já dispõe de informações suficientes para denunciar vários dos acusados de envolvimento no esquema. Mas o ideal, segundo um dos encarregados do inquérito, é prorrogar as investigações por, pelo menos, mais três meses. O delegado Luiz Flávio Zampronha considera imprescindível interrogar servidores do Banco do Brasil e dos Correios que tiveram alguma participação nos negócios das duas estatais com as agências de Valério.

A PF também deve aprofundar as análises comparativas entre as auditorias do Tribunal de Contas

07.03.2006 O Globo 8 - Ministro depõe na PF sobre depósito para Valério Polícia quer

da União e as perícias que estão sendo feitas pelo Instituto Nacional de Criminalística (INC) sobre a contabilidade das empresas de Marcos Valério. Hoje o delegado Pedro Ribeiro deve interrogar em Curitiba, no Paraná, o advogado Roberto Bertholdo, assessor do ex-deputado e ex-líder do PMDB na Câmara José Borba. Segundo a revista "Veja" desta semana, Bertholdo ajudava Borba a fazer repasses de dinheiro para 55 dos 81 deputados do PMDB da base governista.

Copyright 2006 O GLOBO

Ano=2006; Mês=3; Mês=Mar; Dia=7; Dia= Ter; Book=pp:Primeiro_Caderno;
 Pessoa=Marcos Valério:Marcos Valério Femandes de Souza; Pessoa=Walfrido Mares Guia;
 Pessoa=Luiz_Flávio_Zampronha; Identidade=Ministério_Turismo; -
 PalavraChave=Política/Político/Ministro; PalavraChave=Empresa; PalavraChave=Depoimento;
 PalavraChave=Polícia/Polícia_Federal; PalavraChave=8anco/Conta_Bancária;

Campo=O_Globo; Campo=07.03.2006; Campo=Sucursal_de_Brasília; Campo=8;
 Campo=Jailton_de_Carvalho; Campo=1; Campo=Não; Campo=O_País; Campo=Reportagem;
 Campo=Primeiro_Caderno; Campo=2006; Campo=3; Campo=Mar; Campo=7; Campo= Ter;
 Campo=pp:Primeiro_Caderno; Campo=Marcos_Valério:Marcos_Valério_Femandes_de_Souza;
 Campo=Walfrido_Mares_Guia; Campo=Luiz_Rávio_Zampronha; Campo=Ministério_do_Turismo;
 Campo=Política; Campo=Político; Campo=Ministro; Campo=Empresa; Campo=Depoimento;
 Campo=Polícia; Campo=Polícia_Federa/; Campo=8anco; Campo=Conta_Bancária;

03.2006 O Globo 9 - Serraglio admite prorrogação da CPI Proposta partiu de Romeu Tuma

Produto=O_Globo; Data=03.03.2006; Fonte=Sucursal_de_Brasília; Página=9;
 Crédito=Adriana_Vasconcelos; Edição=1; Restrição=Não; Editoria=O_País; TipoMatéria=Reportagem;
 Caderno=Primeiro_Caderno;

Serraglio admite prorrogação da CPI

Proposta partiu de Romeu Tuma mas não tem consenso na oposição

BRASÍLIA. O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), admitiu ontem a possibilidade de uma nova prorrogação dos trabalhos da comissão, prevista para terminar em 15 de abril. Embora não queira tomar a iniciativa dessa proposta, ele concorda que algumas investigações poderiam ser aprofundadas com mais tempo. Mas não há consenso sequer na oposição.

- Algumas investigações necessitam de aprofundamento, como a análise das contas no exterior do publicitário Duda Mendonça. Mas estamos em um ano eleitoral, que tem tudo para tomar as atividades da CPI improdutivas disse Serraglio.

A idéia da prorrogação partiu do senador Romeu Tuma (PFL-SP). Ele defende um prazo adicional de 15 a 30 dias.

- O importante é que a sociedade não ache que se deixou qualquer coisa debaixo do tapete ponderou Tuma.

Petista teme acirramento da disputa eleitoral

O deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS), sub-relator de combate à corrupção, colocou-se à disposição para coletar as assinaturas para garantir a segunda prorrogação da CPI 171 deputados e 27 senadores.

- Facilitaria muito meu trabalho, pois estou tendo dificuldades para analisar as experiências de outros países no combate à corrupção

Já a vice-líder do PT, senadora Ana Júlia Carepa (P A), acredita que isso poderia alimentar a disputa eleitoral. O PSDB ainda não se manifestou.

Copyright 2006 O GLOBO

Ano=2006; Mês=3; Mês=Mar; Dia=3; Dia=Sex; Book=pp:Primeiro_Caderno; Pessoa=Osmar_Serraglio;
 Pessoa=Duda_Mendonça; Pessoa=Romeu_Tuma; Identidade=CPI_dos_Correios:CPMI_dos_Correios;
 PalavraChave=Política/Comissão_Parlamentar_de_Inquérito; PalavraChave=Investigação;
 PalavraChave=Oposição; ChaveLivre=prorrogação;

Campo=O_Globo; Campo=03.03.2006; Campo=Sucursal_de_Brasília; Campo=9;
 Campo=Adriana_Vasconcelos; Campo=1; Campo=Não; Campo=O_País; Campo=Reportagem;
 Campo=Primeiro_Caderno; Campo=2006; Campo=3; Campo=Mar; Campo=3; Campo=Sex;
 Campo=pp:Primeiro_Caderno; Campo=Osmar_Serraglio; Campo=Duda_Mendonça;
 Campo=Romeu_Tuma; Campo=CPI_dos_Correios:CPMI_dos_Correios; Campo=Política;
 Campo=Comissão_Parlamentar_de_Inquérito; Campo=Investigação; Campo=Oposição;
 Campo=prorrogação;

12.04.2006 O Globo 3 - A QUADRILHA DO MENSALÃO Uma sofisticada organização criminoso e

Produto=O_Globo; Data=12.04.2006; Fonte=Sucursal_de_Brasília; Página=3; Crédito=Maria_Lima; Crédito=Bernardo_de-la_Peña; Edição=1; Restrição=Não; Editoria=O_País; TipoMatéria=Reportagem; Caderno=Primeiro_Caderno; Chamada=Manchete;

A QUADRILHA DO MENSALÃO

Uma sofisticada organização criminoso e seus 40 membros

Procurador manda denúncia ao STF sobre mensalão; Dirceu e outros são acusados de quadrilha

Na mais dura peça condenatória feita até agora sobre o mensalão, o Procurador-Geral da República, Antônio Fernando de Souza, divulgou ontem a denúncia que mandou ao Supremo Tribunal Federal contra 40 envolvidos no escândalo e apontou o ex-ministro José Dirceu como o chefe de uma "sofisticada organização criminoso" criada para manter o PT no poder. Os crimes vão de formação de quadrilha a lavagem de dinheiro, corrupção ativa e corrupção passiva. Além de confirmar o mensalão, no organograma montado pelo Ministério Público são denunciados como chefões da quadrilha, juntamente com Dirceu, o ex-presidente do PT José Genoíno, o ex-tesoureiro Delúbio Soares e o ex-secretário-geral do PT Silvío Pereira. Os ex-ministros Luiz Gusbiken, acusado de ter cometido quatro vezes o crime de peculato, e Anderson Adauto, por corrupção ativa e lavagem de dinheiro, também foram denunciados.

O procurador se manteve em silêncio nos últimos meses, mas ao quebrá-lo, foi implacável: "Com efeito, todos os graves delitos que serão imputados aos denunciados ao longo da presente peça têm início com a vitória eleitoral de 2002 do .PT no plano nacional e tiveram por objetivo principal, no que concerne ao núcleo integrado por José Dirceu, Delúbio Soares, Silvío Pereira e José Genoíno, garantir a continuidade do projeto de poder do .PT mediante a compra de suporte político de outros partidos políticos e do financiamento futuro e pretérito (pagamento de dívidas) das suas próprias Campanhas eleitorais", conclui a denúncia, um texto de 133 páginas encaminhado ao STF em segredo de Justiça no último dia 30.

Lula e seu filho ficam de fora

Ficaram de fora qualquer citação, segundo o procurador por falta de provas, sobre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu filho Fábio Luiz Lula da Silva. Mas deputados que renunciaram ou foram absolvidos, escapando da condenação política, terão que responder a processo criminal. Outros parlamentares citados na CPI dos Correios e que ficaram fora desta denúncia continuam sendo investigados em outros inquéritos.

Para o procurador, este não é um momento de alegria, e sim de tristeza para a história política nacional. Mas disse que não vai demorar muito para que as punições sejam concretizadas, pois o processo está bem adiantado.

- O Ministério Público constatou que houve um esquema criminoso, de tráfico político de apoio. Nesse sentido houve, sim, o mensalão. Eu descrevo como isso ocorreu, fato por fato, nas 133 páginas da denúncia disse o procurador.

No encadeamento de depoimentos e ligações de cada personagem do valerioduto, a denúncia da Procuradoria Geral da República constata que Dirceu, Genoíno, Delúbio e Silvío Pereira encabeçavam o núcleo principal da quadrilha, chamado de político-partidário. Esse núcleo pretendia garantir a continuidade do projeto de poder do PT mediante a compra de apoio político de outros partidos políticos e do financiamento futuro e passado das suas próprias Campanhas.

No segundo núcleo, chamado de publicitário-financeiro, estão o empresário Marcos Valério, seus sócios e funcionários de suas agências de publicidade. O objetivo desse núcleo, segundo o procurador, era receber vantagens indevidas de integrantes do governo federal. E para isso conclui

12.04.2006 O Globo 3 - A QUADRILHA DO MENSALÃO Uma sofisticada organização criminoso e

Antonio Fernando, Marcos Valério "ofereceu os préstimos da sua quadrilha ao núcleo político-partidário". Os publicitários Duda Mendonça e sua sócia Zilmar Fernandes também são citados neste grupo.

O terceiro núcleo, denominado financeiro, seria composto por dirigentes do Banco Rural, com sua presidente Kátia Rabelo à frente, que ingressaram na organização criminoso também em busca de vantagens indevidas, de acordo com a denúncia.

Como o relatório paralelo do PT, derrotado na CPI, o procurador conclui que o embrião do esquema do valerioduto foi inaugurado na Campanha do hoje senador Eduardo Azeredo (PSDBMG), em 1998, quando ele disputava a reeleição para o governo de Minas Gerais. Mas o procurador não denuncia o tucano, argumentando que há um inquérito específico, em curso, cuidando do assunto.

Da mesma forma não foram denunciados os deputados que teriam se beneficiado do mesmo esquema, como Roberto Brant (PFL-MG), José Mentor (PT-SP), Vadão Gomes (PP-SP), Wanderval Santos (PP-SP) e Josias Gomes (PT-BA).

Nas investigações posteriores do Ministério Público, poderão ser incluídos os assessores parlamentares que tiveram seus acessos ao Banco Rural detectados pela CPI dos Correios e podem levar a outros parlamentares mensaleiros.

Nesta primeira parte do trabalho do Ministério Público a denúncia coincide em grande parte com a conclusão da CPI. E pode ter a necessidade de aditamentos. Um complemento desse trabalho levará à responsabilização de todos os outros envolvidos disse Antonio Fernando de Souza, informando que fez questão de encaminhar ao Supremo a denúncia no dia 30 para não sofrer influência do relatório da CPI.

INCLUI QUADRO: O ORGANOGAMA DA 'QUADRILHA' [AS ESTRUTURAS: NÚCLEO POLÍTICO PARTIDÁRIO, NÚCLEO PUBLICITÁRIO FINACEIRO, NÚCLEO FINANCEIRO. PRINCIPAIS TRECHOS]

Copyright 2006 O GLOBO

Ano=2006; Mês=4; Mês=Abr; Dia=12; Dia=Qua; Book=pp:Primeiro_Caderno;
 Pessoa=Antônio_Fernando_de_Souza; Pessoa=José_Dirceu:José_Dirceu_de_Oliveira_e_Silva; Pessoa:José_Genoíno;
 Pessoa=Delúbio_Soares; Pessoa=Silvio_Pereira; Pessoa=Luiz_Gushiken; Pessoa=Anderson_Aduto; Pessoa=Marcos
 Valério:Marcos_Valério_Fernandes_de_Souza;
 Pessoa=Kátia_Rabelo; Identidade=A_quadilha_do_mensalão; Identidade=PT:partido_dos_Trabalhadores;
 Identidade=STF:Supremo_Tribunal_Federal; Identidade=Ministério_Público_Federal; Identidade=Procuradoria_Geral_
 da_Republica; Identidade=Banco_Rural; Identidade=Visanet; País=Brasil; PalavraChave=Denúncia;
 PalavraChave=Política/Partido_Político; PalavraChave=Polícia/Crime; PalavraChave=Polícia/Quadrilha;
 PalavraChave=Corrupção; PalavraChave=Polícia/lavagem_de_Dinheiro; PalavraChave=Política/Político/Deputado
 _Federal; ChaveLivre=procurador; ChaveLivre=mensalão; ChaveLivre=ex-ministro; ChaveLivre=organograma;
 Campo=O_Globo; Campo=12.04.2006; Campo=Sucursal_de_Brasília; Campo=3; Campo=Maria_Lima;
 Campo=Bernardo_de_la_Peña; Campo=1; Campo=Não; Campo=O_País; Campo=Reportagem; Campo=Primeiro_Caderno;
 Campo=Manchete; Campo=2006; Campo=4; Campo=Abr; Campo=12; Campo=Qua; Campo=pp:Primeiro_Caderno;
 Campo=Antônio_Fernando_de_Souza;
 Campo=José_Dirceu:José_Dirceu_de_Oliveira_e_Silva; Campo=José_Genoíno; Campo=Delúbio_Soares;
 Campo=Silvio_Pereira; Campo=Luiz_Gushiken; Campo=Anderson_Aduto;
 Campo=Marcos_Valério:Marcos_Valério_Fernandes_de_Souza; Campo=Kátia_Rabelo;
 Campo=A_quadilha_do_mensalão; Campo=PT:Partido_dos_Trabalhadores;
 Campo=STF:Supremo_Tribunal_Federal; Campo=Ministério_Público_Federal;
 Campo=Procuradoria_Geral_da_Republica; Campo=Banco_Rural; Campo=Visanet; Campo=Brasil; Campo=Denúncia;
 Campo=Política; Campo=Partido_Político; Campo=Polícia; Campo=Crime; Campo=Polícia; Campo=Quadrilha;
 Campo=Corrupção; Campo=Polícia; Campo=Lavagem_de_Dinheiro; Campo=Política; Campo=Político; Campo=Deputado
 _Federal; Campo=procurador; Campo=mensalão; Campo=ex-ministro; Campo=organograma;

12.04.2006 O Globo 5 - Mensaleiros não escapam da Justiça Deputados que renunciaram ou

Produto=O_Globo; Data=12.04.2006; Fonte=Sucursal_de_Brasilia; Página=5; Edição=1; Restrição=Não; Editoria=O_País; TipoMatéria=Reportagem; Caderno=Primeiro_Caderno;

Mensaleiros não escapam da Justiça**Deputados que renunciaram ou foram absolvidos vão responder ao STF**

BRASÍLIA. Embora tenham renunciado para fugir do processo de cassação e preservar os seus direitos políticos ou tenham sido absolvidos pela Câmara dos Deputados, nove parlamentares e ex-deputados terão de responder na Justiça por crimes ligados ao esquema de repasse de recursos para aliados do governo, conhecido como do mensalão. Entre os deputados absolvidos pelo Congresso e denunciados pelo Ministério Público, estão o ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha (PT-SP) e os deputados João Magno (PT-MG), Professor Luizinho (PT-SP), Romeu Queiroz (PTB-MG) e Pedro Henry (PP-MI).

Além deles, os ex-deputados Valdemar da Costa Neto (PL-SP), Paulo Rocha (PT-PA), José Borba (PMDB-PR) e Bispo Rodrigues (PL-RJ), que renunciaram para escapar dos processos no Conselho de Ética da Câmara e assim tentar evitar a perda dos seus direitos políticos, vão ter de acertar contas com o Supremo Tribunal Federal- (STF). Todos os que renunciaram já foram líderes de seus partidos na Câmara e poderiam disputar as eleições novamente este ano. Agora, embora continuem podendo fazer Campanha, terão de enfrentar as acusações por crimes como de lavagem de dinheiro, corrupção passiva e formação de quadrilha.

Deputados também podem responder por improbidade

Além destes, os ex-deputados José Dirceu (PT-SP), Roberto Jefferson (PTB-RJ) e Pedro Corrêa (PP-PE), que foram cassados, também foram denunciados pelo Ministério Público Federal pelos crimes de corrupção ativa, formação de quadrilha, corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Enquanto aguarda o seu processo ser julgado no Conselho de Ética da Câmara, o ex-líder do PP, deputado José Janene (PR), também terá de apresentar a sua defesa ao STF porque foi denunciado por formação de quadrilha, corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Mas este processo aberto no Supremo pode não ser o único ao que os deputados e ex-parlamentares terão de responder na Justiça. O Ministério Público estuda processar ainda os parlamentares envolvidos no esquema organizado pelo empresário Marcos Valério e pelos petistas para o repasse de dinheiro aos aliados por improbidade administrativa. Neste caso, os processos devem ter como objetivo obter o ressarcimento do dinheiro que foi desviado dos cofres públicos para ser revertido para o esquema.

A dúvida dos procuradores que estudam o assunto é se os parlamentares poderiam ser punidos também no que diz respeito aos seus direitos políticos. Embora a lei de improbidade administrativa tenha a previsão de perda da função pública em caso de condenações, existe uma dúvida sobre a aplicação desta pena aos deputados, que só poderiam perder o seu mandato por uma decisão do Congresso Nacional. (Bernardo de la Peña e Maria Lima).

Legenda da foto: OS PETISTAS João Paulo Cunha (à esquerda) e Professor Luizinho: livrados pelo plenário, vão ao STF

Copyright 2006 O GLOBO

Ano=2006; Mês=4; Mês=Abr; Dia=12; Dia=Qua; Book=pp:Primeiro_Caderno; Pessoa=João_Paulo_Cunha; Pessoa=João_Magno; Pessoa=Professor_Luizinho:Luiz_Carlos_da_Silva; Pessoa=Romeu_Quelroz; Pessoa=Pedro_Henry; Identidade=A_quadilha do_mensalão; Identidade=PT:Partido_dos_Trabalhadores; Identidade=Ministério_Público_Federal; PalavraChave=Denúncia; PalavraChave=Polícia/Quadrilha; PalavraChave=.Política/Partido_Político; PalavraChave=Política/Político/Deputado_Federal; PalavraChave=Renúncia; PalavraChave=Corrupção; PalavraChave=Justiça/Sentença/Absolvição; ChaveLivre=mensalão; ChaveLivre=procurador; ChaveLivre=improbidade_administrativa;

06.04.2006 O Globo 9 - ONDE ESTÁ A ÉTICA?: Eram necessários 257 votos, mas apenas 209

Produto=O_Globo; Data=06.04.2006; Fonte=Sucursal_de_Brasília; Página=9; Crédito=Evandro_Éboli; Crédito=Itamar_Franco; Edição=1; Restrição=Não; Editoria=O_País; TipoMatéria=Reportagem; Caderno=Primeiro_Caderno; Chamada=Manchete;

ONDE ESTÁ A ÉTICA?: Eram necessários 257 votos, mas apenas 209 deputados votaram pela perda do mandato

Mais uma pizza: Câmara absolve João Paulo

Ricardo Izar (PTB-SP) afirma que prevaleceu o 'acordão' entre PT, PL, PP e parte do PMDB e do PTB

BRASÍLIA. A Câmara repetiu a dose e mais um mensaleiro escapou de perder o mandato. O ex-presidente da Câmara, ex-pré-candidato ao governo de São Paulo e uma das estrelas do PT envolvidas no escândalo do mensalão, o petista João Paulo Cunha (SP) foi absolvido ontem por 256 votos contra o pedido de cassação encaminhado pelo Conselho de Ética. Eram necessários 257 votos, no mínimo, para ser aprovada a cassação, mas apenas 209 parlamentares votaram pela perda do mandato.

Com essa decisão, o relator do caso, Cezar Schirmer (PMDB-RS), decidiu abandonar o Conselho de Ética, decisão que anuncia hoje na reunião do colegiado. João Paulo é o terceiro petista envolvido no escândalo que escapa da perda de mandato.

Os integrantes do Conselho reagiram a mais uma absolvição. Ricardo Izar (PTB-SP) afirmou que prevaleceu o "acordão" entre PT, PL, PP e parte do PMDB e do PTB.

- O conselho fez a sua parte. O que vale aqui no plenário é a amizade, o compadrio e o companheirismo. Essa decisão é um desastre para o Poder Legislativo disse Izar.

João Paulo recebeu R\$ 50 mil do valerioduto

João Paulo recebeu R\$ 50 mil do esquema do valerioduto. O dinheiro foi sacado na agência do Banco Rural, em Brasília, por sua mulher, Márcia, em setembro de 2003. Schirmer disse que não a convocou para depor por respeito. Na primeira versão sobre o caso, o deputado do PT afirmou que sua mulher havia ido à agência para pagar uma conta de TV por assinatura.

Também em protesto à onda de absolvições no plenário, os integrantes do Conselho anunciaram que vão usar luto na reunião de hoje. E os deputados do PSOL, Orlando Fantazini (SP) e Chico Alencar (RJ), também ameaçam abandonar o conselho. Das 11 recomendações do conselho, o plenário reverteu seis, a maioria.

Cezar Schirmer foi ontem mais duro nas suas críticas. Tanto na tribuna, onde repetiu seus argumentos pela condenação, como depois, após o resultado. Ele disse que a absolvição de João Paulo demonstra que "o povo é melhor que seus deputados" e afirmou que o Congresso Nacional virou uma "ameba".

- É uma decisão lastimável, que comprova a cooptação do governo. O plenário da Câmara não está a altura de seu país. Se fosse na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul ele estaria cassado. Com a Justiça que temos lá, provavelmente João Paulo estaria preso disse Schirmer.

O líder do PFL, Rodrigo Maia (RJ), disse que a Câmara, com a decisão, enfrentava um dos piores momentos.

No seu discurso de defesa, João Paulo disse que está passando um momento muito duro de sua vida desde que teve seu nome envolvido na atual crise política. O petista revelou que pensou até em renunciar ao mandato quando o escândalo estourou:

06.04.2006 O Globo 9 - ONDE ESTÁ A ÉTICA?: Eram necessários 257 votos, mas apenas 209

- Decidi ficar e lutar, usando para isso a minha história. Não sou esse deputado que aparece no relatório. Sempre atuei politicamente pautado pela ética, o oposto do que estou sendo acusado.

o ex-presidente da Câmara também atacou a imprensa. Ele disse que os políticos ficam impotentes diante dos meios de comunicação. Afirmou ainda que a opinião pública é diferente da imprensa e disse que sua gestão como presidente da Câmara foi exitosa, citando feitos.

INCLUI QUADRO: OS PROCESSOS DO GRUPO MENSALÃO

COLABOROU Ilimar Franco

Legenda da foto: JOÃO PAULO: 'Não sou esse deputado que aparece no relatório'

Copyright 2006 O GLOBO

Ano=2006; Mês; Mês=Abr; Dia=6; Dia=Qui; Book=pp:Primeiro_Caderno; Pessoa=João_Paulo_Cunha; Pessoa=Ricardo_Izar; Pessoa=Cezar_Schirmer; Identidade=Onde_está_a_ética?; Identidade=PT:Partido_dos_Trabalhadores; Identidade=Conselho_de_Ética_da_Câmara:Conselho_de_Ética:Conselho_de_Ética_da_Câmara_dos_Deputados; PalavraChave=Política/Político/Deputado_Federal; PalavraChave=Política/Cassação; PalavraChave=Acordo; PalavraChave=Política/Partido_Político; PalavraChave=Justiça/Sentença/Absolvição; ChaveLivre=votação; ChaveLivre=rnensalão; ChaveLivre=valerioduto;

Campo=O_Globo; Campo=06.04.2006; Campo=Sucursal_de_Brasília; Campo=9; Campo=Evandro_Éboli; Campo=ItamarFranco; Campo=1; Campo=Não; Campo=O_País; Campo=Reportagem; Campo=Primeiro_Caderno; Campo=Manchete; Campo=2006; Campo=4; Campo=Abr; Campo=6; Campo=Qui; Campo=pp:Primeiro_Caderno; Campo=João_Paulo_Cunha; Campo=Ricardo_Izar; Campo=Cezar_Schirmer; Campo=Onde_está_a_ética?; Campo=PT:Partido_dos_Trabalhadores; Campo=Conselho_de_Ética_da_Câmara:Conselho_de_Ética:Conselho_de_Ética_da_Câmara_dos_Deputados; Campo=Política; Campo=Político; Campo=Deputado_Federal; Campo=Política; Campo=Cassação; Campo=Acordo; Campo=Política; Campo=Partido_Político; Campo=Justiça; Campo=Sentença; Campo=Absolvição; Campo=votação; Campo=mensalão; Campo=valerioduto;

05.04.2006 O Globo 8- ONDE ESTÁ A ÉTICA? Texto alternativo ao da CPI diz que partido

Produto=O_Globo; Data=05.04.2006; Fonte=Sucursal_de_Brasília; Página=8; Crédito=Maria_Lima; Edição=1; Restrição=Não; Editoria=O_País; TipoMatéria=Reportagem; Caderno=Primeiro_Caderno; Chamada=1_página:PP:Primeira_Página;

ONDE ESTÁ A ÉTICA? Texto alternativo ao da CPI diz que partido foi envolvido por publicitário em esquema legal

PT diz ter sido seduzido por Marcos Valério

Petistas tentam tirar mensalão do relatório da CPI e também deixar de pedir indiciamento de Dirceu e Gushiken

PT diz ter sido seduzido por Marcos Valério

BRASÍLIA. o PT foi seduzido pelo empresário Marcos Valério para participar do valerioduto e aderir à prática do caixa dois, afirma o substitutivo global apresentado ontem pelo PT como contraponto ao relatório do deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR). Redigido pelo deputado Jorge Bittar (PT-RJ), o relatório petista substituiu a expressão mensalão por esquema Marcos Valério e caixa dois, e sustenta que o esquema foi montado pelo empresário no governo do PSDB em Minas, em 1997, e repassado ao PT em 2003, quando o partido foi, então, seduzido pela proposta.

Para dizer como o PT entrou no esquema, o relatório petista detalha os empréstimos de Valéria para o então governador tucano Eduardo Azeredo, que recebeu mais de R\$ 9 milhões para sua Campanha da reeleição em 1998: "(...) Havia o publicitário (Marcos Valério) seduzido o Partido dos Trabalhadores com um mecanismo para arrecadar fundos, cuja gênese como comprovaram as investigações se deu nas Campanhas políticas desde 1997, mas se explicita com todas as suas características na Campanha eleitoral de 1998 para o governo de Minas Gerais, na qual saiu derrotado o hoje senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)", diz o texto.

O relatório petista diz que não se sustenta a afirmação de Serraglio sobre a existência do mensalão como compra de consciência de parlamentares para votar em favor de projetos do governo. Com base neste raciocínio, retira a proposta de indiciamento de parlamentares que receberam do valerioduto e propõe que o Ministério Público aprofunde as investigações. E tira da lista de indiciados os ex-ministros José Dirceu e Luiz Gushiken e o ex-presidente do PT José Genoíno.

Lula teria mandado apurar

Sobre Lula, o PT manteve o texto de Serraglio de que ele foi avisado do mensalão por Roberto Jefferson e mandou apurar. O PT também propõe que o Ministério Público continue investigando Genoíno, o ex-assessor do PP João Cláudio Genu, o ex-tesoureiro do PL Jacinto Lamas, o petista Vilmar Lacerda (DF), o ex-tesoureiro informal do PTB Emerson Palmieri, o ex-ministro Anderson Adauto e a publicitária Zilmar Fernandes, sócia de Duda Mendonça. São mantidos os pedidos de indiciamento de Duda Mendonça, Delúbio Soares e Sílvio Pereira, este último apenas por tráfico de influência.

O texto petista também retira do relatório todos os indiciamentos relativos a fraudes na Prece, o fundo de pensão da Cedae. O sub-relator de Fundos de Pensão, o deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), acusou o ex-governador Anthony Garotinho de ter feito acordo com o PT para suprimir fatos relativos a Prece. Durante a CPI o deputado Carlos William (PMDB-MG), do grupo de Garotinho, defendeu o fundo de pensão. Ontem ele continuava circulando na CPI com advogados do fundo.

O documento do PT pede o indiciamento do dono do banco Opportunity, Daniel Dantas, pelos mesmos crimes de que acusa Marcos Valério: tráfico de influência, corrupção ativa e supressão de documentos.

Com a péssima repercussão do relatório paralelo do PT, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) e o presidente da CPI dos Correios, Delcídio Amaral (PT-MS), entraram em Campo para tentar uma saída honrosa que prevê a retirada do documento petista para a votação final da CPI, marcada para as 16h de hoje.

05.04.2006 O Globo 8 - ONDE ESTÁ A ÉTICA? Texto alternativo ao da CPI diz que partido

Uma comissão de sistematização, com representantes da oposição e governo, irá negociar com Serraglio o que, do texto do PT, será incluído em seu relatório.

Mas os pontos polêmicos relativos a mensalão, indiciamentos, Visanet e outros deverão ser votados como destaques, o que evitaria a votação do relatório global do PT. A oposição continua confiante na aprovação do relatório oficial por 16 votos a 14. O PT, que não admitia que estava recuando, fez questão de ler o substitutivo na reunião de ontem à noite na CPI, atrasando, assim, a discussão.

- Estamos investindo no consenso. Se conseguirmos chegar a um relatório só, que minimize o embate político, já é um avanço disse o sub-relator de Contratos, José Eduardo Cardozo (PT-SP).

Delcídio também quer evitar a disputa entre os dois relatórios:

- Serraglio fez um relatório dentro da lógica, e pode passar por ajustes. Mas esse negócio de sair uns (indiciados) e botar outros, é precipitado.

ACM Neto considerou o documento apresentado pelo PT escandaloso.

- Quando viram a besteira que fizeram, nos chamaram para conversar. A intenção é convencer o PT' a pôr o pé no chão. Esse relatório é suicídio.

Renan fez um apelo para que haja um entendimento e o trabalho da CPI seja salvo, mas Serraglio não parecia disposto a fazer acordo de mérito.

- Não vou fazer qualquer acordo para passar vergonha disse.

A HERANÇA MALDITA

A se acreditar na versão do PT de que foi seduzido por Marcos Valério, esta seria a verdadeira "herança maldita" de que tanto falaram os petistas no começo do governo Lula para criticar a gestão anterior. Mas, no caso desta suposta "herança maldita", como alega a bancada do PT, o partido usou fartamente o dinheiro ilegal, distribuiu para aliados, comprou votos e financiou Campanhas, como afirma a CPI.

INCLUI QUADRO: OS FATOS E SUAS VERSÕES [RELATÓRIO ALTERNATIVO DO PT, RELATÓRIO DE OSMAR SERRAGLIO]

Legenda da foto: SERRAGLIO, ENTRE RENAN (à esquerda) e Delcídio, na reunião na sala da presidência do Senado para negociar a votação do relatório da CPI, marcada para as 16h de hoje

Copyright 2006 O GLOBO

Ano=2006; Mês=4; Mês=Abr; Dia=5; Dia=Qua; Book=pp:Primeiro_Caderno; Pessoa=Osmar_Serraglio; Pessoa=Jorge_Bittar; Pessoa=Marcos_Valério:Marcos_Valério_Fernandes_de_Souza; Pessoa=Daniel_Dantas:Daniel_Valente_Dantas; Pessoa=Renan_Calheiros; Pessoa=Delcídio_Amaral; Identidade=Onde está a ética?; Identidade=CPI dos Correios:CPMI dos Correios; Identidade=PT:Partido -dos Trabalhadores; Identidade=Prece; País=Brasil
 PalavraChave=Política/Comissão_Parlamentar_de_Inquérito; PalavraChave=Política/Partido_Político; PalavraChave=Política/Político/Deputado_Federal; PalavraChave=Fundo_de_Pensão; PalavraChave=Governo/Governo_Federal; PalavraChave=Oposição; ChaveLivre=relatório; ChaveLivre=mudança; ChaveLivre=mensalão; ChaveLivre=caixa_dois; ChaveLivre=indiciamento;
 Campo=O_Globo; Campo=05.04.2006; Campo=Sucursal_de_Brasília; Campo=8; Campo=Maria_Lima; Campo=1; Campo=Não; Campo=O_País; Campo=Reportagem; Campo=Primeiro_Caderno; Campo=1 ""página:PP:Primeira_Página; Campo=2006; Campo=4; Campo=Abr; Campo=5; Campo=Qua; Campo=pp:Primeiro_Caderno; Campo=Osmar_Serraglio; Campo=Jorge_Bittar;
 Campo=Marcos_Valério:Marcos_Valério_Fernandes_de_Souza;
 Campo=Daniel_Dantas:Daniel_Valente_Dantas; Campo;Renan_Calheiros; Campo=Delcídio_Amaral;
 Campo=Onde_está_a_ética?; Campo=CPI_dos_Correios:CPMI_dos_Correios; Campo=PT:Partido_dos_Trabalhadores;
 Campo=:Prece; Campo=Brasil; Campo=Política;

04.04.2006 O Globo 3 - Ministro nega envolvimento de assessores O ministro da Justiça,

Produto=O_Globo; Data=04.04.2006; Página=3; Edição=2; Restrição=Não; Editoria=O_País;
 TipoMatéria=Reportagem; Caderno=Primeiro_Caderno;

Ministro nega envolvimento de assessores

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, negou a participação de assessores do ministério no episódio da quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa. Bastos afirmou que o caso já está sendo investigado pela Polícia Federal e disse que não vê motivos para ser chamado a depor no inquérito que investiga o caso.

- Eu não tenho motivo para ser ouvido. No domingo (dois dias depois de a revista "Época" divulgar dados do extrato bancário de Francenildo) eu pedi ao doutor Paulo Lacerda (diretor-geral da Polícia Federal) que abrisse um inquérito. A PF teve toda a liberdade para investigar a questão. Essa investigação está sendo feita num tempo absolutamente compatível. Tanto que em uma semana pelo menos 80% dos fatos já estavam apurados disse o ministro.

Ao defender seus assessores, Bastos acabou reforçando as suspeitas contra o ex-ministro Antonio Palocci. Bastos manteve a versão dada pelo secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Daniel Goldberg; e de seu chefe de gabinete, Cláudio Alencar, em depoimentos à PF no domingo que comprometeram Palocci. Os dois contaram que no dia 16 de maio estiveram na casa do ex-ministro, onde receberam apelo para investigar o caseiro, mas disseram não ter tido acesso ao extrato bancário de Francenildo.

- Eles não assistiram a qualquer quebra de sigilo ou vazamento de dados. Naquele momento, Palocci fez um pedido que não poderia ser atendido disse Bastos durante uma visita ao Vidigal, no Rio.

Copyright 2006 O GLOBO

Ano=2006; Mês=4; Mês=Abr; Dia=4; Dia=Ter, Book=pp:Primeiro_Caderno;
 Pessoa=Márcio Thomaz Bastos; Pessoa=Francenildo dos Santos Costa; Pessoa=Daniel_Goldberg;
 Pessoa=Cláudio_Alencar; Identidade=Ministério_da_Justiça; PalavraChave=Política/Político/Ministro;
 PalavraChave=Política/Ministério; PalavraChave=Banco/Sigilo_Bancário; PalavraChave=Investigação;
 PalavraChave=Polícia/Polícia_Federal; PalavraChave=Depoimento; ChaveLivre--assessor; ChaveLivre=caseiro;
 ChaveLivre=extrato;

Campo=O_Globo; Campo=04.04.2006; Campo=3; Campo=2; Campo=Não; Campo=O_País; Campo=Reportagem;
 Campo=Primeiro_Caderno; Campo=2006; Campo=4; Campo=Abr; Campo=4; Campo= Ter; Campo=pp:Primeiro
 _Caderno; Campo=Márcio_Thomaz_Bastos; Campo=Francenildo_dos_Santos_Costa; Campo=Daniel_Goldberg;
 Campo=Cláudio_Alencar; Campo=Ministério_da_Justiça; Campo=Política; Campo=Político; Campo=Ministro;
 Campo=Política; Campo=Ministério; Campo=Banco; Campo=Sigilo_Bancário; Campo=Investigação; Campo=Polícia;
 Campo=Polícia_Federal; Campo=Depoimento; Campo=assessor; Campo=caseiro; Campo=extrato;

04.04.2006 O Globo 8 - ONDE ESTÁ A ÉTICA? Paulo de Tarso Venceslau dirá que petista

Produto=O Globo; Data=04.04.2006; Fonte=Sucursal de Brasília; Fonte=Sucursal de São Paulo;
 Página=8; Crédito=Bernardo _de -la_Peña; Crédito=Germano _Oliveira; Edição=1; Restrição=Não;
 Editoria=O _País; TipoMatéria=Reportagem; Caderno=Primeiro _Caderno; Chamada=1 -página:PP:Primeira_Página;

ONDE ESTÁ A ÉTICA? Paulo de Tarso Venceslau dirá que petista coletava recursos para o PT desde a década de 90

Okamoto participa hoje de acareação na CPI

Senadores querem aproveitar para interrogar presidente do Sebrae sobre pagamento de empréstimos a Lula

BRASÍLIA e SÃO PAULO. Com a ameaça de ter um novo pedido de quebra dos seus sigilos bancário, fiscal e telefônico aprovado pela CPI dos Bingos e protegido por um hábeas-corpus concedido pelo Supremo Tribunal Federal, o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, participa hoje de acareação com o ex-militante petista Paulo de Tarso Venceslau. Okamoto é acusado pelo ex-colega de ter participado de esquema ilegal de arrecadação para campanhas do PT.

Okamoto deverá ser bombardeado com perguntas sobre a sua relação com o presidente Lula. O petista seria o responsável pelo pagamento de empréstimos que o partido teria feito ao então candidato Lula.

- Caberá ao acareado responder ou não essas perguntas (fora do objeto da acareação) esclareceu ontem o presidente da CPI dos Bingos, Efraim Morais (PFL-PB), ao confirmar a acareação e explicar que o ministro Sepúlveda Pertence, do STF, havia dado uma decisão sobre o caso.

Na decisão, Pertence apenas esclareceu liminar que fora concedida pelo ministro Eros Grau e adiou a acareação, marcada originalmente para o dia 28. Segundo Pertence, não cabe ao Judiciário presumir que a CPI vai extrapolar seus limites.

Ex-petista afirma que Okamoto era "coletor" do PT

O economista Venceslau está preparado para enfrentar uma batalha. Ele dirá que Okamoto, envolvido agora com o pagamento de dívidas pessoais de Lula, já era "coletor" de recursos para o PT na década de 90 nas administrações petistas do interior de São Paulo.

Em 1993, Venceslau era secretário de Finanças da então prefeita petista de São José dos Campos, Angela Guadagnin a sambista da pizza. Denunciou um esquema de desvio de verbas da prefeitura para o financiamento de Campanhas do Pr, tendo Okamoto como um dos arrecadadores. Em razão das denúncias, Venceslau foi expulso do Pr e desde então diz ser perseguido pelo partido.

- Okamoto era homem forte no PT em razão de sua amizade com Lula disse.

Venceslau respondeu a uma comissão de sindicância no PT. Ele comprovou o que disse, mas foi demitido pela prefeita. A comissão, integrada por Helio Bicudo, Paul Singer e José Eduardo Martins Cardozo, inocentou-o. Mas Okamoto continuou forte no PT. Venceslau só denunciou o caso para a imprensa em 1997. Em 1998, foi expulso do PT.

Legenda da foto: OKAMOTIO: amigo de Lula, ele vai à CPI com ameaça de ter seus sigilos quebrados

Legenda da foto: PAULO DE TARSO: "Okamoto era homem forte no Pr em razão de sua amizade com Lula"

02.04.2006 O Globo 14 - Relatório da CPI dos Correios recebe críticas e elogios Texto de

Produto=O_Globo; Data=02.04.2006; Fonte=Sucursal_de_São_Paulo; Fonte=Local; Página=14;
 Crédito=Adauri_Antunes_Barbosa; Crédito=Ciça_Guedes; Crédito=Cláudia_Lamego;
 Crédito=Maiá_Menezes; Edição=1; Restrição=Não; Editoria=O_País; TipoMatéria=Reportagem;
 Caderno=Primeiro_Caderno;

Relatório da CPI dos Correios recebe críticas e elogios

Texto de Osmar Serraglio é considerado bem fundamentado mas especialistas também apontam várias falhas

SÃO PAULO e RIO. Uma peça bem fundamentada em suas análises, mas com omissões que diminuem seu inífacto. Assim foi avaliado o relatório final da CPI dos Correios, apresentado pelo deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) na última quarta-feira, por juristas, cientistas sociais e historiadores.

Para o jurista Dalmo Dallari, a omissão chamou a atenção. Ele critica a falta de sugestões para a solução dos problemas encontrados. O também jurista Miguel Reale Júnior elogia o texto que, diz ele, mostra como funcionava o mensalão:

-- Será que nós, brasileiros, somos tão trouxas de acreditar na versão de caixa dois que foi inventada à última hora?

O historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ) lamenta que os fundos de publicidade tenham sido poupados. Para o coordenador do Observatório das Favelas, Jailson de Souza e Silva, faltou mostrar que o financiamento ilegal é generalizado nos partidos. O sociólogo Helio Jaguaribe lembra que o texto menciona o presidente Lula mas não aprofunda a questão, e a historiadora Marly Silva Motta (CPDOC-FGV) critica o descompasso com o trabalho da Comissão de Ética. O diretor da Transparência Brasil, Claudio Abramo, achou as medidas recomendadas insuficientes.

O MELHOR E O PIOR DO TEXTO DE SERRAGLIO

Helio Jaguaribe

O que deu certo

"As revelações das irregularidades cometidas pelos envolvidos no escândalo foram descritas de forma convincente e bem documentada"

O que deu errado

"O relatório faz menção a Lula sem aprofundar a questão, mas talvez essa investigação tivesse que ser feita por outro inquérito"

Jailson Souza Silva

O que deu certo

"O que entrou no relatório tinha mesmo que entrar"

O que deu errado

"Faltou mostrar que todos os partidos estão envolvidos na questão do financiamento ilegal, é um modelo político falido. O tucano Eduardo Azeredo entrou apenas como uma questão residual. Não se tocou na estrutura"

02.04.2006 O Globo 14 - Relatório da CPI dos Correios recebe críticas e elogios Texto de

Dalmo Dallari

O que deu certo

O ponto positivo, para o jurista, seria apontar os procedimentos contra a corrupção, o que, segundo ele, não foi feito

O que deu errado

"Várias ilegalidades foram cometidas através dos bancos. No entanto, não há um único diretor de banco indiciado. Só há políticos, o que é muito suspeito"

Miguel Reale Júnior

O que deu certo

"Grande parcela das investigações foi revelada pelo preciso relatório de Serraglio"

O que deu errado

Para ele, não houve ponto negativo: "A CPI mostrou de onde vieram esses recursos e como esses recursos transitaram e como mobilizaram, as relações entre Executivo e Legislativo".

Francisco Carlos Teixeira da Silva

O que deu certo

"A conexão entre instituições públicas (o BB, por exemplo) e a sistemática de passagem de recursos para empresas de fachada. Esta relação é promíscua e incestuosa ao mesmo tempo".

O que deu errado

"As origens e a montagem do sistema, com a comprovação dos fatos apurados. Não há dúvida no coração da maioria dos cidadãos mas, para efeito de Justiça, faltam dados concretos e materiais. E falta o principal: absoluto controle, através de comissão mista do Congresso, das verbas de propaganda dos governos (todos os níveis). Por que Caixa ou BB têm fundos bilionários para propaganda? São, na prática, monopólios. Não precisam atrair clientes com propagandas milionárias"

Marly Silva Motta

O que deu certo

"O trabalho do relator, que fez um relatório bem escrito, não deixou nada de fora e o apresentou de forma tranqüila"

O que deu errado

"O descompasso entre a divulgação do relatório e o resultado das votações no Conselho de Ética"

Claudio Weber Abramo

O que deu certo

"Caracterizou bem a existência do mensalão, e derrubou a tese do financiamento de Campanhas com caixa dois"

O que deu errado

"A recomendação de redução de cargos de confiança ainda é insuficiente"

02.04.2006 O Globo 18 - A crise mostra o vigor Institucional A atual crise política nada

Produto=O_Globo; Data=02.04.2006; Página=18; Crédito=Elio_Gaspari; Edição=2; Restrição=Não; Editoria=O_País; TipoMatéria=Coluna; Caderno=Primeiro_Caderno; Coluna=Elio_Gaspari;

A crise mostra o vigor institucional

A atual crise política nada tem de institucional. Pelo contrário, demonstra, há um ano, o vigor dos poderes da República.

Havia uma cáfila de salteadores com os pés na cúpula do PT e as mãos no tapetes do Planalto. A imprensa e o Congresso detonaram-na. Um grupo de caipiras montou uma casa de prazeres em Brasília. Novamente, foi detonada. Desta vez, só pela imprensa. Seguiu-se uma malandragem acobertadora, patrocinada pelo presidente da Caixa Econômica e pelo ministro da Fazenda. A Polícia Federal a detonou.

Tudo o que está exposto à visitação pública é resultado do funcionamento das instituições. Tradicionalmente, ocorria o oposto. O silêncio abafava a crise, debilitando as instituições. Se a criação das CPIs tivesse sido barrada, o deputado Osmar Serraglio não poderia ter demonstrado que a história de caixa dois era lorota. O que havia era roubalheira mesmo. Se o caseiro Nildo tivesse sido desmoralizado, Antonio Palocci ainda estaria no Ministério da Fazenda, alternando prebendas para o andar de cima e patranhas para o de baixo. Em 1968, quando um deputado pediu ao presidente da Câmara, José Bonifácio, que fosse mais Andrada e menos Zezinho, ele respondeu com uma banana. Cadê a cena? Hoje, a deputada Ângela Guadagnin está ao vivo e a cores, diariamente, reencenando a dança da pizza. Há a dança e não há a banana porque em 2006 havia uma câmera de TV sobre o plenário.

A Inglaterra melhorou com o Caso Profumo, quando os prazeres do ministro da Defesa expuseram uma rede de moças bonitas e agenciadores espertos. Os Estados Unidos melhoraram com o Caso Watergate. O Brasil melhorou com o fim do collorato e, novamente, com a exposição dos métodos do PT-Federal e do aparelho presidido por Nosso Guia. Melhora também quando se percebe a naturalidade com que o PSDB protege suas próprias malfeitorias, enquanto vocifera contra o governo cuja ruína econômica apóia.

Ao aumento da decepção dos eleitores corresponde uma redução do nível de empulhação do governo e da oposição. Isso não significa que acabaram os malfeitores, nem que acabarão as decepções. Significa que ficou mais difícil montar um mensalão, uma república de caipiras vorazes ou um triturador de reputações adversárias. Felizmente o repórter Josias de Souza descobriu que sugavam dados da Receita Federal para xeretar eventuais adversários. Esse é o bilhar da vez.

Mágica besta

A ekipekonômica diz que o doutor Henrique Meirelles se fortaleceu porque não prestará vassalagem a Guido Mantega. Responderá só a Lula.

Empulhação."Meirelles e a turma do Copom queriam autonomia em relação a Lula. Mantega é cisco no olho.

Quadrúpedes no Metrô

É conhecida uma vinheta de Franco Montoro acerca do alcance das normas da burocracia: um trem tinha uma placa que proibia a entrada de cães. Um sujeito queria entrar com uma cabra. Argumentava que cabra não é cachorro, mas o guarda o barrou. Fez o que não podia. Em seguida, veio um cego, guiado por um cão. Passou. O guarda deixou de fazer o que devia. Ao pé da letra, transgrediu a norma duas vezes. E fez o certo.

A diretoria do Metrô de São Paulo está numa briga com a advogada Thays Martinez. Cega, teve seu cão-guia barrado numa estação em 2000. Foi à Justiça e já passou por dois julgamentos. Um terceiro está em curso. Deve perdê-lo, mas recorrerá.

No ano passado a Justiça determinou que os cegos cumpram as normas do Metrô e, além disso,

02.04.2006 o Globo 18 - A crise mostra o vigor institucional A atual crise política nada

tenham consigo o atestado de vacina do cão, um comprovante de que ele é treinado e um termo de responsabilidade, caso o bicho cause algum dano. Diante disso, os burocratas inventaram a exigência adicional de uma carteirinha especial para o cego e seu cão-guia. (Será o primeiro babilaque de quadrúpede.)

A advogada sustenta que a exigência da carteirinha ofende as leis que garantem os direitos dos deficientes. Hoje, o Metrô quer carteirinha de cão de cego. Amanhã, outra empresa poderá exigir registro para cadeira de rodas.

Copyright 2006 O GLOBO

Ano=2006; Mês=4; Mês=Abr; Dia=2; Dia=Dorn; Book=pp:Primeiro_Caderno; País=Brasil;
PalavraChave=Governo/Governo_Federal; PalavraChave=Crise; PalavraChave=Política/Política_Interna;
Campo=O_Globo; Campo=02.04.2006; Campo=18; Campo=Elio Gaspari; Campo=2; Campo=Não;
Campo=O_País; Campo=Coluna; Campo=Primeiro_Caderno; Campo=Elio_Gaspari; Campo=2006;
Campo=4; Campo=Abr; Campo=2; Campo=Dorn; Campo=pp:Primeiro_Caderno; Campo=Brasil;
Campo=Governo; Campo=Governo_Federal; Campo=Crise; Campo=~; Campo=Política_Interna;

30.05.2006 O Globo 9 - CPI dos Bingos pode acabar sem relatório Governo ameaça com texto

Produto=O_Globo; Data=30.05.2006; Fonte=Sucursal_de_Brasília; Página=9; Crédito=Alan_Gripp;
Edição=1; Restrição=Não; Editoria=O_País; TipoMatéria=Reportagem; Caderno=Primeiro_Caderno;

CPI dos Bingos pode acabar sem relatório

Governo ameaça com texto paralelo, oposição com prorrogação

BRASÍLIA. Na reta final, a CPI dos Bingos convive com o risco de acabar sem relatório. O documento, que já é preparado sem informações preciosas, como a análise da quebra de sigilo telefônico e bancário até agora não enviadas à comissão, pode tornar-se mera peça de ficção em meio ao intenso tiroteio político. Nos bastidores, o governo ameaça apresentar um relatório paralelo. Caso isso aconteça, a oposição, que tem maioria do Senado, avisou que vai colher as assinaturas para prorrogar a CPI, que nesse caso entraria pelo período de Campanha eleitoral.

- Se tentarem desqualificar o relatório, se houver tentativa do governo de passar o rolo compressor, eu simplesmente não voto o relatório e prorrogo a CPI até outubro afirmou o presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB).

- Quero ver trabalhar até outubro. Tudo o que não tiver a ver com os bingos tem que estar fora do relatório disse a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), referindo-se às várias linhas de investigações abertas, que deram à comissão o apelido de CPI do Fim do Mundo.

Garibaldi promete concluir texto até quinta-feira

O prazo da CPI se encerra em 24 de junho. O relator da comissão, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), pré-candidato ao governo de seu estado, promete concluir até quinta-feira o relatório final. Ficarão de fora, por exemplo, as informações de 75% dos sigilos bancários quebrados, problema semelhante ao enfrentado pela CPI dos Correios. Garibaldi admite que o relatório terá buracos, mas diz que o trabalho não foi em vão:

- O texto pode ter deficiências, mas não vai comprometer como um todo nosso trabalho.

Mesmo com todas as dificuldades, o relatório da CPI deve citar o presidente Lula e pedir ao Ministério Público o indiciamento de mais de 80 pessoas, entre elas os ex-ministros Antonio Palocci (Fazenda) e José Dirceu (Casa Civil). Resta saber se haverá votação do relatório.

A CPI também teve seu trabalho prejudicado por decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), que deu mais de 20 decisões contrárias à comissão, suspendendo depoimentos e impedido quebras de sigilo. Na principal, o STF proibiu o acesso aos dados bancários de Paulo Okamoto, presidente do Sebrae, que assumiu ter quitado dívidas do presidente Lula com o PT. A comissão aposta que esses débitos foram pagos com o caixa dois do partido. Esperava, com essa apuração, incluir o presidente na crise política.

- Todos os nossos esforços levam a crer que aí está o ovo de Colombo. Se o sigilo não aparecer, ficará melancólico para o governo disse o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM).

Copyright 2006 O GLOBO

Ano=2006; Mês=5; Mês=Mai; Dia=30; Dia= Ter, Book=pp:Primeiro Caderno;
Pessoa=Efraim_Morais:Efraim_de_Morais:Efraim_de_Araújo_Morais; Identidade=CPI_do_bi;
PalavraChave=Política/Comissão_Parlamentar_de_Inquérito; PalavraChave=Investigação;
PalavraChave=Governo/Governo_Federal; ChaveLivre=prorrogação; ChaveLivre=relatório;
Campo=O_Globo; Campo=30.05.2006; Campo=Sucursal_de_Brasília; Campo=9; Campo=Alan_Gripp;
Campo=1; Campo=Não; Campo=O_País; Campo=Reportagem; Campo=Primeiro_Caderno; Campo=2006;
Campo=5; Campo=Mai; Campo=30; Campo= Ter; Campo=pp:Primeiro_Caderno;
Campo=Efraim_Morais:Efraim_de_Morais:Efraim_de_Araújo_Morais; Campo=CPI_do_bi; Campo=.Política;
Campo=Comissão Parlamentar de Inquérito; Campo=Investigação; Campo=Governo;
Campo=Governo_Federal; Campo=prorrogação; Campo=relatório;

31.05.2006 O Globo 10 11 - Gabeira e Renan batem boca sobre sanguessugas Presidente do

Produto=O_Globo; Data=31.05.2006; Fonte=Especial_O_Globo; Página=10_11; Edição=1; Restrição=Sim; Editoria=O_País; TipoMatéria=Reportagem; Caderno=Primeiro_Caderno;

Gabeira e Renan batem boca sobre sanguessugas

Presidente do Senado anuncia arquivamento de pedido. de CPI e deputados reagem a ponto de sessão ser encerrada

BRASÍLIA e LONDRINA (PR).Um bate-boca entre o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) pôs fim ontem a uma sessão conjunta do Congresso. O motivo do desentendimento foi a cobrança feita pelo grupo de deputados que apóia a criação de uma CPI para investigar a máfia dos sanguessugas, que atuava na compra superfaturada de ambulâncias. Eles já reuniram assinaturas suficientes e caberia a Renan instalar a CPI.

O deputado Raul Jungmann (PPS-PE) cobrou explicação ao senador, que presidia a sessão. Renan alegou que havia um erro na relação de assinaturas recolhidas por eles. Ao ouvir, em seguida, que os deputados teriam o prazo de cinco dias para apresentarem novo pedido de CPI, com novas assinaturas, Gabeira reagiu com dedo em riste.

- Devia ter escrúpulo de usar um artifício regimental que vai direto em seu partido. Foi o líder do PMDB quem indicou a Penha (Maria da Penha Lino) para o Ministério da Saúde disse, se referindo à funcionária que atuava para a quadrilha que fraudava licitações.

Em seguida, Gabeira fez novos ataques a Renan:

- Ao usar um artifício desses para evitar uma CPI, Vossa Excelência está passando o trator por cima da minoria, e pode esperar muitos coquetéis molotov, que é a forma de a minoria se defender disse Gabeira, que acusou Renan de defender o PMDB num "ato de solidariedade com essa quadrilha" .

No mensalão, mulher de Janene tem bens bloqueados

Renan se defendeu afirmando que sempre apoiou instalação de CPIs para investigar denúncias de irregularidades. Irritado, e também com o dedo em riste apontado para o deputado, Renan anunciou o fim da sessão.

Em outro escândalo, o do mensalão, a 23 Vara Criminal Federal de Curitiba determinou o bloqueio dos bens da mulher, Stahel Fernanda, e de dois assessores do deputado José Janene (PPPR), que depõe hoje na Comissão de Ética da Câmara. Ele é o único entre os 19 acusados de se beneficiar do mensalão que ainda não foi julgado.

(*) Especial para O GLOBO

www.oglobo.com.br/pais

Legenda da foto: GABEIRA, dedo em riste, discute com Renan, que presidia a sessão

Copyright 2006 O GLOBO

Ano=2006; Mês=5; Mês=Mai; Dia=31; Dia=Qua; Book=pp:Primeiro_Caderno; Pessoa=Fernando_Gabeira; Pessoa=Renan Calheiros; Identidade=PMDB:Partido do Movimento Democrático Brasileiro; Identidade=PV:Partido_Verde; Identidade=Operação_Sanguessuga; PalavraChave=Política/Comissão_Parlamentar_de_Inquérito; PalavraChave=Investigação; PalavraChave=Deputado_Federal; PalavraChave=Declaração; PalavraChave=Arquivo;

Campo=O_Globo; Campo=31.05.2006; Campo=Especial_O_Globo; Campo=10_11; Campo=1; Campo=Sim; Campo=O_País; Campo=Reportagem; Campo=Primeiro_Caderno; Campo=2006; Campo=5; Campo=Mai; Campo=31; Campo=Qua; Campo=pp:Primeiro_Caderno; Campo=Fernando_Gabeira; Campo=Renan_Calheiros; Campo=PMDB:Partido_do_Movimento_Democrático_Brasileiro; Campo=PV:Partido Verde; Campo=Operação Sanguessuga; Campo=Política

25.05.2006 O Globo 15 - Congresso se recusa a investigar suspeitos Apuração sobre

Produto=O_Globo; Data=25.05.2006; Fonte=Sucursal_de_Brasília; Página=15;
 Crédito=Jailton_de_Carvalho; Edição=2; Restrição=Não; Editoria=O_País; TipoMatéria=Reportagem; Caderno=Primeiro_Caderno;

Congresso se recusa a investigar suspeitos

Apuração sobre parlamentares envolvidos será transferida para a Procuradoria Geral da República

BRASÍLIA Diante da forte pressão dos deputados do baixo clero, os presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), lavaram as mãos e transferiram para a Procuradoria Geral da República a investigação sobre os parlamentares acusados de envolvimento com a máfia das ambulâncias. Numa reunião com o Procurador-Geral da República, Antônio Fernando de Souza, os dois acertaram que o Senado e a Câmara só voltarão a investigar parlamentares após a análise prévia do caso pela Procuradoria Geral.

Só serão investigados agora pela Corregedoria da Câmara os 16 parlamentares mais citados nas conversas dos chefes da organização. Uma comissão de sindicância já está analisando esses casos.

- O Ministério Público pode fazer essa investigação inicial melhor que o Parlamento disse Calheiros.

A decisão, na prática, enterra os planos dos deputados Raul Jungmann (PPS-PE) e Fernando Gabeira (PV-RJ) de criar a CPI dos Sanguessugas. Sobrecarregado, o MP pode levar um longo período nas investigações sobre o envolvimento dos parlamentares com a máfia da ambulância. Com a proximidade da Copa do Mundo e das Campanhas eleitorais, dificilmente a Câmara levará adiante a proposta de uma investigação interna ampla.

Do encontro entre Calheiros, Rebelo e Antônio Fernando participaram os corregedores da Câmara, Ciro Nogueira (PP-PI), e do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP). Ficou acertado que a Procuradoria Geral fará uma análise preliminar das informações obtidas pela Polícia Federal na primeira etapa das investigações. Até então, a tarefa estava a cargo das Corregedorias.

Processo dependerá de autorização do STF

Se considerar os indícios consistentes, o Procurador-Geral deve pedir ao Supremo Tribunal Federal autorização para abrir inquérito contra os parlamentares. A partir daí, enviará o resultado às Corregedorias da Câmara e do Senado. Com base nesses dados, as Corregedorias retomariam as investigações, abandonadas desde sexta-feira passada, e poderiam ou não pedir ao Conselho de Ética a cassação do mandato dos suspeitos. Como o caminho é longo, muitos dos acusados poderão já estar reeleitos.

Em Geral , as investigações do MP sobre pessoas com foro privilegiado são longas. Os acusados de envolvimento no mensalão só foram denunciados ao STF um ano depois do início das apurações. Aldo alega que os parlamentares não ficarão de braços cruzados. De acordo com ele, as Corregedorias vão acompanhar as investigações e dar continuidade às sindicâncias sobre os assessores parlamentares acusados de envolvimento com a quadrilha.

- As corregedorias não vão ficar paradas disse.

Segundo a ex-assessora especial do Ministério da Saúde Maria da Penha Lido, os sanguessugas fizeram contatos, em muitos casos, com pelo menos 283 parlamentares. Ex-funcionária da Planam, uma das empresas envolvidas, Maria da Penha é apontada pela polícia como uma peça-chave no esquema dos sanguessugas. A quadrilha é acusada de subornar parlamentares para direcionar emendas e, com isso, financiar a compra de ambulâncias e equipamentos hospitalares superfaturados. (Jailton de Carvalho)

Parlamentares criticam decisão

2006 O Globo 15 - Congresso se recusa a investigar suspeitos Apuração sobre

Com medida, investigação não deverá terminar antes das eleições

BRASÍLIA. A decisão dos presidentes da Câmara e do Senado de transferir a investigação para a Procuradoria Geral da República foi duramente criticada por deputados que apoiaram a criação de CPI para apurar o caso e por integrantes do Conselho de Ética. O deputado Raul Jungmann (PPS-PE) acusou o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, de terceirizar a apuração na Câmara:

Estão terceirizando responsabilidades. E se o Congresso não instalar a CPI, estará incorrendo em crime de comissão.

Jungmann afirmou que se os acusados não forem julgados até as eleições de outubro, "o país estará no pior os mundos :

Ninguém é culpado, ninguém é inocente. São todos suspeitos. Será o beijo da morte.

Antônio Carlos Biscaia (PT -SP) disse temer que a investigação do Ministério Público demore muito tempo e que os envolvidos não sejam julgados antes das eleições:

O melhor caminho seria a CPI e depois o envio dos casos ao Conselho de Ética. A CPI iria durar apenas 90 dias. Não que não se tenha confiança no Ministério Público, mas as conclusões podem chegar tarde.

Fernando Gabeira (PV-RJ), que também defende a CPI, fez um duro ataque aos parlamentares envolvidos no escândalo.

A Câmara abdicou de investigar. Não vai haver tempo hábil para saber quem é inocente e quem é culpado. A relação de forças no futuro no Congresso é favorável aos bandidos.

Para José Carlos Araújo (PL-BA), do Conselho de Ética, Aldo acertou ao transferir o caso para o Ministério Público.

Legenda da foto: CIRO NOGUEIRA (primeiro à esquerda), Aldo Rebelo, Romeu Tuma e Renan Calheiros: decisão de transferir investigação praticamente enterra planos de criação da CPI dos Sanguessugas

Copyright 2006 O GLOBO

Ano=2006; Mês=5; Mês=Mai; Dia=25; Dia=Qui; Book=pp:Primeiro_Caderno;
 Pessoa=Aldo_Rebelo:José_Aldo_Rebelo_Figueiredo; Pessoa=Renan_Calheiros;
 Pessoa=Antônio_Fernando_de_Souza; Identidade=STF:Supremo_Tribunal_Federal;
 Identidade=Operação_Sanguessuga; Identidade=TRF:Tribunal_Regional_Federal;
 PalavraChave=Polícia/Operação_Policial; PalavraChave=Polícia/Polícia_Federal;
 PalavraChave=Corrupção; PalavraChave=Veículo/Ambulância;
 PalavraChave=Política/Congresso_Nacional; PalavraChave=Investigação;
 PalavraChave=Política/Político/Deputado_Federal; ChaveLivre=comissão_parlamentar_de_inquérito;

Campo=O_Globo; Campo=25.05.2006; Campo=Sucursal_de_Brasília; Campo=15;
 Campo=Jailton_de_Carvalho; Campo=2; Campo=Não; Campo=O_País; Campo=Reportagem;
 Campo=Primeiro_Caderno; Campo=2006; Campo=5; Campo=Mai; Campo=25; Campo=Qui;
 Campo=pp:Primeiro_Caderno; Campo=Aldo_Rebelo:José_Aldo_Rebelo_Rgueiredo;
 Campo=Renan_Calheiros; Campo=Antônio_Fernando_de_Souza;
 Campo=STF:Supremo_Tribunal_Federal; Campo=Operação_Sanguessuga;
 Campo=TRF:Tribunal_Regional_Federal; Campo=Polícia; Campo=Operação_Policial; Campo=Polícia;
 Campo=Polícia_Federal; Campo=Corrupção; campo=veículo; Campo=Ambulância; Campo=Política;
 Campo=Congresso_Nacional; Campo=Investigação; Campo=Política; Campo=Político;
 Campo=Deputado_Federal; Campo=comissão_parlamentar_de_inquérito;

21.05.2006 O Globo 18 - Ambulâncias: deputados do Rio fizeram emendas idênticas

Produto=O_Globo; Data=21.05.2006; Fonte=Sucursal_de_Brasília; Página=18; Crédito=Evandro_Éboli; Edição=1; Restrição=Não; Editoria=O_País; TipoMatéria=Reportagem; Caderno=Primeiro_Caderno;

Ambulâncias: deputados do Rio fizeram' emendas idênticas
Semelhança reforça suspeita de fraude no Orçamento

BRASÍLIA. Pelo menos três deputados do Rio citados na Operação Sanguessuga da Polícia Federal apresentaram emendas ao Orçamento de 2005 com justificativas idênticas. A semelhança reforça ainda mais a suspeita de que quadrilha responsável por fraudes na compra de ambulâncias contava com o apoio de um grupo de deputados para ter acesso aos recursos da União.

Os três deputados que apresentaram são de partidos diferentes: Almir Moura é do PFL, João Mendes de Jesus é filiado ao PSB e José Divino é do PRB. Juntas, as três emendas somam R\$ 6,4 milhões. Nelas, os três destinam recursos para a área da saúde, incluindo a compra de ambulâncias para prefeituras do interior e também para ONGs.

Para elaborar as três emendas, os deputados apresentaram uma justificativa única, o que não é comum. Normalmente, cada deputado preenche o formulário de emenda individual no computador e despacha para a Comissão de Orçamento pelo sistema interno de informática do Congresso, sem o conhecimento de outro parlamentar.

Moura teve o nome incluído na lista dos 16 parlamentares que serão investigados pela Comissão de Sindicância da Câmara. Divino foi incluído na relação dos que terá a denúncia arquivada. O caso de Mendes está em suspenso até que seja concluída investigação sobre envolvimento de Regis de Moraes Galheno, funcionários de seu gabinete, com a quadrilha.

Em seu depoimento à PF, a ex-assessora do Ministério da Saúde Maria da Penha Lino contou que muitos parlamentares entregavam a senha de acesso ao Orçamento para a Planam e a empresa vendia ambulâncias bem acima do preço de mercado.

Divino apresentou emenda de R\$ 2,7 milhões. Desse total, R\$ 2,3 milhões são destinados ao Instituto Brasileiro de Cultura e Educação (Ibrae) e R\$ 400 mil à compra de equipamento e material médico para o Serviço de Assistência Social Evangélico. João Mendes de Jesus destinou parte dos R\$ 2,7 milhões de sua emenda para oito prefeituras do interior do Rio comprarem ambulâncias e equipamentos. As cidades são Porto Real, Itaguaí, Porciúncula, Queimados, Mangaratiba, Japeri, Valença e Barra do Pirai.

Emendas idênticas também em 2004

A emenda de Almir Moura, de R\$ 1 milhão, dá ambulâncias e equipamentos ao Instituto Vida Renovada (R\$ 770 mil) e às prefeituras de Porciúncula (R\$ 200 mil) e Miracema (R\$ 40 mil).

Mas esta não é a primeira vez que esses deputados apresentam emendas gêmeas. No Orçamento de 2004, um ano antes, Divino, então no PMDB, e João Mendes, então no PSL, apresentaram duas emendas (totalizando R\$ 1 milhão) para as mesmas entidades e com a mesma justificativa. Os dois são evangélicos e destinaram, juntos, R\$ 800 mil para a Associação Benficiente Cristã, do Rio. Um dos trechos iguais na justificativa: "A ABC tem procurado colaborar com a população sofrida deste país, objetivando resgatar sua verdadeira condição de cidadão".

As duas outras emendas iguais destinavam, somadas, R\$ 200 mil para o Instituto Presbiteriano Álvaro Reis de Assistência à Criança e ao Adolescente. "Os recursos desta proposta serão destinados a execução de projetos voltados a atendimento do jovem/adolescente crente, sem condições econômicas, muitos deles sem lar", diziam as justificativas de ambos. Moura disse que não pode falar sobre as coincidências porque desconhece a parte técnica da elaboração de uma emenda.

- Na época de fazer emendas, os hotéis de Brasília ficam cheios de prefeitos à procura de deputados. Cuido de propor o pedido disse Moura.

21.05.2006 O Globo 18 - Ambulâncias: deputados do Rio fizeram emendas idênticas

A chefe de gabinete do deputado, Jussara Almeida, disse que muitas vezes os prefeitos levam o texto da emenda pronta. Ela não sabe quem fez o texto da justificativa da emenda. João Mendes confirmou que o funcionário Regis Galheno era o responsável pelas emendas e atuava nos ministérios pela liberação dos recursos. Divino não respondeu aos recados deixados em seu gabinete e no telefone celular.

No sistema de controle do Orçamento, as três emendas de 2005 constam como liquidadas. Falta apenas a emissão da ordem bancária para que o dinheiro saia da conta da União. Dos nove municípios beneficiados por esses recursos, apenas Porciúncula recebeu os R\$ 100 mil destinados por João Mendes para a cidade. O secretário de Saúde da cidade, Saulo Calzolari, disse que o dinheiro foi usado para comprar um microônibus para transportar pacientes.

Porciúncula ainda não recebeu R\$ 200 mil de uma emenda de Moura. Do total, R\$ 150 mil serão destinados a obras em postos de saúde. Os R\$ 50 mil restantes serão gastos na aquisição de uma ambulância.

Copyright 2006 O GLOBO

Ano=2006; Mês=5; Mês=Mai; Dia=21; Dia=Dom; Book=pp:Primeiro_Caderno; Pessoa=Almir_Moura; Pessoa=João_Mendes_de_Jesus; Pessoa=José_Divino; Identidade=Operação_Sanguessuga; Região=Rio_de_Janeiro; Cidade=Rio_de_Janeiro; PalavraChave=Polícia/Operação_Policial; PalavraChave=Polícia/Polícia_Federal; PalavraChave=Investigação; PalavraChave=Polícia/Fraude; PalavraChave=Veículo/Ambulância; PalavraChave=Política/Político/Deputado_Federal; PalavraChave=Constituição/Emenda_Constitucional;

Campo=O_Globo; Campo=21.05.2006; Campo=Sucursal_de_Brasília; Campo=18; Campo=Evandro_Éboli; Campo=1; Campo=Não; Campo=O_País; Campo=Reportagem; Campo=Primeiro_Caderno; Campo=2006; Campo=5; Campo=Mai; Campo=21; Campo=Dom; Campo=pp:Primeiro_Caderno; Campo=Almir_Moura; Campo=João_Mendes_de_Jesus; Campo=José_Divino; Campo=Operação_Sanguessuga; Campo=Rio_de_Janeiro; Campo=Rio_de_Janeiro; Campo=Polícia; Campo=Operação_Policial; Campo=Polícia; Campo=Polícia_Federal; Campo=Investigação; Campo=Polícia; Campo=Fraude; Campo=Veículo; Campo=Ambulância; Campo=Política; Campo=Político; Campo=Deputado_Federal; Campo=Constituição; Campo=Emenda_Constitucional;

19.5.2006 O Globo 17 - Sanguessuga: mais deputados são suspeitos Investigações revelam

Produto=O_Globo; Data=19.05.2006; Fonte=Sucursal_de_Brasília; Página=17; Crédito=Maria_Lima; Edição=1; Restrição=Não; Editoria=O_País; TipoMatéria=Reportagem; Caderno=Primeiro_Caderno; Chamada=2_Página:Segunda_Página; .

Sanguessuga: mais deputados são suspeitos

Investigações revelam que outros nove parlamentares podem ter recebido propinas de R\$ 700 a R\$ 50 mil

BRASÍLIA. A análise do CD-rom entregue pela Polícia Federal e o cruzamentos das listas existentes no livro contábil da empresa Planam feitos até agora pelas corregedorias da Câmara e do Senado indicam que a lista de investigados deverá subir para 24 deputados.

De acordo com levantamento da Comissão de Sindicância da Câmara, além dos primeiros 16 investigados, outros nove deputados aparecem na lista de pagamentos da Planam, com nome e número de conta bancária ao lado de valores que variam de R\$ 700 a R\$ 50 mil. Alguns com vários pagamentos.

Caso mais expressivo é o de Nilton Capixaba

o nome de Ricarte de Freitas(PTB-MT) poderá ser retirado da lista. Ontem, o deputado licenciado Lino Rossi (PSDB-MT) entregou um documento à Corregedoria, admitindo que era ele, e não Ricarte, que aparece numa conversa com a ex-servidora do Ministério da Saúde, Maria da Penha Lino, falando sobre dinheiro.

Segundo investigadores, são três listas da Planam: uma de acompanhamento de projetos e emendas, com a senha das prefeituras; uma segunda de pagamentos diversos; e uma terceira de contas a pagar, com o número da conta dos deputados. O caso mais expressivo é o do segundo secretário da Mesa, Nilton Capixaba (PTB-RO), que forneceu sua senha exclusiva para os proprietários da Planam, e aparece como beneficiário de pagamentos em todas as listas. Ele e mais sete deputados que ainda não constavam da investigação da Sindicância, passarão a ser investigados.

- Se o deputado aparece numa lista com conta bancária e senha já é grave. Se esse mesmo deputado aparece também na lista de pagamentos é muito mais grave ainda declarou um dos membros da Comissão de Sindicância que analisa os documentos da PF.

Capixaba passou a tarde de ontem trancado em uma das salas da Corregedoria, fugindo da imprensa. Um de seus assessores está preso, acusado de planejar o assassinato de um jornalista com um dos donos da Planam.

Como Capixaba, aparecem na lista de contas a pagar os deputados João Caldas (PL-AL), quarto secretário da Mesa; Lino Rossi; Pedro Henry (PP-MT); Tetê Bezerra (PMDB-MT); Benedito Dias (PP-AP); Cabo Júlio (PMDB-MG); Íris Simões (PTB-PR) e Almerinda Carvalho (PMDB-RJ). O ex-líder do PSB Paulo Baltazar (RJ) já estava na lista de investigados da Corregedoria.

- Os documentos são muito mais complexos do que imaginam. Estamos fazendo o cruzamento praticamente manual dessas listas, com uma atenção e cautela muito grandes para dar uma resposta á sociedade o mais rápido possível. Se são 283 deputados envolvidos ou não, só poderemos dizer quantos são e quem são, no final. O que posso dizer é que a lista dos 16 investigados vai crescer explicou o relator da Comissão de Sindicância, deputado Robson Tuma (PFL-SP).

Corregedoria apura relação com máfia de ambulâncias

Ainda aparecem nessa lista os nomes do ex-presidente do PTB Luiz Carlos Martinez, já falecido, e o do ex-deputado Laire Rosado. Como Rosado é marido da deputada Sandra Rosado (PSB-RN), a Corregedoria vai investigar a possibilidade de uma ponte entre ex-deputado e a mulher no envolvimento com a máfia das ambulâncias.

- O que mais assusta é que era propininha, muita coisa de R\$ 700 e R\$ 800. Mas também tinham valores de

19.05.2006 O Globo 17 - Sanguessuga: mais deputados são suspeitos Investigações revelam

R\$ 10 mil, R\$ 25 mil e até R\$ 50 mil. Os assessores declararam que faziam mesmo, mas a mando do deputado revelou outro integrantes da Comissão de Sindicância da Corregedoria.

No Senado, além do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), o corregedor Romeu Tuma (PFL-SP) anunciou que a senadora Serys Schereslenko (PT -MT) aparece em uma das listas do livro contábil da Planam, embora seja citada como deputada. Como o livro contábil se refere a transações realizadas desde 2001, quando ela era deputada estadual, será incluída nas investigações.

Máfia pode ser investigada por CPI

Parlamentares querem saber quem recebia propina para liberar emendas

BRASÍLIA. O requerimento com 229 assinaturas de deputados e 31 de senadores pedindo a criação de uma CPI mista para investigar a participação de parlamentares na quadrilha das ambulâncias foi protocolado ontem na presidência do Senado. Mesmo com a possibilidade de haver assinaturas repetidas, o número de apoios conseguido por PV, PSOL e PPS ultrapassa o mínimo exigido de 171 deputados e 27 senadores. Cabe agora ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), decidir se instala a CPI.

Como as investigações da Polícia Federal, do Ministério Público e da Corregedoria já mostram indícios concretos de pagamento de propina a parlamentares na liberação de emendas para a compra de ambulâncias superfaturadas, o líder do PV, Fernando Gabeira (RJ), disse que irá ao Supremo Tribunal Federal (STF) exigir a criação da CPI:
- Não importa se não há clima ou vontade política para fazer a CPI funcionar. Temos a lei do nosso lado e vamos ao STF para fazê-la funcionar, se for o caso disse Gabeira.

Já há senadores cotados para presidir e relatar CPI

O requerimento com a descrição do objeto da investigação foi entregue ao vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), que prometeu repassar o documento a Renan Calheiros quando ele voltar de Nova York. Pelas articulações dos autores da proposição, os nomes cotados para presidir e relatar a CPI seriam o senador Jefferson Péres (PDT-AM) e o deputado Antônio Carlos Biscaia (PT-RJ).

No texto do requerimento, os deputados argumentam que a CPMI terá entre seus objetivos identificar quais parlamentares estavam envolvidos com tais ilícitos. Uma lista supostamente contendo nomes de autoridades suspeitas de viabilizarem as emendas foi divulgada pelo delegado da PF, Tardelli Boaventura. Entretanto, constatou-se que parte dos nomes publicados não eram alvo, sequer, de suspeita, o que causou imenso constrangimento e danos morais irreversíveis aos parlamentares inocentes. Por esses motivos, propomos a criação de uma CPMI com o intuito de apurar, de forma detida, as denúncias envolvendo a operação Sanguessuga, em conjunto com a PF, TCU e outros órgãos competentes.

Apesar do nome de Biscaia ter sido lembrado pelo próprio deputado Raul Jungmann (PPS-PE), um dos que coordenou a coleta de assinaturas, o líder do seu partido, Henrique Fontana (PT-RS), desaconselhou a bancada a apoiar a criação da CPI.

- Isso é mais um factóide em ano eleitoral. A PF e o Ministério Público já estão apurando e vão chegar a uma conclusão satisfatória disse Fontana.

Quando Renan receber o requerimento, haverá conferência das assinaturas. Se ele considerar que já há fatos que justifiquem a instauração de CPI, ele convocará uma sessão do Congresso para leitura do requerimento. Em seguida determinará que os líderes dos partidos indiquem seus representantes. Se eles não indicarem, o presidente pode fazê-lo e depois fazer a eleição do presidente e relator. Além de PPS, PV e PSOL, o PDT também apóia a CPI. (Maria Lima)

Legenda da foto: DEPUTADOS entregam ao vice-presidente do Senado, Tião Viana (ao centro), requerimento pedindo CPI para apurar envolvimento com sanguessugas

15.05.2006 O Globo 2 - A história se repete O presidente Fernando Henrique Cardoso era

Produto=O_Globo; Data=15.05.2006; Fonte=Sucursal_de_Brasília; Página=2; Crédito=Itamar_Franco; Edição=1; Restrição=Não; Editoria=O_País; TipoMatéria=Coluna; Caderno=Primeiro_Caderno; Coluna=Panorama_Político;

A história se repete

O presidente Fernando Henrique Cardoso era candidato à reeleição em 1998 quando surgiu o Dossiê Cayman. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva é candidato à reeleição quando vem à tona o Dossiê Daniel Dantas. Nos dois casos, os presidentes do Brasil foram acusados de terem contas em paraísos fiscais no exterior. O Dossiê Cayman era falso. O Dossiê Daniel Dantas será desvendado.

O Dossiê Cayman rendeu cinco meses na mídia e em 2003 a Polícia Federal indiciou o ex-presidente Fernando Collor, seu irmão Leopoldo Collor, o pastor Caio Fábio D' Araújo Filho e outros por terem forjado os papéis que comprovariam uma improvável conta conjunta do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, do então governador Mário Covas e ministros Sérgio Motta e José Serra. Na época, José Dirceu recebeu uma cópia do dossiê e, depois de examiná-lo, recusou-se a encampar a denúncia por concluir que o dossiê era uma farsa. Agora chegou a vez de Lula, dos ex-ministros José Dirceu e Antonio Palocci, do diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda, e do assessor Luiz Gushiken.

Sobre isso, diz o deputado Francisco Dornelles (PP-RJ), que foi ministro do Trabalho no governo FH:

- Esse dossiê tem todas as características de um novo Dossiê Cayman. Assuntos como este, que envolvem o presidente da República, precisam de dados mais concretos e uma investigação mais profunda para serem publicados.

Nem a oposição embarcou na denúncia, ao contrário do que tem feito no último ano. As páginas na Internet do PSDB e do PFL não deram destaque à reportagem da revista Veja. Os pefelistas deram chamada à defesa que o presidente do partido, senador Jorge Bornhausen (Se), fez do senador Romeu Tuma (PFL-SP), que também teria uma conta no exterior de acordo com o Dossiê Daniel Dantas. O próprio Bornhausen foi vítima, em 2003, do procurador da República Luiz Francisco de Souza, que o acusou de ter conta ilegal no exterior, fato que não se confirmou. Os tucanos não deram uma linha sobre o assunto em sua página. O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), lembra que o PT se portou bem no caso Cayman. E destaca que sua participação no episódio se encerra ao relatar a denúncia feita por Verônica Dantas, na Justiça americana, de que integrantes do governo Lula estavam achacando seu irmão, Daniel Dantas.

- Qualquer coisa nova, essa gente precisa mostrar os documentos. Se existe um dossiê, ele deve servir à sociedade. Não pode estar a serviço dos negócios do senhor Daniel Dantas afirma Arthur Virgílio.

Os ministros da Casa não sentem saudades de Antonio Palocci e José Dirceu. Explicam que o governo ficou mais ágil e que há menos disputas políticas na tomada de decisões.

O PFL pode apoiar Sérgio Cabral

A decisão da convenção do PMDB, de não lançar candidato a presidente da República, pode provocar uma completa reviravolta na política do Rio de Janeiro. Integrantes do comando nacional do PFL passaram a admitir a possibilidade de o partido apoiar a candidatura do senador Sérgio Cabral (PMDB) ao governo do estado.

Esta hipótese seria possível no contexto de um pacote de apoio do PMDB à Campanha de Geraldo Alckmin. Este acordo prevê por exemplo o apoio, ao tucano, de Orestes Quércia (SP), de Jarbas Vasconcelos (PE), do PMDB de Minas Gerais, do senador Garibaldi Alves (RN), dos governadores Germano Rigotto (RS) e Luiz Henrique (Se).

Os defensores dessa articulação avaliam que não só o palanque de Alckmin ficaria forte no Rio.

05.2006 O Globo 2 - A história se repete O presidente Fernando Henrique Cardoso era

Dizem que se o ex-governador Anthony Garotinho, derrotado na convenção do PMDB, e o prefeito do Rio, Cesar Maia, entrarem na Campanha tucana, estariam sendo criadas as condições para superar a vantagem que o presidente Lula leva no estado, de acordo com as pesquisas de intenção de voto.

Lá fora

A Fundação Ditchley, inglesa, realizou em abril um seminário sobre o peso do Brasil na política internacional. Seu diretor, Sir Jeremy Greenstock, divulgou nota onde afirma que o Brasil é um ator central nas negociações comerciais mundiais e que é inegável sua influência na América do Sul. O texto destaca que o Brasil está imune às tentações populistas e que sua diplomacia é reconhecida no âmbito do G20.

Lição

O presidente Lula já fez uma avaliação dos erros políticos cometidos durante seu mandato. Um ministro revelou que, se Lula conquistar um segundo mandato, tudo será diferente. O presidente delegará menos, adotará um critério mais rígido na formação do governo, fará uma aliança programática com os aliados e participará pessoalmente dos entendimentos com sua base política na Câmara e no Senado.

CONFUSÃO no Palácio do Planalto. A Radiobrás não fez a cobertura da interinidade na Presidência da República do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Para que sua passagem não ficasse em branco, a TV Senado foi convocada.

A INTERNACIONAUZAÇÃO da Amazônia será o tema da X Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais, realizada pela União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale), que se realiza de 17 a 19 de maio em Manaus (AM). Os candidatos Geraldo Alckmin (PSDB) e Heloísa Helena (PSOL) confirmaram presença. O comandante militar da Amazônia, general Cláudio Barbosa Figueiredo, falará sobre os riscos de intervenção externa na região.

E-mail para esta coluna: ilimarbsb@oglobo.com.br

Copyright 2006 O GLOBO

Ano=2005; Mês=5; Mês=Mai; Dia=15; Dia=Seg; Book=pp:Primeiro_Caderno;
 Pessoa=Fernando_Henrique_Cardoso:FH:FHC;
 Pessoa=Lula:Luis Inácio Lula da Silva:Luiz Inácio Lula da Silva; Identidade=Dossiê Cayman;
 Identidade=Dossiê_Daniel_Dantas;

Campo=O_Globo; Campo=15.05.2006; Campo=Sucursal_de_Brasília; Campo=2; Campo=Itamar_Franco;
 Campo=1; Campo=Não; Campo=O ": Pafs; Campo=Coluna; Campo=Primeiro_Caderno; Campo=Panorama_Político;
 Campo=2006; Campo=5; Campo=Mai; Campo=15; Campo=Seg;
 Campo=pp:Primeiro_Caderno; Campo=Fernando_Henrique_Cardoso:FH:FHC;
 Campo=Lula:Luis Inácio Lula da Silva: Luiz Inácio Lula da Silva; Campo=Dossiê_Cayman;
 Campo=Dossiê_Daniel_Dantas;

12.05.2006 O Globo 3 - Acusados poderão tentar reeleição em outubro Não há tempo para

Produto=O_Globo; Data=12.05.2006; Fonte=Sucursal_de_Brasília; Página=3; Crédito=Evandro_Éboli; Edição=1; Restrição=Não; Editoria=O_País; TipoMatéria=Reportagem; Caderno=Primeiro_Caderno;

Acusados poderão tentar reeleição em outubro

Não há tempo para julgar e cassar os 16 acusados até o fim desta legislatura

BRASÍLIA. OS 16 deputados que serão investigados pelo envolvimento com a máfia da ambulância dificilmente terão o mandato cassado até o fim desta legislatura, em janeiro de 2007. Mesmo que sejam considerados culpados, não haverá tempo hábil para que seja cumprida a tramitação do 'processo por quebra de decoro parlamentar', que começa com abertura do caso no Conselho de Ética e se encerra na votação final no plenário da Câmara.

Todos poderão disputar a reeleição em outubro e, se reeleitos, serão diplomados e assumirão novo mandato em fevereiro de 2007. Mas o fato de o parlamentar acusado de quebra de decoro parlamentar não ser julgado até 31 de janeiro não significa que ele não corre risco de perder o mandato. Se reeleito, seu caso pode continuar a tramitar na nova legislatura, que se inicia em fevereiro de 2007. O processo de cassação prossegue.

A duração do julgamento de cada um dos 15 acusados de envolvimento no esquema do mensalão levou, em média, quatro meses e sete dias. A tramitação do processo de oito deles ultrapassou cinco meses. Não bastasse tudo isso, este ainda será um ano eleitoral.

De agosto a outubro, só uma semana de trabalho por mês

Além disso, haverá recessos em julho, de 15 dias, e outro de 45 dias, entre dezembro e janeiro. Nos meses de agosto, setembro e outubro os deputados trabalham só uma semana por mês, como ocorreu quatro anos atrás. Todos estarão em Campanha em seus estados.

Um dos principais impedimentos para que esses casos sejam julgados de forma acelerada é o prazo de sessões no plenário. Sem quórum, não há sessão. No caso da Operação Sanguessuga, os 16 novos processos ainda serão analisados pela corregedoria da Câmara, que levará, no mínimo, um mês para enviá-los ao Conselho de Ética. Após a instauração do processo, o parlamentar precisa ser notificado.

Os integrantes do Conselho de Ética reconhecem que será muito difícil esses parlamentares serem julgados até janeiro de 2007.

- As pessoas não confiam inteiramente que os envolvidos sejam cassados pelas urnas e apostam no julgamento na Câmara. Mas, a partir de agosto, será difícil aparecer deputado em Brasília. A nós do Conselho cabe fazer nossa parte e adiantar ao máximo esses julgamentos. Quem sabe não surte algum efeito no eleitor? disse o deputado Antônio Carlos Biscaia (PT-RJ).

Copyright2006 O GLOBO.

Ano=2006; Mês=5; Mês=Mai; Dia=12; Dia=Sex; Book=pp:Primeiro_Caderno;
 Identidade=Máfia_da_ambulância; Identidade=Operação_Sanguessuga;
 Identidade=Conselho de Ética da Câmara:Conselho de Ética:Conselho de Ética da Câmara dos Deputados;
 PalavraChave=Polícia/Operação_Policial; PalavraChave=Polícia/Polícia_Federal;
 PalavraChave=Investigação; PalavraChave=Polícia/Fraude; PalavraChave=Corrupção;
 PalavraChave=Veículo/Ambulância; PalavraChave=Política/Câmara dos Deputados;
 ChaveLivre=Deputado_Federal; ChaveLivre=reeleição; ChaveLivre=eleição; ChaveLivre=cassação;
 Campo=O_Globo; Campo=12.05.2006; Campo=Sucursal_de_Brasília; Campo=3; Campo=Evandro_Éboli;
 Campo=1; Campo=Não; Campo=O_País; Campo=Reportagem; Campo=Primeiro_Caderno; Campo=2006;
 Campo=5; Campo=Mai; Campo=12; Campo=Sex; Campo=pp:Primeiro_Caderno;
 Campo=Máfia_da_ambulância; Campo=Operação_Sanguessuga;
 Campo=Conselho de Ética da Câmara:Conselho de Ética:Conselho de Ética da Câmara_dos_Deputados;
 Campo=Polícia;Campo=Operação_Policial; Campo=Polícia; Campo;-Polícia_Federal;
 Campo=Investigação; Campo=Polícia; Campo=Fraude; Campo=Corrupção; Campo=Veículo;
 Campo=Ambulância; Campo=Política; cama dos Deputados; Campo=Deputado_federal;

10.05.2006 O Globo 8 - VALERIODUTO -UM ANO DEPOIS STF nega liminar e Silvio depõe hoje à

Produto=O_Globo; Data=10.05.2006; Fonte=Sucursal_de_Brasília; Página=8; Crédito=Alan_Gripp;
 Crédito=Isabel_Braga; Edição=1; Restrição=Não; Editoria=O_País; TipoMatéria=Reportagem; Caderno=Primeiro
 _Caderno; Chamada=1_Página:PP:Primeira_Página;

Valerioduto - um ano depois

STF nega liminar e Silvio depõe hoje à CPI

Advogados apresentam laudo médico para tentar adiar depoimento; ex-petista terá que responder às perguntas

BRASÍLIA. Um homem transtornado, profundamente deprimido e capaz até de cometer suicídio. O diagnóstico médico, de forte apelo emocional, usado pelos advogados do ex-secretário-Geral do PT, Silvio Pereira, não foi suficiente para convencer o Supremo Tribunal Federal (STF), que rejeitou ontem o pedido de liminar feito pelo ex-petista e confirmou o seu depoimento para hoje, às 11h, na CPI dos Bingos.

Silvio, que protagonizará uma das sessões mais esperadas desde o início da crise, embarcou ontem à noite para Brasília mesmo antes de saber da decisão do Supremo. Hoje, ele será pressionado pela oposição a detalhar as denúncias que fez em entrevista publicada domingo no GLOBO e, principalmente, a responder se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sabia ou não do esquema de pagamento de deputados da base aliada.

Apesar do apelo emocional dos advogados de Silvio, o ministro Marco Aurélio de Mello rejeitou a liminar alegando um erro técnico no pedido. Os advogados pediram ao Supremo a ampliação de um hábeas-corpus concedido a ele em novembro do ano passado, quando Silvio foi convocado pela primeira vez pela CPI dos Bingos. Com a decisão, ele terá que depor e responder a todas as perguntas dos parlamentares.

No pedido de hábeas-corpus negado, os advogados de Silvio Pereira incluíram um laudo médico elaborado anteontem, às 21h, na clínica Saint Germain, em Taubaté. Como hipótese de diagnóstico, os médicos Ricardo Bittencourt Nepomuceno e Charles Louis Kiraly falam em "estresse pós-traumático, depressão moderada/grave e disritmia".

Laudo pede internação

No documento, os médicos dizem ainda que durante o exame o paciente se encontrava "absolutamente descompensado emocionalmente" e "com idealizações de menos valia bem como de auto-extermínio".

O laudo diz ainda que durante a entrevista ao GLOBO, Silvio "chorou várias vezes, denotando dificuldades relacionadas à sua auto-imagem, com visível transtorno de adaptação à realidade". Os médicos afirmam ainda que ele tem momentos de pânico e, por fim, sugere a sua internação e o início de um "tratamento com antidepressivos".

Antes de saber da decisão do Supremo, o presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB), disse que não aceitaria o laudo médico como desculpa e que, caso não fosse garantido seu depoimento, determinaria que Silvio fosse examinado por uma junta médica do Senado Federal. A oposição chegou a sugerir que os problemas médicos de Silvio possam fazer parte de uma estratégia montada por Silvio e pelo PT para tentar minimizar o impacto de suas declarações ao GLOBO.

- Não posso afirmar, mas não tenho razões para descartar essa possibilidade. Esse laudo é, no mínimo, muito estranho e não nos convence disse o líder do PFL no Senado, José Agripino Maia (PFL-PB).

Além dos problemas de saúde, os advogados de Silvio tentaram usar outros dois argumentos para tentar desobrigá-lo a se apresentar à CPI dos Bingos hoje. O primeiro, de que a investigação de suas denúncias não tem relação com o objetivo para o qual a comissão foi criada apurar o

05.2006 O Globo 8 - VALERIODUTO -UM ANO DEPOIS STF nega liminar e Silvio depõe hoje à

envolvimento das casas de bingos com o crime organizado. O segundo, que sua notificação foi feita com menos de 48 horas de antecedência da data marcada do depoimento.

Legenda da foto: SILVIO, antes de embarcar para Brasília: médicos dizem que ele está 'descompensado emocionalmente', mas laudo não o livra de depoimento

Copyright 2006 O GLOBO

Ano=2006; Mês=5; Mês=Mai; Dia=10; Dia=Qua; Book=pp:Primeiro_Caderno; Pessoa=Silvio_Pereira;
 Pessoa=Marco_Aurélio_de_Mello; Identidade=CPI_dos_Bingos;
 Identidade=PT:Partido_dos_Trabalhadores; Identidade=Valerioduto_um_ano_depois;
 Identidade=STF:Supremo_Tribunal_Federal; PalavraChave=Denúncia; PalavraChave=Depoimento;
 PalavraChave=Política/Partido Político; PalavraChave=Documento/Atestado Médico;
 PalavraChave=Medicina/Psiquiatria; PalavraChave=Justiça/Habeas-Corpus;
 PalavraChave=Medicina/Laudo_Médico;

Campo=O_Globo; Campo=10.05.2006; Campo=Sucursal_de_Brasília; Campo=8; Campo=Alan_Gripp;
 Campo=Isabel_Braga; Campo=1; Campo=Não; Campo=O_País; Campo=Reportagem;
 Campo=Primeiro_Caderno; Campo=1""página:PP:Primeira_Página; Campo=2006; Campo=5; Campo=Mai; Campo=10;
 Campo=Qua; Campo=pp:Primeiro_Caderno; Campo=Silvio_Pereira;
 Campo=Marco -.Aurélio_de_Mello; Campo=CPI_dos_Bingos; Campo=PT:Partido_dos_Trabalhadores;
 Campo=Valerioduto_um_ano_depois; Campo=STF:Supremo_Tribunal_Federal; Campo=Denúncia;
 Campo=Depoimento; Campo=Política; Campo=Partido_Político; Campo=Documento;
 Campo=Atestado_Médico; Campo=Medicina; Campo=Psiquiatria; Campo=Justiça; Campo=HabeasCorpus;
 Campo=Medicina; Campo=Laudo_Médico;

09.05.2006 O Globo 13 - Deputado citado na máfia das ambulâncias preside sessão Nilton

Produto=O_Globo; Data=09.05.2006; Fonte=Sucursal_de_Brasília; Página=13; Crédito=Maria_Lima; Edição=1; Restrição=Não; Editoria=O_País; TipoMatéria=Reportagem; Caderno=Primeiro_Caderno; Chamada=1 Página:PP:Primeira_Página;

Deputado citado na máfia das ambulâncias preside sessão

Nilton Capixaba, cuja senha foi dada por assessor para Vedoin entrar no site da Saúde, substituiu Aldo Rebelo

BRASÍLIA. O deputado federal Nilton Capixaba (PTB-RO), um dos parlamentares que ficou em situação mais delicada nas investigações da Polícia Federal sobre a máfia das ambulâncias, presidiu ontem à tarde, durante mais de uma hora, a sessão ordinária da Câmara na ausência do presidente da Casa, Aldo Rebelo (PCdoB-SP). Com a senha exclusiva de Capixaba, um assessor dele, Francisco Machado, que está preso, permitiu que o chefe da - quadrilha, o empresário Luiz Antônio Vedoin, tivesse acesso ao site do Fundo Nacional de Saúde.

Capixaba, que é segundo-secretário da Câmara, permaneceu sentado no lugar da presidência da Mesa falando todo o tempo ao celular enquanto parlamentares se revezavam na tribuna. O assessor de Capixaba é o mesmo que chegou a discutir a possibilidade de matar um jornalista que investigava as fraudes na compra de ambulâncias.

Deputado presidiu a sessão para escapar da imprensa

O deputado assumiu a presidência da sessão para não falar com jornalistas. Quando chegou ao plenário, a sessão era presidida pelo deputado Luiz Couto (PF-PB). Assim que os jornalistas começaram a pedir que ele descesse da Mesa para se explicar, Capixaba desalojou Couto e lá ficou, mostrando irritação com os flashes. O deputado petista foi para a tribuna e defendeu que os parlamentares acusados de integrar a máfia das ambulâncias dêem resposta às denúncias.

Capixaba saiu do plenário pelo elevador privativo e foi embora. Nem comentou a decisão de Aldo Rebelo ontem de enviar para a Corregedoria a lista com o nome dos 64 deputados citados no relatório da PF, entre eles o seu nome. De nada adiantou a romaria de deputados que, apenas citados em conversas, queriam que Aldo retirasse seus nomes da relação. A lista foi enviada à Câmara pelo juiz Jefferson Schneider, da Justiça Federal de Mato Grosso.

Agora, caberá ao corregedor Ciro Nogueira (PP-PI), junto com a Mesa, decidir quem será investigado ou não. Os três membros da Mesa que constam da lista João Caldas (PL-AL), Eduardo Gomes (PSDB-TO) e Capixaba terão voto na decisão sobre o destino da investigação da Corregedoria.

- O regimento determina o envio do documento ao corregedor que tem a atribuição, pela Mesa Diretora, para adotar as providências que julgar cabíveis disse Aldo, explicando que não pode afastar os integrantes da Mesa acusados de envolvimento com o caso.

O líder do PP, Mário Negromonte (BA), que aparece nas conversas gravadas só com a lembrança de que é o novo líder do partido, tentou um salvo-conduto. Mas o presidente da Câmara disse que o documento só será fornecido após sindicância da Corregedoria, que vai separar quem está diretamente envolvido, ou através de seus assessores, dos que são apenas citados sem implicações. Negromonte ficou revoltado:

- É um equívoco total do Aldo! É um absurdo.

Na mesma situação estão os deputados Rodrigo Maia (PFL-RJ), Eduardo Paes (PSDB-RJ) e Denise Frossard (PPS-RJ), citados nas gravações como parlamentares com os quais a quadrilha não conseguiria atuar. Maia está revoltado, mas acha que Aldo não tinha outro caminho. Denise enviou a Aldo uma carta pedindo que cancele todas as suas emendas, desde 2003.

Encaminhar todos os nomes não é o melhor caminho. A PF misturou vítimas com culpados. Quando se faz essa mistura, é estratégia para não punir ninguém, é para não dar em nada – disse

09.5.2006 O Globo 13 - Deputado citado na máfia das ambulâncias preside sessão Nilton

Maia.

- Mandei cancelar minhas emendas, mesmo porque nunca tive uma liberada. Quem libera é o governo, que tem lá dentro uma quadrilha para manipulá-las disse a deputada.

Legenda da foto: CAPIXABA AO TELEFONE: o deputado retirou o colega que presidia a Mesa, sentou-se e não largou o celular

Copyright 2006 O GLOBO

Ano=2006; Mês=5; Mês=Mai; Dia=9; Dia=Ter; Book=pp:Primeiro_Caderno; Pessoa=Nilton_Capixaba;
Identidade=Operação_Sanguessuga; PalavraChave=Política/Político/Deputado_Federal; PalavraChave=Polícia/Fraude;
PalavraChave=Irregularidade; PalavraChave=Polícia/Polícia_Federal; PalavraChave=Polícia/Operação_Policia;
PalavraChave=Veículo/Ambulância;

Campo=O_Globo; Campo=09.05.2006; Campo=Sucursal_de_Brasília; Cama; Campo=Maria_Lima;
Campo=1; Campo=Não; Campo=O_País; Campo=Reportagem; Campo=Primeiro_Caderno; Campo=1
Página:PP:Primeira_Página; Campo=2006; Campo=5; Campo=Mai; Campo=9; Campo= Ter;
Campo=pp:Primeiro_Caderno; Campo=Nilton_Capixaba; Campo=Operação_Sanguessuga;
Campo=~; Campo=Político; Campo=Deputado_Federal; Campo=Polícia; Campo=Fraude;
Campo=Irregularidade; Campo=Polícia; Campo=Polícia_Federa/; Campo=Polícia;
Campo=Operação_Policia; Campo=Veículo; Campo=Ambulância;

04.05.2006 O Globo 10 - CRISE POLÍTICA: Processo contra José Janene é o último do

Produto=O_Globo; Data=04.05.2006; Fonte=Sucursal_de_Brasília; Página=10; Crédito=Maria_Uma; Crédito=Isabel_Braga; Edição=1; Restrição=Não; Editoria=O_País; TipoMatéria=Reportagem; Caderno=Primeiro_Caderno; Chamada=1 Página:PP:Primeira_Página;

CRISE POLÍTICA: Processo contra José Janene é o último do escândalo do valerioduto em tramitação no Conselho

Pizza dupla: Câmara absolve dois mensaleiros

Plenário livra Josias Gomes da perda do mandato e Conselho de Ética, reforçado pelo PT, absolve Vadão Gomes

BRASÍLIA. Sem constrangimento de aumentar o desgaste do Parlamento, a Câmara dos Deputados sepultou ontem a disposição de punir os envolvidos no escândalo do mensalão. Num único dia absolveu definitivamente o deputado Josias Gomes (PT-BA), no plenário, e Vadão Gomes (PP-SP), no Conselho de Ética. Josias, o décimo dos 19 mensaleiros representados pela CPI dos Correios a ser absolvido, obteve 228 votos pela cassação 29 a menos que o necessário 190 contra, 19 abstenções, cinco votos em branco e um nulo. Vadão foi absolvido por oito votos contra e cinco a favor da cassação.

O último processo relativo ao valerioduto em tramitação no Conselho é o do ex-líder do PP José . Janene (PR). Ele entrou ontem no Supremo Tribunal Federal com ação contestando decisão da Câmara que não quer lhe conceder aposentadoria por invalidez

Josias foi o único mensaleiro que realmente deixou digitais. Ao se apresentar pessoalmente no banco Rural para sacar R\$ 100 mil do valerioduto, deixou cópia da identidade parlamentar. No mesmo dia, transferiu parte do dinheiro para a conta de um irmão. Mas a prova do crime foi usada como argumento de defesa: na sua versão, foi um atestado de boa fé. Já Vadão é acusado de receber uma quantia milionária do valerioduto: R\$ 3,7 milhões.

- A pizza está feita. Para alguns é saborosa, doce. Para outros, como eu, o sabor é amargo. Essa casa é muito maior do que as relações pessoais, lamentou o líder do PFL, Rodrigo Maia (RJ).

- O corporativismo perdeu de vez o pudor e o plenário diz, às escondidas, que mensalão é ficção. Esta é a legislatura da pizza! protestou Chico Alencar (PSOL-RJ).

"Caixa dois não é crime de lesa-pátria"

Como todos os outros parlamentares envolvidos no mensalão, Josias repetiu que pediu ao ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares o dinheiro para pagar dívidas de Campanha eleitoral de outros integrantes do partido na Bahia. Mas bem antes do início da sessão de cassação, exibiu tranquilidade:

- Meu caso tem começo, meio e fim. Fui ao Delúbio, tesoureiro do meu partido, pedir dinheiro e, até como ato de boa-fé, deixei a carteira de parlamentar no banco. Imaginei que era dinheiro do meu partido. O caixa dois é uma prática condenável, que não se sustenta, mas não é um crime de lesa-pátria, ainda mais no meu caso.

Em sua defesa, contudo, admitiu que desviava recursos do crédito educativo, quando estudante, para fazer filiações ao PT na Paraíba. Ainda para sensibilizar os deputados e provar que não agiu de má fé, falou de seu começo difícil, quando, para sobreviver, vendia tecidos, plantava coentro e criava galinhas.

- O que se viu nos últimos tempos foi a proliferação da plantação de orégano e manjerição em São Paulo e Minas, para abastecer a Câmara na confecção das 11 pizzas produzidas até agora ironizou o ex-relator do caso José Dirceu, deputado Júlio Delgado (PSB-MG).

A absolvição de Vadão contou com três votos de petistas Eduardo Valverde (RO), Anselmo (RO) e Neyde Aparecida (GO) que puderam votar depois que os deputados Chico Alencar (RJ) e

04.05.2006 O Globo 10 - CRISE POLÍTICA: Processo contra José Janene é o último do

Orlando Fantasiai (SP), ambos do PSOL, renunciaram ao cargo. Também absolveram Vadio dois deputados do PP, Márcio Reinaldo (MG) e Feu Rosa (ES), dois do PFL, Edmar Moreira (MG) e Jairo Carneiro (BA), e o deputado Josias Quintal (PSB-RJ).

- Parece que a nova composição do conselho não acatou meu parecer. Dois votos fariam diferença lamentou o relator Moroni Torgan (PFL-CE).

Vadão evitou comemorar a decisão dos colegas

Vadão evitou comemorar de forma efusiva. Declarou que a batalha pela sua absolvição está apenas começando. O presidente do Conselho, Ricardo Izar (PTB-SP) terá de nomear um deputado para fazer novo relatório a favor da absolvição. Relator derrotado, Torgan disse que há registros de que Vadão conversou, por telefone, com Delúbio nos dias 22 e 24 de junho e com Valério nos dias 28 e 29 do mesmo mês. Em 5 de julho, Vadão teria recebido uma parte dos recursos. Em 30 de julho, Valério ligou para o telefone de Vadão e no dia 16 de "agosto, teria recebido outra parcela do dinheiro.

- A lista de beneficiários apresentadas por Valério foi toda confirmada. O único injustiçado foi o Vadão. Mas os telefonemas dados por Delúbio e Marcos Valério, dias antes da entrega do dinheiro, são indícios fortes. Por que será que alguém, que nunca ligou para o deputado Vadão, liga justamente na véspera? indagou.

Vadão retrucou:

- Não posso assumir aquilo que não fiz e injustamente me imputaram.

Foram cassados os mandatos de apenas três acusados: Roberto Jefferson (PTB-RJ), José Dirceu (PI-SP) e Pedro Corrêa (PP-PE). O plenário absolveu nove deputados, além de Josias: Sandro Mabel (PL-GO), Pedro Henry (PP-MT), Romeu Queiroz (PTB-MG), Roberto Brant (PFL-MG), Professor Luizinho (PT-SP), João Magno (PT-MG), João Paulo Cunha (PT-SP), Wanderval Santos (PL-SP) e José Mentor (PT -SP).

Outros quatro beneficiários do valerioduto renunciaram: Carlos Rodrigues (PL-RJ), Valdemar Costa Neto (PL-SP), Paulo Rocha (PT-PA) e José Borba (PMDB-PR).

www.oglobo.com.br/pais

Garçom aponta crime político em Campinas

BRASÍLIA. Uma testemunha da investigação do assassinato do prefeito de Campinas Antônio da Costa Santos, o Toninho do Pr, disse ontem em depoimento secreto à CPI dos Bingos que foi vítima de uma operação abafa comandada por integrantes do Pr para impedir que seu depoimento fosse tomado na Justiça. O garçom Anderson Ângelo Gonçalves, até então identificado apenas pelo codinome Jack, diz ter presenciado uma reunião numa casa de bingo de Campinas em que teria sido tramada a morte de Toninho, dias antes do crime, em setembro de 2001. A versão reforça a teste de crime político.

A testemunha pediu para depor alegando que vem sendo ameaçada, e pediu uma sessão fechada. Jack disse aos senadores que foi coagido, em 2002, por pessoas supostamente ligadas ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, então advogado da família de Toninho, entre elas um advogado de nome Sidney que prestaria serviço a Bastos.

O Ministério da Justiça informou que Thomaz Bastos foi procurado pela família de Toninho do PT e que, como advogado dela, solicitou que o Ministério Público ouvisse a testemunha. A sócia de Thomaz Bastos, Dora Cavalcanti, considerou o depoimento absurdo e levantou dúvidas sobre a sanidade mental da testemunha:

- Nossa atuação foi diametralmente oposta. Desde o primeiro momento em que ele (o garçom) procurou Roseana Garcia (viúva de Toninho), colocamos essa pessoa em contato com o MP. Todo

04.05.2006 O Globo 10 - CRISE POLÍTICA: Processo contra José Janene é o último do

o esforço da família foi no sentido contrário. Só posso imaginar que ele tenha algum distúrbio.

À época do crime, a polícia concluiu que Toninho foi morto porque atrapalhou uma fuga de criminosos. A família insiste na tese do crime político.

Legenda da foto: JOSIAS E VADÃO: o primeiro está liberado para disputar nova eleição em outubro; o segundo ainda enfrentará o julgamento do plenário da Câmara

Copyright 2006 O GLOBO

Ano=2006; Mês=5; Mês=Mai; Dia=4; Dia=Qui; Book=pp:Primeiro_Caderno; Pessoa=José_Janene; Pessoa=Josias_Gomes; Pessoa=Vadão_Gomes; Pessoa=Jack:Anderson_Angelo_Gonçalves; Identidade=Conselho de Ética da Câmara:Conselho de Ética:Conselho de Ética da Câmara dos Deputados; Identidade=Crise_Política;Identidade=CPI_dos_Correios:CPMI_dos_Correios; PalavraChave=Política/Câmara_dos_Deputados; PalavraChave=Política/Político/Deputado_Federal; PalavraChave=Justiça/Sentença/Absolvição; PalavraChave=Denúncia; ChaveLivre=mensalão; ChaveLivre=garçom;

Campo=O_Globo; Campo=04.05.2006; Campo=Sucursal_de_Brasília; Campo=10; Campo=Maria_Lima; Campo=Isabel_Braga; Campo=1; Campo=Não; Campo=O_País; Campo=Reportagem; Campo=Primeiro_Caderno; Campo=1 Página:PP:Primeira_Página; Campo=2006; Campo=5; Campo=Mai; Campo=4; Campo=Qui; Campo=pp:Primeiro_Campo; Campo=José_Janene; Campo=Josias_Gomes; Campo=Vadão_Gomes Campo=Jack:Anderson_Angelo_Gonçalves; Campo=Conselho_de_Ética_da_Câmara:Conselho_de_Ética:Conselho_de_Ética_da_Câmara_dos_Deputados; Campo=Crise_Política; Campo=CPI_dos_Correios:CPMI_dos_Correios; Campo=.Política; Campo=Câmara_dos_Deputados; Campo=Política; Campo=Político; Campo=DeputadoFederal; Campo=Justiça; Campo=Sentença; Campo=Absolvição; Campo=Denúncia; Campo=mensalão; Campo=garçom;

03.05.2006 O Globo 12 - CPI dos Bingos~ relator citará Lula Presidente aparecerá nos

Produto=O_Globo; Data=03.05.2006; Fonte=Sucursal_de_Brasília; Página=12;
Crédito=Bernardo_de_la_Peña; Edição=1; Restrição=Não; Editoria=O_País; TipoMatéria=Reportagem;
Caderno=Primeiro_Caderno;

CPI dos Bingos: relator citará Lula

Presidente aparecerá nos trechos sobre Okamoto "e Paulo de Tarso

BRASÍLIA. Na reta final dos trabalhos, a CPI dos Bingos ainda deve incomodar o PT e o governo. O relator da comissão, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), adiantou ontem como deve tratar os principais temas investigados pela comissão no documento final da CPI. O assassinato do prefeito de Santo André Celso Daniel, por exemplo, será citado como um crime político, provocado por desentendimento entre os integrantes de um esquema de corrupção que existia na prefeitura.

Garibaldi deverá fazer referência ao chefe de gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho, mas não pedirá seu indiciamento. Carvalho foi citado pelos irmãos de Daniel como o suposto responsável por transportar dinheiro arrecadado em Santo André para o então presidente do PT, José Dirceu. O próprio presidente Lula, apesar de não estar envolvido em qualquer dos crimes apurados, deverá ser citado duas vezes no relatório.

- Citado ele (o presidente Lula) vai ser. Ele foi citado pelo Paulo de Tarso naquela história de que ele determinou ao Paulo de Tarso que ele procurasse o Roberto Teixeira, compadre dele explicou o senador.

Paulo de Tarso Venceslau é o economista, ex-petista, que disse à CPI ter procurado Lula, quando ele era presidente de honra do PT, para tratar de irregularidades da consultoria tributária Cepem em prefeituras petistas no interior de São Paulo. De acordo com o depoimento, Lula teria mandado Tarso procurar Teixeira, advogado da Cepem, para tratar do assunto.

Outra referência a Lula deverá ser feita no trecho que tratará das investigações que envolveram o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, que pagou uma dívida do presidente com o PT. Segundo Garibaldi, se o Supremo Tribunal Federal não modificar a decisão que suspendeu a quebra do sigilo de Okamoto, aprovada na CPI, as investigações ficarão inconclusas.

- Nesta hipótese, vou relatar esses fatos e sugerir ao Ministério Público que aprofunde as investigações disse Garibaldi.

Palocci e Mattoso devem ter o indiciamento solicitado

Okamoto deverá ser citado ainda porque Paulo de Tarso o acusou de participar de um esquema de arrecadação para o PT. O relator estuda se pedirá ao Ministério Público o indiciamento de Okamoto, Gilberto Carvalho e Dirceu.

O ex-ministro Antônio Palocci e o ex-presidente da Caixa Jorge Mattoso também devem ter o indiciamento solicitado. Eles foram apontados pela PF como os responsáveis pela violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos. Para Garibaldi, é importante que a CPI ratifique o entendimento da PF.

Defensor do governo na CPI, o senador Tião Vianna (PT-AC) disse que se o relator for muito além do fato que motivou a comissão, a investigação sobre as casas de bingos, os governistas podem recorrer ao STF.

- Deixar que rasguem a Constituição para alimentar a volúpia denunciada não é o nosso papel afirmou Viana.

Copyright 2006 O GLOBO

Ano=2006; Mês=5; Mês=Mai; Dia=3; Dia=Qua; Book=pp:Primeiro_Caderno;

01.05.2006 O Globo 5 - PT só vai investigar mensaleiros após eleições Presidente do

Produto=O_Globo; Data=01.05.2006; Fonte=Sucursal_de_São_Paulo; Página=5;
 Crédito=Soraya Aggege:Soraya_Aggege_de_Carvalho; Crédito=Ricardo_Galhardo; Crédito=Tatiana_Farah; Edição=1;
 Restrição=Não; Editoria=O_País; TipoMatéria=Reportagem; Caderno=Primeiro_Caderno; Chamada=1_Página:PP:Primeira_Página;

PT SÓ vai investigar mensaleiros após eleições

Presidente do partido, Berzoini afirma que não haverá punições e que 'essa história do mensalão é uma ficção'

SÃO PAULO. A investigação interna sobre os parlamentares petistas acusados no escândalo do mensalão, com o compromisso de punir rigorosamente os corruptos medida aprovada sábado durante o Encontro Nacional do PT acabou em pizza. Pelo menos até o fim da Campanha pela reeleição do presidente Lula. O encontro terminou ontem com um reconhecimento dos erros do partido e da necessidade de punição dos responsáveis, mas ponderou que o assunto só deverá voltar à pauta interna depois das eleições, para evitar que o processo acabe manipulado pela oposição. Petistas acusados de envolvimento no mensalão comemoraram a decisão no fim do encontro.

Em tese, as apurações seriam feitas após as eleições, mas o presidente nacional do PT, deputado federal Ricardo Berzoini (SP), já adiantou ontem que não haverá punições, mas sim mudanças estruturais no partido. E frisou que o PT não vai apurar responsabilidades individuais:

- A prioridade agora é reeleger o presidente Lula. Depois veremos isso (de apuração) com calma. E essa história do mensalão é uma ficção. O que houve foi financiamento de Campanhas e dívidas de Campanhas. Não faremos caça às bruxas só para nos desgastar e dar munção à oposição. Nós já estamos corrigindo os nossos erros.

Na prática, a medida atende a uma sugestão do presidente Lula, que disse na abertura do encontro, na sexta-feira:

-Temos que levantar a cabeça. Não podemos permitir que os setores mais conservadores venham falar de nós. Na dúvida (o acusado) é nosso companheiro).

Assim, a polêmica poderá até voltar à tona na direção nacional, mas apenas em dezembro, durante o a reunião do diretório nacional que preparará o 3º Congresso Nacional.

Alguns setores minoritários do partido ficaram descontentes com a decisão sobre os mensaleiros, e prometem tentar articulações internas para reacender a polêmica. Mas o encontro é instância máxima do PT.

Os deputados José Mentor (PT-SP) e Professor Luizinho (PT-SP), únicos mensaleiros presentes no encerramento do encontro, comemoraram o resultado.

- É a mesma posição que tinha até agora. Essa decisão não muda em nada o que já estava decidido disse Mentor.

- Nunca senti tanta solidariedade como estou sentindo aqui. Agora acabou a disputa política., acabou a baixaria-afirmou Luizinho.

A "pizza" petista foi acertada em um acordo entre correntes e articuladores regionais independentes. O secretário nacional de finanças do PT, Paulo Ferreira, antes mesmo da aprovação da resolução que pede um "calendário" de apurações ao diretório nacional, já declarava que o partido não deve investigar mais os parlamentares:

- Não aceitamos a tese de que os parlamentares se envolveram em corrupção. O que foi feito por eles foi uso do dinheiro levantado por caixa dois.

Correntes consideradas de esquerda, como a Articulação de Esquerda, aderiram:

01.05.2006 O Globo 5 - PT só vai investigar mensaleiros após eleições Presidente do

- Essa questão não é central na vida do PT neste momento. Não vamos adotar uma atitude ingênua. Nossa prioridade é a eleição.

Na opinião do ministro Luiz Dulci (Secretaria Geral da Presidência), as punições já foram feitas.

- O partido já abriu sindicância, puniu dirigentes, renovou sua direção. Agora, tem de fazer procedimentos para que isso, o caixa dois, não se repita.

Perguntado se o partido estava preparado para a Campanha de 2006 sem fazer caixa dois, o ministro disse:

- Na maior parte da história do PT e em diversas regiões do país, o partido faz Campanha dentro da lei, sem caixa dois. Isso é possível de ser feito e deve ser feito.

Já o secretário-Geral do PT, Raul Pont, da Democracia Socialista, prometeu que vai cobrar do diretório nacional, no próximo encontro, em maio, a abertura das investigações dos parlamentares petistas.

- Deixar para depois das eleições é um tiro no pé.

(*) *Especial para O Globo

Volta a antiga estrela

PT busca as origens e desiste do estilo Duda

SÃO PAULO. O PT quer voltar a algumas origens para superar o desgaste sofrido com o mensalão. No Encontro Nacional realizado no fim de semana, o partido reabilitou a antiga estrela vermelha e aposentou a estrela estilizada do publicitário Duda Mendonça. Mas, como forma de angariar fundos, por exemplo, os dirigentes rejeitaram a proposta de retomar a cobrança de mensalidade dos filiados.

Apelando à antiga estrela, o PT desenha novas estratégias de comunicação. A maior novidade é dar mais atenção ao relacionamento com as correntes internas do partido. A ordem é reforçar uma imagem mais democrática e harmoniosa.

- Enquanto o ex-presidente José Dirceu vencia pela maioria numérica, o Ricardo Berzoini vence pelo consenso afirmou o dirigente nacional Francisco Campos.

Foi pelo consenso que os delegados conseguiram aprovar 33 emendas ao programa de governo sem necessidade de voto. E, também pelo consenso, os dirigentes adiaram as investigações sobre os deputados citados no caso do mensalão. Por trás dessa imagem de "diálogo interno" e de volta do "velho PT", está o novo coordenador de comunicação, o publicitário Edson Barbosa.

O maior destaque, em vez de ser o discurso do presidente Lula, foi o vice, José Alencar (PRB). Alvo das mais agudas críticas em 2001, Alencar foi ovacionado na sexta-feira e disse frases que animaram o partido, como "o PT é o Brasil".

Partido deve se coligar com PCdoB e PSB

Com verticalização, alianças informais seriam a saída

SÃO PAULO. Embora tenha atendido ao pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de liberar alianças amplas, a cúpula do PT avalia que o cenário mais provável é uma coligação restrita ao PCdoB e ao PSB na eleição presidencial. Para os dirigentes petistas, a verticalização, cláusula de barreira e interesses regionais devem impedir que partidos da base aliada como o PTB, o PL, o PP e até o PMDB se aliem formalmente ao PT.

01.05.2006 O Globo 5 - PT só vai investigar mensaleiros após eleições Presidente do

A saída seriam alianças informais negociadas em cada estado. Se a previsão se confirmar, Lula poderá ter palanques duplos e até triplos em alguns estados. No quadro desenhado pela cúpula do PT, o PSDB se aliaria apenas ao PFL; o PMDB não teria candidato próprio à Presidência, nem apoiaria formalmente qualquer outro postulante; e o PSOL marcharia sozinho.

Se o quadro se confirmar, aumentam as chances, na opinião dos petistas, de que a eleição se resolva no primeiro turno. Neste caso, o amplo arco de alianças aprovado pelo PT teria como único objetivo não fechar as portas aos demais partidos.

Até dirigentes ligados a correntes de esquerda admitem que o leque deve ser mais restrito do que Lula gostaria.

- Esse pedido (do presidente Lula) é uma bobagem. Na verdade, por causa da verticalização, temos 95% de chances de nos restringir apenas ao PSB e ao PCdoB disse Joaquim Soriano, Secretário Geral-adjunto.

Copyright.2006 O GLOBO

Ano=2006; Mês=5; Mês=Mai; Dia=1; Dia=Seg; Book=pp:Primeiro_Caderno;
 Pessoa=Ricardo Berzoini:Ricardo José Ribeiro Berzoini;
 Pessoa=Lula:Luiz Inácio Lula da Silva:Luiz Inácio Lula da Silva;
 Identidade=PT:Partido dos Trabalhadores; Identidade=PC do B:Partido Comunista do Brasil;
 Identidade=PSB:Partido Socialista Brasileiro; Identidade=Eleições_2006;
 PalavraChave=Política/Partido Político/Coligação; PalavraChave=Governo/Governo Federal;

Campo=O_Globo; Campo=01.05.2006; Campo=Sucursal_de_São_Paulo; Campo=5;
 Campo=Soraya_Aggege:Soraya_Aggege_de_Carvalho; Campo=Ricardo_Galhardo; Campo=Tatiana_Farah;
 Campo=1; Campo=Não; Campo=O_País; Campo=Reportagem; Campo=Primeiro_Caderno; Campo=1 -
 página:PP:Primeira_Página; Campo=2006; Campo=5; Campo=Mai; Campo=1; Campo=Seg;
 Campo=pp:Primeiro_Caderno; Campo=Ricardo_Berzoini:Ricardo_José_Ribeiro_Berzoini;
 Campo=Lula:Luiz Inácio Lula da Silva:Luiz Inácio Lula da Silva;
 Campo=PT:Partido dos Trabalhadores; Campo=PC do B:Partido Comunista do Brasil;
 Campo=PSB:Partido Socialista Brasileiro; Campo=Eleições_2006; Campo=Política;
 Campo=Partido_Político; Campo=Coligação; Campo=Governo; Campo=Governo Federal;

Folha de São Paulo

Folha de S.Paulo

Editoria Brasil

janeiro/2006

1º/01/2006

Queda da pobreza é maior no campo do que nas metrópoles
'Custo político' com receita de municípios
Corrupção não tem fim, diz promotor
Lula troca slogan de 'Paz e Amor' por 'Pai dos Pobres'

02/01/2006

Lula diz que PT vai 'sangrar' para recuperar credibilidade
Dirceu admite que Lula pode perder eleição
Whitaker se desliga do PT e diz que partido é 'sonho que desmoronou'
'Valerioduto' foi superestimado, diz Gabrielle
CPI busca mecanismo para questionar Lula

03/01/2006

Presidente vai propor acordo sobre estradas
Governo tem R\$ 28 bi para investir em ano eleitoral
PT cobra decisão de Lula para definir candidatura,
Para oposição, entrevista foi 'deprimente'
Crise é pior que a de Collor, diz Marco Aurélio
Artistas defendem Ferreira Gullar de críticas do Ministro da Cultura

04/01/2006

Direção da Caixa beneficiou BMG, diz TCU, bancos negam
Relator rejeita acordo para salvar cassáveis
CPI desconfia de saques na Skymatta
Cota de patrocínio de Petrobrás será analisada pela CPI
Deputados doam salário extra 'a base eleitoral'
Governo anuncia série de ações em infra-estrutura

05/01/2006

Para dirigentes de partido medidas ajudam, mas não inibem caixa 2
Caixa 2 não vai acabar após CPI, diz analista
Estradas sem buracos só duram até 2007
Agora, Câmara fala em acabar com extra durante convocação
Explicações da Caixa é insuficiente, diz TCU

08/01/2006

Governo pode reduzir meta do bolsa-família para este ano
PT e PSDB iniciam ano eleitoral com dívidas milionárias
'Conta secreta' de Duda nos EUA é bloqueada pela Justiça

09/01/2006

(Escândalos) Governo tentará acelerar processo de seis deputados
Após sete meses, CPI ainda não tomou depoimentos-chave sobre esquema
Governo libera recursos para cassáveis

MST faz maior ofensiva desde 2003 no Pontal
Começa hoje operação tapa-buraco em 10,5 mil Km de rodovias federais

10/01/2006

CPI planeja idas aos EUA para investigar nova conta de Duda
Governo pedirá bloqueio de recursos
Indignado, conselho retoma o trabalho e nega que seja 'vilão'

11/01/2006

Quebra de sigilo não explica movimentação de R\$ 6 bi
Coaf só soube de conta de Duda na sexta
Fundos apontam falta de critério em relatório da CPI

12/01/2006

Manobra do PP altera ordem de julgamentos na Câmara
Maior parte dos processos deve pedir cassação
Aldo negocia apoio do PFL a projetos do governo Lula
Presidente do BMG rebate relatório do TCU
CPI não consegue detectar destino de R\$ 70 mi movimentados pelo doleiro
CPI aponta perdas de R\$ 76 milhões em negócios com títulos públicos

13/01/2006

Aliados de Alckmin usam risco Kassab contra Serra
Líder de contratos doou mais em 2004
Fundos e Caixa vão à CPI para se explicar e reclamar vazamentos
Acusados de Caixa 2 em Furnas têm advogado pago pela estatal
Deputado recebeu 25 repasses de empresas

14/01/2006

Cassáveis do PT recorrem a ministros-testemunhas
PDT pune Herrmany por depósito suspeito
Sócio de Valério depõe à PF e confirma Caixa 2 em campanha de Azeredo
Lula não partidariza STF, diz ministro

15/01/2006

Lula espera PSDB decidir Alckmin como imprevisível
Economia pode ofuscar ética em debate
Itamaraty analisa veto americano à Embraer
Governo volta a inflar total de assentamentos

16/01/2006

Dois meses do fim, CPI ainda espera dados de investigados
CPI deve rastrear conta de Duda
Em rádio e TV, Lula deve exaltar pagamento antecipado ao FMI
Assessor de Palocci terá indiciamento pedido

17/01/2006

Lula minimiza reeleição mas exalta governo na TV
Recursos à Justiça prejudicam o país, diz Lula
Ao lado de Alckmin, Serra fala como candidato
CPI cobra de bancos dados sobre R\$ 24 bi

Deputados prometem votar fim de salário extra
Comissão volta a investigar Caixa 2 em prefeituras
STF pode anular ações contra políticos
Parecer pede cassação de deputado do PL

18/01/2006

Câmara aprova fim de salários
Nova CPI caminha para abandono
Relatório recomenda cassação de Wanderval
Advogado sai preso de CPI por desacatar deputados
Ministro da Justiça diz que não age para proteger dados de Duda
Okamoto fazia Caixa 2, diz
Irritado com Executiva, Alckmin viaja para se encontrar com Tasso
Ministério Público pede que Pitta devolva R\$ 2 mi
Governo estuda mudar regras para grampo

19/01/2006

CPI quebra sigilo de amigo que pagou dívida de Lula
Duda vê erro em análise de suas movimentações
CPI pede indiciamento de presidente da Caixa
Conselho ameaça barrar parecer pró-Luizinho
Furnas é investigada por terceirização irregular
Para família de brasileiro desaparecido, Lula foi omissos

20/01/2006

Duda transfere R\$ 4 mi de sua conta antes de ir à CPI
Depósito foi coincidência diz defesa
Motorista do 'caso Cuba' teve ajuda do PT
Não há prova para indiciar Mattoso, diz procurador
CPI diz que pretende detalhar mensalão
Pareceres do Conselho de Ética pedem cassação de Brant e Professor Luizinho
Jersey não barra envio de dados bancários ao Brasil,
Lei sobre grampo será debatida
Funasa investiga a morte de 5 crianças em TO

21/01/2006

Editoria Brasil
Verticalização vira moeda de troca para Lula atrair PMDB
Conselho vota por cassação de Wanderval
PT nega ter ajudado motorista do 'caso Cuba' a conseguir advogado
Itamarati vai ajudar deputados a buscar contas de Duda no exterior
Ex-assessores de FHC são acusados de improbidade
PT ainda é suspeito, diz irmão de Daniel

22/01/2006

Líder em tapa-buracos usou dados falsos em concorrência
Bancada do BSDB prefere Alckmin a Serra contra Lula
Duda é suspeito de movimentar US\$ 15 mi
Marqueteiros políticos abandonam as eleições
Balanço de CPIs revela que punição é rara
PT dirá a fórum que é vítima de golpismo da mídia e da oposição

23/01/2006

Sob ameaça de convocação, Palocci decide falar na CPI
Duda diz estar disposto a voltar a depor
Lula afirma que só define candidatura no último momento
Governo não gasta em estradas 83% de tributos

24/01/2006

Governo teme desgaste e quer evitar depoimento de Palocci
Alvo de CPI é suspeito de 'lavar' R\$ 3 mi
Clécio recebeu da SMPB, diz CPI
Parecer pede cassação de presidente do PP

25/01/2006

PT resiste à pressão de Lula e apóia restrição de coligações
PP pressiona por absolvição de Brant e votação é adiada
CPI pode poupar presidentes da CEF
Verticalização divide especialistas
TCU começa vistoria na próxima semana

26/01/2006

Oposição fala em baixar tom e CPI limita tempo de Palocci
Lula muda estrutura de combate à corrupção
CPI quer ouvir petista sobre fundos
Lula afirma que não quer estuprar PT
Bolsa atrai, mas violência tira criança de aula

27/01/2006

Conselho pede cassação de Brant e de professor Luizinho
Palocci defende assessores em depoimento
Ministro evita se comprometer a abrir sigilo de ligações telefônicas
TSE deve liberar alianças, afirma ministro
Lula prepara ida à TV para falar sobre mínimo de R\$ 350,00
Correios podem ter prejuízo de R\$ 152 mi, diz ministro

28/01/2006

Ministério Público denunciara ministro por compra de cesta
Relator de caso João Paulo cobra CPI

29/01/2006

Delcídio negocia texto do relatório final com partidos
CPI abandona 7 linhas de investigação
CPI encontra R\$ 96 mi em cheques de Duda para a irmã

30/01/2006

Uso político de estatal é constante desde 1953, diz especialistas
CPI analisa pedido de indiciamento de Palocci

31/01/2006

Liminar no STF barra quebra de sigilo de amigo de Lula
CPI dos Bingos que fazer circo, afirma advogado
Ida aos EUA mostrará força de CPI, diz relator
PF apura elo de advogados com lavagem de dinheiro

fevereiro/2006

1º/02/2006

Ministério Público vai iniciar nova investigação sobre Duda
CPI pede legitimação de dados vazados
CPI vota de novo quebra de sigilo de Okamoto
CPI aprova relatório sem decidir sobre inclusão de Palocci
Jefferson diz ter recebido R\$ 75 mil de Furnas

02/02/2006

Serra critica política assistencialista e axaltação da ignorância no país
Conselho de ética aprova cassação de presidente do PP
Lobista pede à CPI para ser ouvido sobre suposta Caixa 2 no PSDB

03/02/2006

Acordo tira Duda e lista de Furnas do foco da CPI
Assinatura de Dimas é reconhecida
Duda nega novas contas e diz ser vítima
CPI acha ligações de assessor de Palocci para angolanos

04/02/2006

Aldo diz ter feito apelo e que não pode impor regras parlamentares
Indiciamento é evidente, diz Valério
Ministério acusa funcionários de participar de esquema irregular
Lula copia Vargas, PT retoma 'queremismo'

05/02/2006

Lula cogita Palocci para chefiar campanha
Compadre de Lula transfere bens a filhas

06/02/2006

Duda e assessor de Maluf dividiram 'offshore'
Para relator, Palocci pode ter mentido
Expansão de bolsa-família não melhora avaliação

07/02/2006

Desaprovação do Congresso cai em 13 pontos em 3 meses
Câmara fica sem quórum de novo e votações de cassáveis devem atrasar
Relator diz que não vê razão para convocar Dimas
Após 7 meses, CPI dos Bingos convoca 1º dono de Bingo
PF desmonta grupo que vendia cotas em Caixa 2 fictício

08/02/2006

Câmara vota reforma eleitoral 'desidratada'
Valério pagou empresa por serviço a Azeredo
PT pagou carro do 'caso Cuba', diz empresário
CPI pode restringir acesso a dados de Duda nos EUA

09/02/2006

Oposição muda tática e decide convocar ex-diretor de Furnas
Palocci afirma ter cometido imprecisão ao explicar carona
Ministro diz que tucano pediu R\$ 500 mil para aprovar petista

10/02/2006

Conselho de Ética absolve ex-líder do PP de cassação
Quebra de sigilo será ineficaz, diz Okamoto
'Caso Cuba' é refeito sem testemunhas
CPI convoca Duda e ex-diretor de Furnas
Dimas ofereceu R\$ 1,5 mi ao PTB, diz Jefferson

11/02/2006

Palocci diz que junho é tarde demais para Lula se lançar
Rigotto diz que fisiologismo acabou no PMDB
CPI tenta levar lobista e ministro para depor
Sobre possível convocação à CPI, Bastos diz que vai com alegria

12/02/2006

Ex-tesoureiro tentou acordo com Clécio
Duda e sócia são indiciados por lavagem de dinheiro

13/02/2006

Governo nega discriminação
CPI articula convocação de lobista e ex-diretor de Furnas no mesmo dia

14/02/2006

Tribunais desafiam prazo final para demitir parentes
Governo tira de projeto sobre grampos punição a jornalistas
Cinco meses após deixar a prisão, Maluf usa tempo de propaganda do PP na TV

15/02/2006

Justiça manda União indenizar trabalho escravo
Nenhum dos 'mensaleiros' é cassado na convocação
Ex-diretor de Furnas poderá se calar na CPI

16/02/2006

(Escândalo) Listagem é falsa ou montada, diz ex-editor
Câmara decide sobre mandato de Brant e Luizinho só no dia 8
Presidente de CPI chora em sessão
Lula é mais conservador do que eu, diz FHC
TRF emprega irmãs de 3 ministros do STJ

17/02/2006

STF dá razão ao CNJ e ordena demissão de parentes de juizes
Telemar patrocina empresa de filho de Lula
Ex-presidente do BC critica atual gestão
Polícia de Goiás indícia Delúbio por peculato

18/02/2006

Teto salarial de judiciário é nova prioridade do CNJ
Oposição recobra fôlego com o caso Gamecorp
Lobista afirma que vai exibir original da lista
Chauí ataca “moralismo político”

19/02/2006

Governo acelera gastos em publicidade institucional
PT inova para evitar confronto entre Marta e Mercadante em SP
Contrato com avalista tucano some de CPI

20/02/2006

Lula decide reduzir encargos de emprego de domésticos
Exportadores de carne negam suborno
CPI vê aplicações suspeitas no Rural e no BMG

21/02/2006

PF deve indiciar diretores do Rural por remessas ao exterior
Banco nega lavagem de dinheiro
Justiça autoriza quebra de sigilo de ex-diretor de Furnas
Para presidente do BB, crise política não afetou desempenho em 2005
PF confirma Caixa 2 do PT em Cuiabá
Governo reduz gastos sem votar orçamento

22/02/2006

Em tom de campanha, Lula ataca ‘elite’
Tarso diz que falsificação foi plantada
PF rastreia empresas que receberam dólares de Duda

23/02/2006

Lula viaja 40% a mais pelo país neste ano
CPI não termina sem ouvir Duda, diz Delcídio
Ex-Tesoureiro do PL é indiciado pela PF

24/02/2006

TCU cobra presidência por gasto com bebida no cartão
Presidente da CPI dos Bingos diz que ela pode ser prorrogada de novo
Justiça dos EUA abre dados de Duda à CPI

25/02/2006

Assessor de Palocci ligou para dono de jato no dia da viagem
CPI só lerá papéis de Duda após feriado
Câmara aprova aposentadoria de dois envolvidos em denúncias
MST afasta Rainha da direção do movimento

26/02/2006

Bolsa-família é principal razão para subida de Lula
Renda e preços influenciam o eleitor mais do que a corrupção
Na mira, João Paulo usa cassação a fim de negociar apoio no PT
Conta de Duda enviou US\$ 730 mil à Suíça

27/02/2006

Doação de bancos a PT cresceu 1.000% desde 2002
Siglas tentam camuflar doadores

28/02/2006

Lula diz que 2005 foi sofrido e que momento é de reflexão
Dirceu vai entrar com recurso no STF para tentar reaver o mandato

março/2006

1º/03/2006

Palocci, Wagner e Dulci vão preparar campanha de Lula
Partidos pequenos negociam fusões para evitar 'barreira'
Delcídio diz que CPI provará 'mensalão' em relatório final

02/03/2006

Família de Daniel relata ameaça e deixa país
Revelação do 'mensalão' ganha prêmio Folha
Igreja faz crítica a juros altos e diz que Brasil é um paraíso financeiro
CPI deve incluir dez novos nomes na lista de sacadores

03/03/2006

CPI acessa dados de Conta nos EUA e diz que Duda mentiu
CPI cobra PF sobre ameaças a irmãos de Daniel
PF espera laudo de assinaturas na lista de Furnas

04/03/2006

TSE mantém restrição sobre alianças; Câmara vai recorrer
Ex-gerente denuncia 'clubes da propina'
Valério cobra R\$ 12,9 mi do BB na Justiça

05/03/2006

Trabalho bate bolsa-família na redução de desigualdade
Citados por Jefferson sobrevivem a denúncias
Sub-relator quer prorrogar CPI e apurar novas denúncias

06/03/2006

Invasões de terra crescem 55% com Lula no Planalto
Congresso articula pelo fim da verticalização
Delegado deve indiciar Palocci em Ribeirão

07/03/2006

Supremo deverá manter restrições para alianças
Valério se cala sobre nova lista com 55 do PMDB
Ameaça de acórdão põe Câmara em cheque

08/03/2006

Editoria Brasil

Amigo de Lula também doou R\$ 25 mil para Vicentinho

Oposição busca apoio para prorrogar CPIs

Relator defende cassação de João Paulo

09/03/2006

Motorista contradiz Palocci e o envolve na casa do lobby

Ministro recebeu angolanos, diz Buratti

Oposição desiste de prorrogar CPI dos Correios

Câmara contraria Conselho e absolve pefelista

10/03/2006

Conselho de Ética vive crise após rejeição de relatórios

CPI dos Bingos será estendida por oposição

Deputados comemoram absolvição

Delegado acusa Palocci por fraudes em Ribeirão Preto

11/03/2006

Lula enfrenta protestos e se compara a Ronaldo

Conselho de Ética pede fim do voto secreto

Janene era 'braço do mensalão', diz advogado

12/03/2006

Empresário relata conta do PT no exterior e implica Mentor

Gravação indica que empreiteira pagava mesada em Ribeirão

13/03/2006

CPI pode ouvir bicheiro preso em Mato Grosso

MST invade mais seis fazendas em PE e anuncia fim da jornada de lutas

Banestado fez empréstimo ao PT antes de CPI

14/03/2006

CPI pedirá o indiciamento de Gushiken

Conselho vota cassação de João Paulo

Aldo se reúne com líderes para discutir fim de votação secreta em cassações

Corretora investigada por CPI deu R\$ 85 mil para petista em 2004

15/03/2006

Tucanos querem 'despaulitizar' Alckmin

Ex-caseiro deve confirmar à PF idas de Palocci à 'casa do lobby'

Presidente descarta afastar ministro por novas acusações

16/03/2006

Tucano ataca Lula e invasões do MST

Eleita a presidente do STF, Ellen Gracie é a primeira mulher a exercer a função

Amparado pelo STF, Duda silencia em CPI

Câmara absolve 5º deputado envolvido no mensalão

17/03/2006

STNF atende PT e interrompe depoimento de caseiro à CPI
PT pediu limites à investigação da CPI
Decidido a manter Palocci, Lula arquitetou ida ao STF
Oposição pede demissão de ministro da Fazenda

18/03/2006

Motorista diz ter levado dinheiro para ministério
Não aceitaria demissão de Palocci, diz Lula
Relator de CPI diz que pedirá indiciamento de Dirceu
PSDB coleta assinaturas para ampliar foco de CPI
Caseiro recebeu R\$ 35 mil em dois meses

19/03/2006

Vantagem de petista sobre tucano diminui também no 2º turno
Fornecedora da CEF emprega irmão de lobista
Para oposição, governo abriu sigilo de caseiro

20/03/2006

PFL tem tempo “suficiente”, diz Bornhausen
Caseiro vai questionar Caixa na Justiça
CPI proporá banco de dados nacional para combate à corrupção
CPI revelará saques suspeitos de franquia dos Correios em SP

21/03/2006

Sigilo bancário de caseiro foi violado pela própria Caixa
PF vai investigar violação de sigilo, diz Bastos
PFL quer inquérito para apurar violação de conta

22/03/2006

Para CPI, violação partiu da presidência da CEF
Caseiro autoriza CPI a ter acesso aos seus sigilos
Câmara vota cassação de dois ‘mensaleiros’

23/03/2006

STF mantém verticalização e engessa alianças partidárias
Vice-presidente da caixa depõe hoje à CPI
PF pede a quebra oficial de sigilo de caseiro e toma seu depoimento
Deputados absolve sexto ‘mensaleiro’

24/03/2006

Seis dias após sigilo violado, Caixa ainda omite suspeitos
Caseiro passa de vítima a investigado pela PF
Planalto já discute sucessor de Palocci
‘Mensaleiros’ se valem dos ausentes para ficar impunes

25/03/2006

Palocci diz viver inferno e vincula crise às eleições
Palocci admite falta de condições para ficar
Laptop usado em violação é apreendido em SP

26/03/2006

Presidente da Caixa deve depor amanhã
CPI desiste de pedir indiciamento de Dirceu e Gushiken

27/03/2006

Palocci diz não descartar que assessor tenha vazado dados
CPI ouve amanhã o vice-presidente da CEF
Disputas na CPI ameaçam relatório final
Senha da violação é de funcionário em férias

28/03/2006

Escândalo derruba Palocci, Mantega assume Fazenda
Mattoso afirma que deu extrato a Palocci
Sem foro especial, Palocci deve ter indiciamento pedido

29/03/2006

Polícia Federal vai investigar Palocci, diz Thomaz Bastos
Palocci credita saída a quadro conflituoso
Dado que motivou crime veio de fora da Caixa

30/03/2006

Após 9 meses, CPI reconhece 'mensalão', mas poupa Lula
Serraglio exclui filho de Lula do texto final
Esquema recebeu dinheiro público e privado
Jobim pede lei contra abusos de CPIs

31/03/2006

Palocci diz não ter condições de saúde para depor na polícia
Okamoto simula viagem para não atender CPI
'Valerioduto' se dividiu em seis fases, diz CPI

abril/2006

1º/04/2006

PFL paulista avança no vácuo do malufismo
Fora do Governo, Ciro ataca PT e Palocci
Palocci apresenta atestado e deve depor na 4ª

02/04/2006

Editoria Brasil
A4 – Palocci ordenou a Mattoso violação do sigilo do caseiro
A6 – Operação para manter Palocci e desacreditar caseiro ruiu em 11 dias
A9 – Empresário pagou helicóptero para Palocci
A19 – Estatal banca revista que promove Alckmin

03/04/2006

Avisado sobre Palocci, Lula só o demitiu após uma semana
Oposição mira agora o ministro da Justiça

04/04/2006

Editoria Brasil

Para PF, Palocci tentou afastar a polícia civil da investigação
Relatório do PT é pior para Lula, diz Serraglio

05/04/2006

Lula cala sobre crise e diz que país anda para trás em 2006
Acusado, Okamoto nega ser 'homem de Lula'
Câmara vota hoje cassação de João Paulo
CPI tenta acordo com PT para salvar relatório
Conselho afasta de vez 'sambista'

06/04/2006

Palocci e Mattoso serão alvo de acareação na PF
Advogado de Palocci defende Paulo Maluf
Ex-presidente da Câmara é absolvido
Relatório de CPI é aprovado por 17 votos a 4

07/04/2006

Mensalão leva a recorde de absolvições
Delcídio diz que não foi eleito presidente da CPI para defender o PT
Serraglio admite pressão para mudar texto

08/04/2006

Petista pede cassação de Bittar
Delegado do caso Celso Daniel é investigado
Polícia indícia Stédile e mais 36 por invasão

09/04/2006

Revelação de que se reuniu com Palocci complica Bastos
Após pizza, Congresso é reprovado por 47%

10/04/2006

Bastos pede para ser ouvido 'o quanto antes' pelo Senado

11/04/2006

Lula recebeu Bastos e Palocci depois de encontro sigiloso
PF diz que é desnecessário convocar Thomaz Bastos

12/04/2006

Para procurador 'organização criminosa' operou 'mensalão'
STF só deve abrir processos no ano que vem
Caixa termina sindicância sem punir ninguém

13/04/2006

Lula é responsável por 'quadrilha'
CPI convoca compadre de Lula para depor sobre Caixa dois em prefeitura
Lula será novo alvo de investigações do Ministério Público
Denúncia da Procuradoria contra Dirceu só repete CPI

15/04/2006

Sem orçamento, governo libera R\$ 26,2 bi com 2 MPs
Ninguém acredita que Lula não sabia nada, diz Alckmin

16/04/2006

Governo Lula criou 37,5 mil cargos públicos
Dirceu diz ter sido o lado mau de Lula
Sobreviventes de Carajás carregam seqüelas

17/04/2006

Procurador cogitou pedir a prisão de 40 denunciados
Defesas de Palocci e Mattoso criam versões sem culpados
MST promove homenagem aos 19 mortos

18/04/2006

Ex-assessor de Palocci depõe na polícia e acaba indiciado
Congresso não chega a acordo sobre depoimento de Bastos
Okamoto ironiza 'presente' a filho de Lula
MST lembra massacre com saque e invasões

19/04/2006

Okamoto teme que quebra de sigilo deflagre impeachment
Lula defende normas para controlar CPIs
Deputada da dança deverá ser advertida
Polícia vê desvio de R\$ 30 mi sob Palocci

20/04/2006

Para PF, Palocci foi mandante de violação de sigilo de caseiro
Promotora investiga assessor de Lula e Dirceu
Banco de Duda pede STF suspensão de quebra de sigilo de transferência
Mentor escapa de cassação por 16 votos

21/04/2006

PF analisa ouvir Lula sobre a existência do mensalão
CPI quebra sigilo telefônico da 'casa do lobby'
Compadre de Lula nega ter feito Caixa dois para petistas
Cassado, Dirceu trabalha para reeleger Lula com aval do PT

22/04/2006

MST testa Lula com radicalização verbal
Genro de Lula diz que processará acusador

23/04/2006

Dirceu articula pela reeleição no exterior e com empresários
Insistir em tese de impeachment é 'golpismo' da oposição, diz Lula
PT e PSDB minimizam ética na campanha

24/04/2006

Corrupção está sofisticada, diz procurador
Corrupção no PT “é uma tragédia”, diz brasilianista
Ofensiva do Planalto barra trabalhos da oposição na CPI
Penúltimo caso do mensalão deve ser votado amanhã no Conselho de Ética

25/04/2006

Oposição tentará interrogar Lula sobre violação de sigilo
Procuradoria investiga 500 nomes do mensalão
Doleiro diz que pagou R\$ 300 mil a Mentor

26/04/2006

Sem votos, oposição já fala em encerrar CPI dos Bingos
Câmara investigará suposta propina a petista

27/04/2006

Querem impedir meu trabalho, diz Dirceu
‘Reforma tributária é a 1ª’, diz Alckmin
Banco violou sigilos, diz ex-gerente

28/04/2007

Itamar da ultimato ao PMDB e cogita Senado
Juiz quebra sigilos de Institutos ligados ao PT

29/04/2006

Cúpula tenta evitar que encontro do PT discuta mensalão
Lula defende Palocci e faz campanha em SP
Invasões de terra aumentam 75% no 1º trimestre

30/04/2006

Mensalão é quase ignorado em documento
Offshores ligados a Duda receberam US\$ 1,6 mi em 2003

maio/2006

1º/05/2006

Procuradoria investigará se Lula beneficiou BMG
PT descarta punir petistas por mensalão
TCU examinará custeio de viagem ao espaço

02/05/2006

Lula e assessores planejam nova reforma na Previdência

03/05/2006

CPI tenta estabelecer conexões entre ‘crimes’ de investigados
Câmara pode absolver hoje 10º mensaleiro

04/05/2006

Advogados do PT apresentam nova versão sobre empréstimo
Procurador pede inegibilidade de Ciro e irmão
Testemunha envolve petista em crise

05/05/2006

PF prende 46 pelo desvio de R\$ 110 milhões do Orçamento
Parlamentares anunciam saída de assessores
Marqueteiro já trabalhou com Duda e Palocci
José Dirceu tenta impedir inquérito que o liga a caso
Presidente do TSE critica 'país do faz-de-contas'

06/05/2006

Fraudes com ambulâncias podem envolver mais de 100 cidades
Inquéritos da PF envolvem 62 deputados
Suspeitos dizem não saber por que são citados
PF prevê envolvimento de mais congressistas
Juiz Rocha Mattos agora é acusado de lavagem de dinheiro

07/05/2006

Silvio Pereira fala e complica governo na teia do mensalão
Serraglio diz que dívida de R\$ 120 mi abala PT
Fax liga ex-assessor de Renan a paraíso fiscal

08/05/2006

Para PT, agora Silvio é traidor, mentiroso e desequilibrado
Tesoureiro nega dívida de R\$ 120 mi
Petista deve recorrer ao STF para evitar CPI
Para Suplicy, Lula deve ir ao Congresso se explicar
PF investiga ações de quadrilha em hospitais
Acusados negam envolvimento e Finep diz que instalou sindicância

09/05/2006

PF intima Silvio para depor amanhã na CPI dos Bingos
OAB desiste de pedir impeachment de Lula
Pedido de punição feito por Eduardo Jorge a procuradores será apreciado
CNBB critica legislativo por absolver deputados
Assessora da Saúde pede benefício para delatar nomes

10/05/2006

Assessora afirma à PF que 170 deputados recebiam propina
Fiscalização sobre emendas é frouxa, diz Ministro da Saúde
STF nega recurso de Silvio para não depor
Supremo barra investigação sobre Dirceu

11/05/2006

Opportunity diz que PT pediu propina para favorecer grupo
Silvio não confirma denúncias e defende Lula
Dirceu é xingado na PUC de Minas
TCU vê irregularidades em obras nas estradas

12/05/2006

Tarso desqualifica acusação feita pelo Grupo Opportunity
CPI diz que Dantas buscou Valério para influir no PT
Silvio nega à PF saber de fraude nos Correios
Em SP, PT quer tentar eleger envolvidos na crise do mensalão

13/05/2006

Nova lei eleitoral não vale em 2006, diz presidente do TSE
Silvio atribui controle de cargos a Dirceu
Líder petista no Senado não quer depoimento de Dantas para CPI
Ex-gerente confirma entrega de dinheiro para assessores

14/05/2006

Mercadante pede a Lula que atenda a Quércia
Governo vai processar Dantas, diz Tarso
Lula nega conta no exterior e acusa revista de podridão

15/05/2006

Sob Lula, doações ao Instituto Cidadania atingem R\$ 2,5 mi
Nossa Caixa beneficiou tucanos em 2004
Governo quer usar obra suspensa em publicidade na TV

16/05/2006

Delúbio pediu dinheiro ao Opportunity, diz ex-sócio
Dividida, CPI ignora Dantas e pode convocar ex-tesoureiro petista
Gabinete do relator da CPI dos Correios recebe carta anônima com um pó branco
PF vai ouvir Dantas sobre denúncia de contas no exterior
Quadrilha usava ONGs de fachada para desviar verbas

17/05/2006

Computador lista deputados que receberam propina, diz PF
Conselho viu emenda suspeita de mensaleiro
Fita mostra deputado e vereador pedindo votos em troca de tratamento dentário

18/05/2006

Criticado, Alckmin reage e diz que Lula é mesquinho na crise
PF pede de volta inquérito contra Palocci
Agora, assessora acusa 283 parlamentares

19/05/2006

PFL ignora Alckmin e escolhe José Jorge
Corregedoria deve ampliar investigações
CPI marca para terça depoimento de Delúbio

20/05/2006

Lula deverá falar de educação e segurança em programa do PT

21/05/2006

Doações ao PT despencam após mensalão
Lula terá dois comitês, um em Brasília e outro em São Paulo
Investigado pela PF, Dantas tem encontro com Bastos

22/05/2006

CPI vai apontar doação de bingos a Lula

23/05/2006

Banqueiro nega envolvimento com dossiê
STF nega liminar e Delúbio terá que ir à CPI
Máfia vendia ambulâncias defeituosas

24/05/2006

Base do governo manobra e evita ida de Dantas à CPI
Delúbio confirma reunião com Dantas, mas nega propina
Dirceu sabia de propina, diz ex-petista
Câmara engaveta investigação sobre suspeitos de fraude
MST ocupa sede do Banco do Brasil durante 5 horas

25/05/2006

Editoria Brasil 'Vai haver segundo turno tenho certeza', diz tucano
Oposição consegue aprovar convite para Dantas ir à CPI

26/05/2006

Alckmin tenta conter atritos entre aliados
TSE diz que nova lei inibe corrupção do eleitorado
STF negou pedidos de prisão no inquérito do mensalão

27/05/2006

Bolsa-família terá maior integração, diz Ministro
Gasto Social tem efeitos contraditórios
Lista detalha envio de R\$ 1 mil a deputados

28/05/2006

Diálogo revela participação de Dantas em atos da Kroll
Órgão anticorrupção é esvaziado
Lobby do bingo tenta aliciar deputados

29/05/2006

Lula reserva R\$ 890 mi para habitação e favorece aliados

30/05/2006

Cerca de 600 membros do MST invadem fazenda em Minas
PF volta a investigar caseiro por dinheiro em sua conta

31/05/2006

Eleitor de Lula prioriza políticas sociais
Último julgado por mensalão, José Janene deve depor hoje
Tribunal comprou ônibus de empresa de fachada da máfia dos sanguessugas

junho/2006

1º/06/2006

CUT vai distribuir 360 mil revistas com elogios a Lula
Ex-embaixadora dos EUA levou a Kroll até o Planalto
Procurador quer investigar 15 congressistas por fraude

02/06/2006

Lula desafia oposição a por na TV 'torturas' das CPIs
Procurador em Cuiabá denuncia 81 acusados de fraude

03/06/2006

Lula dobra ritmo de viagens pelo Brasil
CGU vê indício de fraude por todo o país
Denúncia liga sanguessugas a parlamentares

04/06/2006

Lula recebeu mais pedidos de impeachment que FHC em 8 anos
Empresários fraudaram Correios, diz Procuradoria

05/06/2006

País repatria menos de 10% do dinheiro da corrupção
Mensaleiros mantêm poder na Câmara
Índios deixam obra de central hidrelétrica em Mato Grosso

06/06/2006

OAB vê omissão de Lula e faz pedido de investigação
Lula admite que desafio à oposição foi erro

07/06/2006

Sem-terra são detidos após invadir e depredar Câmara
Lula orienta governo a expor repúdio a ato liderado por petista
Líder de invasão integra Executiva do PT
Dinheiro de Okamoto é suspeito, diz Coaf

08/06/2006

MLST planejou invasão da Câmara e previu confronto
507 sem-terra são levados a presídio após depoimento
Dantas diz a senadores que PT pressionou Opportunity

09/06/2006

PF diz poder manter 41 presos por invasão
PT afirma suspeitar de infiltração da direita
STJ arquiva ação de Valério contra ex-secretária
Invasão do MLST é uma das 'faces' de Lula e do PT, diz Serra
CPI poupa assessor e acusa amigo de Lula

10/06/2006

Freire fecha com PSDB, ataca PT e diz não apoiar ladrão
Stédile acusa a 'direita' e diz que agora é o 'pior momento para fazer luta social'

11/06/2006

Economia do país vive momento mágico, diz Lula
Ex-parlamentares faziam máfia "fluir", diz procurador
Mantega quer aperto fiscal de longo prazo

12/06/2006

FHC afirma que Lula virou a casaca e hoje tem as mãos sujas
Povo julgará mensaleiros, diz Mercadante
Ex-cliente liga Bastos à conta no exterior

14/06/2006

Justiça concede hábeas corpus a dez acusados
Conselho de Ética da Câmara pede cassação de ex-líder do PP

15/06/2006

Exonerado assessor de Dirceu vira assessor de Lula
Congresso cria CPI dos sanguessugas, mas com prazo curto
Lista de suposto Caixa dois foi entregue à PF

16/06/2006

Novo laudo da PF indica que lista de Furnas é autêntica
Tucanos negam ter recebido dinheiro e acusam governo de exploração política
Sem acesso aos documentos, defesa de Dimas não comenta resultado da perícia

17/06/2006

Brecha pode deixar impune quem violar regra eleitoral
União falha em fiscalizar R\$ 8,7 bilhões em repasses
STF autoriza inquérito contra relator do Banestado

18/06/2006

Governo Lula distribui TVs e rádios educativas a políticos
Até entidades com endereço fictício são beneficiadas
Ministros negam motivação para concessões

19/06/2006

João Paulo pode ter recebido R\$ 30 mil a mais de Valério
Ciência e Tecnologia foi alvo de sanguessuga
Planam só se manifestará após perícia

20/06/2006

Proibido de inaugurar, Lula vai fazer 'vitorias' pelo país
Divergência política ameaça aprovação do relatório final
Líder do MLST é morta no Paraná

21/06/2006

Oposição consegue aprovar CPI dos Bingos
Líder do PT atribui dinheiro sob suspeita a empréstimo
TCU critica atuação de órgãos federais no combate à corrupção
PSDB acusa Bastos de partidarismo e pede sua demissão

22/06/2006

PFL diz que governo do PT é 'corja' e que Lula é ladrão
CPI terá três suspeitos de integrar máfia
CPIs terminam com muitos indiciados e poucos punidos

23/06/2006

Governo confirma aumento de servidores
CPIs dos sanguessugas não vai ouvir políticos acusados

24/06/2006

Governo quer Alencar no PMDB depois das eleições
Partido lança cartilha e pede prestação de contas

25/06/2006

Oposição também faz Caixa 2, diz Gushiken
Coalizão é desafio para Lula, dizem analistas

26/06/2006

FHC reage a Lula e diz que PT só ganha em corrupção
Marqueteiro de Lula mostra insatisfação com tempo na TV
Corregedor da Câmara empregou sanguessugas
Ônibus para projeto suspeito estão parados

27/06/2006

Lula e FHC distorcem dados ao comparar seus governos
Comissão investigará pelo menos 45 parlamentares

28/06/2006

Publicitário de Lula negocia pacote de R\$ 8 mi com o PT
CPI tenta afastar sanguessugas da Mesa

29/06/2006

TCE contesta contas de novo tesoureiro do PT
Planam utilizava senhas de ministério, diz ex-assessora

30/06/2006

Alckmin sobe mais pontos, mas Lula ainda vence no 1º turno

Denúncia liga sanguessugas a parlamentares

Sábado, 03/06/2006

Autor: HUDSON CORRÊA; RANIER BRAGON . . . 6263BR15N
Origem do texto: DA AGÊNCIA FOLHA, EM CAMPO GRANDE; DA SUCURSAL EM BRASÍLIA
Editoria: BRASIL Página: A15 066/946026
Edição: São Paulo Jun 3, 2006
Arte: QUADRO: A FRAUDE DAS AMBULÂNCIAS
Assuntos Principais: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL; OPERAÇÃO SANGUESSUGA; DENÚNCIA; PARLAMENTAR; PLANAM
IEMPRESA!; PROPINA

Denúncia liga sanguessugas a parlamentares

HUDSON CORREA
DA AGÊNCIA FOLHA, EM CAMPO GRANDE
RANIER -BRAGON
DA SUCURSAL EM BRASÍLIA

Na ação do Ministério Público Federal contra a máfia dos sanguessugas, foram denunciados assessores, ex-assessores e até um suplente (que exerceu o cargo em 2003 e 2004) de 21 deputados e de um senador, Ney Suassuna (PMDB-RN).

A denúncia, apresentada anteontem à Justiça Federal em Cuiabá (MT), inclui também nove ex-deputados e o ex-senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), presidente estadual do partido e que dirigiu o INSS em 2004, no governo Lula.

No total foram denunciadas 81 pessoas por corrupção passiva e ativa, lavagem de dinheiro, crime contra a lei de licitações e formação de quadrilha. Os detalhes da ação estão sob sigilo de Justiça. A lista traz nomes de oito assessores que ainda trabalham na Câmara, segundo registros da Casa.

Zenon de Oliveira Moura é funcionário da deputada Sandra Rosado (PSB-RN). A parlamentar anunciou ontem a demissão do assessor. Marido dela, o ex-deputado Laire Rosado Filho e um ex-funcionário também foram denunciados.

Outro acusado, Newton Augusto Sabaraense, está no gabinete de Teté Bezerra (PMDB-MT), mulher de Bezerra.

Responsável pela denúncia, o procurador da República em Cuiabá Mário Lúcio Avelar disse que Sabaraense recebia propina da Planam, empresa que vendia ambulâncias superfaturadas a prefeituras. Ele diz que o ex-senador Bezerra também aparece na lista de pagamentos.

O esquema

Segundo o procurador, havia pagamento de propina para elaboração de emendas ao Orçamento destinadas à compra das ambulâncias.

A Procuradoria-geral da República pediu ao Supremo Tribunal Federal abertura de inquérito contra 15 deputados, mas não divulgou o nome deles.

Na Operação Sanguessuga, realizada no dia 4 de maio, a Polícia Federal prendeu 54 pessoas, entre empresários, lobistas, 12 assessores de deputados e dois do senador Suassuna, demitidos logo após as prisões. O senador nega envolvimento.

Os deputados que tiveram assessores presos são: Nilton Capixaba (PTB-RO), Benedito Dias (PP-AP), Reginaldo Germano (PP-BA), Elaine Costa (PTB-RJ), Edna Macedo (PTB-SP), João Mendes (PSB-RJ), Maurício Rabelo (PFL- TO), Laura Carneiro (PFL-RJ), Vieira Reis (PRB-RJ) e Pedro Ribeiro (PMDB-CE). Capixaba teve quatro ex-assessores denunciados, segundo a PF.

Em sua denúncia, a Procuradoria incluiu o suplente do deputado Múcio Gurgel Sá (PSB-RN). Ele substituiu seu colega de partido Iberê Ferreira (RN) em 2003 e 2004, conforme informa a Câmara. A secretária de Ferreira informou que ele estava incomunicável no interior Rio Grande do Norte.

Os demais deputados com assessores ou ex-funcionários envolvidos são Lino Rossi (PP-MT), Airton Roveda (PPS-PR), João Caldas (PL-AL), Jorge Pinheiro (PL-DF), João Batista (PP-SP), Vanderlei Assis (PP-SP), Helenildo Ribeiro (PSDB-AL) e Eduardo Gomes (PSDB-TO). Não há acusação contra esses deputados.

Outro lado

Carlos Bezerra e sua mulher, Teté Bezerra, disseram por meio do advogado Elarmin Miranda que não possuem qualquer ligação com o suposto esquema de fraude.

"O advogado Eduardo Mahon, que defende Maria da Penha Lino [ex-assessora do Ministério da Saúde], disse que ela não apontou o nome da deputada e ou do senador. Ela listou mais de 250 parlamentares supostamente envolvidos", disse Miranda, referindo-se ao depoimento de Penha à PF.

Bezerra afirma ainda que o Congresso, por meio da Comissão Mista de Orçamento, aponta que ele não apresentou nenhuma emenda durante seu mandato (1995-2002) para compra de ambulâncias.

Funcionário de Teté, Newton Augusto Sabaraense disse que recebe documentação de prefeituras para liberação de verba nos ministérios, mas diz que não trabalhou com verbas para compra de ambulâncias.

A assessoria de Sandra Rosado informou que a parlamentar "nada teme" e quer a apuração da denúncia. A parlamentar vai demitir o funcionário acusado.

Armando Holanda, advogado de Laire Rosado e do suplente de Múcio Gurgel de Sá, disse ter documentação para contestar as acusações.

Procurado desde o início de maio pela Folha, Nilton Capixaba não se pronunciou até hoje sobre as acusações.

Mensaleiros mantêm poder na Câmara

Segunda-feira, 05/06/2006

Autor: RANIER BRAGON . .

7487BRA6S

Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Editoria: BRASIL

Página: A6

066/952413

Edição: São Paulo

Jun 5, 2006

Arte: QUADRO: MENSALEIROS REALOCAM EX-ASSESSORES

Observações: COM SUB-RETRANCAS

Vinheta/Chapéu: ESCÂNDALO DO MENSALÃO IUM ANO DEPOIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; CORRUPÇÃO; MENSALÃO; ACUSADO; DEPUTADO FEDERAL; MENSALEIRO; CÂMARA DOS DEPUTADOS; GESTÃO; GABINETE; REALOCAÇÃO

O ex-deputado José Borba, que renunciou há sete meses, continua a despachar semanalmente na liderança do PMDB na Casa 45 ex-assessores dos sete congressistas que perderam o mandato foram alocados, sem concurso público, em outros gabinetes da Casa

RANIER BRAGON
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

José Borba, 56, o ex-líder do PMDB que renunciou há sete meses ao mandato de deputado federal (PR) por suspeita de envolvimento com o mensalão, continua a despachar semanalmente na Liderança do partido na Câmara como se nada tivesse acontecido. Dois de seus três filhos e outros seis ex-assessores de seu gabinete mantiveram o emprego no Legislativo com salários de até R\$ 7.500.

Para a maioria dos sete deputados federais que perderam o mandato devido à crise (três foram cassados, e quatro renunciaram antes da abertura do processo), a punição não significou o afastamento do Congresso ou da vida pública.

Cruzamento feito pela Folha entre o nome dos funcionários que trabalhavam nos sete gabinetes e a atual lista de pessoal da Câmara mostra que 45 ex-assessores dos supostos mensaleiros foram alocados, sem concurso público, em gabinetes de correligionários, de suplentes ou em órgãos da Câmara sob influência dos partidos.

Dos 19 deputados suspeitos de envolvimento com o mensalão, 11 foram absolvidos pela Câmara; só falta julgar José Janene (sem partido-PR).

"Estou acompanhando alguns projetos, tenho saldo das emendas remanescentes. Vou aos ministérios aonde estão os projetos, já que tenho tido algumas liberações", explica-se Borba. As "liberações" são relativas às emendas que cada parlamentar faz anualmente ao Orçamento da União (em geral, destinando recursos a obras em seus redutos eleitorais). Borba está em campanha para se reeleger.

Dos 18 funcionários de seu gabinete, 8 permaneceram na Câmara após sua renúncia. Quatro foram para a Liderança do PMDB, incluindo seu filho Fabio Rodrigues Borba. Outros dois entre eles, outro filho, Marcelo Rodrigues Borba foram para a Coordenação de Registro Funcional da Câmara, órgão famoso por abrigar parentes de deputados.

Um foi para a equipe do correligionário Hermes Parcianello (PMDB-PR), e o último, para a da deputada Maninha (PSOL-DF), que não mantém relação política com Borba.

Nem todos os 45 assessores escaparam da degola por influência. Tudo indica que há funcionários que buscaram novo emprego por conta própria e, pelo currículo, foram admitidos sem ajuda do ex-chefe.

Campeão

O "campeão" na tarefa de emplacar ex-assessores foi Carlos Rodrigues (sem partido-RJ), que renunciou para escapar da cassação. Sete ex-funcionários continuaram trabalhando para Reinaldo Gripp (PL-RJ), que assumiu a vaga. Todos, porém, já foram exonerados.

Um deles, Lidio Couto Amorim, migrou para o gabinete de Wanderval Santos (PL-SP), acusado de envolvimento com o mensalão que acabou absolvido. Vieira Reis (PRB-RJ) e Zelinda Novaes (PFL-BA) também abrigaram ex-funcionários de Rodrigues.

O ex-deputado é, talvez, o que menos tenha chance de volta imediata à política preso, é acusado de envolvimento no escândalo das ambulâncias.

Valdemar Costa Neto (SP), ex-presidente do PL, que renunciou, está em campanha. Após deixar a Câmara, abrigou quatro assessores na Liderança do PL. Três outros foram alocados em comissões da Casa.

Roberto Jefferson, autor da denúncia sobre o mensalão e um dos três cassados, teve oito ex-assessores "reaproveitados": quatro no gabinete de Fernando Gonçalves (PTB-RJ), que assumiu sua vaga, dois na Liderança do PTB e dois na 2ª secretaria da Câmara, controlada por seu aliado Nilton Capixaba (PTB-RO).

Já Pedro Corrêa (PE), que continua na presidência do PP mesmo após ter sido cassado, em março, viu seis ex-assessores manterem seus empregos.

Os dois petistas que perderam o mandato tiveram sete assessores aproveitados. Os gabinetes de Socorro Gomes (PC do B-PA), Maninha (PSOL-DF), Sandro Mabel (PL-GO) e Professor Luizinho (P-SP) abrigaram ex-funcionários de Paulo Rocha (PT-PA). Mariângela Duarte (PT-SP) e Carlos Abicalil (PT-MT) têm ex-funcionários de José Dirceu (PT-SP).

País repatria menos de 10 % do dinheiro da corrupção

Autor: LILIAN CRISTOFOLETTI
Origem do texto: DA REPORTAGEM LOCAL
Editoria: BRASIL
Edição: São Paulo
Arte: QUADRO: O MAPA DA MINA
Observações: COM SUB-RETRANCAS
Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; CORRUPÇÃO; REPATRIAÇÃO; DEVOLUÇÃO; DINHEIRO; FRAUDE;
IRREGULARIDADE; REMESSA

Página: A4
Jun 5, 2006

Segunda-feira, 05/06/2006
7483LIANS

066/952441

País repatria menos de 10% do dinheiro da corrupção

Governo busca reaver US\$ 400 mi que foram enviados ao exterior ilegalmente

Retomo para São Paulo de US\$ 1 milhão de conta nas Ilhas Cayman atribuída a Celso Pitta, obtido há poucos dias, ainda é exceção

LILIAN CRISTOFOLETTI
DA REPORTAGEM LOCAL

O Brasil pleiteia hoje o retomo de pelo menos US\$ 400 milhões que foram enviados para o exterior de forma ilegal. Segundo investigações, trata-se de dinheiro de corrupção, de fraude ou do narcotráfico. Por enquanto, o valor repatriado não chega a US\$ 37 milhões cerca de 8,4% do total.

Dos 328 casos que o Ministério da Justiça acompanha, todos com possibilidade de remessas ilegais para o exterior, em apenas três houve ressarcimento e, mesmo assim, de valores ainda muito baixos se comparados aos danos causados.

O último deles, por exemplo, foi o caso dos ex-prefeitos paulistanos Paulo Maluf (PP) e Celso Pitta, investigados pelo Ministério Público pelo suposto desvio de verba de obras públicas, estimado entre US\$ 360 milhões e US\$ 400 milhões.

Na semana passada, numa ação movida pelos promotores da Cidadania Sílvio Marques e Sérgio Turra Sobrane, US\$ 1,01 milhão atribuído a Pitta voltou das Dhas Cayman e foi depositado em uma conta judicial em breve, deverá voltar aos cofres municipais.

Os outros dois casos em que houve ressarcimento parcial foi o do juiz aposentado Nicolau dos Santos Neto, apontado como um dos responsáveis pelo desvio de R\$ 169,5 milhões do Fórum Trabalhista de São Paulo, e o da ex-advogada Jorgina de Freitas, que participou da fraude milionária do INSS, no final da década de 80.

Por determinação judicial, um apartamento de Nicolau em Miami foi vendido por US\$ 870 mil, e o dinheiro voltou para a União. Do rombo de US\$ 600 milhões do INSS, 15% foram recuperados. Nas três investigações, nem todo o dinheiro no exterior ainda foi rastreado.

Investigação

Especialistas apontam uma série de entraves nacionais e internacionais para justificar o baixo rendimento e dizem ainda que a ação do Brasil não pode estar focada só na devolução mas também na coleta de provas que levem à desarticulação das quadrilhas e à verdadeira punição dos acusados.

"A investigação é muito mais ampla hoje do que no passado. Além da prisão, visa o confisco de ativos de

origem ilícita para ressarcir a vítima, muitas vezes o Estado, desarticular os grupos criminosos e fazer com que o crime não compense", disse Antenor Madruga, diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça.

Para ele, é importante que o criminoso, após sair da prisão, não possa usufruir o dinheiro. Um exemplo disso ocorreu há duas semanas, quando o ex-procurador do INSS Armando Bezerra, condenado ao lado de Jorgina por fraude, tentou, logo após ganhar a liberdade, recomprar uma casa que havia sido seqüestrada pela União. Para isso, ele usou verba que continuava oculta no exterior. A PF descobriu e o ex-procurador voltou para a prisão.

Um dos principais entraves da investigação é rastrear a rota do dinheiro no exterior. A conta bancária nunca está em nome do próprio investigado, mas no de empresas estrangeiras (offshores) abertas por ele no exterior situação permitida em paraísos fiscais.

"Basta um clique no computador para que o dinheiro passe por dez países diferentes em um único dia. Muitas vezes, quando a gente chega, a conta já foi esvaziada", disse a procuradora regional da República Janice Ascari, que atua no caso do Fórum Trabalhista.

Escritórios especializados.

A circulação do dinheiro em tempo recorde é possível graças ao aumento do número de escritórios especializados em ocultar contas no exterior.

Mas uma boa notícia, afirmou o procurador Vladimir Aras, do caso Banestado, é que, motivados pela necessidade de proteger o mercado da circulação do dinheiro sujo e de combater o terrorismo, paraísos fiscais, antes inacessíveis, hoje aceitam abrir contas suspeitas.

"A mentalidade provocou uma reação. Os criminosos tentam remeter o dinheiro para os poucos países em que ainda é difícil uma cooperação." Um desses destinos é o "Líbano, que não tem legislação sobre lavagem de dinheiro. Um pedido de ajuda internacional feito pelo Brasil sequer foi respondido.

A relação do Brasil com alguns paraísos fiscais ainda é delicada, principalmente por conta das diferentes legislações.

É o caso da Suíça, que congelou a troca de informações por entender que autoridades brasileiras usaram os dados bancários suíços sobre Maluf para fins fiscais, o que é proibido naquele país. A eventual exclusão dos papéis no processo está em análise na Justiça Federal.

Sem-terra são detidos após invadir e depredar Câmara

Autor: RANIER BRAGON; LETÍCIA SANDER; ADRIANO CEOLIN . .

Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Editoria: BRASIL

Edição: São Paulo

Página: A4 a A-S

Jun 7, 2006

Quarta-feira, 07/06/2006

081SBRA4S

066/965644

Legenda Foto: Integrantes do MLST invadem o Congresso após virar Fiat Uno na entrada do Anexo 2 da Câmara; Manifestantes do MLST fazem quebra-quebra na Câmara

Crédito Foto: Sérgio Lima/Folha Imagem

Arte: QUADRO: COMO FOI A INVASÃO

Assuntos Principais: QUESTÃO AGRÁRIA; REFORMA AGRÁRIA; CÂMARA DOS DEPUTADOS; J.11MLST /MOVIMENTO DE_ libertação DOS SEM TERRA!; INVASAO; ATO; MANIFESTAÇÃO; PROTESTO; DEPREDACÃO; VANDALISMO; PRISAO; FERIDO; BRUNO MARANHÃO

Sem-terra são detidos após invadir e depredar Câmara

MLST, grupo dissidente do MST, vira carro e quebra computadores e luminárias

Pelo menos 549 pessoas que participaram de ato foram presas pela PM; 11 supostos líderes devem ser autuados por tentativa de homicídio

RANIER BRAGON

LETÍCIA SANDER

ADRIANO CEOLIN

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Manifestantes do MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra), um grupo dissidente do MST, protagonizaram ontem um dos maiores atos de vandalismo contra o Congresso ao invadir e depredar parte da Câmara dos Deputados.

No confronto com seguranças da Câmara, pelo menos 41 pessoas entre policiais, manifestantes e servidores ficaram feridas, uma delas gravemente. Um carro foi jogado pelos sem-terra contra uma das entradas do Congresso.

A oposição usou o incidente para atacar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o PT, que tem um de seus dirigentes no comando do MLST Bruno Maranhão, detido ontem pela segurança da Câmara.

Pelo menos 549 manifestantes, sendo 42 menores de 18 anos, foram detidos e levados pela Polícia Militar para um ginásio. Onze supostos líderes do movimento seriam autuados por tentativa de homicídio. Os demais poderiam ser indiciados por tentativa de corrupção de menores, formação de quadrilha, dano ao bem público e lesão corporal.

O conflito teve início pouco antes das 15h, quando integrantes do movimento chegaram de ônibus a uma das entradas laterais da Câmara, o chamado anexo 2. Segundo seguranças e testemunhas, os integrantes do MLST, ao serem barrados por cerca de 20 policiais, deram

início ao confronto. Eles negam e dizem que foram agredidos primeiro.

Paus e pedras

O confronto se acirrou quando manifestantes empurraram e viraram contra a portaria de vidro um Fiat Uno

que estava estacionado nas proximidades. O veículo seria sorteado na festa junina dos servidores do Congresso.

Enquanto seguranças e policiais tentavam impedir a entrada, manifestantes atiravam paus, pedras e cones de sinalização. Após alguns minutos, os sem-terra romperam o cerco e entraram na Câmara.

Após a invasão, os manifestantes destruíram tudo o que encontraram pela frente no percurso de cerca de 150 passos até o Salão Verde, local de acesso ao Plenário. Balanço preliminar mostra que foram depredadas várias luminárias, quatro computadores, três portas de vidro, um busto de bronze do ex-governador Mario Covas (1930-2001) e duas exposições uma de pássaros e PLantas e outra de fotos.

"Tentamos entrar pacificamente, mas não deixaram entrar na casa do povo, que é nossa. Tivemos que usar a força. Quem perdeu o controle foi a segurança", disse Valmir Macedo, que se apresentou como coordenador do MLST.

Plenário

Segundo alguns seguranças, os sem-terra só não invadiram o Plenário porque não sabiam direito onde era a entrada. No momento, começava a sessão Plenária da tarde e havia poucos deputados presentes.

No Salão Verde, manifestantes ameaçaram novo quebra-quebra e subiram no anjo de bronze que enfeita o local, obra de Alfredo Ceschiatti (1918-1989). "Essa casa é do povo, foi construída com o dinheiro do povo, a gente tem que entrar aqui na hora que quiser. Se não deixam entrar por bem, a gente entra por mal. Aqui entram banqueiros, usineiros, empresários, só não pode entrar trabalhador?", afirmou Marcos Praxedes, 30, que se disse da direção do MLST de São Paulo.

O último tumulto de proporções significativas no Congresso aconteceu em agosto de 2003, quando servidores públicos depredaram parte do prédio em protesto contra a reforma da Previdência. Cinco seguranças da Câmara e dois manifestantes ficaram feridos.

Em abril do ano passado, o MLST invadiu o prédio do Ministério da Fazenda, permanecendo no local por seis horas.

Os integrantes do movimento foram recebidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em julho de 2004. No encontro, Lula repetiu um gesto feito anteriormente com o MST e colocou um boné do movimento.

Tropa de choque

A invasão gerou uma onda de discursos de repúdio no Plenário e de pedidos para que fosse usada a força. O presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PC do B-SP), se recusou a autorizar a entrada da tropa de choque da PM no Congresso, mas determinou que a polícia da Câmara prendesse todos os manifestantes.

Ao saber da ordem de detenção, os sem-terra deixaram o prédio e se concentraram no gramado em frente ao Congresso, onde foram cercados por centenas de seguranças e integrantes da tropa de choque da PM e da polícia montada.

"Tenho certeza de que esse tumulto não foi iniciado por gente nossa. Não estamos na época da barbárie. Quem faz barbárie é o PCC", afirmou Bruno Maranhão. Ele disse que tentou falar com Aldo nos últimos dias, mas não conseguiu. Após o tumulto, foi levado ao gabinete do presidente da Câmara, que se limitou a dizer que determinaria sua prisão.

Já fora do Congresso, Maranhão foi preso por quatro policiais da Câmara. Ao ser imobilizado, no chão, ele tremia e gritava que tinha ponte de safena. Acabou levado para atendimento médico.

Dinheiro de Okamoto é suspeito, diz Coaf

Autor: MARTA SALOMON; ADRIANO CEOLIN . .

Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Editoria: BRASIL

Edição: Nacional

Vinheta/Chapéu: ESCÂNDALO DO MENSALÃO / UM ANO DEPOIS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; CRISE POLÍTICA; CORRUPÇÃO; MENSALÃO; PAULO OKAMÓTTO; COAF

/CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS/; RED STAR /EMPRESA!; PT /PARTIDO/; LUIZ INACIO LULA DA SILVA; PAGAMENTO; DÍVIDA; CPI DOS BINGOS

Quarta-feira, 07/06/2006

0580BR14N

066/964523

Página: A 14

Jun 7, 2006

Dinheiro de Okamoto é suspeito, diz Coaf

Relatório afirma que empresa da família do amigo de Lula apresentou movimentação 'incompatível com o patrimônio'

Presidente do Sebrae citou a Red Star como origem do dinheiro empregado para pagar parte dos R\$ 29,4 mil que presidente devia ao PT .

MARTA SALOMON

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Relatório do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) complicou a situação de Paulo Okamoto, amigo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no relatório final da CPI dos Bingos, a ser apresentado hoje. Segundo o Coaf, a empresa Red Star (Estrela Vermelha), da família de Okamoto, teve movimentação "incompatível com o patrimônio e a capacidade financeira presumida, além de não mostrar ser resultado de atividade ou negócios normais da empresa" .

Okamoto aponta a Red Star como origem do dinheiro destinado ao pagamento de parte da dívida de R\$ 29,4 mil de Lula, que a oposição suspeita ter sido quitada com recursos do caixa dois do PT. O relatório do Coaf reforça a possibilidade de Okamoto ter o indiciamento pedido, pelo relator Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Até ontem à noite, o senador negociava o texto de seu relatório. Sobre o pedido de indiciamento de pessoas mais próximas do presidente, havia duas versões do texto, segundo Garibaldi. "Há duas alternativas: ou pedimos o indiciamento ou o aprofundamento das investigações", disse o relator sobre Okamoto e o chefe-de-gabinete de Lula, Gilberto Carvalho.

Desde dezembro, a CPI dos Bingos vinha cobrando do Coaf informações completas do rastreamento nas contas de Paulo Okamoto e da Red Star a partir da reportagem da Folha, na qual o amigo de Lula se apresentava como responsável pelo pagamento de sua dívida.

As informações cobertas por tarjas pretas no relatório encaminhado em dezembro revelam que a Red Star movimentou R\$ 645 mil entre maio de 2002 e agosto de 2005, no Bradesco, "sem indicação clara da finalidade". O Coaf identificou um pagamento do PT à empresa no valor de R\$ 22,4 mil durante o período em que Okamoto diz ter repassado ao partido dinheiro para quitar a dívida do presidente. A Red Star comercializa brindes do PT.

A assessoria do presidente do Sebrae não conseguiu localizar Okamoto ontem para comentar o comunicado do Coaf. Okamoto conseguiu bloquear o acesso da CPI aos seus dados bancários e deixou sem resposta ofício da comissão sobre a origem detalhada do dinheiro supostamente destinado ao pagamento da dívida de Lula.

As vésperas de apresentar o relatório final da CPI, Garibaldi Alves afirmou que prefere ver o texto rejeitado a ter de fazer um acordo com a bancada governista para retirar nomes da lista de pedidos de indiciamento ao Ministério Público.

“Melhor que aconteça isso [a rejeição] do que ter descaracterizar o meu relatório”, disse Garibaldi, que vai ler seu relatório amanhã a votação será na próxima semana. A oposição não tem votos suficientes para aprovar o texto do relator.

Garibaldi reafirmou que deve pedir o indiciamento de 70 pessoas, além de apontar "fortes indícios" de que a campanha de Lula ao Planalto, em 2002, recebeu doações irregulares de empresários de bingos. Metade dos pedidos de indiciamento já faz parte do relatório parcial que entregamos no fim do ano 'passado", disse ele.

Colaborou ADRIANO CEOLIN, da Sucursal de BRASÍLIA

Dantas diz a senadores que PT pressionou Opportunity

Quinta-feira, 08/06/2006
1934BRAas

Autor: LEONARDO SOUZA

Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Editoria: BRASIL

Edição: São Paulo

Página: Aa

Jun a, 2006

066/969622

Observações: COM SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: CCJ ICOMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E G DO SENADO!; INVESTIGAÇÃO; ESPIONAGEM; KROLL /EMPRESA!; GOVERNO LULA; DANIEL DANT AS; AUDIÊNCIA; OPPORTUNITY /EMPRESA!; CASSIO CASSEB; GUSTAVO MARIN; DEFESA.

Dantas diz a senadores que PT pressionou Opportunity

Banqueiro afirma na CCJ que sócio foi sondado para contribuir com o partido 'Houve extorsão. Pode não ter sido bem-sucedida, mas houve extorsão', afirma Arthur Virgílio; 'Essa é uma conclusão do sr.', diz Dantas

LEONARDO SOUZA

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O banqueiro Daniel Dantas (Opportunity) confirmou ontem, em audiência na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, que seu ex-sócio Carlos Rodenburg foi procurado pelos petistas Ivan Guimarães e Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT, em ocasiões distintas, para que a instituição contribuísse com o partido.

Dantas preferiu não usar termos como "extorsão" ou "achaque", no entanto afirmou que foi até os Estados Unidos para consultar o Citibank sobre o assunto. Na época, o Opportunity tinha um acordo com o Citi que permitia a Dantas controlar a Brasil Telecom.

De acordo com Dantas, pouco antes de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tomar posse, Guimarães, que depois assumiria o Banco Popular do Brasil, procurou Rodenburg e lhe entregou uma caixa vermelha com um "kit" do PT.

Dantas disse que Rodenburg não entendeu o gesto como um pedido de doação e devolveu a caixa ao partido. Segundo o banqueiro, o PT não teria gostado disso.

Meses depois, quando já estava no governo, Delúbio teria procurado Rodenburg. O então tesoureiro teria dito que o partido enfrentava uma dificuldade financeira da ordem de US\$ 50 milhões: "Somos administradores de fundos, não seria possível atender a esse Pleito", afirmou Dantas. Segundo ele, o Citibank lhe enviou uma carta dizendo que não aceitaria fazer pagamentos ao partido. O banqueiro disse não ter feito doação ao PT.

"Houve extorsão. Pode não ter sido bem-sucedida, mas é claro que houve extorsão", disse o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM). "Essa é uma conclusão do senhor", replicou Dantas. Durante a sessão, os senadores do PFL José Agripino (RN), Edson Lobão (MA) e Heráclito Fortes (PI) defenderam Dantas ou levantaram pontos favoráveis à sua defesa.

Dantas contou também no Senado que foi procurado pelo então ministro José Dirceu (Casa Civil). De acordo com sua fala na audiência, o ministro o chamou para uma conversa no Palácio do Planalto.

Dirceu teria dito que o governo queria resolver a disputa entre os fundos de pensão e o Opportunity pelo controle da Brasil Telecom e que o presidente do Banco do Brasil na época, Cássio Casseb, teria sido escolhido pelo governo para tratar do assunto.

Dantas contou que teve encontro com Casseb na sede do BB e que o tom da conversa foi duro. Segundo o banqueiro, Casseb teria dito a ele para que o Opportunity abrisse mão do controle da Brasil Telecom. "Perguntei o que receberia em troca. Ele disse: 'Nada.'"

"O tom do Delúbio não era de intimidação, ao contrário do Casseb, nitidamente intimidatório", disse. Dantas relatou conversas que diz ter tido com o presidente do Citibank no Brasil, Gustavo Marin.

O dirigente do banco americano teria contado a Dantas que o governo vinha pressionando o Citibank por conta de sua associação com o Opportunity. Segundo ele, por conta dessas pressões, o Citibank teria desfeito o acordo com o Opportunity, que perdeu o controle da Brasil Telecom.

Investigação

Dantas voltou a negar que tenha responsabilidade na contratação da Kroll pela Brasil Telecom. Admitiu, porém, que participou de reuniões com o fundador da empresa, Jules Kroll, e de conferências telefônicas com membros daquela agência de investigação. O banqueiro contou que chegou a recomendar a Jules que procurasse o governo para dizer que a Kroll não havia espionado autoridades do país.

Questionado pelo senador Eduardo Suplicy (PT -S:P) se não seria responsável pelo trabalho da Kroll, já que a agência fora contratada pela Brasil Telecom na gestão do Opportunity, disse: "Por esse caso, o presidente Lula seria o responsável pelo mensalão. O mensalão ocorreu no governo Lula".

Outro lado

Procurado pela Folha, o ex-presidente do Banco do Brasil Cássio Casseb disse que não iria comentar nada sobre Daniel Dantas, Opportunity ou Brasil Telecom. O Citibank informou que não podia comentar o caso uma vez que tem um processo na Justiça americana

contra Dantas.

No ano passado, em depoimento à CPI dos Correios, o presidente do Citi no Brasil, Gustavo Marin negou que tivesse sido pressionado por autoridades brasileiras a desfazer o acordo com o Opportunity.

Conselho de Ética pede cassação de Janene

Autor: RANIER BRAGON; JOSÉ MASCHIO . .

Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA; DA AGÊNCIA FOLHA, EM LONDRINA

Editoria: BRASIL

Página: A7

Edição: São Paulo

Jun 14, 2006

Legenda Foto: Deputados discutem parecer que pede a cassação de Janene

Crédito Foto: Sérgio Lima/Folha Imagem

Assuntos Principais: GOVERNQ LULA; CORRUPÇÃO; MENSALÃO; CONSELHO DE ÉTICA; CASSAÇÃO; JOSÉ JANENE;

JULGAMENTO: CCJ /COMISSAO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA!

Quarta-feira, 14/06/2006

4803BRA7S

066/1000666

Conselho de Ética pede cassação de Janene

Parecer contra o ex-líder do PP na Câmara é aprovado por 12 votos e uma abstenção; deputado vai recorrer da decisão

Acusado de ter recebido R\$ 4,1 mi do valerioduto, deputado diz que esperava decisão porque conselho sempre sugere a cassação

RANIER BRAGON
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Por 12 votos a favor e uma abstenção, o Conselho de Ética da Câmara aprovou ontem parecer pela cassação do deputado José Janene (PR), ex-líder da bancada do PP, concluindo assim o julgamento dos acusados de envolvimento com o mensalão um ano e sete dias após a revelação do esquema.

Janene só terá o mandato cassado se pelo menos 257 dos 513 deputados aprovarem o parecer, em votação secreta.

O ex-líder do PP é apontado como beneficiário de R\$ 4,1 milhões do valerioduto. Janene admitiu apenas ter intermediado o repasse de R\$ 700 mil para pagar os honorários do advogado que defende o ex-deputado Ronivon Santiago (PP-AC).

"O recebimento dos R\$ 700 mil é suficiente para a cassação, como ocorreu no caso de Pedro Corrêa, mas o recebimento de outros valores também estão comprovados", disse o relator, Jairo Carneiro (PFL-BA).

Na reunião do conselho, todos se manifestaram a favor da cassação de Janene, com exceção dos dois integrantes do PP, os deputados Ildeu Araujo (SP) e Márcio Reinaldo Moreira (MG). Na hora da votação, entretanto, Moreira não apareceu e Araujo se absteve.

Janene não compareceu à sessão. Um de seus advogados, José Rollemberg, disse que vai recorrer da decisão à CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara e ao STF (Supremo Tribunal Federal).

Em Londrina, Janene disse que já esperava pela decisão: "Foi normal, porque o conselho sempre recomenda a cassação, mas não foi dado o direito de as testemunhas de defesa se

expressarem". O deputado disse que sua defesa no Conselho de Ética foi prejudicada por sua cardiopatia, que o impossibilitou de comparecer ao conselho, e pelo fato de não terem sido ouvidas duas testemunhas de defesa, o deputado Aldo Rebelo (PC do B) e o ex-ministro José

Dirceu: "Eles poderiam testemunhar a meu favor".

Janene impetrou mandado de segurança, que será julgado neste mês pelo STF, contra decisão da Câmara que lhe negou aposentadoria por invalidez. Caso consiga a aposentadoria, seu processo de cassação será automaticamente suspenso.

Desde o início da crise, 19 deputados federais foram acusados de envolvimento no esquema. Quatro renunciaram antes do início do processo. Contrariando diversos relatórios do conselho, a Câmara absolveu 11 deputados e cassou três: José Dirceu (PT), Roberto Jefferson (PTB) e Pedro Corrêa (PP).
Colaborou JOSÉ MASCHIO, da Agência Folha, em Londrina

Ciência e Tecnologia foi alvo de sanguessuga

Autor: ANDRÉA MICHAEL . .

Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Editoria: BRASIL

Edição: São Paulo

Arte: TABELA: DEPUTADOS QUE ENVIARAM OFÍCIO AO MCT

Observações: COM SUB-RETRANCAS

Assuntos Principais: MÁFIA DOS SANGUESSUGAS; PLANAM /EMPRESA!; FRAUDE; PROJETO SOCIAL; INCLUSÃO; DIGITAL; MCT /MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA!; VERBA; LIBERAÇÃO

Segunda-feira, 19/06/2006

0320BR15S

066/1026900

Página: A 15

Jun 19,2006

Ciência e Tecnologia foi alvo de sanguessuga

Planam, empresa que comandou fraude na Saúde: intermediou liberação de verba para projeto de inclusão digital itinerante

Deputados usavam ofício padrão feito pela Planam para informar ministério sobre emendas destinadas à aquisição de ônibus.

ANDRÉA MICHAEL
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A Planam, empresa que comandou a máfia dos sanguessugas no Ministério da Saúde, atuou também para a liberação de recursos no MCT (Ministério da Ciência e Tecnologia).

O esquema de desvio de verbas públicas dos sanguessugas, que se tomou conhecido pelas fraudes na compra de ambulâncias e teria movimentado R\$ 110 milhões desde 2001, teve também como alvo em 2005 o dinheiro destinado à aquisição de ônibus equipados com computadores para dar aulas de informática em prefeituras do país, projeto conhecido como inclusão digital itinerante.

Em meio a um conjunto de papéis obtidos pela Folha, há ofícios em nome de 20 deputados destinados ao então ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos (PSB-PE), nos quais os parlamentares informam sobre a inclusão no Orçamento de emendas deles destinadas a iniciativas no segmento de inclusão de digital.

Em texto padrão, os documentos deixam espaço em branco para o parlamentar escrever o nome da entidade que deverá gerir o projeto. Os ofícios fazem parte da contabilidade da Planam. Os arquivos foram copiados da base de dados da Planam por Maria da Penha Lino, a ex-servidora do Ministério da Saúde responsável por agilizar os trâmites burocráticos necessários à liberação do dinheiro para a máfia dos sanguessugas.

Em depoimento ao Ministério Público e à Polícia Federal, Maria da Penha, que foi funcionária da Planam até março de 2005, acusou 81 parlamentares de envolvimento com o esquema. Os documentos obtidos pela Folha agora trazem quatro nomes que estão na lista dos sanguessugas e que também aparecem na nova fraude: os deputados Heleno Silva (PL-SE), João Correia (PMDB-AC), Júnior Betão (PL-AC) e Osmânio Pereira (PMDB-MG). Brecha digital.

Como foram entregues à reportagem em meio digital, os ofícios não apresentam as assinaturas dos parlamentares. Porém, os documentos têm data, foram elaborados em papel timbrado da Câmara e chegaram ao seu destino.

Com a intermediação da Planam, que é negada pelos deputados ao saberem que sua assinatura não consta dos documentos, metade dos parlamentares teve seus pedidos atendidos. Em 2005, 57% de R\$ 9,95 milhões

destinados diretamente pelo Ministério da Ciência Tecnologia à inclusão digital itinerante foram empenhados em favor de projetos intermediados pela Planam. Por meio da Finep (Fundação de Estudos e Projetos), órgão vinculado ao MCT, outros R\$ 2,23 milhões foram usados para pagar projetos apresentados em ofícios feitos pela Planam.

Ciência e Tecnologia foi alvo de sanguessuga

Segunda-feira, 19/06/2006
0320BR15S

Autor: ANDRÉA MICHAEL . .

Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Editoria: BRASIL

Página: A 15

Edição: São Paulo

Jun 19,2006

066/1026900

Arte: TABELA: DEPUTADOS QUE ENVIARAM OFÍCIO AO MCT

Observações: COM SUB-RETRANCAS

Assuntos Principais: MÁFIA DOS SANGUESSUGAS; PLANAM /EMPRESA!; FRAUDE; PROJETO SOCIAL; INCLUSÃO; DIGITAL; MCT /MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA!; VERBA; LIBERAÇÃO

Ciência e Tecnologia foi alvo de sanguessuga

Planam, empresa que comandou fraude na Saúde: intermediou liberação de verba para projeto de inclusão digital itinerante

Deputados usavam ofício padrão feito pela Planam para informar ministério sobre emendas destinadas à aquisição de ônibus

ANDRÉA MICHAEL
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A Planam, empresa que comandou a máfia dos sanguessugas no Ministério da Saúde, atuou também para a liberação de recursos no MCT (Ministério da Ciência e Tecnologia).

O esquema de desvio de verbas públicas dos sanguessugas, que se tomou conhecido pelas fraudes na compra de ambulâncias e teria movimentado R\$ 110 milhões desde 2001, teve também como alvo em 2005 o dinheiro destinado à aquisição de ônibus equipados com computadores para dar aulas de informática em prefeituras do país, projeto conhecido como inclusão digital itinerante.

Em meio a um conjunto de papéis obtidos pela Folha, há ofícios em nome de 20 deputados destinados ao então ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos (PSB-PE), nos quais os parlamentares informam sobre a inclusão no Orçamento de emendas deles destinadas a iniciativas no segmento de inclusão de digital.

Em texto padrão, os documentos deixam espaço em branco para o parlamentar escrever o nome da entidade que deverá gerir o projeto. Os ofícios fazem parte da contabilidade da Planam. Os arquivos foram copiados da base de dados da Planam por Maria da Penha Lino, a ex-servidora do Ministério da Saúde responsável por agilizar os trâmites burocráticos necessários à liberação do dinheiro para a máfia dos sanguessugas.

Em depoimento ao Ministério Público e à Polícia Federal, Maria da Penha, que foi . funcionária da Planam até março de 2005, acusou 81 parlamentares de envolvimento com o esquema. Os documentos obtidos pela Folha agora trazem quatro nomes que estão na lista dos sanguessugas e que também aparecem na nova fraude: os deputados Heleno Silva (PL-SE), João Correia (PMDB-AC), Júnior Betão (PL-AC) e Osmânio Pereira (PMDB-MG). Brecha digital.

Como foram entregues à reportagem em meio digital, os ofícios não apresentam as assinaturas dos parlamentares. Porém, os documentos têm data, foram elaborados em papel timbrado da Câmara e chegaram ao seu destino.

Com a intermediação da Planam, que é negada pelos deputados ao saberem que sua assinatura não consta dos documentos, metade dos parlamentares teve seus pedidos atendidos. Em 2005, 57% de R\$ 9,95 milhões

destinados diretamente pelo Ministério da Ciência Tecnologia à inclusão digital itinerante foram empenhados em favor de projetos intermediados pela Planam. Por meio da Finep (Fundação de Estudos e Projetos), órgão vinculado ao MCT, outros R\$ 2,23 milhões foram usados para pagar projetos apresentados em ofícios feitos pela Planam.

Em maio, quando surgiram as primeiras pistas de que o esquema dos sanguessugas poderia ter atuado em outros setores, o MCT suspendeu todos os projetos de inclusão digital.

A Finep detectou "indícios de fraude na execução dos projetos", conforme nota de esclarecimento divulgada na época. Auditoria feita pelo órgão concluiu que "estritamente do ponto de vista processual dos projetos (...), não há evidências de normas vigentes".

O projeto de maior valor foi lastreado por emenda da deputada Edna Macedo (PTB-SP). É de R\$ 1,6 milhão e destina-se a ônibus de inclusão digital para cidades de São Paulo. A assessoria da deputada disse que, por iniciativa de Edna, a emenda foi cancelada.

Um ofício de 3 de maio de 2005, atribuído ao deputado Júnior Betão (PL-AC), informa ao ministro Eduardo Campos o destino de duas emendas voltadas para iniciativas de inclusão digital: R\$ 950 mil para municípios do Acre e R\$ 150 mil para a cidade de Rio Branco (AC). Apesar de suspender o pagamento depois, o ministério empenhou verbas para a emenda de valor mais alto.

O deputado Paulo Baltazar (PSB-RJ) conseguiu a liberação de pagamento para uma emenda de R\$ 1,08 milhão destinada a municípios do Rio de Janeiro.

Os documentos obtidos pela Folha incluem ofícios elaborados pela Planam em nome de dez prefeitos e destinados, entre janeiro e abril de 2005, a Eunício Oliveira, então ministro das Comunicações. Os ofícios apresentam projetos de inclusão digital, sempre em modelo padrão, por meio dos quais as prefeituras pedem, cada uma, R\$ 250 mil para comprar e equipar seus ônibus.

Dos dez projetos intermediados pela Planam, o ministério empenhou verbas para pagar três deles, mas em valores inferiores e com destino a telecentros fixos. Sob a gestão do ministro Hélio Costa, Rolante (RS) recebeu R\$ 55 mil. Houve empenho de verbas para Pancas (ES R\$ 80 mil) e Poconé (MT - R\$ 55 mil).

Oposição consegue aprovar relatório da CPI dos Bingos

Autor: MARTA SALOMON; ADRIANO CEOLIN . .

Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Editaria: BRASIL

Edição: São Paulo

Observações: COM SUB-RETRANCAS

Vinheta/Chapéu: ESCÂNDALO DO MENSALÃO / HORA DAS CONCLUSÕES

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; CRISE POLÍTICA; CPI DOS BINGOS; RELATÓRIO; PT *IPARTIDOI*; FRAUDE; CORRUPÇÃO; INVESTIGAÇÃO; OPOSIÇÃO; RELATÓRIO; APROVAÇÃO

Página: A4

Jun 21 , 2006

Quarta-feira, 21/06/2006

3404BRA4S

066/1034232

Oposição consegue aprovar relatório da CPI dos Bingos

Texto foi aprovado por 12 votos a 2, depois que governistas desistiram de derrubá-lo Paulo Okamoto, que teve indiciamento pedido pela comissão, afirma que vai recorrer à Justiça contra o que chamou de "calúnias"

MARTA SALOMON

ADRIANO CEOLIN

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Depois de quase um ano de investigações, a oposição derrotou o governo na CPI dos Bingos e aprovou ontem o relatório final da comissão, que pede o indiciamento de 83 pessoas físicas e jurídicas. Entre elas estão Paulo Okamoto, amigo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e presidente do Sebrae, e o ex-ministro Antonio Palocci. O texto foi aprovado por 12 votos a 2. A oposição, porém, não conseguiu incluir na relação, a ser encaminhada ao Ministério Público, o chefe-de-gabinete de presidente Lula, Gilberto Carvalho, e o ex-ministro José Dirceu (Casa Civil).

A aprovação ocorreu depois que os governistas perderam a maioria de votos de que dispunham havia meses na CPI. Sem incriminar o presidente, o texto aprovado menciona Luiz Inácio Lula da Silva em dois episódios suposta doação irregular de empresários de bingos para sua campanha e envolvimento de assessores dele em cobrança de propina em prefeituras petistas.

As investigações da CPI também avançaram sobre denúncias de corrupção nas prefeituras petistas de Santo André e Ribeirão Preto e no assassinato do prefeito Celso Daniel, em janeiro de 2002. Pelo fato de abrir o leque das investigações, a comissão chegou a ser chamada por Lula de "CPI do Fim do Mundo". O relatório com os pedidos de indiciamento será enviado ao Ministério Público.

O texto do relator Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) foi aprovado com uma pequena mudança: à proposta de legalização dos jogos de bingos serão reunidos nove outros projetos apresentados no Senado, um deles que proíbe a atividade.

A oposição ainda tentou incluir na lista de pedidos de indiciamento os nomes de Carvalho e de Dirceu. Eles teriam supostamente participado do esquema de cobrança de propina e da tentativa de atrapalhar a investigação do assassinato do prefeito de Santo André.

Depois de admitir mudar seu parecer para evitar que a CPI terminasse sem relatório final, Garibaldi Alves Filho recusou o apelo da oposição. "Não tenho motivo para agradar o presidente, mas não tenho como sugerir o indiciamento. Isso não significa que esteja defendendo a inocência do Gilberto Carvalho", explicou o senador.

A derrota

O governo reconheceu a derrota antes mesmo que o presidente da CPI, Efraim Morais (PFL-PB), começasse a colher os votos dos colegas. Depois de anunciado o resultado, o senador Tião Vianna (PT-AC) disse que, diante da derrota já iminente, havia liberado os demais aliados do governo a aprovarem o relatório final.

A alternativa apoiada pelo governo, apresentada pelo senador Magno Malta (PL-ES), autor do pedido de abertura da CPI dos Bingos, não continha nenhum pedido de indiciamento e proibia os bingos. Na virada de votos, Malta votou com o relator, assim como o senador Eduardo Suplicy (PT -SP).

Com o governo, votaram apenas o coordenador da bancada na CPI, Tião Vianna, e Ana Júlia Carepa (PT -P A). A principal reação dos governistas ao resultado de ontem deverá ser recorrer ao Supremo Tribunal Federal, com o argumento de que a CPI não se limitou a investigar o envolvimento dos bingos com o crime organizado, sinalizou o senador.

"Qualquer um dos que tiveram o indiciamento pedido irá apresentar defesa no Supremo Tribunal Federal e irá derrubar", afirmou Tião Vianna, após o anúncio do resultado. "O relatório é frágil, talvez o mais frágil da história do parlamento brasileiro porque rasgou o regimento e a Constituição." Um dos que deverão recorrer ao STF é Paulo Okamoto. Ele foi investigado pelo pagamento de uma dívida de R\$ 29,4 mil de Lula com o PT, caso revelado pela Folha. Okamoto se responsabilizou pelo pagamento, mas não explicou de onde tirou o dinheiro, que a oposição suspeita ter vindo do caixa dois do partido. "Com o fim da CPI, vou poder me defender na Justiça e comprovar minha verdade, contra as calúnias e a luta política em que se transformou em vários momentos essa CPI", reagiu ontem.

Jogos

O resultado da CPI abriu caminho para a legalização das casas de bingos. O escândalo Waldomiro Diniz (ex-assessor do Planalto flagrado cobrando propina de empresário de jogos) abortou a operação para legalizar a atividade no início do governo Lula. Mais de 1.500 bingos funcionam atualmente com base em liminares.

A proposta de Garibaldi Alves destina 19% do dinheiro arrecadado nos sorteios para a construção de presídios e a compra de equipamentos para a polícia.

STF nega recurso de Silvio para não depor

Quarta-feira, 10/05/2006
6359BRA8S
065/865852

Autor: SILVANA DE FREITAS; ADRIANO CEOUN; ANDRÉA MICHAEL . .

Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Editoria: BRASIL

Página: A8

Edição: São Paulo

May 10, 2006

Legenda Foto: SILVIO Pereira embarca para BRASÍLIA, onde depõe na CPI dos Bingos

Crédito Foto: Wladimir de Souza/Agência O Globo

Observações: COM SYB-RETRANCAS

Vinheta/Chapéu: ESCANDALO DO MENSALÃO/ARQUIVO VIVO

Assuntos Principais: GOVERNO FEDERAL; LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA; PT /PARTIDO DOS TRABALHADORES/; ESCÂNDALO; MENSALÃO; SILVIO PEREIRA; DEPOIMENTO; DISPENSA; CPI DOS BINGOS

Segundo atestado médico apresentado pela defesa, ex-petista passa por quadro grave de depressão; depoimento na CPI será hoje

STF nega recurso de Silvio para não depor

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio de Mello negou o pedido do advogado do ex-dirigente do PT Silvio Pereira para que fosse dispensado de depor hoje à CPI dos Bingos.

Segundo o pedido de hábeas corpus impetrado pelo advogado Iberê Bandeira de Mello, Silvio Pereira está "absolutamente descompensado emocionalmente", com idéias de "auto-extermínio", tomando medicamentos antidepressivos e sem condições de ser submetido a situações de estresse.

A defesa anexou ao pedido um atestado assinado por dois médicos de Taubaté, anteontem, que recomendam a internação do ex-dirigente petista.

Marco Aurélio apresentou uma razão processual para negar o pedido. Disse que os advogados vincularam o pedido a um hábeas corpus anterior, de 2005, o que não poderia ter ocorrido. Por isso ele não concedeu nem sequer um pedido alternativo, de não responder a perguntas que extrapolem o objeto de investigação da CPI. Em tese, a defesa pode entrar com novo pedido de hábeas corpus até o início do depoimento, marcado para começar às 11h.

A convocação do ex-secretário-geral do PT havia sido aprovada em 2005 na CPI dos Bingos, mas ele deixou de comparecer por duas vezes, sendo uma delas amparada em decisão judicial. A convocação foi deixada de lado até a entrevista dada ao jornal "O Globo", na qual Silvio Pereira disse que a intenção de Marcos Valério e de dirigentes do PT era arrecadar R\$ 1 bilhão por meio de negociatas envolvendo bancos.

O Ministério Público Federal e a Polícia Federal também pretendem ouvir Silvio. O MPF o intimou para prestar depoimento nesta quinta, em BRASÍLIA.

As declarações de Silvinho, como é conhecido, serão incluídas em quatro procedimentos por meio dos quais o MPF apura supostas irregularidades detectadas em contratos firmados entre os Correios e seus fornecedores.

No atestado apresentado ontem, os médicos Ricardo Bittencourt Nepomuceno e Charles Louis Kiraly, da Clínica Saint Germain, dizem que examinaram Silvio Pereira a pedido dele e da família e descrevem um quadro grave, em que haveria "dificuldade de manter a atenção, com desorientação, estreitamento do campo da consciência e um certo distanciamento do ambiente".

Os relatos familiares, ainda segundo o atestado assinado pelos médicos, indicariam "sintomatologia iniciada com agitação, hiperatividade, ansiedade e pânico".

Outras medidas

Além de tomar o depoimento do ex-petista, a CPI quer votar hoje os requerimentos de quebra de sigilo fiscal, tributário e telefônico de Silvio Pereira e do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares. A oposição ainda deseja aprovar a convocação do empresário Marcos Valério para depor.

A justificativa da CPI para ouvir Silvinho baseia-se no argumento de que ele trocou telefonemas com o advogado Rogério Buratti, apontado pela CPI como intermediador de negócios entre empresários de casas de bingos e integrantes do governo federal.

Antes da decisão anunciada por Marco Aurélio, o presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), já contava com a realização do depoimento. "Estou certo de que ele [Silvio Pereira] virá", afirmou.

Silvinho desembarcou ontem em BRASÍLIA às 21h06 e demorou ao menos meia hora para deixar o aeroporto. Ele foi abordado por jornalistas na saída da sala de desembarque, voltou e deixou o local por outra saída. Um passageiro chegou a dizer que viu Silvinho saindo em um carro que seria da Infraero, informação que a empresa nega.

(SILVANA DE FREITAS, ADRIANO CEOLIN e ANDRÉA MICHAEL)

Silvio Pereira fala e complica governo na teia do mensalão

Autor: MALU DELGADO.
Origem do texto: DA REPORTAGEM LOCAL
Editoria: BRASIL Página: A4
Edição: São Paulo
leia Mais: X

May 7, 2006

Domingo, 07/05/2006
2319MALUS

065/858233

Observações: COM SUB-RETRANCAS

Vinheta/Chapéu: ESCÂNDALO DO MENSALÃO/ARQUIVO VIVO

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; CORRUPÇÃO; MENSALÃO; ENTREVISTA; SILVIO PEREIRA; O GLOBO /JORNAU;
CPI DOS BINGOS; DEPOIMENTO; CONVOCAÇÃO; ARRECADAÇÃO; RECURSO; MARCOS VALÉRIO DE SOUZA

Errata: ERRAMOS: 09/05/2006.

Os textos "SILVIO Pereira fala e complica governo na teia do mensalão" (BRASIL, pág. A4, 7/5) e "Para Serraglio, licitações têm de passar por varredura" (BRASIL, pág. A7, 7/5) informaram incorretamente que o banco Opportunity está em processo de liquidação.

Ex-dirigente diz ao jornal "O Globo" que esquema pretendia arrecadar R\$ 1 bilhão

Silvio Pereira fala e complica governo na teia do mensalão

MALU DELGADO
DA REPORTAGEM LOCAL

Quase um ano depois de desvendado o esquema do mensalão, o ex-secretário-geral do PT Silvio Pereira traz novamente a crise do governo Lula para o centro das atenções. Ao conceder entrevista ao jornal "O Globo", publicada na edição de hoje, Silvio dá mais detalhes sobre as ligações do PT com o empresário Marcos Valério Fernandes de Souza para arrecadar recursos à legenda.

Segundo o ex-secretário, dirigentes do PT e Marcos Valério traçaram um PLano ousado: arrecadar R\$] bilhão. Inicialmente, diz Silvio Pereira, consideravam que os recursos poderiam ser obtidos a partir de negociatas que envolveriam bancos em processo de liquidação no Banco Central (Econômico, Mercantil de Pernambuco e Opportunity).

Na segunda-feira, a CPI dos Bingos vai expedir ofício convocando Silvio Pereira a prestar depoimento no Senado. Ele poderá ser ouvido na quarta-feira.

Apesar de afirmar que quem mandava no PT e intermediava o contato com empresários em busca de arrecadação era um grupo seletivo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ex-ministro José Dirceu, o ex-presidente do PT José Genoíno e o senador Aloizio Mercadante, Silvio não responsabiliza nenhum deles por corrupção nem os liga ao esquema de Valério. Ao contrário, diz até que Dirceu não recebia o empresário.

No PT, Silvio Pereira era ligado ao ex-ministro. Quando se imaginava que o rombo do PT era de R\$ 55 milhões (dinheiro que o partido teria obtido via Marcos Valério), Silvio surpreende ao revelar que, no fim de 2003, a dívida da legenda era de R\$ 120 milhões.

Uma das novidades reveladas por Silvio é que o esquema envolveria uma espécie de consórcios de empresas, ligadas a Valério, que agiam em conluio para fraudar licitações no governo.

A CPI dos Correios constatou ilegalidades em licitações na ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos), mas não investigou licitações de outras estatais. Os lucros das operações, segundo insinua o ex-secretário, eram distribuídos para partidos, como o PT, o PTB e outros da base aliada.

O ex-petista afirma na entrevista a "O Globo" que procurou a atual direção do PT para fornecer tais informações. Procurado pela Folha, o presidente nacional da legenda, Ricardo Berzoini, desqualificou Silvio Pereira: "Não levo muito a sério esse cidadão. Ele não merece o meu respeito. Quem fez. o que ele fez. mostra que não tem caráter. Perder o sábado Dor causa disso é bobagem".

Depois de ler a entrevista, Berzoini disse que Silvio nunca o procurou para falar sobre mensalão e que o ex-secretário-geral está "desequilibrado". Considerou a entrevista "de baixa

Presidente do TSE critica 'país do faz-de-conta'

Autor: SILVANA DE FREITAS . .

Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Editaria: BRASIL

Edição: Nacional

Vinheta/Chapéu: ELEIÇÕES 2006 FISCALIZAÇÃO

Assuntos Principais: ELEIÇÕES, 2006; TSE /TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAU; POSSE; MARCO AURÉLIO DE MELLO; CRÍTICA; CORRUPÇÃO; SUSPEITO

Sexta-feira, 05/05/2006

8794BR12N

Página: A12

May 5, 2006

065/855059

Ao tomar posse, ministro ataca ignorância dos fatos e ironiza discurso do "faz de conta que não se produziu [no Brasil] o maior dos escândalos"

Presidente do TSE critica 'país do faz-de-conta'

SILVANA DE FREITAS

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O novo presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ministro Marco Aurélio de Mello, disse ontem que "o Brasil se tomou um país do faz-de-conta" e criticou agentes públicos que alegariam a ignorância dos acontecimentos como "tábua de salvação".

"Se a ordem jurídica não aceita o desconhecimento da lei como escusa até do mais humilde dos cidadãos, muito menos há de admitir a desinformação dos fatos pelos agentes públicos, a brandirem [acenam com] a ignorância dos acontecimentos como tábua de salvação", afirmou ele.

Ao falar que o Brasil se tomou "um país do faz-de-conta", exemplificou: "Perplexos, percebemos, na simples comparação entre o discurso oficial e as notícias jornalísticas, que o Brasil se tomou um país do faz-de-conta. Faz de conta que não se produziu o maior dos escândalos nacionais, que os culpados nada sabiam, o que lhes daria uma carta de alforria prévia para continuar agindo como se nada de mal houvessem feito".

O ministro fez essas afirmações ao tomar posse na presidência do TSE, cargo no qual comandará estas eleições. Ele não citou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ou ex-ministros hoje acusados de corrupção. Disse que, no que depender dele, não haverá "contemporizações a pretexto de eventuais lacunas da lei" e defendeu a rejeição de contas irregulares de candidatos ou partidos.

"Esqueçam a aprovação de contas com as famosas ressalvas. Passem ao largo das chicanas, dos jeitinhos, dos ardis possibilitados pelas entrelinhas dos diplomas legais. Repito: no que depender desta cadeira, não haverá condescendência de qualquer ordem."

Marco Aurélio pregou "o poder revolucionário do voto". Segundo ele, se o eleitor souber usar o voto como poder de mudança, "muito em breve os candidatos aprenderão a respeitá-lo se não puderem honrá-lo de espontânea vontade".

Defendeu mudanças na lei para tomar o processo judicial mais rápido. "Se aqueles que deveriam buscar o aperfeiçoamento dos mecanismos [da Justiça] preferem ocultar-se por trás de negociatas, que o façam sem a falsa proteção do mandato."

O povo e a ética

O ministro iniciou o discurso dizendo que o país vive "tempos estranhos" e falou em descabros na vida pública que criaram na população "um misto de revolta, desprezo e repugnância" .

Ele protestou contra a sedução por um "projeto de alcançar o poder de forma ilimitada e duradoura", dizendo que ela leva à corrupção. Para ele, não se trata de uma crise de valores, mas de um "fosso moral e ético" que divide a nação.

"São tantas e tão deslavadas as mentiras (...) que já não se pode cogitar somente de uma crise de valores, senão de um fosso moral e ético que parece dividir o país em dois segmentos estanques: o da corrupção (...) e o da grande massa comandada que, apesar do mau exemplo, esforça-se para sobreviver e progredir."

Marco Aurélio também falou em "rotina de desfaçatez e indignidade", "como se todos os homens públicos fossem e tivessem sido igualmente desonestos".

Primo do ex-presidente Fernando Collor, que renunciou ao final do processo de impeachment, em 1992, ele disse que a atual crise é a pior da história do país. Essa será a segunda vez que presidirá o TSE. A primeira foi durante as eleições de 1996.

Juiz Rocha Mattos agora é acusado de lavagem de dinheiro

Autor: FREDERICO VASCONCELOS .
Origem do texto: DA REPORTAGEM LOCAL
Editoria: BRASIL . Página: A17
Edição: São Paulo
Vinheta/Chapéu: JUDICIÁRIO

May 6, 2006

Sábado, 06/05/2006
4187FDAVN

065/856514

Assuntos Principais: TRF /TRIBUNAL REGIONAL FEDERAU; DENÚNCIA; JOÃO CARLOS DA ROCHA MATTOS /JUIZ!; LAVAGEM DE DINHEIRO

Advogado contesta denúncia contra juiz e diz que 'ninguém pode ser acusado duplamente pelo mesmo fato'

Juiz Rocha Mattos agora é acusado de lavagem de dinheiro

FREDERICO VASCONCELOS
DA REPORTAGEM LOCAL

O Tribunal Regional Federal recebeu nova denúncia contra o juiz federal João Carlos da Rocha Mattos, agora sob a acusação de lavagem de dinheiro. Nas investigações sobre a compra da cobertura duplex onde ele morava, no bairro de Higienópolis, em São Paulo, o Ministério Público Federal descobriu que o pagamento foi feito em espécie, com dólares levados por Rocha Mattos numa sacola.

Preso preventivamente em novembro de 2003 durante a Operação Anaconda, acusado de formação de quadrilha, Rocha Mattos foi condenado na semana passada a 4 anos e 4 meses de prisão por abuso de poder e denúncia caluniosa contra um juiz federal e um procurador da República.

O magistrado acumula três condenações, contra as quais ainda cabem recursos, com penas no total de 10 anos e quatro meses. Ele está preso preventivamente em um quartel da Polícia Militar.

Rocha Mattos e mais cinco pessoas foram acusadas de lavagem de dinheiro na simulação da compra do apartamento por uma offshore uruguaia, a Cadiwel, que tinha como procurador Carlos Alberto da Costa Silva: preso na Anaconda, ele era advogado do doleiro "Toninho da Barcelona".

A Polícia Federal apreendeu cópia de contrato de câmbio pelo qual a Cadiwel transferiu US\$ 300 mil ao Banco Excel Econômico, nas Bahamas. As provas mostrariam, contudo, que a compra do apartamento havia sido feita um mês antes, com pagamento em dólares. Para liquidação do contrato, foi entregue ao juiz um cheque endossado pelo advogado e depositado na conta de uma empresa listada na CPI do Narcotráfico. A denúncia ainda aponta indícios de lavagem de dinheiro na aquisição de uma casa, também com a participação de Costa Silva. O advogado Antônio Celso Galdino Fraga, que defende Rocha Mattos, aguarda o acórdão para impetrar hábeas corpus no Superior Tribunal de Justiça sob alegação de que a acusação é atípica. Segundo o advogado, como a denúncia sugere que o juiz cometeu corrupção passiva, suposto crime antecedente, ele não poderia responder por lavagem de dinheiro. "Ninguém pode ser acusado duplamente pelo mesmo fato", diz.

A advogada Daniela Pellin, que defende Rocha Mattos no processo de denúncia caluniosa, informa que também vai recorrer da decisão por atipicidade da denúncia. Ela diz que a condenação foi por maioria e identifica "uma série de divergências nos votos".

PT diz agora que Silvio está confuso, mente e é traidor

Autor: CHICO DE GOIS; MALU DELGADO . .

Origem do texto: DA REPORTAGEM LOCAL

Editoria: BRASIL

Edição: São Paulo

Observações: COM SUB-RETRANCAS

Vinheta/Chapéu: ESCÂNDALO DO MENSALÃO/ARQUIVO VIVO

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; CRISE POLITICA; CORRUPÇÃO; MENSALÃO; PT IPARTIDO/-;SILVIO PEREIRA; ENTREVISTA; O GLOBO /JORNAU; DECLARAÇÃO; RICARDO BERZOINI; CPI DOS BINGOS

Segunda-feira, 08/05/2006

2585GOISS

Página: A4

May 8, 2006

065/858753

Partido procura desqualificar entrevista de seu ex-secretário-geral, que sai de circuito

PT diz agora que Silvio está confuso, mente e é traidor

CHICO DE GOIS

MALU DELGADO

DA REPORTAGEM LOCAL

O PT atuou unido ontem para desqualificar seu ex-secretário-geral Silvio Pereira, que, em entrevista ao jornal "O Globo", reacendeu o pavio da crise do mensalão ao revelar detalhes do esquema.

A estratégia utilizada durante o dia por dirigentes petistas consistiu em apontar Silvinho, como era carinhosamente chamado pelos ex-companheiros, como alguém abalado emocionalmente, para dizer o mínimo, ou como um traidor que se vendeu por um jipe.

Os líderes do PT se revezaram em classificá-lo ora como "mentiroso", nas palavras do presidente nacional do partido, Ricardo Berzoini (SP), ora como uma pessoa "que não está muito bem", como disse a ex-prefeita Marta Suplicy, ou ainda como "muito confuso", na concepção do líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante.

O secretário de Finanças do PT, Paulo Ferreira, acredita que Silvio "vive um momento infeliz da vida e parece angustiado". E um dirigente que pediu para não ser identificado foi mais contumaz: "Ele está completamente louco."

Paralelamente a essa manobra, os petistas se esforçaram em afirmar que as informações de Silvio "não acrescentam nada de novo" ao que já era de conhecimento público sobre o envolvimento do PT com o empresário Marcos Valério de Souza e o repasse de verbas "não contabilizadas" para aliados do governo.

Procurado pela Folha, Silvio Pereira não estava em casa e não atendeu telefonemas ontem. Arrecadação

Ao jornal "O Globo", ele disse que a intenção de Marcos Valério e de dirigentes do PT era arrecadar R\$ 1 bilhão por meio de negociatas envolvendo bancos em processo de liquidação no Banco Central. Os lucros seriam distribuídos para partidos como o próprio PT, o PTB e outros aliados.

Ao se referir às reuniões entre dirigentes petistas e empresários para arrecadar fundos para o partido, Silvio negou que tenha participado desses encontros, mas insinuou que os maiores quadros do partido faziam isso. "Quem mandava eram Lula, Genoino, Mercadante e José Dirceu. Eu não estava à altura deste time."

Silvio disse também que procurou a atual direção do partido para contar esses detalhes, mas não foi ouvido. "Eu liguei para o Berzoini e lhe disse que gostaria muito de ser ouvido para que minhas informações

ajudassem nas investigações internas." Ele disse que nunca foi ouvido.

"Acalme-se"

"Recebi as denúncias com surpresa porque ele teve toda a oportunidade para dizer isso na CPI, na Polícia Federal e no Ministério Público", afirmou Berzoini. A CPI dos Bingos vai convocá-lo a depor provavelmente na quarta-feira.

Berzoini afirmou que Silvio conta "mentiras" e que "traiu" o partido. No entanto, acabou confirmando que o ex-secretário-geral o procurou por telefone e ainda revelou qual foi sua atitude: mandá-lo "se acalmar".

"Ele falou comigo por telefone uma única vez, quando eu o aconselhei a se acalmar e cuidar da vida para restabelecer sua perspectiva profissional."

Para Berzoini, "não há nenhuma razão para ter interlocução com uma pessoa que traiu o partido ao aceitar um jipe de presente da iniciativa privada". Ele se referia a um Land Rover que Silvinho ganhou da empresa GDK.

O presidente nacional do PT procurou ligar as denúncias do ex-secretário-geral às prévias para a escolha do candidato do PT ao governo do Estado realizadas ontem. "Quando temos uma prévia, acontece este tipo de entrevista." No depoimento, Silvinho diz que Mercadante era um dos que "mandavam" no partido.

"Acho que pode ter alguém que não goste de um dos candidatos e que tenha querido estabelecer qualquer tipo de desgaste na véspera da prévia", disse Berzoini.

A discussão sobre a entrevista de Silvio, aliás, contagiou as prévias em São Paulo (leia mais na página 8-A). A ex-prefeita Marta Suplicy negou que seu grupo tivesse alguma influência nas declarações do ex-secretário-geral. Sobre Silvio Pereira, ela afirmou achar "que ele está muito mal". "As declarações não levam a nada e não sei por que [Silvio] resolveu fazer isso", disse Marta.

Mercadante reiterou que considera "fantasiosas" e "irreais" as declarações do ex-secretário-geral. O senador também insistiu na tese de que Silvio não apresentou nenhum fato novo. "Parte do que está sendo discutido é requentado de outros episódios." Em resposta à afirmação de Silvio de que quatro petistas controlavam o partido, Mercadante disse que está afastado da Executiva desde 2002.

"Não consegui entender a entrevista", disse o deputado federal João Paulo Cunha, ex-presidente da Câmara que recebeu R\$ 50 mil do esquema de Marcos Valério.

OAB desiste de pedir impeachment de Lula

Autor: SILVANA DE FREITAS . .

Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Editoria: BRASIL

Edição: São Paulo

Página: A6

May 9, 2006

Terça-feira, 09/05/2006

4417BRA6S

065/859843

Legenda Foto: O presidente Lula, durante lançamento de pacote de medidas trabalhistas, no Palácio do Planalto

Crédito Foto: Carlos Humberto/Efe

Observações: COM SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: ESCÂNDALO DO MENSALÃO/ELEIÇÕES 2006

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; OAB /ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIU; MENSALÃO; ESCÂNDALO; IMPEACHMENT; LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA; INVESTIGAÇÃO

Ordem decide apenas solicitar ao procurador-geral da República mais investigações sobre eventual envolvimento do presidente com mensalão

OAB desiste de pedir impeachment de Lula

SILVANA DE FREITAS

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) rejeitou a proposta de formalizar à Câmara um pedido de abertura de processo de impeachment contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Porém, decidiu encaminhar ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, notícia-crime contra Lula, pelo aprofundamento das investigações sobre ele.

O Conselho Federal da OAB reuniu-se ontem em BRASÍLIA para decidir sobre o impeachment. Ao aprovar o envio de notícia-crime, a entidade entendeu que há indícios de envolvimento do presidente em crimes praticados no âmbito do escândalo do mensalão e que essa investigação deve ser conduzida pelo procurador-geral.

O presidente da OAB, Roberto Busato, espera formalizar a notícia-crime dentro de dez a 15 dias. O procurador não quis comentar se já incluiu ou vai incluir Lula na sua investigação. Por meio de sua assessoria, informou apenas que já está aprofundando a apuração.

A proposta do pedido de impeachment foi feita em novembro de 2005 pela conselheira federal Elenice Carille, de Mato Grosso do Sul. Uma comissão de cinco membros examinou a questão com base nas conclusões da CPI dos Correios e na denúncia de Antonio Fernando contra 40 envolvidos no mensalão.

Ontem, o relator, Sérgio Ferraz, votou pelo envio do pedido de abertura do processo, dizendo que há mais indícios contra Lula do que os contra o ex-presidente Fernando Collor, em 1992, quando a OAB pediu o impeachment.

Entretanto, a proposta foi rejeitada por 25 votos a 7. Os favoráveis ao envio do pedido foram das bancadas de Acre, Alagoas, Amapá, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná e Tocantins. Eleição A rejeição ocorreu porque a maior parte dos contrários disse que a proposta seria politicamente inoportuna, devido à proximidade das eleições, e devido à suposta ilegitimidade do Congresso para julgar Lula por crime de responsabilidade. Não comentaram se há ou não indícios contra ele.

Entre eles estava o paulista Fábio Konder Comparato, um dos que subscreveram o pedido de impeachment de Fernando Henrique, em maio de 2001, por suspeita de suborno de parlamentares. "Seria lamentável que a OAB se prestasse a fazer o triste papel de joguete da luta política."

A outra corrente contrária, da qual faz parte José Roberto Batochio, advogado de Antonio Palocci, disse que não há elementos que justifiquem a iniciativa. Busato disse que a OAB poderá voltar a discutir o impeachment se surgir uma situação incontornável ou se o Ministério Público constatar a participação dele no mensalão.

O relator, Sérgio Ferraz, disse que havia muito menos indícios contra Collor. Ele descartou o argumento de que a OAB faria o jogo conveniente à oposição se pedisse a abertura do impeachment. "Estamos imersos em grave crise institucional. O que temos em mãos não são meros artifícios oposicionistas, em busca de rendimentos e lucros eleitorais."

A Câmara recebeu na sexta-feira o 19º pedido de impeachment contra Lula. O número se aproxima dos pedidos feitos contra FHC 22. O autor é o jornalista Diogo Mainardi, colunista da revista "Veja". O documento é uma cópia, com algumas alterações, do pedido de impedimento que resultou na queda de Collor.

CPI diz que Dantas buscou Valério para influir no PT

Sexta-feira, 12/05/2006
9072BRA5S

Autor: . .

Origem do texto: DA REDAÇÃO

Editoria: BRASIL

Edição: São Paulo

Página: A5

May 12, 2006

065/868309

Observações: SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: ESCÂNDALO DO MENSALÃO/GUERRA DAS TELES; ENTENDA O CASO

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; TELECOMUNICAÇÕES; BRASIL TELECOM /EMPRESA!; CITIGROUP /EMPRESA!; OPPORTUNITY /BANCO/; FUNDOS DE PENSÃO; PREVI; FUNCEF; PETROS; DANIEL DANTAS; LITÍGIO; CPI DOS "CORREIOS; INDICIAMENTO; MARCOS VALÉRIO DE SOUZA; DENÚNCIA; INVESTIGAÇÃO

CPI diz que Dantas buscou Valério para influir no.PT

DA REDAÇÃO

O dono do banco Opportunity, Daniel Dantas, teve seu indiciamento pedido pela CPI dos Correios sob as acusações de tráfico de influência, sonegação fiscal e corrupção ativa por seus vínculos com Marcos Valério de Souza.

Segundo o relatório final da CPI, Dantas, que enfrentava disputa com a Telecom Itália pelo controle da Brasil Telecom, aproximou-se de Valério para "persuadir e pressionar políticos e dirigentes de fundos de pensão para que não o removessem do controle da Brasil Telecom, Telemig Celular e Amazônia Celular". No governo Lula, porém, acabou perdendo sucessivamente o apoio dos fundos e do Citigroup e ficou sem o controle das telefônicas.

A disputa começou com a privatização da Brasil Telecom, em 1998, adquirida por consórcio organizado pelo Opportunity (que geria recursos do Citigroup) e integrado pela Telecom Itália e fundos de pensão ligados a estatais: Previ (BB), Funcef (CEF), Petros (Petrobras). Em 2003, a Telecom Itália moveu ações contra o Opportunity na Justiça, no Cade e em Londres. Em meio à essa disputa, a então presidente da Brasil Telecom, Carla Cicco, indicada pelo Opportunity, contratou os serviços da empresa de investigação Kroll para espionar a Telecom Itália. Também foram espionados funcionários do governo federal que poderiam influir nas decisões dos fundos, como Luiz Gushiken (Secom) e Cássio Casseb (BB) e José Dirceu (Casa Civil).

A Folha revelou a investigação em 2004. Em 2005, o Opportunity perdeu a disputa com a Telecom Itália e foi abandonado pelo Citigroup, que se associou aos fundos após um acordo vantajoso ao banco -pelo qual os fundos se comprometeram a comprar ações do Citi por um valor 300% acima do preço de mercado. Na seqüência, a Anatel aprovou a saída do Opportunity das três telefônicas e a PF indiciou Dantas sob as acusações de formação de quadrilha e corrupção ativa. O Opportunity sustenta que foi prejudicado pelo governo petista. CPI Dantas foi convocado para depor no Congresso porque as empresas de telefonia que controlava respondiam pelo maior volume de depósitos na agência DNA, de Marcos Valério.

A Telemig Celular e a Amazônia Celular pagaram R\$ 152,5 milhões de 2000 a 2005, superando inclusive os repasses do Fundo Visanet (R\$ 92,2 milhões), suspeito de ser o principal financiador do mensalão.

Pouco antes da entrevista de Roberto Jefferson à Folha denunciando a existência do mensalão, em 6 de junho, a Brasil Telecom assinou dois contratos de publicidade de R\$ 25 milhões cada com as agências de Valério: um em 25 de abril com a SMPB e outro em 20 de maio com a DNA.

Apesar de os dois contratos terem sido suspensos após a divulgação do escândalo, a Brasil Telecom depositou R\$ 3,9 milhões para a SMPB e R\$ 823,5 mil para a DNA. Até então, a principal agência da Brasil Telecom era a de Duda Mendonça, publicitário do presidente Lula, com um orçamento de cerca de R\$ 40 milhões.

Além dos contratos com as agências de Valério, pesavam contra Dantas as acusações feitas pelo doleiro carioca Dario Messer, que disse ter feito remessas no valor de US\$ 3 milhões para contas em Cayman do Opportunity.

Integrantes do PFL tentaram impedir a convocação de Dantas, sem êxito. Descobriu-se mais tarde que o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) usou aviões do consórcio Voa, então administrado pelo Opportunity, para viajar ao Piauí.

Depoimento

Dantas depôs em 21 de setembro às CPIs dos Correios e do Mensalão, amparado por liminar que lhe permitia silenciar sobre questões que pudessem incriminá-lo. Afirmou que o governo "interferia constantemente" nos assuntos dos fundos de pensão.

Disse que se reuniu duas vezes, em 2003, com o então ministro José Dirceu para tratar do assunto, mas negou que tenha doado dinheiro para o partido.

Sobre os depósitos para a DNA, afirmou que suas empresas tinham como comprovar todos os gastos com publicidade destinados às agências de Valério. Disse ainda que conheceu Valério por acaso e que não mantinha contatos com ele. Confirmou que chegou a negociar a compra da Gamecorp, empresa da qual é sócio Fábio Luiz Lula da Silva, filho do presidente, mas que a transação não foi adiante porque o preço alto foi considerado alto.

O relatório descreve as transações das telefônicas com as agências de Valério e afirma que os depoimentos mostram "o grande interesse que o grupo Brasil Telecom tinha em estreitar e melhorar o relacionamento com o sr. Delúbio Soares e com o governo federal" e por isso pede indiciamento de Daniel Dantas e Carla Cicco.

Delúbio pediu dinheiro ao Opportunity, diz ex-sócio

Terça-feira, 16/05/2006
3633BRA4S

Autor: JANAINA LEITE . .

Origem do texto: DA REPORTAGEM LOCAL

Editoria: BRASIL

Edição: São Paulo

Página: A4

May 16, 2006

065/872639

Observações: COM SUB-RETRANCAS

Vinheta/Chapéu: ESCÂNDALO DO MENSALÃO/GUERRA DAS TELES

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; CRISE POLITICA; CORRUPÇÃO; OPPORTUNITY /BANCO/; PT /PARTIDO/; PROPINA; CARLOS RODENBURG; DELÚBIO SOARES

Carlos Rodenburg confirma a versão apresentada pelo banqueiro Daniel Dantas

Delúbio pediu dinheiro ao Opportunity, diz ex-sócio

JANAÍNA LEITE

DA REPORTAGEM LOCAL

O empresário Carlos Rodenburg, ex-sócio do Opportunity, confirmou ontem à Folha ter recebido em 2003 de Delúbio Soares, então tesoureiro do PT, um pedido para contribuir com o partido. A quantia foi solicitada "uns quatro meses" depois de os petistas terem assumido o governo, segundo ele, e era de "algo entre US\$ 40 milhões e US\$ 50 milhões". Conforme a taxa de câmbio atual, esse valor corresponde a cerca de R\$ 100 milhões. Levando-se em conta o quanto valia o dólar médio na época, porém, o total sobe para até R\$ 145 milhões. "Ele [Delúbio] comentou que havia um déficit lá para cobrir, em tomo de 40, 50 milhões de dólares. Disse que precisava que isso fosse ajustado, saldado. E, de forma muito clara, muito objetiva, [perguntou] se nós podíamos ajudá-lo, porque era importante para ele", afirmou Rodenburg, em entrevista telefônica. Segundo ele, a conversa não se estendeu muito além. Delúbio não teria dito, por exemplo, a quem se reportava.

A Folha procurou ontem o advogado de Delúbio, Arnaldo Malheiros, mas não obteve retorno para os recados deixados no celular e não localizou ninguém em seu escritório os funcionários foram liberados por causa dos ataques do PCC em São Paulo. No ano passado, em depoimento à Polícia Federal, Delúbio disse que se encontrou com Rodenburg, mas não houve menção a pedido de dinheiro.

Rodenburg também disse ontem que o publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza estava presente no encontro. "Ele saía a toda hora para atender telefonemas", ressaltou. Procurada pela Folha, a assessoria de Valério disse que ele não se manifestaria.

A informação de que o PT havia solicitado dinheiro ao Opportunity por meio de uma conversa entre Delúbio Soares e Carlos Rodenburg foi revelada pelo banqueiro Daniel Dantas na edição da revista "Veja" desta semana. O partido nega ter pedido dinheiro.

Segundo Rodenburg, pela proximidade entre os dois, Dantas "não precisou de autorização" para contar à imprensa sobre o episódio. Além de sócio de Dantas em vários empreendimentos, inclusive o Opportunity, Rodenburg foi marido da irmã do banqueiro, Verônica Dantas.

Segundo relatou Rodenburg, a reunião com Delúbio foi marcada a partir de uma série de coincidências e contatos em comum. O primeiro episódio foi um almoço de Rodenburg em Belo Horizonte com o publicitário Cristiano Paz, que cuidava da conta da Telemig. Na ocasião, Rodenburg teria se queixado de que o governo do PT, recém-empossado, dava mostras de que hostilizaria o Opportunity.

A resposta de Paz, de acordo com o ex-sócio do Opportunity, foi que um dos sócios dele, Marcos Valério Fernandes de Souza, tinha ligação com petistas e poderia servir como ponte para uma aproximação. Assim, Paz teria marcado um jantar para Rodenburg conhecer Marcos Valério. "No início ele estava assim, muito fechado e reticente, como se fosse o tal. A impressão era de que era o dono da bola", observou Rodenburg. "Mas depois ele falou que poderia marcar um encontro com o Delúbio, que era quem podia a nos ajudar a resolver essas questões [com o PT]", disse.

Algumas semanas depois, Rodenburg foi a BRASÍLIA para uma reunião, marcada por Valério, com o então tesoureiro do PT. Ouviu o pedido e procurou o controlador do Opportunity. "Aí Daniel [Dantas] foi para os Estados Unidos conversar [com o Citigroup, então associado ao Opportunity]", afirmou Rodenburg. O Citi, por sugestão de Dantas, teria negado a propina. "Uns 30 ou 40 dias depois, encontrei com ele [Delúbio] de novo. Falei nosso posicionamento.

Ele não deve ter gostado muito", disse o ex-sócio do Opportunity.

Agora, assessora acusa 283 parlamentares

Autor: RANIER BRAGON; ADRIANO CEOLIN; FÁBIO ZANINI . .

Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Editoria: BRASIL

Edição: São Paulo

Observações: COM SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: MÁFIA DOS SANGUESSUGAS

Assuntos Principais: JUSTIÇA; POLÍCIA FEDERAL; INVESTIGAÇÃO; OPERAÇÃO SANGUESSUGA; PREFEITURA MUNICIPAL; MINISTÉRIO DA SAÚDE; FRAUDE; LICITAÇÃO; COMPRA; AMBULÂNCIA; PRISÃO; ACUSADO; INVESTIGAÇÃO; MARIA DA PENHA LINO; DEPOIMENTO; PLANAM IEMPRESA!

Quinta -feira, 18/05/2006

7368BRA8S

065/875527

Página: A8

May 18, 2006

Na Câmara, Maria da Penha afirma que quase metade do Congresso se relacionava com a Planam.

Agora, assessora acusa 283 parlamentares

RANIER BRAGON

ADRIANO CEOLIN

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A ex-servidora do Ministério da Saúde Maria da Penha Lino disse ontem, em depoimento à Corregedoria da Câmara dos Deputados, que 283 parlamentares ou 47% do total do Congresso possuíam algum tipo de relacionamento com a Planam, empresa acusada de organizar o esquema de venda de ambulâncias superfaturadas a prefeituras.

Segundo relato de presentes ao depoimento, tomado a portas fechadas, Maria da Penha, presa na Operação Sanguessuga, da Polícia Federal, afirmou que todos os parlamentares (a maioria deputados) que se relacionavam com a empresa participavam de algum tipo de "acerto" mas a ex-servidora não especificou os valores nem as formas de pagamento de propinas, além de ressaltar que não sabe quais recebiam dinheiro da empresa.

"Ela disse que todas as emendas liberadas para unidades móveis de saúde eram negociadas com parlamentares (...) e que o parlamentar contatado pela empresa só liberava a emenda mediante negociação", afirmou na saída o advogado de Maria da Penha, Eduardo Mahon, que ressaltou ser "irresponsabilidade" dizer que todos os deputados participariam de negociações "espúrias".

Segundo a investigação da PF, o esquema dos "sanguessugas" consistia no desvio de verbas do Orçamento da União para que prefeituras adquirissem ambulâncias superfaturadas da Planam. As verbas eram reservadas no Orçamento por meio de emendas de congressistas. O esquema teria movimentado R\$ 110 milhões desde 200 I.

Perícia da PF nos computadores da Planam revelou que a empresa monitorava a tramitação de emendas de parlamentares.

O número de envolvidos não pára de mudar. A lista começou com 63 nomes de parlamentares, que tiveram ou assessores presos ou seus nomes citados na operação da PF. Os casos foram avaliados pela Mesa da Câmara, que decidiu seguir a investigação, inicialmente, apenas contra 16. Ao depor na PF, Maria da Penha disse que um "terço da Câmara" (170 deputados) faria parte do esquema, mas só apontou 81 nomes. Ontem, baseada nos arquivos da Planam, aumentou o número para 283 parlamentares.

O procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, ainda não decidiu se pedirá ou não ao STF a abertura de inquérito criminal contra parlamentares. No STF, os advogados da Planam tentaram, sem sucesso, tirar a investigação da Justiça comum. Não haveria ainda decisão da Justiça do Mato Grosso sobre se Maria da Penha será beneficiada pela delação

premiada, que pode reduzir ou mesmo extinguir sua possível pena.

16 investigados

A Corregedoria da Câmara investiga 16 deputados suspeitos, mas o número deve aumentar nas próximas semanas devido aos documentos da Planam. "Alguns podem sair, mas acredito que outras pessoas serão incluídas, com certeza", afirmou o corregedor, Ciro Nogueira (PP-PI).

Os papéis apontam ainda a existência de pagamentos feitos pela empresa a 13 deputados federais entre eles dois integrantes da Mesa da Câmara: o 2º secretário, Nilton Capixaba (PTB-RO), e o 4º secretário, João Caldas (PL-AL).

"Não posso avaliar se tem consistência [a lista de 283 nomes]. Tudo o que ela disse será apurado com muita cautela", afirmou o deputado Robson Tuma (PFL-SP), relator da investigação.

Um dos integrantes da Corregedoria, o deputado Givaldo Carimbão (PSB-AL), procurou desqualificar o depoimento: "Cada hora ela cita um número; uma hora é 70, outra hora é 170. Como o Ministério Público não aceitou essa lista, tem algo errado. Acho que ela está querendo redução de pena", afirmou. A Corregedoria vai requerer a lista que teria sido entregue ao Supremo.

Na saída do depoimento, tomado na superintendência da PF de BRASÍLIA, Maria da Penha disse aos repórteres que o "país precisa ser passado a limpo" e que em nenhum momento acusou a deputada Denise Frossard (PPS-RJ), que já teve o seu caso arquivado pela Câmara por falta de provas.

Ela criticou o delegado Tardelli Boaventura, que chefia a investigação, dizendo que ele, ao vazar o seu depoimento à imprensa, será responsável por tudo o que acontecer com ela daqui para a frente. O delegado nega o vazamento.

Maria da Penha também disse no depoimento que recebia da Planam complemento de salário quando era funcionária do gabinete do deputado José Divino (PRB-RJ), responsável por sua indicação ao ministério. O deputado lhe pagaria R\$ 600 mensais, e a Planam, R\$ 3.400.

A Corregedoria também ouviu ontem, entre outros, Darci Vedoin, sócio da Planam, e seus filhos Luiz Antonio Vedoin e Alessandra Vedoin (que chorou no depoimento), também presos. Eles negaram pagamento de propina a deputados.

Colaborou FÁBIO ZANINI, da Sucursal de BRASÍLIA

Quadrilha vendia ambulâncias com defeitos a prefeitos

Autor: LEONARDO SOUZA .

Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Editoria: BRASIL

Edição: São Paulo

Página: A11

May 23, 2006

Legenda Foto: Ambulâncias no pátio da prefeitura de São João de Meriti (RJ)

Crédito Foto: Publius Vergilius - 19.mai. 2006/Folha Imagem

Observações: COM SUB-RETRANCAS

Assuntos Principais: JUSTIÇA; POLICIA FEDERAL; INVESTIGAÇÃO; OPERAÇÃO SANGUESSUGA; PREFEITURA MUNICIPAL; FRAUDE; LICITAÇÃO; COMPRA; AMBULÂNCIA; CGU /CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO/; DEFEITO

Terça-feira, 23/05/2006

3697BR11S

065/894174

Quadrilha vendia ambulâncias com defeitos a prefeitos

Além de superfaturados, veículos fornecidos por sanguessugas apresentavam problemas, como falta de instrumentos médicos. Irregularidades constatadas pela CGU incluem aparelhos que deviam ser novos, mas tinham dez anos de uso, e dinheiro investido em fundo

LEONARDO SOUZA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A máfia dos sanguessugas não se limitava a vencer licitações de cartas marcadas e a vender veículos superfaturados. Documentos da CGU (Controladoria Geral da União) mostram que a quadrilha repassava às prefeituras ambulâncias cujas portas traseiras não abrem, sem instrumentos médicos básicos e com aparelhos odontológicos com mais de dez anos de uso, entre outras irregularidades.

Periodicamente, a CGU realiza sorteios para fiscalizar os municípios, mais especificamente os gastos das prefeituras a partir de recursos repassados pela União. Ao todo, foram identificados indícios de fraudes em 60 municípios.

A CGU relatou também situações de descaso das prefeituras com as ambulâncias. Veículos parados em estacionamento sem emplacamento, esquecidos em oficinas mecânicas e utilizados para outras finalidades, como servir à Guarda Municipal. Em um dos casos, o dinheiro liberado pela União para a compra de uma ambulância ficou aplicado num fundo de investimento por mais de um ano, dando como resultado prejuízo de R\$ 1.735.

No estacionamento

O município de São João de Meriti (RJ) abriu concorrência até 2004 para a compra de 20 ambulâncias, quase todas em licitações vencidas por empresas ligadas à Planam, principal beneficiária das fraudes. Foram gastos ou empenhados, de acordo com a CGU, R\$ 2,436 milhões com as unidades.

O órgão concluiu que a prefeitura comprou mais ambulâncias do que o necessário. A CGU fiscalizou, em junho de 2004, 11 ambulâncias, das quais 6 se encontravam num estacionamento da prefeitura. Duas não haviam sido emplacadas, embora tivessem sido entregues havia meses. Outras duas não funcionavam devido ao descarregamento das baterias.

A Controladoria Geral da União constatou também que as portas de trás de dois veículos não abriam, "mesmo depois de muita insistência". Uma das duas ambulâncias não havia sido emplacada. "Portanto, o problema não decorre de sua utilização", escreveram os técnicos. Eles ressaltaram também que, mesmo com vários veículos parados, havia convênio em andamento para a compra de mais três ambulâncias.

A Prefeitura de Doutor Ulysses (PR) desembolsou R\$ 76,8 mil por uma unidade para atendimento dentário vendida pela Santa Maria, apontada como laranja da Planam. Embora o edital previsse instrumentos novos, a unidade foi equipada com aparelhos com dez anos de uso. Além disso, a CGU concluiu que o mesmo veículo, porém com material novo, sairia por R\$ 60 mil ou menos.

Em Várzea Grande (MT), a CGU constatou que, por "falta de manutenção adequada", uma ambulância passou a ser usada pela guarda municipal.

Em 2001, Santa Maria Madalena (RJ) recebeu da União recursos para a concorrência de uma unidade móvel para tratamento cardiológico no valor de R\$ 96 mil. Em vez de adquirir o veículo, a prefeitura aplicou o dinheiro por mais de um ano, obtendo prejuízo de R\$ 1.735.

Sem votos, oposição já fala em encerrar CPI dos Bingos

Quarta-feira, 26/04/2006
1832BRA4N

Autor: ADRIANO CEOLIN . . .

Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASILIA

Editoria: BRASIL

Página: A4

064/844522

Edição: Nacional

Apr 26, 2006

Legenda Foto: O senador Efraim Moraes (PFL-PB), presidente da CPI dos Bingos, concede entrevista em BRASÍLIA

Crédito Foto: J. Freitas/Agência Senado

Observações: COM SYB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: ESCANDALO DO MENSALÃO/CONGRESSO

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; CRISE POLÍTICA; MENSALÃO; CORRUPÇÃO; CPI DOS BINGOS; REQUERIMENTO; LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA; PT /PARTIDO/; RENAN CALHEIROS; PAULO OKAMOTTO; OPSOICÃO; FINAL

Reação governista e calendário eleitoral desestimulam continuidade dos trabalhos

Sem votos, oposição já fala em encerrar CPI dos Bingos

ADRIANO CEOLIN
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A CPI dos Bingos caminha para um fim antecipado. Ontem, a falta de quórum inviabilizou uma reunião e o presidente da comissão, Efraim Moraes (PFL-PB), disse que a oposição não vai mais brigar para aprovar requerimentos polêmicos, como a reconvocação do ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso.

"A gente não precisa ouvir o Mattoso sobre a quebra de sigilo do caseiro [Francenildo dos Santos Costa]. A própria Polícia Federal já fez isso. É só a gente fazer uma cópia do depoimento e juntar com que ele havia dito antes à CPI", disse. A quebra ilegal dos sigilos do caseiro levou Mattoso e o então ministro da Fazenda Antonio Palocci a deixarem o governo. O prazo final para o término da CPI é 24 de junho, mas há duas semanas Efraim cogita encerrar os trabalhos no fim de maio. A proposta tem o apoio do relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), e a simpatia do senador Tião Viana (PT-AC), articulador do governo na CPI.

A hipótese de término antecipado ganhou mais força ontem. Por falta de quórum, o depoimento do subprocurador da República, Márcio Guimarães, teve de ser adiado para amanhã porque não havia senadores suficientes para abrir a sessão: "Não vai ter reunião hoje [ontem] porque os senadores só querem saber da Varig", disse o presidente da CPI, referindo-se à audiência realizada no Senado ontem para tratar dos problemas da companhia aérea.

Efraim emendou, afirmando que ele e a comissão já cumpriram a maior parte de seus papéis. "Já concluímos 90% dos trabalhos. Investigamos muita coisa", disse: "A minha cota de CPI neste mandato eu já fiz também".

Calendário eleitoral

Há dois motivos para o encerramento antecipado da CPI. O primeiro é o calendário das eleições. Tanto Efraim quanto Garibaldi defendem que, em junho, as reuniões da CPI deverão ser esvaziadas por conta da participação dos senadores nas convenções partidárias. "Além disso, este ano ainda tem Copa do Mundo em junho. Nós já sabemos como finalizar o relatório", disse Garibaldi.

O segundo motivo para o término antecipado da CPI dos Bingos é que o governo tem trabalhado contra a aprovação de requerimentos de convocação e quebras de sigilo. Desde 15 de março passado, Efraim não coloca em votação requerimentos polêmicos, pois teme que sejam derrubados.

A vitória oposicionista depende do voto do vice-presidente da CPI, senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), mas ele não aparece em BRASÍLIA há duas semanas: ele está representando o Senado nas negociações sobre a retirada das famílias da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Contudo, Efraim afirmou ontem que não vai mais esperar:

"Na semana que vem, eu coloco todos os requerimentos em votação. Mesmo que seja para perder" .

A falta de votos na oposição coincide com a rearticulação dos governistas liderados pelo senador Tião Viana na CPI. Além do embate político, ele iniciou uma batalha jurídica ao ingressar com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal. Na ação, ele argumenta que a CPI "fugiu do seu objeto de investigação". Desde o início dos trabalhos, os governistas dizem que a CPI não tem foco: Lula já chamou a comissão de "CPI do fim do mundo".

"No começo, o governo não acreditava na CPI. Depois, com o nosso trabalho sério e os resultados apresentados, eles passaram a se preocupar mais e a trabalhar mais também", disse Efraim.

Efraim também acha difícil a CPI aprovar a quebra de sigilo do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, já que outro pedido ainda encontra-se 'sob análise no STF: "Até agora, não houve julgamento do mérito sobre esse assunto".

Para PF, Palocci foi mandante da violação de sigilo de caseiro

Autor: ANDRÉA MICHAEL .

Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Editoria: BRASIL

Edição: Nacional

Página: A4

Apr 20. 2006

Quinta-feira, 20/04/2006

7224BRA4N

064/837215

Legenda Foto: O ex-ministro Antonio Palocci, que foi enquadrado em quatro práticas criminosas em relatório elaborado pela Polícia Federal

Crédito Foto: Antônio Gaudério - 24.mar. 2006/Folha Imagem

Observações: COM SUB-RETRANCAS

Vinheta/Chapéu: CRISE NO GOVERNO/VIOLAÇÃO DE SIGILO

Assuntos Principais: GOVERNO IULA; CRISE POLÍTICA; CORRUPÇÃO; MENSALÃO; POLÍCIA FEDERAL; RELATÓRIO; ANTONIO PALOCCI FILHO; MANDANTE; CASEIRO; FRANCENILDO DOS SANTOS COSTA; VIOLAÇÃO; QUEBRA; SIGILO; CONTA BANCÁRIA; CEF /CAIXA ECONÔMICA FEDERAU; JORGE MATTOSO; MARCELO NETTO

Relatório apresentado à Justiça diz que Jorge Mattoso e Marcelo Netto são co-autores de crime

Para PF, Palocci foi mandante da violação de sigilo de caseiro

ANDRÉA MICHAEL

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A Polícia Federal apresentou ontem à Justiça relatório preliminar do inquérito sobre a quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa no qual aponta o ex-ministro Antonio Palocci (Fazenda) como mandante da operação. O ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso e o jornalista Marcelo Netto, ex-assessor de Palocci, são listados como co-autores da quebra ilegal.

Conforme o relatório da PF, que agora será analisado pelo Ministério Público Federal, os três são enquadrados em quatro práticas criminosas, por meio das quais se fez o acesso à conta bancária do caseiro no banco estatal e SUR divulgação para a imprensa.

Apesar de considerar concluída a investigação sobre a quebra de sigilo, a PF solicitou mais 30 dias de prazo. Quer tempo para analisar a quebra do sigilo telefônico de Marcelo Netto, já pedida à Justiça, e concluir a perícia no computador utilizado para o crime.

O Ministério Público dará parecer sobre o pedido de prazo e decidirá se denuncia os acusados, o que pode levar à abertura de ação penal na Justiça.

Thomaz Bastos

O relatório do delegado Rodrigo Carneiro Gomes, que conduz a investigação, não cita o ministro Marcio Thomaz Bastos (Justiça) com algum tipo de envolvimento no caso. Já seus auxiliares Daniel Goldberg (secretário de Direito Econômico) e Cláudio Alencar (chefe-de-gabinete) figuram como testemunhas.

Para a PF, Palocci deu a Mattoso a ordem para acessar os dados da conta poupança que o caseiro mantém na Caixa, fato que se consumou em 16 de março. A participação de Marcelo Netto seria fazer chegar à revista "Época" as informações, divulgadas no blog da publicação na noite de 17 de março. Palocci e Mattoso foram indiciados pelos crimes de violação de sigilo funcional e quebra de sigilo bancário, cujas penas, somadas, podem chegar a dez anos de prisão.

Palocci

As acusações são mais pesadas contra o ex-ministro, que também foi indiciado pelos crimes de prevaricação e denunciação caluniosa, para os quais há penas previstas de até oito anos de prisão. Por prevaricação porque, ao receber das mãos de Mattoso os extratos bancários do caseiro, na noite de 16 de março, ele deveria ter tomado providências contra a conduta do então presidente da Caixa. Por denunciação caluniosa porque o ex-ministro teria tentado movimentar a máquina pública, do ponto de vista administrativo e policial, para investigar o caseiro. O crime teria sido configurado no momento em que, ainda no dia 16 de março, Palocci se reuniu com o secretário de Direito Econômico. Na ocasião, o ex-ministro sondou Goldberg sobre a possibilidade de colocar a PF para investigar o caseiro.

Segundo o relatório de 61 páginas elaborado pelo delegado Rodrigo Carneiro Gomes, que ouviu 31 pessoas no caso, a acusação contra Marcelo Netto é de ter praticado também o crime de quebra de sigilo bancário, pois teria feito chegar os dados bancários do caseiro à imprensa.

O relatório não faz nenhuma referência à reunião, realizada em 23 de março, na casa de Palocci, em BRASÍLIA, da qual também participou o ministro Thomaz Bastos. Bastos tem dito que, no local, somente presenciou uma explanação técnica do advogado Arnaldo Malheiros sobre os crimes relacionados a quebras de sigilo.

Hoje Bastos deve se apresentar à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados para explicar o episódio.

Okamoto ironiza "presente" a um dos filhos de Lula

Autor: KAMILA FERNANDES . .

Origem do texto: DA AGÊNCIA FOLHA. EM FORTALEZA

Editoria: BRASIL

Edição: São Paulo

Observações: SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: ESCÂNDALO DO MENSALÃO/CPI DOS BINGOS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; CORRUPÇÃO; MENSALÃO: CRISE POLÍTICA; CPI DOS BINGOS; PAULO OKAMOTTO; SEBRAE; LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA; PRESENTE; FILHO; ÉPOCA /REVISTA!; DíVIDA

Terça-feira, 18/04/2006

4697BRA6S

064/835042

Página: A6

Apr 18. 2006

Okamoto ironiza "presente" a um dos filhos de Lula

KAMILA FERNANDES
DA AGÊNCIA FOLHA, EM FORTALEZA

O presidente do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Paulo Okamoto, afirmou ontem, em tom irônico, que, se deu algum presente a um dos filhos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como publicado na revista "Época", "pode ter sido um bicho de pelúcia, pode ter sido um carrinho de bebê, coisas desse tipo".

Ele nega ser responsável pelas finanças do presidente, apesar de admitir ter pagado em 2004, do próprio bolso, despesas de campanha que somaram R\$ 29.400, registradas em nome de Lula. "O que eu posso afirmar é que eu não cuido das finanças de ninguém, não paguei despesa de ninguém", afirmou o amigo do presidente.

"Paguei despesas que o partido lançou em nome do Lula, como procurador dele, quando fui fazer sua rescisão do contrato de trabalho. O partido queria cobrar essas despesas de 1997 e 1999, despesas de viagem, de passagens. Achei que ele não deveria pagar porque eram despesas de representação, que deveriam ser assumidas pelo partido. Como essas despesas já haviam sido lançadas e não havia outra forma, eu paguei, porque tinha dinheiro, tinha receita para pagar e paguei. Isso eu falei, qual o crime que eu cometi?", indagou ele.

Prêmio

Paulo Okamoto participou ontem, na cidade de Fortaleza, da entrega de um prêmio do Sebrae a prefeitos do Ceará. Alvo da CPI dos Bingos, que insiste em querer quebrar seu sigilo bancário, ele disse que vai lutar por seus direitos e que, por lei, seu sigilo só poderá ser quebrado se houver uma "acusação grave".

"Quais acusações que há contra mim? Grave, qual há!", questionou ao responder aos jornalistas.

Para Okamoto, só é aceitável a quebra de sigilo para responder a uma acusação específica, sobre um período específico.

"Não quer dizer que eu não queira prestar contas. Posso prestar contas do que querem saber. Posso prestar contas de coisas específicas. Agora, não pode ser assim, tem uma acusação e quebra-se tudo, 20 anos [de movimentações bancárias I]", afirmou.

'Presente'

Okamoto repetiu por diversas vezes que não tem mais nada para falar sobre seu sigilo bancário e calou-se ao ser questionado se o dinheiro usado para pagar despesas em nome de Lula teriam sido um "empréstimo" ou um "presente".

De acordo com o presidente do Sebrae, a origem do dinheiro que foi usado para o pagamento dessas despesas foi seu próprio trabalho.

"Eu sou um brasileiro que hoje ganha razoavelmente bem. Meu salário permite assumir uma responsabilidade como essa, não é uma coisa fácil, mas, quem ganha aí por volta de R\$ 30 mil por mês, se fizer um bom esforço de *seis* meses, pode assumir pagar uma dívida como a que eu paguei. "Okamoto disse que até poderá abrir mão de seu sigilo bancário espontaneamente um dia, mas não agora, por, segundo afirmou, sentir-se "usado". "Hoje eu estou sendo usado numa guerra política. Minha imagem já foi usada em propaganda eleitoral, então nós estamos num processo político", afirmou o amigo de Lula.

Sobreviventes de Carajás carregam seqüelas

Autor: EDUARDO SCOLESE; JORGE ARAÚJO .

Origem do texto: ENVIADOS ESPECIAIS A ELDORADO DO CARAJÁS

Editoria: BRASIL

Edição: São Paulo

Página: A12

Apr 16, 2006

Domingo, 16/04/2006

2600BR12N

064/833107

Legenda Foto: Francisco dos Santos mostra foto na qual ele (de boné) e outras crianças formam barreira após o massacre para impedir passagem de PMs; Rondinele Nero Lima, hoje com 20 anos, na época ajudava a mãe a lavar as roupas num igarapé Crédito Foto: Jorge Araújo/Folha Imagem

Observações: COM SUB-RETRANCAS

Vinheta/Chapéu: TERRA SEM LEI

Assuntos Principais: QUESTÃO AGRÁRIA; REFORMA AGRÁRIA; MST; MASSACRE DE ELDORADO DO CARAJÁS; SOBREVIVENTE; SEQÜELA; FERIDO; FERIMENTO; POLÍCIA MILITAR; 17 DE ABRIL /ASSENTAMENTO/

Dez anos depois do massacre, lavradores com balas alojadas em seus corpos ainda tomam remédios para aliviar dores

Sobreviventes de Carajás carregam seqüelas

EDUARDO SCOLESE

JORGE ARAÚJO

ENVIADOS ESPECIAIS A ELDORADO DO CARAJÁS

Além de 19 sem-terra mortos, o massacre de Eldorado do Carajás completa dez anos amanhã com um saldo de dezenas de vítimas que ainda sofrem com as seqüelas daquele 17 de abril de 1996. A rotina de algumas delas é mantida a doses de remédios e visitas a hospitais para aliviar as dores causadas por balas alojadas na cabeça, no pescoço, no peito e nas pernas.

Na semana passada, a Folha localizou algumas delas. A maioria vive no assentamento 17 de Abril, em Eldorado do Carajás (P A). A área, a antiga fazenda Macaxeira, foi desapropriada pela União depois que 19 sem-terra morreram e outros 69 ficaram feridos numa operação da Polícia Militar para desobstruir a rodovia PA-150, bloqueada na curva do "S" por uma marcha do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Hoje ninguém está preso por conta do massacre. Dos 155 PMs que participaram da ação, só dois foram condenados pela Justiça do Pará. Mas, por conta de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, o coronel Mário Colares Pantoja e o major José Maria de Oliveira aguardam em liberdade até que se esgotem todas as opções de recursos, o que deve durar dois anos.

Rubenita Justiniano da Silva, 36, é uma das sobreviventes. Ela vive com a mãe e uma irmã numa pequena ilha da periferia de Belém e até hoje carrega no pescoço uma bala que, dez anos atrás, entrou por sua boca, fraturou a mandíbula, rasgou a língua e quebrou seis dentes. "Não consigo trabalhar. Meu olho fica vermelho e dói o pescoço. Tenho de ficar correndo atrás de médico e remédio. "

Ela conta que entrou por acaso no MST. Cansada da vida de doméstica e de entregadora de marmiteira na capital, partiu ao sul do Pará em 1992. "Aí descobri que um irmão meu estava na coordenação do movimento. Comecei a me engajar, ajudando nas reuniões e nos acampamentos." Sobre o dia do conflito, ela diz: "Foi terrível, não tem nem como descrever. Depois que levei o tiro, consegui me apoiar num companheiro, mas não conseguia nem respirar. E só depois de dois dias é que me levaram para Belém".

Garimpeiro

Piauiense de Luzilândia, Antonio Alves de Oliveira, o Índio, 45, carrega três balas do conflito. "Tem uma na perna esquerda, uma no joelho direito e mais uma no calcanhar direito, que é a pior de todas. Não consigo nem andar direito que já começa a doer."

Em 1982, Oliveira deixou oito filhos para trabalhar em Sena Pelada (P A). Passada a febre do garimpo, virou sem-terra e passou a viver nos acampamentos do MST. Hoje cuida da burocracia do assentamento 17 de Abril. "Nunca mais tive a chance de exercer meus trabalhos normais." Assim como Oliveira, José Carlos dos Santos, 26, é uma das 20 vítimas que recebe desde 2000 uma pensão de um salário mínimo e meio do governo do Pará. No conflito, levou um tiro no olho direito. Perdeu essa visão e tem fortes dores de cabeça por conta do projétil alojado em sua cabeça.

"Não tem como tirar a bala. Se tentar, o médico disse que eu morro ou fico doido", afirma José Carlos, que vive no 17 de Abril com os pais, José Maria, 62, e Maria Raimunda, 52. "Nosso dia-a-dia é muito triste. Uma mãe ver um filho assim, sofrendo e sem condições de trabalhar, é uma tristeza só", afirma a mãe.

No assentamento, cada família cuida de seu próprio lote. PLantam arroz, feijão, milho, banana e mandioca. Numa área de 19 mil hectares, vivem hoje 6.000 pessoas, mais do dobro das 2.500 que chegaram por lá no final de 1996.

Josimar Pereira de Freitas, 41, é um dos coordenadores do assentamento. Dez anos atrás, ele levou um tiro de fuzil na perna direita de homens da tropa do coronel Pantoja. Teve fratura exposta. "Me levaram para o meio do mato, uns 500 metros da rodovia, onde tinha um monte de gente agonizando." Natural de Ananás (TO), casado e pai de três filhos, passou oito meses com a perna engessada. "Eu estou aqui conversando e sempre tem uma dor que incomoda. Eu sofro de câibras quase todos os dias."

Outro caso de fratura exposta é de Domingos da Conceição, 30. Por conta das fraturas, sua perna direita encurtou 2,5 cm: "Eu nunca pensei que eles [PMs] fossem atirar para matar", diz. "Em dias de frio, a perna dói muito."

Ao lado de Domingos, outro maranhense, João Rodrigues, 31, conta sua história. "O sonho do meu pai sempre foi ter um pedaço de terra. Por isso eu entrei no movimento. Hoje, ele [pai] está feliz por eu estar vivo e triste por ver um filho com dificuldades para trabalhar." Natural de Vitorino Freire (MA), Rodrigues carrega até hoje uma bala no peito. "Eu até tento trabalhar na roça, mas o peito começa a doer e o braço fica adormecido. Tenho que tomar sempre um antiinflamatório. "

Rubenita, Oliveira, Domingos e Rodrigues trabalham agora para vender exemplares do recém-lançado "Os sobreviventes do Massacre de Eldorado do Carajás", livro de produção independente do advogado Waldir Brelaz. "Tudo o que for arrecadado virá para pagar os custos que temos com remédios e hospitais", diz Rubenita.

Lula recebeu Bastos e Palocci logo após encontro sigiloso

Autor: KENNEDY ALENCAR . .
Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA
Editaria: BRASIL
Edição: Nacional

Página: A4
Apr 11. 2006

Terça-feira, 11/04/2006
6512BRA4N

064/827839

Observações: COM SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: CRISE NO GOVERNO/VIOLAÇÃO DE SIGILO

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; CORRUPÇÃO; MENSALÃO; ANTONIO PALOCCI FILHO; CASEIRO; FRANCENILDO DOS SANTOS COSTA; VIOLAÇÃO; SIGILO BANCÁRIO; CEF *ICAIXA* ECONÔMICA FEDERAU BANCO/; MÁRCIO THOMAZ BASTOS; ENCONTRO; LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA; DEFESA

Reunião se deu no mesmo dia em que ministro da Justiça apresentou advogado a ex-colega

Lula recebeu Bastos e Palocci logo após encontro sigiloso

KENNEDY ALENCAR
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, reuniram-se com o então ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, até as 22h da quinta-feira, 23 de março, no Palácio do Planalto. Na tarde daquele dia, Thomaz Bastos esteve na casa de Palocci com o advogado criminalista Arnaldo Malheiros para tratar da violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa, conforme revelou a revista "Veja".

Na versão de Malheiros, houve uma discussão genérica sobre o que seria o crime de violação de sigilo. Segundo ele, não entraram em detalhes, como uma eventual confissão de Palocci de que seria o mandante da violação. Na versão do ministro da Justiça, porém, ele apenas apresentou o advogado criminalista ao então ministro da Fazenda. No entanto, essas versões se chocam com os bastidores apurados pela Folha a respeito da reunião da noite entre Lula, Thomaz Bastos e Palocci.

A partir daquela data, Lula passou a estudar nomes para substituir Palocci e sondou o então presidente do BNDES, Guido Mantega, que assumiu a Fazenda na semana seguinte.

Mais: na noite daquele dia, Thomaz Bastos disse a Lula, na frente de Palocci, que ele achava que o ministro da Fazenda deveria deixar o governo. Ou seja, há indícios de que o ministro da Justiça tinha mais informações do que apenas a obtida numa discussão genérica sobre o crime de violação de sigilo, como relata Malheiros.

Na reunião com Lula e Thomaz Bastos, Palocci ficou contrariado, mas reconheceu que perdera "as condições políticas" de permanecer na Fazenda. No entanto, de acordo com a versão de membros da cúpula do governo, ele continuou a negar até o dia de sua demissão, 27 de março, a autoria da violação e do vazamento do sigilo.

Ordem de Palocci

A Folha apurou que Palocci deu a ordem para o então presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, violar o sigilo do caseiro que acusava o então ministro da Fazenda de freqüentar a "casa do lobby" em BRASÍLIA.

Mattoso entregou o extrato a Palocci no dia 16 de março e esteve na casa do então ministro com Malheiros e Thomaz Bastos no dia 23, uma semana depois.

Na segunda-feira em que foi demitido, Palocci pressionou Mattoso a assumir sozinho a responsabilidade pela violação. Mattoso respondeu com um palavrão e se recusou. Palocci já havia tentado, sem sucesso, convencer Mattoso a assumir toda a culpa.

Nesse mesmo dia, tentando ficar no cargo, Palocci também ameaçou Thomaz Bastos, dizendo que o ministro da Justiça poderia ser atingido pelo escândalo porque dois auxiliares seus estiveram com ele nos dias em que recebeu o extrato de Mattoso e no qual o blog da revista "Época" publicou o sigilo.

Lula segura ministro

Em reunião ontem da Coordenação de Governo, grupo que reúne os ministros que discutem com o presidente as diretrizes da gestão petista, Lula pediu apoio irrestrito a Thomaz Bastos ao debater a revelação da revista "Veja" desta semana de que o ministro da Justiça foi à casa de Palocci com o criminalista Malheiros.

Foi decidido que o ministro da Justiça se colocaria à disposição para ir ao Congresso o mais rápido possível. Lula acha que Thomaz Bastos agiu corretamente entre "a solidariedade a Palocci e a firmeza para apurar a violação", segundo expressão ouvida pela Folha ontem no Planalto. Além da avaliação da situação de Thomaz Bastos, Lula e auxiliares ouviram uma exposição de Guido Mantega, que disse que, no auge da campanha eleitoral, a economia estará crescendo a uma taxa de 4% ao ano.

Delcídio diz que não foi eleito presidente da CPI para defender o PT

Sexta-feira, 07/04/2006
2239BRA7N

Autor: FERNANDA KRAKOVICS . .
Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA
Editaria: BRASIL
Edição: São Paulo

Página: A7
Apr 7, 2006

064/823135

Legenda Foto: O relator da CPI, Osmar Serraglio. cumprimenta o presidente da comissão, Delcídio Amaral (à dir.)

Crédito Foto: Alan Marques/Folha Imagem

Observações: COM SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: MENSALÃOIO RELATÓRIO

Assuntos Principais: 130VERNO LUL,A; CORRUPÇÃO; MENSALÃO; CPI DOS CORREIOS; DELCÍDIO AMARAL; DECLARAÇÃO;
PT *IPARTIDOI*; POLEMICA; RELATORIO FINAL

Senador rebate ataques de petistas e afirma que relatório paralelo do partido "seria tiro no pé" da sigla, porque envolveria o presidente Lula

Delcídio diz que não foi eleito presidente da CPI para defender o PT

FERNANDA KRAKOVICS
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Um dia depois de atropelar seu partido, o senador Delcídio Amaral (PT-MS) afirmou ontem que não foi eleito presidente da CPI dos Correios para defender o PT. Ele está sendo atacado por seus correligionários devido à forma como conduziu a votação do relatório final da comissão, aprovado por 17 votos a 4, em uma sessão que durou menos de meia hora.

"Não fui eleito presidente para defender o PT e nenhum outro partido da base", disse ele, ao lado do relator da comissão, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR).

O relatório pediu o indiciamento de mais de cem pessoas, entre elas os ex-ministros José Dirceu (Casa Civil) e Luiz Gushiken (Comunicação de Governo). O documento afirma que o mensalão existiu e que foi abastecido com dinheiro público. O relator, no entanto, poupou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao dizer que não há provas de que ele foi omissos em relação ao esquema.

Contrariado com o teor do texto, a bancada do PT apresentou um relatório paralelo no qual negava o mensalão e cancelava os pedidos de indiciamento de caciques petistas. O documento também atribuía a "gênese" do "valerioduto" ao PSDB mineiro.

Para Delcídio, o PT errou a estratégia ao apresentar um substitutivo e seria prejudicado se o documento fosse aprovado. "Seria um tiro definitivo no pé do partido e em outras pessoas. Eu fico pasmo de ver a dimensão que a discussão tomou", disse ele.

O presidente da CPI estava se referindo ao presidente Lula, que segundo ele seria o principal atingido caso o PT derrubasse o relatório original para votar o paralelo. De acordo com Delcídio, o primeiro voto em separado na fila para ser apreciado era o do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que pedia o indiciamento do presidente da República por crime de responsabilidade. "O Lula estava sendo conduzido pelo PT para dentro do processo", afirmou.

Serraglio disse ainda que, ao afirmar que os repasses feitos a deputados eram caixa dois, e não compra de apoio parlamentar, o relatório paralelo estava concluindo, na sua opinião, que a campanha do presidente Lula teria sido beneficiada pelo esquema, já que os pagamentos foram feitos durante o seu mandato.

Apesar da atitude adotada pelo PT, o relator afirmou que não sofreu pressão do governo. "O governo Lula nunca interferiu na minha investigação. Ele tem lá os seus defeitos, como a gente vê, mas isso não fez", disse Serraglio.

Tanto Delcídio quanto Serraglio afirmaram que a bancada do PT não queria negociar mudanças no texto, e sim atrasar a votação para que não desse tempo de aprovar um relatório até a próxima segunda-feira, quando termina o prazo de funcionamento da CPI.

Serraglio passou o dia da votação, que começou às 18h, reunido com parlamentares do PT tentando alterar a redação do texto de forma a agradá-los, desde que não alterasse a estrutura do relatório no caso a existência do mensalão e o fato do esquema ter sido abastecido por meio da Visanet.

"Chegou um momento em que eu disse: 'tenho a maior confiança em vocês, mas tem alguma coisa errada. Não vamos chegar a lugar nenhum assim. Acho que vocês estão cozinhando o tempo e me enrolando", disse o relator.

Palocci e Mattoso serão alvo de acareação na PF

Autor: KENNEDY ALENCAR . .
Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA
Editaria: BRASIL
Edição: Nacional

Página: A4
Apr 6. 2006

Quinta-feira, 06/04/2006
0673BRA4N

064/822465

Observações: COM SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: CRISE NO GOVERNO/VIOLAÇÃO DE SIGILO

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; CORRUPÇÃO; MENSALÃO; ANTONIO PALOCCI FILHO; POLÍCIA FEDERAL; DEPOIMENTO; INDICIAMENTO; CASEIRO; FRANCENILDO DOS SANTOS COSTA; VIOLAÇÃO; SIGILO BANCÁRIO; DIVULGAÇÃO; IMPRENSA; CEF /CAIXA ECONÔMICA FEDERAU BANCO/; INVESTIGAÇÃO; MANDANTE; JORGE MATTOSO; ACAREAÇÃO

Polícia quer confrontar envolvidos em quebra de sigilo para determinar identidade do mandante

Palocci e Mattoso serão alvo de acareação na PF

KENNEDY ALENCAR
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A Polícia Federal fará uma acareação entre o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci e o ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso para tentar esclarecer quem foi o mandante da violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa. Até ontem à noite não havia data definida para a convocação dos dois.

Mattoso já assumiu em depoimento à PF, em 27 de março, ter dado a ordem interna na Caixa para a quebra do sigilo e a impressão de um extrato de Francenildo. Disse ainda à polícia que entregou o documento pessoalmente para o ex-ministro da Fazenda em encontro na casa de Palocci. No entanto, não disse à PF que recebera a ordem da violação do sigilo diretamente de Palocci.

A Folha apurou que Palocci deu a ordem a Mattoso na tarde de 16 de março, em reunião no Palácio do Planalto. À noite, o então presidente da Caixa lhe deu o extrato.

Em depoimento anteontem à PF, Palocci foi indiciado sob a acusação de ter cometido os crimes de quebra de sigilo e violação de sigilo funcional. Apesar do indiciamento, ele negou ter ordenado a violação. Admitiu que recebeu os extratos de Mattoso, mas afirmou que triturou os documentos no dia 20 de março, uma segunda-feira, sem ter revelado seu conteúdo a outras pessoas. Cópia dos extratos foi publicada no dia 17 pela revista "Época", um dia depois da violação.

Demissão

Palocci foi demitido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 27 de março, após tentar um afastamento temporário, devido ao depoimento de Mattoso à PF naquele dia. Lula estava convencido de que Palocci havia sido o mandante do crime, apesar de ele ter negado isso o tempo todo em conversas com o presidente e com colegas de governo.

A acareação entre Palocci e Mattoso, segundo apurou a Folha, será feita pela PF para mostrar que não há interesse do governo em acobertar um eventual crime do ex-ministro da Fazenda. A PF avalia se faz a acareação antes de ouvir Mattoso novamente ou se já marca diretamente um encontro entre os dois.

Para a PF, o depoimento de Palocci foi uma opção por uma estratégia jurídica: negar o crime, apresentar uma versão pouco crível (ter triturado a única cópia do extrato) e sustentar em eventual processo jurídico que não há provas que o incriminem.

Avaliação do Planalto

Do ponto de vista político, o depoimento de Palocci trouxe alívio à cúpula do governo. Temia-se que ele tentasse envolver o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, no imbróglio da violação do sigilo, mas isso não ocorreu. Nos bastidores, Thomaz Bastos atuou pela demissão de Palocci. A versão do ex-ministro da Fazenda reforçou a de dois auxiliares de Thomaz Bastos que estiveram em contato com Palocci nos dias 16 e 17 de março: Daniel Goldberg, secretário de Direito Econômico, e Cláudio Alencar, chefe-de-gabinete do ministro da Justiça.

Goldberg esteve na casa de Palocci na mesma hora em que Mattoso. Palocci confirmou a versão do secretário de Direito Econômico de que não presenciou a entrega dos extratos nem foi informado da violação.

Goldberg e Alencar relataram a Thomaz Bastos a presença de Mattoso na casa de Palocci. O ministro da Justiça pediu abertura de inquérito à PF após esse relato e informou o presidente de que suspeitava de Palocci. Uma semana depois, Palocci caiu. Durante esse período, Lula cobrou diretamente o então ministro da Fazenda mais de uma vez, inclusive na véspera de sua queda, no dia 26 de março, um domingo, mas só ouviu negativas de que estivesse envolvido no episódio.

Relatório do PT é pior para Lula, diz Serraglio

Terça-feira, 04/04/2006
6048BRA6N

Autor: . .

Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Editaria: BRASIL

Página: A6

064/820010

Edição: Nacional

Apr 4, 2006

Observações: COM SUB-RETRANCAS

Vinheta/Chapéu: ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/CPI DOS CORREIOS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; CRISE POLÍITICA; CORRUPÇÃO; MENSALÃO; LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA; CPI DOS CORREIOS; RELATORIO; PARECER; PT /PARTIDO/; OSMAR SERRAGUO

Segundo o relator, presidente pode ser acusado de crime de responsabilidade se petistas insistirem ter havido caixa dois, e não 'mensalão'

Relatório do PT é pior para Lula, diz Serraglio

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), afirmou ontem que, se o PT insistir em apresentar um relatório paralelo reduzindo o "mensalão" a caixa dois complicará a situação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que poderia ser acusado, segundo ele, de crime de responsabilidade.

O relatório final da CPI diz que o esquema operado pelo publicitário Marcos Valério de Souza serviu para a compra de apoio parlamentar pelo governo, mas os petistas não concordam com essa afirmação. "Eles dizem que os recursos que foram para os 'mensaleiros' são de caixa dois. Se eu admitir esse raciocínio, estou dizendo que o dinheiro foi para a campanha do presidente Lula. Aí temos crime de responsabilidade", afirmou o relator da CPI.

A suposta comprovação de crime de responsabilidade pode justificar o pedido de impeachment do presidente da República. Para o processo ser aberto, no entanto, é preciso autorização da Câmara.

Para aprovar o relatório paralelo, o PT precisa derrubar primeiro o de Serraglio. O governo tem uma pequena maioria na CPI, de no máximo dois votos, embora ela não seja confiável. Há o risco de os governistas, depois da eventual rejeição do texto original, não conseguirem apoio para aprovar o documento produzido por eles. A comissão ficaria sem conclusão.

No relatório, Serraglio poupou o presidente Lula ao dizer que não há provas de que ele se omitiu em relação ao esquema do "mensalão". Apesar disso, o documento afirma que ele não teria "dificuldade" em perceber a suposta compra de apoio parlamentar.

Além de afirmar que o repasse de dinheiro para parlamentares da base aliada era caixa dois de campanha, o relatório paralelo produzido pelo PT exclui dos pedidos de indiciamento o lobista Nilton Monteiro, que entregou a "lista de Fumas" à Polícia Federal.

A lista aponta 156 políticos, sobretudo da oposição, que teriam recebido dinheiro, em esquema de caixa dois, arrecadado na estatal Fumas Centrais Elétricas. Serraglio pediu o indiciamento de Monteiro por calúnia, falsidade ideológica e falsidade de selo ou sinal público, devido a suposta falsificação do logotipo de Fumas.

Congressistas do PSDB e do PFL acusam integrantes do PT de estar por trás da suposta montagem da lista e o ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça) de ter usado politicamente o documento.

"A CPI está pedindo o indiciamento do Nilton Monteiro porque seria inquestionável a falsidade da lista, sendo que no laudo da PF ainda paira dúvidas. Sem o documento original não há como ser conclusivo", afirmou a senadora Ideli Salvatti (PT-SC). A lista entregue pelo lobista é uma cópia.

Laudo do INC (Instituto Nacional de Criminalística) afirma haver indícios de "montagem", "alterações" ou "implantes" na última página da "lista de Fumas".

O início da discussão do relatório da CPI está prevista para hoje, mas o documento só deve ser votado amanhã. Até ontem Serraglio não estava disposto a acatar mudanças no texto e não havia acordo entre governo e oposição.

"Se me mostrarem incorreções, estou aberto para corrigir. Por enquanto não vi nada que tivesse de ser modificado", disse o relator.

CPI vota de novo quebra de sigilo de Okamoto

Autor: RUBENS VALENTE; HUDSON CORREA . .

Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA; DA AGÊNCIA FOLHA, EM BRASÍLIA

Editoria: BRASIL

Página: A5

Edição: São Paulo

Feb 1, 2006

Quarta-feira, 01/02/2006

1411BRA5S

062/738457

Legenda Foto: Garibaldi Alves, Efraim Morais, Arthur Virgílio, José Agripino, ACM e Tasso Jereissati conversam em sessão da CPI dos Bingos. ontem

Crédito Foto: Alan Marques/Folha Imagem

Observações: COM SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: ESCÂNDALO DO "MENSALÃO" CPI DOS BINGOS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; CORRUPÇÃO; MENSALÃO; PT /PARTIDOI; CPI DOS BINGOS; VOTAÇÃO; REQUERIMENTO; QUBRA; PAULO OKAMOTTO; SIGILO BANCÁRIO; SIGILO FISCAL; SIGILO TELEFÔNICO; DIVERGÊNCIA; OPOSIÇÃO; NELSON JOBIM

Novo requerimento é reação à liminar concedida pelo STF que impediu acesso da comissão a dados bancários de amigo de Lula

CPI vota de novo quebra de sigilo de Okamoto

RUBENS VALENTE
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA
HUDSON CORRÊA
DA AGÊNCIA FOLHA, EM BRASÍLIA

A CPI dos Bingos vota hoje novo requerimento para quebrar outra vez os sigilos bancário, fiscal e telefônico do presidente do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Miero e Pequenas Empresas), Paulo Okamoto, amigo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O novo requerimento foi uma reação da CPI à decisão do presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Nelson Jobim, que suspendeu com uma liminar na sexta-feira passada a quebra dos sigilos de Okamoto, medida que havia sido aprovada na CPI no dia 18 de janeiro por 11 votos a dois.

Tesoureiro da campanha de Lula em 1989, Okamoto afirma que pagou do próprio bolso uma dívida de R\$ 29,4 mil que o presidente tinha com o PT relativa a gastos pessoais, anteriores a 2003', com viagens internacionais pagas com dinheiro do Fundo Partidário.

A dívida foi quitada entre dezembro de 2003 e março de 2004. A CPI quer saber se o dinheiro veio de caixa dois abastecido pelo empresário Marcos Valério.

A estratégia do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), ao apresentar hoje novo requerimento, é incluir outras justificativas para convencer da necessidade da quebra de sigilos.

Jobim afirmou na decisão que o primeiro requerimento indicava "fatos com suporte apenas nas matérias jornalísticas e no depoimento do impetrante [Okamoto]. Ainda segundo Jobim, o STF "veda a quebra de sigilos bancários com base em matéria jornalística". Em seu novo pedido, Antero apontará as seguintes justificativas: 1) o depoimento à CPI do economista e ex-militante petista Paulo Tarso Venceslau sobre caixa dois supostamente operado por Okamoto desde 1993;

2) a prestação de contas do Diretório Nacional do PT, que apresenta os pagamentos parcelados feitos em nome de Lula;

3) um relatório do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) citando "operações atípicas" de R\$ 93 mil em nome de Okamoto.

Irritação

Ontem, a decisão de Jobim irritou a oposição na CPI. Não houve ataque direto ao presidente do STF, mas críticas a Okamoto. "Uma coisa é absolutamente certa. O senhor Okamoto é o caixa do presidente Lula porque, se não o fosse, seria o primeiro a abrir os sigilos", afirmou o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

O presidente nacional do PPS, deputado Roberto Freire (PE), advertiu ontem, por nota, que Jobim é passível de processo de impeachment, a ser aberto no Senado, por interferência "corriqueira em decisões" do Congresso.

Jobim poderá deixar o STF para participar das eleições. Há especulações de que poderia compor uma chapa com Lula embora não seja filiado, Jobim é ligado ao PMDB, que vem sendo assediado por Lula para uma aliança.

Em outra decisão, o presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB), disse que fará representação na OAB contra o advogado Marcos Augusto Perez, que defende Okamoto. Anteontem, à Folha, Perez disse que a CPI "quer fazer circo" contra seu cliente.

"O presidente da CPI talvez tenha tomado minhas palavras com certo exagero. O que eu disse foi no sentido de que a CPI deve respeitar os direitos individuais das pessoas investigadas, não pode enveredar para o terreno do espetáculo". afirmou o advogado.

Conselho de Ética aprova pedido de cassação de presidente do PP

Autor: SILVIO NAVARRO . .

Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Editaria: BRASIL

Edição: São Paulo

Vinheta/Chapéu: HORA DAS CASSAÇÕES

Assuntos Principais: GOVERNO IULA; CRISE política; MENSALÃO; CORRUPÇÃO; CONSELHO DE ÉTICA; CÂMARA DOS DEPUTADOS; CASSAÇÃO; PARECER; PEDRO CORRÊA; PP /PARTIDO/; PT /PARTIDO/

Quinta-feira, 02/02/2006

3346BRA6S

062/739697

Página: A6

Feb 2, 2006

Pedro Corrêa diz que vai recorrer

Conselho de Ética aprova pedido de cassação de presidente do PP

SILVANA VARRO

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O Conselho de Ética da Câmara aprovou ontem, por 11 votos a 3, parecer que recomenda a cassação do presidente do PP, deputado Pedro Corrêa (PE), por envolvimento no escândalo do "mensalão". É o quarto dos 11 processos em curso concluído pelo conselho. O caso segue agora para o Plenário, que tem autonomia para referendar ou alterar a decisão.

O parecer, de autoria do deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), sugere a cassação de Corrêa por ter "ofendido a honradez que deve nortear as relações político-partidárias". Corrêa é apontado como destinatário de R\$ 4,1 milhões do esquema do publicitário Marcos Valério de Souza.

O petista diz que recebeu R\$ 700 mil, doados pelo PT, para pagar o advogado Paulo Goyaz, que defende o ex-deputado Ronivon Santiago (PP-AC) em processos por compra de votos na eleição de 2002. Corrêa acompanhou a votação em silêncio. No fim da sessão, disse confiar que "o pensamento do Plenário será diferente". Ele deve recorrer na Comissão de Constituição e Justiça.

Dos 11 votos contra Corrêa, a surpresa foi o da petista Ângela Guadagnin (SP), que pela primeira vez optou pela cassação desde o processo contra Roberto Jefferson (PTB-RJ). Ela é relatora do processo contra o ex-líder do PP na Casa, José Janene (PR), licenciado para tratar de problemas cardíacos. Ontem, o presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PC do B-SP), determinou o envio de uma junta médica a Curitiba para avaliar se Janene tem condições de responder ao processo ou se deve se aposentar por invalidez.

Duda e assessor de Maluf dividiram 'offshore'

Autor: ANDRÉA MICHAEL; RUBENS VALENTE..

Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Editoria: BRASIL

Edição: Nacional

Página: A5

Feb 6, 2006

Segunda-feira, 06/02/2006

7431BRA5N

062/743815

Legenda Foto: O publicitário Duda Mendonça, no depoimento em que revelou à CPI ter recebido do PT no exterior

Crédito Foto: Lula Marques -11. ago. 2005/Folha Imagem

Observações: COM SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/O MARQUETEIRO

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; CORRUPÇÃO; MENSALÃO; PT /PARTIDO/; DUDA MENDONÇA; MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA; EMPRESA! OFFSHORE/; CALIM EID

Investigações da PF mostram que ambos movimentaram US\$ 3,4 mi nos EUA, de 1997 a 2000, por meio da mesma empresa de fachada

Duda e assessor de Maluf dividiram 'offshore'

ANDRÉA MICHAEL

RUBENS VALENTE

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O tesoureiro do ex-prefeito Paulo Maluf (PP) Calim Eid, morto em 1999, o publicitário Duda Mendonça, sua ex-mulher e ex-sócios usaram a mesma empresa de fachada gerida por doleiros de São Paulo para movimentar US\$ 3,4 milhões nos Estados Unidos entre 1997 e 2000.

Duda Mendonça trabalhou em 1998 para a campanha de Maluf ao governo de São Paulo e em 1996 para a campanha do afilhado político de Maluf, Celso Pitta, à prefeitura paulistana.

No curso da investigação do "mensalão" conduzida pela Polícia Federal e pela Procuradoria Geral da República, surgiram indícios de que em outras campanhas eleitorais, além das que fez para o PT em 2002, o marqueteiro também teria sido pago por um esquema de caixa dois. As investigações em que já foram reunidos mais elementos são sobre as campanhas de Eduardo Azeredo (PSDB) em Minas e de Maluf.

A análise da base de dados do MTB Bank de Nova York levantou um indício que poderá reforçar a tese do Ministério Público. A mesma Agata International Holdings "offshore" com sede nas Ilhas Virgens Britânicas que recebeu e enviou recursos de Duda e associados_ também pagou US\$ 620 mil para o tesoureiro e ex-chefe da Casa Civil de Maluf.

Calim Eid, que morreu em 1999 num acidente de automóvel, foi um dos responsáveis pelo comando da campanha malufista de 1998. Braço direito de Maluf, também foi implicado no escândalo da corretora Pau Brasil, que teria operado um esquema de caixa dois em 1992.

O pagamento da conta da Agata para uma conta atribuída a Eid no banco Chase Manhattan de Nova York (EUA) ocorreu no dia 13 de novembro de 1998.

A conta registrada em nome do tesoureiro aparece relacionada a uma conta bancária em nome de uma empresa em Genebra, na Suíça. O número da conta de Eid é 9958. Aberta na seqüência no mesmo Chase, a conta de número 9960, identificada apenas por um apelido, "Pera", recebeu US\$ 702 mil também da Agata.

Uma pessoa que se apresentou à Folha como viúva de Eid, por telefone, na última sexta-feira, disse que o empresário não mantinha conta bancária nos EUA.

As operações da Agata com Duda e associados estendem-se de 14 de janeiro de 1997 a 12 de julho de 2000. Em nome da jornalista Rita de Cássia Moraes, ex-mulher de Duda, aparecem cinco pagamentos para a Agata no valor total de US\$ 133 mil, o último em 2002.

Um dos registros traz o atual endereço residencial de Rita, na praia de Piatã, em Salvador. Em entrevista, Rita de Cássia negou ter conhecimento de qualquer conta no exterior e disse estar surpresa com a informação.

Em nome de Duda aparecem oito operações que totalizam US\$ 668,2 mil entre 19 de maio de 1999 e 26 de maio de 2000. Sua sócia Zilmar Fernandes é quem tem o maior nome de operações entre os associados. Foram 14 depósitos e recebimentos sempre intermediados pela offshore Agata. Totalizam US\$ 943,4 mil de 28 de fevereiro de 1997 a 12 de julho de 2000. Outros dois ex-sócios de Duda cujos nomes aparecem na base de dados do banco são João Santana (US\$ 528,8 mil) e Armando de Carvalho Ribeiro (US\$ 539,3 mil).

A base de dados do MTB Bank chegou ao Brasil no decorrer das investigações da CPI do Banestado. O banco já era investigado nos EUA por suspeita de lavagem de dinheiro. As investigações mostraram que dezenas de doleiros brasileiros abriram contas no MTB em nome de "offshores" com sede em paraísos fiscais.

Após sete meses, CPI dos Bingos convoca primeiro dono de bingo

Autor: HUDSON CORRÊA . .

Origem do texto: DA AGENCIA FOLHA, EM BRASILIA

Editoria: BRASIL

Edição: São Paulo

Vinheta/Chapéu: JOGO ILEGAL

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; CRISE POLÍTICA; MENSALÃO; CORRUPÇÃO; CPI DOS BINGOS; CONVOCAÇÃO; DEPOIMENTO; CARLOS ROBERTO MARTINS; FAMÍLIA ORTIZ

Terça-feira, 07/02/2006

8576BRA6S

Página: A6

062/744843

'Feb 7, 2006

Comissão vai investigar rede de caça-níqueis

Após sete meses, CPI dos Bingos convoca primeiro dono de bingo

HUDSON CORRÊA

DA AGENCIA FOLHA, EM BRASÍLIA

Sete meses após a sua criação, a CPI dos Bingos começa agora a investigar uma rede de caça-níqueis ilegais supostamente mantida em todo o país pela família Ortiz. Hoje a CPI deve ouvir o primeiro dono de um bingo. É o empresário Carlos Roberto Martins, ex-funcionário da família Ortiz.

Em outubro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que esperava a CPI convocar "bingueiros", indicando que as investigações estariam fora de foco.

De acordo com o senador Magno Malta (PL-ES), autor do requerimento que criou a CPI, a família Ortiz é suspeita de ter ligação com a máfia italiana no negócio de jogos. A família nega. No site www.familiaortiz.com.br, os irmãos Alejandro, 41, e Johnny de Viveiros Ortiz, 43, já convocados pela CPI, reproduzem documentos da empresa de investigação Kroll e do procurador da República da Itália Pietro Saviotti, de março de 2004, que apontam que eles não têm ligação com a máfia nem são investigados na Itália.

A CPI diz, em documento divulgado à imprensa, que os empresários são donos de "80% a 90% das máquinas caça-níqueis funcionando no país", o que a família também nega.

Na Justiça Brasileira ainda tramita um processo, desde 1999, contra Alejandro Ortiz. "A máfia italiana [...], através de Alejandro de Viveiros Ortiz, organizou cinco firmas no Brasil visando locar máquinas eletrônicas de caça-níqueis", diz o Ministério Público Federal na ação. Na última manifestação da defesa, em 2003, advogados afirmam que não há ligação com a máfia.

Palocci afirma ter cometido 'imprecisão' ao explicar carona

Autor: HUDSON CORRÊA . .

Origem do texto: DA AGÊNCIA FOLHA, EM BRASÍLIA

Editoria: BRASIL

Edição: São Paulo Feb 9, 2006

Observações: COM SUB-RETRANCAS

Vinheta/Chapéu: ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/PALOCCI NA MIRA.

Assuntos Principais: GOVERNO_LULA; CRISE POIÍTICA; CORRUPÇÃO; MENSALÃO; CPI DOS BINGOS;

Quinta-feira, 09/02/2006

1511BRA5N

062/747482

Página: A5

ANTONIO PALOCCI FILHO; CONTRADIÇÃO; DEPOIMENTO; PT /PARTIDO/; CARONA;
JOSE ROBERTO COLNAGHI; ALUGUEL; AVIÃO; VIAGEM; RIBEIRÃO PRETO/SP/

Ministro afirma à CPI que se expressou mal ao falar que avião foi alugado pelo PT

Palocci afirma ter cometido 'imprecisão' ao explicar carona

HUDSON CORRÊA
DA AGÊNCIA FOLHA, EM BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, enviou ontem um ofício à CPI dos Bingos no qual reconhece ter cometido "uma imprecisão terminológica" ao afirmar, em depoimento à comissão no dia 26 passado, que o PT alugou um jatinho do empresário José Roberto Colnaghi.

O ministro fez uma viagem de ida e volta de Ribeirão Preto (interior de São Paulo) a BRASÍLIA nesse avião, em 23 de julho de 2003.

Palocci mandou a correspondência depois que Colnaghi apresentou outra versão à CPI, dizendo que nunca alugara seu avião ao PT, e que teria apenas emprestado o veículo ao partido. No domingo, Colnaghi tinha dito o mesmo em reportagem publicada na Folha. A CPI dos Bingos suspeita de tráfico de influência no ministério. O uso de um avião

particular por Colnaghi, segundo o senador José Jorge (PFL-PE), membro da comissão, reforça a desconfiança.

No depoimento à CPI, o ministro afirmou que usou um avião particular, em vez de uma aeronave da FAB (Força Aérea Brasileira), porque a viagem a Ribeirão Preto tinha interesse partidário.

"O PT disponibilizou um avião particular, alugou um avião para poder fazer a viagem", afirmou o ministro à CPI, no dia 26.

No ofício remetido à CPI, Palocci reafirma a primeira parte da declaração, mas na segunda diz ter recorrido "inadvertidamente à expressão alugou" sem se "apegar à acepção estrita do termo".

Dessa forma, disse não haver "contradição essencial" entre as afirmações dele e de Colnaghi. Dicionário "Essa carta [de Palocci] é uma desmoralização da língua portuguesa. Se submetê-la a qualquer filólogo [estudioso de uma língua ou família delas], não dá para aceitar. É preciso mudar o [dicionário] Aurélio para incluir alugar de graça", disse o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

O senador pediu à CPI que seja enviado ao ministro um documento pedindo para "ele confirmar as outras declarações de seu depoimento sob o rito do Código de Processo Penal". O pedido do senador, apresentado desde anteontem, não foi votado. A oposição avaliou não ter maioria.

Em defesa do governo, o senador Flávio Aros (PT -PR) disse que a intenção de Antero é criar dificuldades para o ministro. "É uma motivação político-partidária colocar o ministro em más lençóis", afirmou o petista.

Antero ainda pediu à CPI que envie um pedido de informação à Comissão de Ética do governo requisitando o teor da justificativa que o ministro apresentou para viajar em um avião particular.

É um Citation Jet, para seis passageiros, o avião no qual o ministro foi a Ribeirão Preto. O valor da aeronave varia de US\$ 2,5 milhões a US\$ 3 milhões.

Dimas ofereceu R\$ 1,5 mi ao PTB, diz Jefferson

Autor: JOSIAS DE SOUZA . .
Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA
Editoria: BRASIL .
Edição: São Paulo

Página: A7
Feb 10, 2006

Sexta-feira, 10/10/2006
2826BRASS

0621748696

observações: COM SUB-RETRANCA; ENTREVISTA

Vinheta/Chapéu: ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"ILISTA DE FURNAS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; CRISE POLÍTICA; MENSALÃO; CORRUPÇÃO; DIMAS TOLEDO; ROBERTO JEFFERSON; ENTREVISTA

Deputado cassado dá nova versão sobre suposto caixa 2 em estatal e volta a citar ex-diretor de Fumas e Dirceu, que negam irregularidades

Dimas ofereceu R\$ 1,5 mi ao PTB, diz Jefferson
JOSIAS DE SOUZA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O deputado cassado Roberto Jefferson (PTB) disse ontem, em entrevista ao blog "Nos Bastidores do Poder", que, em abril de 2005, Dimas Toledo, ex-diretor de Fumas, esteve em sua casa e ofereceu uma mesada de R\$ 1,5 milhão do suposto caixa dois da estatal para o PTB.

Jefferson foi o autor das denúncias envolvendo o suposto esquema, em entrevista à Folha em junho do ano passado. À época, Dimas negou as acusações.

O esquema, segundo Jefferson, foi "herdado" pelo ex-ministro José Dirceu, que também negou as acusações. Leia a seguir trechos da entrevista:

*

Folha - De onde vinha a influência de Dimas Toledo?

Jefferson - Ele cobria o PSDB. O PSDB mineiro inteiro, o PFL mineiro inteiro, o PMDB mineiro inteiro. A pressão que eu recebi [para manter Dimas no cargo], até do... Não vou fala,".

Folha - As cifras mencionadas na lista têm lógica política?

Jefferson - Não vou acusar amigos. No que me toca [R\$ 75 mil], a lista é verdadeira. No resto, ela tem total lógica política e se assemelha à verdade.

Folha - Quem era o padrinho de Dimas Toledo?

Jefferson - O Dimas não tinha um controlador. Ele não trabalhava com grupo pequeno, só com grupo grande. Três, quatro governadores poderosos. Aquela cadeira era forte demais para um só. Ela foi o principal motivo para o José Dirceu botar a Abin no meu calcanhar. Folha - O José Dirceu herdou o esquema?

Jefferson - Herdou.

Folha - O Dirceu chegou a propor uma partilha ao senhor?

Jefferson - Dava R\$ 4 milhões. R\$ 1 milhão ficaria para despesas de diretoria que o Dimas teria, R\$ 1,5 milhão iria para o PTB e R\$ 1,5 milhão para o PT todo mês.

Folha - O sr. chegou a conversar sobre isso com o próprio Dimas?

Jefferson - Sim. Ele esteve em minha casa, em abril do ano passado, a pedido do José Dirceu. Folha - Ele queria o quê?

Jefferson - Formalizar o acordo. Me disse que ficaria para o PTB R\$ 1,5 milhão por mês e para o PT R\$ 1,5 milhão. Reforçou a conversa que o José Dirceu já havia acertado. Eu voltei ao Dirceu, contei os termos e perguntei: "Está fechado?" Ele disse: "Fechado". Foi quando Lula deu pra trás. Disse: "Não, esse cara é um traidor. Ele é tucano. Botamos R\$ 1,5 milhão na Cemig, para fazer o programa Luz para Todos nas favelas e ele só botou PLaca do governo do Aécio".

Folha - A proposta de partilha foi feita para que o sr. concordasse com a manutenção do Dimas?

Jefferson - Exato. Quem ficava com tudo naquela época era o Delúbio [Soares, ex-tesoureiro do PT]. Tinha também um "grupo dos 12", do PSDB, que ficava com R\$ 600 mil por mês. Três eu sei com certeza: (Luiz) Piauhyllino (PDT -PE), Osmânio Pereira (hoje PTB-MG) e Salvador Zimbaldi (PSB-SP).

Josias de Souza escreve o blog "Nos Bastidores do Poder" no endereço www.folha.com.br/blogs/josiasdesouza

Nenhum dos 'mensaleiros' é cassado na convocação

Quarta-feira, 15/02/2006
8606BRA7S

Autor: SILVIO NAVARRO . .

Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Editoria: BRASIL

Página: A7

Edição: São Paulo

Feb 15, 2006

062/753981

Arte: QUADRO: BALANÇO pA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Vinheta/Chapéu: "MENSALAO"/CONGRESSO

Assuntos Principais: GOVERNO ,IULA; CORRUPÇÃO>; MENSALÃO; PT./PARTIDO/; CRISE POLÍTICA; CÂMARA D OS DEPUTADOS; CONSELHO DE ETICA; CONVOCAÇÃO EXTRAORDINARIA; VOTAÇÃO; ORÇAMENTO; CASSAÇÃO; ADIAMENTO

Orçamento também não foi votado; balanço destaca redução de férias e fim de salário extra

Nenhum dos 'mensaleiros' é cassado na convocação

SILVANA VARRO

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O Congresso Nacional encerrou ontem o polêmico período de convocação extraordinária sem conseguir atingir os dois principais objetivos que a motivaram: a votação do Orçamento da União para este ano e o desfecho dos processos de cassação de mandato dos deputados envolvidos no escândalo do "mensalão".

No entanto, para os presidentes da Câmara e do Senado, o saldo foi positivo devido à votação das medidas que reduzem o período de recesso de 90 para 55 dias e determinam o fim do pagamento de salário extra para os parlamentares em futuras convocações do Congresso, o que representará economia de R\$ 15 milhões. No total, o custo da convocação foi de quase R\$ 100 milhões.

Pressionados pelo desgaste causado 'pelo PLenário esvaziado desde o fim de dezembro, Câmara e Senado retomaram as votações no dia 16 de janeiro.

"Desde então, foram aprovadas 68 matérias (até às 21h de ontem), entre elas cinco PECs (propostas de emenda constitucional). Havia 108 projetos listados na pauta da convocação. A Câmara e o Senado ainda poderiam votar medidas provisórias e projetos ontem.

Na lista das emendas aprovadas, destacam-se a criação do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) e o fim da verticalização nas eleições. "O julgamento do que foi a convocação extraordinária não deve ter como referência se valeu ou não a pena. O balanço tem de obedecer a critérios objetivos: o que foi discutido, o que foi votado e o que foi aprovado", afirmou o presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PC do B-SP).

Aldo gravou um programa de quatro minutos, que vai ao ar em cadeia de rádio e TV na noite de hoje, no qual fará um resumo da convocação e defenderá que a Câmara conseguiu retomar seus trabalhos após seis meses de crise.

Ele também sofreu o desgaste de não conseguir mobilizar os partidos para atingir o quórum de 51 deputados 10% do total_ às segundas e sextas para sessões que influenciam na contagem de prazo para a votação dos processos de cassação. Para evitar as críticas de que a Câmara estaria protelando as cassações, Aldo instituiu, sem sucesso, um sistema de cotas por partido.

Um dos pilares da convocação, o Conselho de Ética conseguiu votar cinco processos no período. A meta estipulada pelo presidente do conselho, Ricardo Izar (PTB-SP), era de votar de seis a oito. O conselho foi alvo de críticas por ter tirado 20 dias de férias.

Absolvição

Ontem, o Conselho de Ética ratificou a decisão de absolver o ex-líder do PP na Câmara Pedro Henry (MT) de participação no escândalo do "mensalão".

O caso segue agora para aval do Plenário, que tem autonomia para referendar ou não a decisão. Durante a convocação, nenhum dos processos de cassação foi votado no plenário da Câmara o parecer redigido por Carlos Sampaio (PSDB-SP) recomendou a absolvição de Henry por falta de provas que o vinculem ao esquema de repasses montado pelo empresário Marcos Valério de Souza. O texto foi aprovado por 9 a 5. Henry foi apontado pelo ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) como um dos responsáveis por distribuir os recursos do caixa dois do PT para parlamentares da bancada do PP.

Supremo confirma fim do nepotismo no Judiciário

Sexta-feira, 17/02/2006
1318BRA4N

Autor: SILVANA DE FREITAS . .

Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Editoria: BRASIL

Página: A4

062/756374

Edição: São Paulo

Feb 17,2006

Legenda Foto: Os ministros Celso de Mello, Ellen Gracie, Cezar Peluso e Joaquim Barbosa na sessão do Supremo

Crédito Foto: Sérgio Lima/Folha Imagem

Arte: QUADRO: O FIM DO NEPOTISMO

Observações: COM SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: JUSTIÇA

Assuntos Principais: PODER JUDICIÁRIO; STF ISUPREMO TRIBUNAL FEDERALJ; CNJ ICONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA!; NEPOTISMO; PROIBIÇÃO; EXONERAÇÃO; CONSTITUCIONALIDADE; JULGAMENTO; NELSON JOBIM; AMB *IASSOCIAÇÃO* DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS/; CONTRAT AÇÃO; PARENTE; JUIZ

Parentes de magistrados que têm cargos de confiança terão que ser demitidos

Supremo confirma fim do nepotismo no Judiciário

SILVANA DE FREITAS

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O STF (Supremo Tribunal Federal) determinou ontem o fim do nepotismo no Poder Judiciário Brasileiro ao considerar constitucional a resolução do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) que proibiu a permanência de parentes de juízes em cargos de confiança nos tribunais, cassando as decisões judiciais que impediam a exoneração de centenas deles.

Por 9 votos contra 1, o PLenário do STF concedeu liminar em ação declaratória de constitucionalidade movida pela AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) em defesa da resolução antinepotismo. A liminar obriga os tribunais a exonerar os parentes dos magistrados e dos assessores que ocupam cargos de confiança.

Após o julgamento de quase cinco horas, o ministro Nelson Jobim, presidente do STF e do CNJ, disse que as demissões terão de retroagir ao dia 14, quando terminou o prazo de 90 dias dado pelo CNJ para que elas ocorressem.

Ele citou três providências que serão tomadas nos próximos dias para garantir o cumprimento da decisão e o fim da batalha judicial contra a demissão dos parentes, promovida sobretudo pelos Tribunais de Justiça dos Estados."

Jobim disse que informará os tribunais de contas da União e dos Estados sobre o resultado desse julgamento para que eles verifiquem se algum órgão judicial continuará a pagar salário aos parentes de seus membros.

Ele comunicará a decisão ao Ministério Público para eventuais ações de improbidade administrativa. Além disso, o próprio CNJ estudará medidas disciplinares contra os juízes que resistirem às exonerações. Segundo Jobim, foram identificados cerca de 1.700 casos de nepotismo no país. Isso levando-se em consideração os que já foram exonerados e os que ainda permanecem no cargo.

As punições poderão ser aplicadas após o STF publicar a ata da sessão PLenária de ontem, o que pode ocorrer na próxima semana.

O único voto contrário foi do ministro Marco Aurélio de Mello, para quem o CNJ não tinha poder de proibir o nepotismo no Judiciário nem o STF poderia conceder liminar na ação proposta pela AMB para cassar as decisões dos outros tribunais.

Os outros ministros concordaram que a prática do nepotismo fere os princípios da moralidade e da impessoalidade na administração pública, dispostos no artigo 37 da Constituição.

Gilmar Mendes lembrou que a reforma do Judiciário, que instituiu o CNJ como órgão de controle externo do Judiciário, autorizou-o expressamente a garantir o cumprimento das normas inseridas nesse artigo constitucional.

Para o relator, Carlos Ayres Britto, "o acesso mais facilitado de parentes [a cargos públicos] traz exteriores sinais de prevalência de critérios domésticos sobre os parâmetros da competência". Ele afirmou ainda: "Essa cultura de prevalente arregimentação de mão-de-obra parental costuma acarretar para os núcleos familiares uma superafetação de renda e de prestígio social".

Os ministros do STF ainda irão julgar o mérito da ação da AMB. Entretanto a tendência é pela manutenção da liminar. Jobim disse que o julgamento de ontem "é praticamente o exame de mérito".

A resolução do CNJ proíbe a permanência em cargos de confiança de parentes até terceiro grau. A norma vale para parentes de juízes e de altos assessores. Ela também veda a contratação de empresas de prestação de serviço que empreguem familiares de juízes. Os concursados não são atingidos. Para Jobim, a decisão de ontem teve outro aspecto importante: confirmou os poderes de atuação do CNJ, criado em junho de 2005, apesar da resistência de parte dos tribunais a se submeter a ele. O conselho estuda ainda editar uma norma submetendo desembargadores ao salário de ministro do STF, de R\$ 24.500, que é o teto do funcionalismo público.

PF deve indiciar diretores do Rural por remessas ao exterior

Autor: ANDRÉA MICHAEL; LEONARDO SOUZA . .

Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Editoria: BRASIL

Edição: São Paulo

Observações: COM S(,IB-RETRANCAS

Vinheta/Chapéu: ESCANDALO DO 'MENSALÃO/CONTAS SUSPEITAS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; CRISE POLÍTICA; DUDA MENDONÇA; MARCOS VALÉRIO DE SPUZA; EMPRESTIMO; ESCANDALO DO MENSALAO; CPI DOS CORREIOS; POLÍCIA FEDERAL; INVESTIGAÇÃO; BANCO RURAL; EVASÃO DE DIVISAS; LAVAGEM DE DINHEIRO; INDICIAMENTO; ACUSAÇÃO; REMESSA ILEGAL

Errata: ERRAMOS: 25/0212006

Diferentemente do publicado no texto 'PF deve indiciar diretores do Rural por remessas ao exterior' (BRASIL, pág A4, 21/2), a RS Empreendimentos e Participações é uma empresa ligada ao grupo. do Banco Rural, e não diretamente à pessoa física da presidente do banco, Kátia Rabello.

Terça-feira, 21/02/2006

5074BRA4N

Página: A4

Feb 21, 2006

0621760214

Funcionários do banco são acusados de evasão de divisas e lavagem de dinheiro

PF deve indiciar diretores do Rural por remessas ao exterior

ANDRÉA MICHAEL
LEONARDO SOUZA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A Polícia Federal deve indiciar diretores e executivos da área de câmbio do Banco Rural por evasão de divisas e lavagem de dinheiro. A acusação se sustenta principalmente em remessas ilegais de dinheiro que empresas estrangeiras supostamente ligadas ao Rural fizeram para Duda Mendonça no exterior.

À CPI dos Correios o publicitário afirmou ter recebido R\$ 10,5 milhões na conta Dusseldorf, em um BankBoston de Miami. A conta que mais mandou dinheiro (cerca de R\$ 1,7 milhão) para a de Duda foi a Trade Link, que pertence a uma "offshore" sediada nas ilhas Cayman. Pelo menos até 1996, a Trade Link tinha diretores do Rural como pessoas credenciadas para operar sua conta bancária no Banestado de Nova York.

Ao investigar o uso do Banestado em Nova York para lavar dinheiro, a PF descobriu que a Trade Link movimentou US\$ 698,4 milhões na agência, entre 1996 e 1998, conforme laudo pericial.

Dados obtidos pelo Ministério Público Federal, que busca pistas do dinheiro do Rural no exterior, revelaram que em suas contas bancárias nos bancos Wachovia e Standard Chatered a Trade Link movimentou US\$ 15 bilhões.

A CPI dos Correios investiga também o envio de recursos do "valerioduto" para a "offshore" RS Administração, localizada no paraíso fiscal do Panamá, por meio da RS Empreendimentos e Participações, que tem a presidente do Rural, Katia Rabello, como principal acionista.

A 2S Participações, da qual Valério é sócio, repassou R\$ 3,1 milhões para a RS Empreendimentos. Segundo o deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), sub-relator da CPI, depois de passar pela empresa da presidente do Rural, o dinheiro foi transferido para a "offshore" panamenha.

Empréstimos suspeitos

No inquérito do "mensalão", presidido pelo STF (Supremo Tribunal Federal), também pesa contra o Rural o

fato de o banco ter concedido um empréstimo de R\$ 3 milhões ao PT em um negócio que foge à praxe das garantias exigidas no mercado financeiro.

O Rural aceitou como lastro para o contrato o Fundo Partidário do PT. A dívida foi rolada dez vezes e hoje está em R\$ 6 milhões.

O Rural também abrigou a engenharia financeira utilizada para pagar o "mensalão" a políticos aliados ao governo petista. Parte dos pagamentos teve como fonte empréstimos de R\$ 28,9 milhões (R\$ 49 milhões em valores atualizados) tomados pelo publicitário Marcos Valério de Souza, apontado como o operador do esquema. As dívidas venceram, mas o banco não as executou.

Tais operações podem colocar o Rural na condição de participante do esquema do "mensalão", algo muito além, do ponto de vista jurídico, de uma instituição financeira que apenas foi utilizada pelo esquema de repasse de recursos.

"Não foi por uma mera coincidência que Valério escolheu bancos ligados ao Rural para repassar dinheiro a Duda no exterior", disse o tucano Fruet.

Para os investigadores, Valério teria usado o fácil acesso que tinha ao caixa <10 Rural para se aproximar do PT. Por esse caminho, a partir de 2003, ele teria transformado em nacional um esquema regional que já havia sido testado nas eleições estaduais de Minas em 1998 (na campanha de reeleição do senador tucano Eduardo Azeredo): a utilização de empréstimos do Rural como caixa para contribuições a políticos. Esse suposto caixa dois é alvo de um inquérito policial específico.

À CPI dos Correios a presidente do Rural disse que "Valério foi um facilitador para a interlocução do banco junto a várias pessoas". Ele esteve, por exemplo, várias vezes no Banco Central para tentar acelerar a liquidação do Mercantil de Pernambuco.

O Rural detém 22% do capital do Mercantil e tinha interesse em comprar o resto do banco. O negócio renderia a Valério uma comissão de milhões de reais, mas o BC negou o pedido. O Mercantil de Pernambuco está em liquidação desde 1995 e ainda hoje possui dívida de R\$ 200 milhões.

Como "facilitador", Valério teria aproximado também, em 2003, o então ministro José Dirceu (Casa Civil) e a presidente do Rural. Os dois tiveram um jantar no hotel Ouro Minas, em Belo Horizonte. O Rural confirmou o encontro e disse que o assunto era a liquidação do Mercantil.

Há suspeitas também de que Valério tenha cooptado o procurador da Fazenda Nacional Glênio Guedes, integrante do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, órgão conhecido como Conselhinho, que julga recursos de penalidades aplicadas ao mercado financeiro.

Uma das empresas de Valério depositou em maio do ano passado R\$ 500 mil numa conta da qual Guedes era co-titular. Dois meses depois, o procurador deu parecer no Conselhinho favorável ao arquivamento de um processo contra o Rural aberto pelo BC. Por unanimidade, o Conselhinho seguiu o parecer do procurador. O caso está sob investigação do Ministério Público.

Banco das CPIs

A história do envolvimento do Rural com escândalos ligados a políticos e operações financeiras suspeitas tem pelo menos 15 anos e passou por seis CPIs.

Começou em 1991, quando o empresário Paulo Cesar Farias escolheu o banco para operar um esquema de clientes fantasmas cujas contas foram usadas para pagar, com dinheiro obtido de maneira ilegal, despesas do ex-presidente Fernando Collor e de sua família.

De lá para cá, o Rural foi nome recorrente nas CPIs do Orçamento, dos Títulos Públicos, do Futebol, do Narcotráfico e do Banestado. Em geral, o banco abrigava contas de suspeitos de movimentar dinheiro ilícito ou participava de operações financeiras consideradas atípicas pelas comissões.

Redução

O escândalo do "mensalão" contribuiu para uma forte redução dos negócios do Rural a partir da segunda metade de 2005.

Segundo levantamento realizado pelo Inepad (Instituto de Ensino e Pesquisa em Administração) a pedido da Folha, os ativos totais (recursos próprios e depósitos e investimentos de clientes) do Rural caíram de R\$ 7,347 bilhões em 2004 para R\$ 2,873 bilhões no penúltimo trimestre de 2005, uma queda de 61%. O balanço anual de 2005 ainda não foi publicado.

Para Edson Canninatti, analista financeiro do Inepad, além do efeito do escândalo, a quebra do Banco Santos em 2004 prejudicou as instituições financeiras de médio porte, como o Rural.

Delcídio diz que CPI vai comprovar 'mensalão'

Autor: FELIPE RECONDO . .

Origem do texto: DA FOLHA ONLINE, EM BRASÍLIA

Editoria: BRASIL

Edição: São Paulo

Vinheta/Chapéu: RELATORIO

Assuntos Principais: CONGRESSO NACIONAL; INVESTIGAÇÃO; MENSALAO; ESCANDALO; CPI DOS CORREIOS; CORRUPÇÃO; VOTAÇÃO; CÂMARA DOS DEPUTADOS; GOVERNO LULA; DELCÍDIO AMARAL

Página: A7

Mar 1 , 2006

Quarta-feira, 01/03/2006

4044BRA7S

0631768678

Delcídio diz que CPI vai comprovar 'mensalão'

FELIPERECONDO

DA FOLHA ONLINE, EM BRASÍLIA

A CPI dos Correios deve ser cabal no relatório final e afirmar que o "mensalão" existiu. O presidente da comissão, senador Delcídio Amaral (PT-MS), afirmou que os técnicos, auditores, deputados e senadores que analisam os dados em posse da CPI concluíram o cruzamento de datas dos repasses dos recursos do "valerioduto" com as votações na Câmara dos Deputados.

Desta vez, de acordo com Delcídio, a análise teria corrigido imprecisões nos levantamentos feitos anteriormente, quando algumas votações eram pinçadas pelos dois lados: pelos que queriam provar a existência do esquema e pelos governistas que pretendiam desconstruir a tese.

"Há muita coincidência entre as datas dos saques e votações", afirmou Delcídio. " Fizemos uma filtragem em todas as informações e agora tem muito mais consistência [a tese do 'mensalão']". É triste", acrescentou o presidente da CPI, ex-líder do PT no Senado.

No primeiro cruzamento de informações, divulgado pelo líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), havia saques vultosos de recursos em datas que coincidiam com votações que, politicamente, não demandariam o dispêndio de recursos para garantir sua aprovação, como o Estatuto do Idoso.

No relatório parcial da CPI divulgado em dezembro do ano passado, a tese do "mensalão" foi reforçada, mas novamente a coincidência entre votações no PLenário da Câmara com o repasse de recursos provenientes das contas do publicitário Marcos Valério de Souza deixava dúvidas.

Pendências

A 21 dias da apresentação do relatório final da CPI, o relator Osmar Serraglio (PMDB-PR) diz ainda precisar concluir quatro linhas de investigação.

A primeira delas refere-se ao caso Duda Mendonça, cujos dados sigilosos que estavam em poder da Justiça americana passam a ser analisados nesta semana por alguns dos integrantes da comissão.

Os membros da CPI dos Correios buscam a origem dos recursos que abasteceram a conta do publicitário da vitoriosa campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, que admitiu ter recebido cerca de R\$ 15 milhões em caixa dois no esquema de Valério.

A segunda linha é a indicação de novos nomes de deputados que teriam recebido recursos de Valério e de corretoras que operavam investimentos de fundos de pensão. Até a próxima semana, os técnicos da comissão devem concluir o cruzamento dos nomes de assessores de deputados com os depósitos de recursos dessas duas fontes. Serraglio adianta que esses nomes estarão no relatório final.

Delcídio, por sua vez, antecipa que a Corregedoria da Câmara receberá uma cópia do documento para analisar a abertura de novos processos de perda de mandato.

O terceiro ponto pendente é o caso Visanet, fundo do Banco do Brasil que teria alimentado o "valerioduto" com cifra próxima a R\$ 20 milhões.

Uma auditoria feita pelo próprio banco confirma a existência de irregularidades no fundo, mas o texto, na opinião de Serraglio, é confuso e tem informações que se contradizem.

"Precisamos chegar mais claramente à Visanet", afirmou o relator, que ameaça convocar os diretores da instituição caso suas dúvidas não sejam sanadas.

Por fim, a CPI precisa fechar dados sobre a apuração de desvios de conduta na escolha das franquias dos Correios. Integrantes da comissão afirmam que essas franquias gerariam prejuízo de R\$ 1 bilhão aos Correios por conta da migração de contas de grandes clientes para essas agências. A estatal contesta os dados.

Pelos cálculos do relator, a apuração das informações pendentes dura até 10 de março. Depois disso, Serraglio afirmou que ficará "recluso" para acertar os últimos detalhes do documento final.

CPI acessa dados de conta nos EUA e diz que Duda mentiu

Autor: ANDRÉA MICHAEL; FERNANDA KRAKOVICS . .

Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Editaria: BRASIL

Edição: São Paulo

Página: A4

Mar 3, 2006

Sexta-feira, 03/03/2006

6357BRA4S

063m0610

Legenda Foto: Membros da CPI dos Correios acessam dados da conta Dusseldorf, aberta por Duda Mendonça

Crédito Foto: Lula Marques/Folha Imagem

.. .

Observações: COM SUB-RETRANCA

Vinheta/Chapéu: ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/O MARQUETEIRO

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; CRISE POÍÍTICA; CORRUPÇÃO; MENSALÃO; CPI DOS CORREIOS; DUDA MENDONÇA; CAMPANHA ELEITORAL; INVESTIGAÇÃO; CONTA BANCÁRIA; DUSSELDORF /EMPRESA! OFFSHORE/; CAIXA DOIS; MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

Deputados apontam discrepâncias; advogado diz que publicitário falou a verdade

CPI acessa dados de conta nos EUA e diz que Duda mentiu

ANDRÉA MICHAEL
FERNANDA KRAKOVICS
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

No primeiro acesso aos dados relativos à quebra de sigilo da conta Dusseldorf, aberta por Duda Mendonça nos EUA, integrantes da CPI dos Correios dizem que o publicitário mentiu para a comissão. Segundo eles, a análise mostra que a conta foi aberta antes e teve uma movimentação maior do que Duda afirmou.

Sub-relator da comissão, o deputado Eduardo Paes (PSDB-RJ) foi enfático. "Duda mentiu em relação a valores movimentados e ao período de movimentação", disse o parlamentar, ao deixar a sede do DRCI (Departamento' de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional), órgão do Ministério da Justiça, em BRASÍLIA.

"Agora, quando ele voltar para o próximo depoimento, essas mentiras serão mais difíceis [de serem ditas]", disse Paes, fazendo referência ao novo depoimento do publicitário na CPI, previsto para o próximo dia 15.

Osmar Serraglio (PMDB-PR), relator da CPI, que também analisou os documentos, foi na mesma linha. "Ainda que numa vista superficial, que ainda precisa ser aprofundada, temos condições de dizer que há discrepâncias entre as afirmações de Duda e o que está sendo apurado." E concluiu: "Há suspeita fortíssima de que ele não tenha falado a verdade [sobre os valores movimentados]".

Para o relator, conforme os dados analisados, não é verdadeira a afirmação de Duda à CPI de que ele teria aberto a Dusseldorf por orientação do empresário Marcos Valério de Souza. A conta seria o meio apontado para que o publicitário recebesse por serviços feitos ao PT. Os integrantes acham que Duda operava recebendo no exterior há mais tempo.

Duda disse ainda no seu primeiro depoimento à CPI que, ao longo de 2003, recebeu do PT, sem emitir nota fiscal, R\$ 15,5 milhões, dos quais R\$ 10,5 milhões no exterior, via conta Dusseldorf. A quebra de sigilo da Dusseldorf revelou operações financeiras entre fevereiro de 2003 e dezembro de 2004. Os valores seriam de cerca de R\$ 600 mil acima dos R\$ 10,5 milhões.

Para o sub-relator da comissão Maurício Rands (PT-PE), a opção por receber dinheiro no exterior não seria uma exceção, mas o "modus operandi" do publicitário. "Essa [a operação do PT] é apenas a ponta do iceberg", disse.

O advogado de Duda, Tales Castelo Branco, disse que seu cliente foi à CPI espontaneamente o que revela a disposição de dizer a verdade. Segundo ele, o tempo dirá que Duda falou a verdade. Sobre as diferenças de valores apontadas pela CPI, Castelo Branco disse que podem ser valores somados duas vezes, o que, segundo afirmou; já aconteceu em outras situações nas investigações. Na semana passada, a Justiça norte-americana autorizou o acesso dos documentos sigilosos à CPI. Conforme a decisão judicial, a consulta dos dados será feita sempre na sede do DRCI, órgão responsável pela tramitação burocrática que levou tanto à quebra do sigilo da Dusseldorf quanto à permissão de acesso às informações bancárias pela comissão.

A Justiça americana restringiu o acesso à documentação aos deputados Serraglio, Paes e Rands, além do senador Delcídio Amaral (PT-MS), presidente da CPI. Técnicos do DRCI e da comissão indicados pelos parlamentares também terão acesso aos papéis.

Ontem foi a primeira reunião dos parlamentares da CPI com exceção do senador Delcídio_ com técnicos do DRCI. Os documentos estão abrigados em uma sala dotada de equipamentos de alta tecnologia para análise de informações. e sob a segurança de três câmeras de vídeo.

Até a semana que vem, os técnicos produzirão um relatório preliminar sobre o chamado "sistema Dusseldorf", um conjunto de 15 mil operações financeiras que, entre 2003 e 2004, passaram por 15 contas bancárias em oito instituições financeiras.

Segundo o deputado Rands, o DRCI já encaminhou às autoridades americanas o pedido de quebra de sigilo para um novo conjunto de contas, que devem revelar o beneficiário final do dinheiro que passou pela Dusseldorf.

Duda disse em depoimento à Polícia Federal que usou o dinheiro para despesas pessoais e também para incorporá-lo ao seu patrimônio. Negou possuir outras contas no exterior.

Serraglio afirmou que pretende manter o prazo de 21 de março para a apresentação do relatório e de 14 de abril para a conclusão dos trabalhos da CPI, no qual deverão ser incluídos os dados sigilosos relativos à Dusseldorf.

Apesar de falar na manutenção dos prazos, ontem pela manhã, Serraglio disse que apoiaria um movimento para a prorrogação dos trabalhos da comissão, para concluir investigações em curso. Ele ponderou que a decisão caberá à Câmara e ao Senado, pois se trata de uma CPI mista: "Eu concordo, sou um soldado e quero avançar mais".

Janene era 'braço do mensalão', diz advogado

Sábado, 11/03/2006
8628BRA7N

Autor: JOSÉ MASCHIO . . .

Origem do texto: DA AGÊNCIA FOLHA, EM CURITIBA

Editaria: BRASIL

Página: A7

063n92931

Edição: São Paulo

Mar 11, 2006

Legenda Foto: O doleiro Alberto Youssef presta depoimento à CPI dos Correios; O deputado José Janene (PP), acusado de ser dono de corretora

Crédito Foto: Sérgio Uma - 18.out.05/Folha Imagem; Sérgio Uma - "12.set.05/Folha Imagem

Observações: COM SUB-RETRANCAS

Vinheta/Chapéu: ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/NOVAS CONEXÕES

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; CRISE POLÍTICA; CORRUPÇÃO; MENSALÃO; CPI DOS CORREIOS; DEPOIMENTO; ROBERTO BERTHOLDO; PMDB /PARTIDO/; JOSÉ JANENE; ALBERTO YOUSSEF; BÔNUS-BANVAL /EMPRESA!;

Preso sob suspeita de quatro crimes, ex- assessor do PMDB afirma que deputado seria um dos donos da corretora Bônus-Banval, junto a doleiro

Janene era 'braço do mensalão', diz advogado

JOSÉ MASCHIO

DA AGÊNCIA FOLHA, EM CURITIBA

O advogado Roberto Bertholdo, ex-assessor parlamentar do PMDB e ex-conselheiro da Itaipu Binacional, disse ontem que o deputado José Janene (PP-PR) e o doleiro Alberto Youssef são um braço da operação para retirar recursos de órgãos estatais e destiná-los ao "mensalão".

O advogado afirmou que o "segundo braço" é o Banco Rural, investigado pela CPI dos Correios por repasses feitos a parlamentares de recursos vindos das agências de Marcos Valério de Souza. Bertholdo está preso em Curitiba, por determinação da 2ª Vara Federal Criminal. Ele é acusado de lavagem de dinheiro, interceptação clandestina dos telefones do juiz Sérgio Moro, da 2ª Vara Criminal, venda de sentenças judiciais e tráfico de influência.

Bertholdo, que trabalhou no gabinete de José Borba, ex-líder do PMDB na Câmara (renunciou ao mandato para evitar a cassação), citou detalhes de como Janene e Youssef estariam no esquema. Afirmou também que os dois são os verdadeiros donos da corretora Bônus-Banval, "de onde mais de 80% dos recursos adquiridos via corrupção eram transformados em dinheiro vivo".

A Bônus-Banval é apontada por Valério como canal para repasse de dinheiro do PT para o PP. Segundo Bertholdo, o próprio Janene de quem foi advogado tributarista há três anos_ é quem falava a ele do dinheiro conseguido ilegalmente em órgãos federais sobre os quais tinha influência.

"E ele [Janene] tentava ter ainda mais influência. Quando o Eunício Oliveira [deputado pelo PMDB] assumiu o Ministério das Comunicações [em janeiro de 2004], o Janene e o Youssef me apareceram com o currículo do diretor da Bônus-Banval, Breno Fischberg, e outro corretor da Bônus para que o PMDB indicasse um deles à presidência do Postalís [o fundo de pensão dos Correios]. Eles queriam armar um amplo esquema no governo. Nós não aceitamos", disse Bertholdo.

Ele diz ter visto mais de uma vez Youssef levando sacolas com dinheiro ao apartamento funcional de Janene, em BRASÍLIA.

"Por pelo menos três vezes. Uma vez, ele abriu uma sacola para mostrar algo ao Janene e vi que eram reais. Em uma outra vez, as sacolas eram tão pesadas que a Cleide, a cozinheira do Janene, teve que ajudar o

Youssef a levar as sacolas para um aposento interno do apartamento", disse. De acordo com Bertholdo, esse dinheiro era destinado a pagar parlamentares do bloco governista. "Quem ele pagava e os nomes que ele [Janene] me passou, eu só falo ao procurador-geral da República. Mas ele e Youssef operavam muito dinheiro", afirmou.

Em agosto de 2005, em uma reunião de lideranças na casa do petista, Bertholdo afirma que viu Janene ameaçando envolver o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no esquema do "mensalão". "Estávamos discutindo com lideranças governistas. Exaltado, porque se sentia acuado com a possibilidade de cassação, o Janene subiu no sofá e, aos gritos, disse que iria envolver o presidente Lula. O líder do PT, Arlindo Chinaglia, que estava presente, argumentou que o presidente não sabia de nenhum esquema. O Janene retrucou: 'Não importa se ele sabe ou não, vou envolvê-lo'."

Fitas

Bertholdo disse que será condenado por um esquema montado na 28 Vara Federal Criminal, que criou a "indústria da delação premiada". Segundo ele, Youssef entregou doleiros no Brasil inteiro e se apropriou de seus clientes.

"Ele opera com um grupo em que agem a Nelma [Penasso], de Santo André, e o [Lúcio] Funaro, ex-sócio da corretora Guaranhuns. Esse grupo controla 80% do câmbio no país. No esquema federal, a sociedade do Youssef e do Janene na Bônus possibilitava transformar em dinheiro vivo o esquema de corrupção", afirmou.

Bertholdo disse ser vítima de fitas editadas, cujo teor foi divulgado pela revista "Veja". "Ele [seu ex-sócio Sérgio Costa] gravou 200 horas de fita, editou ao seu prazer essas fitas e depois uma nova montagem estará aparecendo na revista", disse.

Segundo ele, na próxima edição da revista as "vítimas" serão o deputado José Mentor (PT-SP) e o ministro Paulo Bernardo (PLanejamento). Sobre o que teria falado do ministro, Bertholdo disse que irá esperar o que a revista divulgar. Sobre Mentor, afirmou que nas gravações, ele cita "um mentor, e não o deputado". "Sei que vão atacar o José Mentor porque sou acusado de tentar retirar o nome de um cliente meu do relatório final da CPI do Banestado."

CPI pedirá indiciamento de deputados absolvidos

Autor: FERNANDA KRAKOVICS . .
Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA
Editaria: BRASIL
Edição: São Paulo

Página: A6
Mar 14, 2006

Terça-feira, 14/03/2006
0736BRA6S

063n96797

Observações: COM SUB-RETRANCAS

Vinheta/Chapéu; ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/HORA DAS CONCLUSÕES

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; CRISE POLÍTICA; CPI DOS CORREIOS; INDICIAMENTO; PEDIDO; DEPUTADO FEDERAL; ESCÂNDALO DO MENSALÃO; LUIZ GUSHIKEN; HENRIQUE PIZZOLATO; CONSELHO DE ÉTICA

CPI pedirá indiciamento de deputados absolvidos

FERNANDA KRAKOVICS
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Apesar das absolvições na Câmara, os deputados acusados de envolvimento com o "mensalão" não devem escapar do relatório final da CPI dos Correios, que deve sugerir o indiciamento deles por sonegação fiscal e crime eleitoral.

"Uma coisa é o juízo político e outra é o encaminhamento para o Ministério Público", disse o relator da comissão, deputado federal Osmar Serraglio (PMDB-PR), que também pretende pedir o indiciamento do ex-ministro Luiz Gushiken (Comunicação de Governo) e do ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato.

Relatório parcial enviado pela CPI, no final de agosto, ao Conselho de Ética da Câmara acusou 19 deputados de envolvimento com o chamado "mensalão". Desses, três renunciaram ao mandato, quatro foram absolvidos e dois foram cassados pela Casa.

"Ficamos um pouquinho frustrados pelo trabalho que apresentamos. Supúnhamos que haveria uma análise mais cuidadosa do Congresso", disse Serraglio, referindo-se às absolvições dos deputados Professor Luizinho (PT-SP), Roberto Brant (PFL-MG), Romeu Queiroz (PTB-MG) e Sandro Mabel (PL-GO).

Gushiken

Quanto a Luiz Gushiken, hoje chefe do NAE (Núcleo de Assuntos Estratégicos), o pedido de indiciamento seria por supostas irregularidades nos contratos de publicidade das estatais, que eram supervisionados pela Secom. "Basta ler o relatório da CGU [Controladoria Geral da União] para ver que vamos propor o indiciamento", disse o relator.

A CPI não conseguiu provar até agora, no entanto, o envolvimento de Gushiken em supostos desvios de recursos dos fundos de pensão para o "valerioduto".

Já Pizzolato seria responsabilizado pelo suposto desvio de dinheiro da cota do Banco do Brasil no fundo Visanet. "Vou pedir o indiciamento do Pizzolato, que praticamente conduziu o processo; dos que foram coniventes, assinando documentos; e dos que não fiscalizaram a execução dos serviços", afirmou Serraglio.

Auditoria do próprio Banco do Brasil já constatou a ausência de comprovantes que expliquem o destino de R\$ 23,2 milhões repassados pelo fundo Visanet à DNA Propaganda, agência de Marcos Valério. Gushiken e Pizzolato sempre negaram a existência de qualquer irregularidade.

Ex-caseiro deve confirmar à PF idas de Palocci à 'casa de lobby'

Quarta-feira, 15/03/2006
2140BR14S

Autor: . .

Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Editoria: BRASIL

Edição: São Paulo

Observações: COM SUB-RETRANCAS

Vlnheta/Chapéu: ESCÂNDALO DO 'MENSALÃO'/PALOCCI NA MIRA

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; CORRUPÇÃO; CRISE POLÍTICA; PT /PARTIDO/; ANTONIO PALOCCI FILHO; FRANCENILDO DOS SANTOS COSTA; DEPOIMENTO; CPI DOS BINGOS; TESTEMUNHA

Página: A14

Mar 15, 2006

063n98264

CPI votará convocação de testemunha; oposição não cogita chamar ministro novamente

Ex-caseiro deve confirmar à PF idas de Palocci à 'casa de lobby'

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Francenildo dos Santos Costa, 24, caseiro até ontem da casa alugada entre 2003 e 2004 por ex-assessores de Antonio Palocci Filho (Fazenda) na Prefeitura de Ribeirão Preto (SP), deve confirmar hoje à Polícia Federal o testemunho de que o imóvel não apenas era freqüentado pelo ministro contrariando o depoimento que Palocci prestou à CPI dos Bingos em janeiro como também servia para partilha de dinheiro e abrigava festas animadas por garotas de programa.

A testemunha aproxima ainda mais Palocci do grupo de lobistas acusado de interferir em negócios de seu interesse no governo Lula, como a renovação do contrato de R\$ 650 milhões da empresa de informática Gtech com a Caixa Econômica Federal.

A Polícia Federal intimou o caseiro Francenildo Santos Costa para ser apresentar e se de identificar hoje, em BRASÍLIA, a pedido da CPI dos Bingos. A intimação foi feita porque havia dúvidas sobre sua real identidade e localização. A própria CPI vai votar hoje a convocação do caseiro. Se for o pedido for aprovado, ele deve depor amanhã.

A CPI chegou a Francenildo por meio do motorista Francisco das Chagas Costa, que já desmentira Palocci na semana passada. Em depoimento à CPI, o motorista disse ter visto Palocci "duas ou três vezes" na casa. Depois Costa foi até a casa no Lago Sul, bairro nobre de BRASÍLIA, e identificou, a um agente da Polícia Federal que o acompanhava, Francenildo como o homem que limpava e vigiava a casa.

Num primeiro contato com o agente da PF, o caseiro negou que tivesse trabalhado para a chamada "república de Ribeirão". Ele resolveu falar após ter entrado em contato com assessores do PSDB no Senado, por meio de um conhecido comum.

Em entrevista ao jornal "O Estado de São Paulo", publicada ontem, Costa afirmou que Palocci esteve na mansão "10 ou 20" vezes o ministro nega. No período de oito meses em que trabalhou para ex-assessores do ministro, o caseiro teria presenciado a entrega de dinheiro a Ademirson Ariosvaldo da Silva, assessor especial de Palocci, no estacionamento do Ministério da Fazenda, em BRASÍLIA. Ariosvaldo atua como um secretário particular do ministro.

Francenildo Costa disse ter presenciado o movimento de malas e pacotes de dinheiro, em notas de R\$ 50 e R\$ 100, administrado principalmente por Vladimir Poletto, ex-funcionário da Prefeitura de Ribeirão Preto.

O dinheiro, segundo o caseiro, era enviado mensalmente de São Paulo por Rogério Buratti, ex-assessor de Palocci em sua primeira gestão na Prefeitura de Ribeirão.

A Folha tentou localizar Francenildo Costa ontem de manhã na casa do Lago Sul. Uma funcionária disse que ele havia abandonado o emprego poucas horas antes. O advogado Wlício Chaveiro Nascimento disse que seu cliente deve confirmar à PF, hoje, o teor da entrevista divulgada ontem.

Francenildo contou, na reportagem, que para ir à casa Palocci não usava um carro oficial, mas sim um Peugeot prata pertencente a Ralf Barquete, então assessor da presidência da Caixa, morto em 2004. Barquete possuía um carro com essas características, vendido em 2004 para Poletto. Segundo denúncia de Buratti ao Ministério Público, era Barquete quem recebia em nome do PT, entre 2001 e 2002, R\$ 50 mil mensais da empresa Leão Leão como parte de um esquema de caixa dois na gestão de Palocci.

O ministro seria chamado de "chefe" pelos freqüentadores da casa, contou ainda o ex-caseiro. A mesma expressão consta de interceptações de telefonemas de Buratti feitas a pedido do Ministério Público.

CPI

A oposição apresentou dois requerimentos sobre o assunto na CPI dos Bingos. Porém demonstrou cautela sobre a possibilidade de chamar Palocci para depor mais uma vez. "É preciso ouvir o caseiro antes. Até agora não há provas., apenas testemunhos", disse o senador Romeu Tuma (PFL-SP), um dos autores do requerimento de convocação da testemunha.

O líder do PFL na Câmara, Rodrigo Mília (RJ), criticou a própria oposição pelo excesso de zelo com Palocci. "Não podemos ficar calados. A matéria é explosiva. O presidente precisa ter coragem para demitir Palocci", disse.

Sigilo bancário de caseiro foi violado pela própria CEF

Autor: MARTA SALOMON; KENNEDY ALENCAR; RUBENS VALENTE; ANDREA MICHAEL . .

Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Editoria: BRASIL

Edição: São Paulo

Observações: COM SUB-RETRANCAS

Vlnheta/Chapéu: ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/PALOCCI EM APUROS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; CORRUPÇÃO; MENSALÃO; FRANCENILDO DOS SANTOS COSTA; QUEBRA; SIGILO BANCÁRIO; DENÚNCIA; ANTONIO PALOCCI FILHO; CAIXA ECÔNOMICA FEDERAL

Terça-feira, 21/03/2006

9108BRA4S

063/805248

Página: A4

Mar 21, 2006

Formulário com dados é de uso interno; banco anuncia investigação sobre o caso

Sigilo bancário de caseiro foi violado pela própria CEF

MARTA SALOMON
KENNEDY ALENCAR
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa, que testemunhou contra o ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda), partiu da própria Caixa Econômica Federal. O formulário de extração de dados da movimentação bancária de Francenildo é exclusivo do sistema interno da estatal, ao qual nem clientes têm acesso.

Segundo a Folha apurou, a ordem para a violação do sigilo foi dada por um funcionário com cargo de chefia da Caixa, instituição subordinada ao Ministério da Fazenda.

Questionada ontem, a estatal não descartou que as informações tenham vazado de dentro da instituição. "Somente a auditoria vai poder constatar a procedência do documento", afirmou Gabriel Nogueira, assessor de imprensa.

Ontem, a Caixa abriu investigação interna para apurar a violação de sigilo do cliente e "eventuais responsabilidades pela divulgação de informações".

A comissão ainda não tem prazo para terminar o trabalho, mas, segundo a assessoria, funcionará subordinada diretamente ao Conselho de Administração, presidido pelo secretário do Tesouro, Joaquim Levy, e não ao presidente da Caixa, Jorge Mattoso.

Testemunha

Francenildo dos Santos Costa, 24, foi caseiro da casa alugada por ex-assessores de Palocci na Prefeitura de Ribeirão Preto (SP) durante oito meses, até o início de 2004. Nesse período, ele afirma ter presenciado visitas do ministro à casa. A CPI dos Bingos investiga a participação de Palocci em um esquema de lobby coordenado pelos ex-assessores.

De acordo com o caseiro, havia dinheiro em espécie na casa, onde também se realizavam festas com garotas de programa e partidas de tênis. Ele disse ainda, em depoimento à CPI dos Bingos, que Palocci era chamado pelos ex-auxiliares de "chefe". O ministro da Fazenda nega que tenha freqüentado o local.

Francenildo Costa teve seu depoimento à CPI interrompido na quarta-feira da semana passada por uma liminar do Supremo Tribunal Federal concedida a pedido do senador Tião Viana (PT-AC), depois de uma reunião no Palácio do Planalto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Dois dias depois, dados bancários do caseiro foram divulgados pela imprensa, em meio a comentários reservados de membros do governo de que o depoimento dele teria sido pago pela oposição. Na noite de sexta-feira, a Caixa Econômica Federal informou que, constatado o vazamento ilegal de informações, mandaria investigar o caso, o que aconteceu ontem. A instauração de "procedimento de investigação" foi comunicada por meio de nota de apenas cinco linhas.

A Caixa não informou ontem qual o prazo da investigação porque esse seria um episódio inédito na instituição. A alternativa para o vazamento ilegal do sigilo bancário seria o ataque de hackers ao sistema. No Palácio do Planalto, a hipótese de fragilidade do sistema não é levada a sério.

A suspeita de que a Polícia Federal pudesse ter invadido a conta do caseiro gerou mal-estar entre membros da cúpula do governo. A hipótese foi levantada por conta de uma coincidência: o extrato bancário do caseiro tomado público na sexta-feira foi impresso na noite da véspera, justamente quando Francenildo estava nas dependências da Polícia Federal.

Ao se inscrever no programa de proteção a testemunhas da Polícia Federal, o caseiro entregou seus documentos, inclusive o cartão da conta poupança na qual recebera cerca de R\$ 25 mil. O autor dos depósitos é um empresário de ônibus de Teresina (PI), suposto pai biológico do caseiro. O empresário, em entrevista a uma emissora de TV do Piauí, reconheceu ter feito os depósitos, mas não a paternidade.

Segundo a PF, a apresentação do cartão bancário e dos demais documentos faz parte de um procedimento de rotina de testemunhas que pedem proteção ao governo.

Polícia Federal

No início da noite de ontem, o ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça) reuniu-se com o presidente Lula e outros ministros para discutir a divulgação dos dados bancários do caseiro. Ficou decidido que a Polícia Federal abre hoje inquérito para investigar a violação do sigilo.

A abertura de um inquérito sobre o vazamento dos dados foi pedida ontem ao Ministério Público Federal pelo advogado Wlício Chaveiro Nascimento, que representa o caseiro.

O delegado da Polícia Federal Wilson Damázio disse ontem que soube pelo próprio caseiro da existência de depósitos expressivos na conta bancária dele.

Damázio refuta qualquer envolvimento da PF na violação ilegal do sigilo do caseiro. "A PF vai investigar o caso e vai a fundo", afirmou o delegado.

Colaboraram RUBENS VALENTE e ANDREA MICHAEL, da Sucursal de BRASÍLIA

Deputados absolvem sexto 'mensaleiro'

Autor: FÁBIO ZANINI . .

Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Editaria: BRASIL

Edição: Nacional

Vinheta/Chapéu: ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/HORA DA IMPUNIDADE

Assuntos Principais: CÂMARA DOS DEPUTADOS; ESCÂNDALO DO MENSALÃO; ABSOLVIÇÃO; WANDERVAL DOS SANTOS; PT /PARTIDO/; PROCESSO DE CASSAÇÃO; CPI DOS CORREIOS

Quinta-feira, 23/03/2006

1765BRA8N

Página: A8

Mar 23, 2006

063/807636

Pedido de cassação de Wanderval Santos (PL-SP) recebe 242 votos a favor, mas faltam 15 para a aprovação do parecer do Conselho de Ética

Deputados absolvem sexto 'mensaleiro'

FÁBIO ZANINI

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O quórum baixo salvou ontem o mandato do deputado Wanderval dos Santos (PL-SP), que se tomou assim o sexto envolvido no escândalo do "mensalão" a ser absolvido. Em uma situação inédita na crise, mais deputados votaram pela cassação do que contra, mas aquém do mínimo necessário de 257 votos (maioria absoluta).

No final, faltaram 15 votos: foram 242 pela perda de mandato e 179 contra. Houve 20 abstenções e 3 em branco. Não compareceram à sessão 68 deputados destes, 12 chegaram a marcar presença na portaria da Câmara, mas não votaram no PLenário.

Mais um parlamentar, o petista João Magno (MG), seria julgado pelo PLenário na noite de ontem, também com forte tendência de se salvar. Magno e Wanderval tiveram a cassação pedida pelo Conselho de Ética.

O desinteresse de vários parlamentares durante toda a sessão contribuiu para a absolvição. Apenas 12 parlamentares ouviram o discurso do relator, Chico Alencar (PSOL-RJ). Votaram apenas 444 deputados, 40 a menos do que é considerado uma margem segura. Como comparação, na cassação de José Dirceu (PT -SP), em novembro do ano passado, estiveram presentes 495 parlamentares.

O PLacar do "mensalão" registra até agora apenas três cassações: de Dirceu, Roberto Jefferson (PTB-RJ) e Pedro Corrêa (PP-PE). Quatro outros renunciaram e seis, com Magno, ainda precisam ser julgados pelo PLenário.

A principal acusação contra Wanderval, formulada pelo relator do processo, Chico Alencar, foi a de ele ter "terceirizado" seu mandato para a Igreja Universal do Reino de Deus, do qual era bispo até o início do escândalo. No decorrer das investigações, o deputado acabou tendo de sair da igreja.

Investigação da CPI dos Correios comprovou o saque de R\$ 150 mil do valerioduto. Um de seus assessores, Célio Marques Siqueira, retirou a quantia de uma conta no Banco Rural por autorização escrita de Simone Vasconcelos, diretora financeira da SMPB, agência do publicitário Marcos Valério de Souza.

Primeiro, Wanderval negou o saque. Depois, o atribuiu a Siqueira, que agiria a mando do ex-deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ).

Rodrigues, outro ex-bispo da Universal, renunciou no ano passado. Ele era o coordenador político da igreja e tinha ascendência sobre os demais parlamentares, segundo admitiu Wanderval.

Comodato

Veio daí a acusação do relator de que o deputado subordinou seu mandato ao de outro parlamentar, em regime de "comodato". "O deputado Wanderval Santos reiterou que sua igreja tinha uma estrutura hierárquica que funcionava, que determinava subordinações, hierarquias e estruturas. Segundo o deputado, isso tinha de ser respeitado. Chegou a nos dizer que só foi candidato porque a igreja, detentora do seu mandato, segundo ele, assim o decidiu", afirmou Alencar.

O relator considerou frágil a argumentação. Disse que Wanderval tinha relação de "parceria e sociedade" com Rodrigues e, por isso, tinha de assumir responsabilidade pelos atos de seu assessor.

O deputado do PL, em sua defesa, repetiu que não sabia do saque nem a quem era destinado. "A verdade é que eu não sabia, não autorizei, não recebi e nem permiti que se recebesse qualquer valor do sr. Marcos Valério", afirmou Wanderval.

'Covardia'

Chorando em vários momentos de seu discurso, Wanderval negou que seu mandato se subordinasse ao de Rodrigues ou seguisse as orientações da Universal. Disse que sofria perseguição em razão de seus "postulados de fé" e, numa manobra que surpreendeu alguns deputados, jogou toda a responsabilidade sobre Rodrigues, seu ex-aliado político.

"Quem deveria estar aqui respondendo é o ex-deputado Carlos Rodrigues, mas a covardia o levou a renunciar", declarou o deputado, que escapou de ficar inelegível por oito anos.

A sessão foi esvaziada em grande parte do tempo, o que irritou o rei ator. Seu discurso foi acompanhado por apenas 12 deputados. O de Wanderval não foi muito diferente, seguido por menos de 50 parlamentares.

"Seguramente está-se dando pouca importância a esses processos disciplinares, que ao fim e ao cabo atingem dois pontos fundamentais: a credibilidade do Parlamento e o mandato parlamentar de cada processado", disse Alencar.

Sem o foro especial, Palocci deve ter indiciamento pedido

Terça-feira, 28/03/2006
2027RIBEN

Autor: ROGÉRIO PAGNAN . . .

Origem do texto: DA FOLHA RIBEIRAO

Editaria: BRASIL

Página: A9

063/812658

Edição: Nacional

Mar 28, 2006

Legenda Foto: Palocci toma posse para seu segundo mandato em Ribeirão Preto

Crédito Foto: Edson Silva - 01.jan. 01/Folha Imagem

Vinheta/Chapéu: CRISE NO GOVERNO INVESTIGAÇÃO

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; CORRUPÇÃO; MENSALÃO; CASEIRO; ACUSAÇÃO; ANTONIO PALOCCI FILHO; SUCESSÃO; GUIDO MANTEGA; DEMISSÃO; CRISE POLÍTICA; RIBEIRÃO PRETO /SP/; POLICIA CIVIL; INVESTIGAÇÃO; INDICIAMENTO

Ex-ministro é acusado de esquema de propina em limpeza urbana em Ribeirão Preto

Sem o foro especial, Palocci deve ter indiciamento pedido

ROGÉRIO PAGNAN
DA FOLHA RIBEIRÃO

Se depender do Ministério Público Estadual e da Polícia Civil de São Paulo o inferno que o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci diz viver está longe do fim.

Além do seu indiciamento pelos crimes de formação de quadrilha, peculato, falsidade ideológica e corrupção passiva, o ex-prefeito de Ribeirão Preto também deve ter seu pedido de prisão solicitado à Justiça assim como os outros investigados no esquema de propina na Prefeitura de Ribeirão.

Os policiais e promotores não admitem essa intenção publicamente, mas afirmam em conversas reservadas que vão "buscá-lo" até no exterior, caso seja necessário. O motivo seria a "exemplaridade" da ação. A polícia também não admite, diz estar cruzando informações, mas vinha atrasando a conclusão do inquérito para esperar Palocci deixar o ministério.

Além dele, também estão sendo investigados o ex-prefeito Gilberto Maggioni (PT), os secretários de governo Donizeti Rosa e Nelson Colela e a ex-superintendente do Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto Isabel Bordini. O departamento controla os contratos de limpeza urbana em Ribeirão, que abasteceriam o esquema de propina.

Na semana passada, o delegado Benedito Antonio Valencise pediu a prorrogação de prazo em mais 30 dias. O inquérito foi instaurado em 28 de agosto do ano passado, após o advogado Rogério Tadeu Buratti denunciar suposto esquema de pagamento de propina pela empresa Leão Leão.

Palocci sempre negou o recebimento da propina, assim como os outros acusados. O promotor Aroldo Costa Filho afirmou que, com a saída de Palocci do cargo, a investigação será feita de "forma mais tranqüila e mais eficaz".

Valencise não quis comentar a saída de Palocci do cargo, mas disse que reafirmava tudo que disse na CPI dos Bingos, quando apontou o ex-ministro como integrante da suposta quadrilha que fraudava documentos para desviar cerca de R\$ 400 mil mensais. "Tranqüilamente [nós vamos indiciá-lo]. Não há dúvida da sua participação. Há provas documentais e testemunhais." A principal prova que a polícia e a Promotoria têm da participação de Palocci no esquema de fraude é o depoimento do seu ex-secretário de Governo, Buratti.

A relação entre Buratti e Palocci começou em 1992, quando Buratti captou recursos na campanha à prefeitura. Com a vitória, Buratti se tomou supersecretário. Após dois anos, deixou o cargo com o vazamento de gravação em que negociava a distribuição fraudulenta de obras com empreiteira.

Anos depois, Buratti assumiu um cargo administrativo na maior empreiteira da região de Ribeirão, a Leão Leão. Chegou a vice-presidente do grupo, onde ficou até 2004. A empreiteira é acusada de pagar propina a Palocci.

Palocci e Buratti evitavam serem vistos juntos. O ex-ministro chegou a emitir nota negando até trocas de telefonemas, mas, por fim, admitiu ter hospedado em Brasília o ex-secretário e a família dele "uma ou duas vezes".

Já na "casa do lobby" no Lago Sul em Brasília, Palocci mantém a versão de que nunca esteve lá. Também está na lista dos freqüentadores da casa '6 diretor da Fazenda de Ribeirão Vladimir Poletto, que o ex-ministro diz nem conhecer direito. "O Brasil perdeu um grande ministro", resumiu Poletto ontem.

O codinome "chefe" supostamente utilizado para se referir a Palocci na "casa do lobby" também era a senha utilizada em conversas telefônicas entre os ex-assessores de Palocci.

Em levantamento feito em 230 interceptações feitas com autorização da Justiça, entre maio e setembro de 2004, Palocci é mencionado pelo menos cinco vezes, sempre como "chefe". Buratti explicou a conversa em que mencionou o ministro. Trata-se de uma gravação de três minutos, em 3 de julho de 2004, na qual Poletto e Buratti falam sobre outro assessor de Palocci, Ademirson Silva. "Numa conversa com Vladimir, o mesmo me relatava que o Ademirson tinha ligado para que ele marcasse uma audiência com Palocci, tratando-se de negócio de um grupo com o qual ele trabalhava, Monteiro de Castro ou Carvalho; que, conforme já afirmei anteriormente, quando se fala em "chefe", neste caso trata-se do Palocci", disse Buratti.

Para dirigentes de partidos, medidas ajudam, mas não inibem caixa dois

Quinta-feira, 05/01/2006
5185GOISN

Autor: CHICO DE GOIS. ...

Origem do texto: DA REPORTAGEM LOCAL

Editoria: BRASIL

Página: A4

061n02200

Edição: São Paulo

Jan 5, 2006

Legenda Foto: Paulo Ferreira, tesoureiro do PT, diz que norma é "educativa"

Crédito Foto: Moacyr Lopes Junior - 11.nov. 05/Folha Imagem

Observações: SUB-RETRANCA

Assuntos Principais: TSE /TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAU; RECEITA FEDERAL; JUSTIÇA ELEITORAL; ELEIÇÕES. 2006; NORMA; REGRA; REGULAMENTAÇÃO; CAIXA DOIS; CAMPANHA ELEITORAL; CANDIDATO; FISCALIZAÇÃO; CONTA

Para dirigentes de partidos, medidas ajudam: mas não inibem caixa dois

CHICO DE GOIS
DA REPORTAGEM LOCAL

Dirigentes partidários elogiaram as normas fixadas para as eleições deste ano pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas apontaram que as medidas poderão criar problemas burocráticos sobretudo para as campanhas proporcionais para deputados estaduais e federais.

No entendimento dos líderes de partidos como PT, PSDB, PMDB e PFL, as ações estabelecidas pelo TSE vão tornar as campanhas mais transparentes, mas não conseguirão acabar com a prática do caixa dois, um dos males que ganharam visibilidade com as denúncias do "mensalão".

O tesoureiro do PT, Paulo Ferreira, acredita que a necessidade de disponibilizar a prestação de contas dos candidatos a cada 15 dias "terá um caráter educativo" para as campanhas majoritárias presidente, governadores e senadores. "As campanhas têm de se dar dentro dos marcos da legalidade e da transparência pública", disse o tesoureiro.

Ferreira, porém, observou que os candidatos a deputados poderão enfrentar dificuldades burocráticas para acatar as normas do TSE. "É preciso ver a estrutura dos partidos para isso", afirma. De acordo com Ferreira, o PT está estruturado e tem especialistas para aplicar as normas.

Para o secretário-geral do PSDB, deputado Eduardo Paes (RJ), as medidas podem tornar as campanhas mais baratas pelas dificuldades que impõem aos candidatos. Paes afirma, no entanto, que apesar da boa vontade do TSE, as iniciativas não irão inibir o caixa dois. "O problema não é o que é oficial, mas o que é recebido na boca de caixa", argumenta.

"O que vai inibir a utilização de caixa dois é uma fiscalização mais presente, na qual se apure o que o candidato declara com o que se vê de propaganda nas ruas." Nesse sentido, ele acredita que a prestação de contas quinzenal ajudará.

Polícia Federal

O presidente do PMDB, deputado Michel Temer (SP), está preocupado com as candidaturas proporcionais. "As normas criam uma burocracia para os candidatos a deputados, que terão de ter uma estrutura para esse fim que não sei se terão condições."

Mesmo assim, ele elogiou as ações do TSE, inclusive a atuação da Receita Federal. Temer havia se posicionado contrariamente à sugestão do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, de utilizar a Polícia Federal na investigação de contas de candidatos.

O senador Jorge Bornhausen (SC), presidente do PFL, foi só elogios às propostas do TSE. "Se não existisse o crime não haveria necessidade de controle", disse, em referência ao caixa dois. Bornhausen foi o autor de um projeto de reforma eleitoral, aprovado no Senado, mas ainda pendente de votação na Câmara, que, entre outras coisas, diminui o tempo de propaganda eleitoral, estabelece a prestação de contas on-line e proíbe showmícios e distribuição de brindes.

Como Temer, o presidente do PFL é favorável à atuação da Receita Federal no acompanhamento dos gastos de campanhas, mas critica a utilização da Polícia Federal, como quer o ministro da Justiça. .

"Aquela proposta [de Márcio Thomaz Bastos] foi autoritária e antidemocrática", declarou. "A Polícia Federal poderá ser acionada, mas por iniciativa da Justiça Eleitoral e não pelo Ministério da Justiça", afirma.

Crise é pior que a de Collor, diz Marco Aurélio

Autor: SILVANA DE FREITAS . .

Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Editoria: BRASIL

Edição: São Paulo

Observações: COM S{,!B-RETRANCA; ENTRI; VISTA

Vinheta/Chapéu: ESCANDALO DO "MENSALAO"/VISA0 DA CRISE

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; CRISE POLÍTICA; PT /PARTIDO!; MARCO AURÉLIO DE MELLO; JUSTIÇA ELEITORAL; SUSPENSÃO; VERTICALIZAÇÃO; COLIGAÇÃO POLÍTICA

Terça-feira, 03/01/2006

3029BRA7N

061n00312

Página: A7

Jan 3, 2006

Primo do ex-presidente da República, ministro do TSE sinaliza que Justiça Eleitoral deve derrubar verticalização das coligações

Crise é pior que a de Collor, diz Marco Aurélio

SILVANA DE FREITAS

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Marco Aurélio de Mello, que deverá presidir o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) nas eleições deste ano, disse à Folha que a atual crise política é assustadora e a considerou "muito pior" do que a que provocou, em 1992, a abertura do processo de impeachment e a posterior renúncia de Fernando Collor de Mello, que é primo do ministro.

"Acho que tudo o que surgiu é assustador. Nem a mente mais antagônica, mais criativa, não poderia imaginar um décimo do que acabou vindo à tona", afirmou Marco Aurélio. Indagado sobre a comparação possível entre o "mensalão" do governo Lula e o escândalo de corrupção no governo Collor, ele respondeu: "Já li e já ouvi que o que está nos dias atuais. é muito pior do que o que surgiu na época do presidente Collor".

O TSE é composto por sete ministros, dos quais três são do STF, e a sua presidência sempre é exercida por um desses três. Atualmente, o comando do TSE está nas mãos de Carlos Velloso, que completará 70 anos em 19 de janeiro e se aposentará compulsoriamente pelo critério de idade.

Inicialmente Gilmar Mendes substituirá Velloso, mas a saída dele até junho é tida como certa. Ele terá de optar entre presidir o TSE e ser o vice-presidente do STF. A expectativa é que faça a segunda opção. Na entrevista, Marco Aurélio defendeu que a norma da verticalização, adotada em 2002, seja derrubada pelo TSE e já não tenha validade nas eleições de 2006. Por ela, os partidos ficam obrigados a não contrariar, nas campanhas estaduais, a coligação presidencial. Leia a seguir os principais trechos da entrevista:

*

Folha - O sr. deve presidir o TSE nas eleições de 2006 caso se confirme a expectativa de que o ministro Gilmar Mendes deixe o TSE até junho para se tomar vice-presidente do STF. O sr. pretende iniciar o recadastramento dos eleitores?

Marco Aurélio de Mello - Não há tempo hábil para o recadastramento. Estamos a alguns meses das eleições e precisamos marchar com segurança jurídica, sem a introdução de novidades que possam pôr em risco o pleito.

Quanto à presidência do TSE, hoje sou o terceiro membro do STF. A presidência do TSE é exercida por um dos três. Na minha frente tem Carlos Velloso, que se aposentará agora em 19 de janeiro, e Gilmar Mendes.

Pela Lei Orgânica da Magistratura Nacional, ele terá de escolher entre a presidência do TSE e a vice-presidência do STF. Ele é que dirá.

Folha - O sr. falou que não será o momento de introduzir novidades por causa da segurança jurídica.

Marco Aurélio - A Lei Eleitoral está em vigor desde 1997. O que se busca com uma legislação é a estabilidade, a certeza do que pode ou não pode ocorrer. Isso dá ênfase maior à segurança jurídica.

Folha - Há muitas pessoas, incluindo o presidente do TSE, que defendem mudanças imediatas nas regras eleitorais. Para elas, pode haver alterações neste ano se elas não interferirem no processo. Qual é sua opinião?

Marco Aurélio - A meu ver, isso não se coaduna com a Constituição. Quando a Carta se refere, no seu artigo 16, ao processo eleitoral, é o conjunto de atos visando o pleito. Não dá para pinçar esta ou aquela matéria de acordo com a carga processual que ela possua.

Hoje temos uma regra que já começou a surtir efeito, segundo a qual a modificação do processo eleitoral tem de se verificar um ano antes do pleito. Eu creio que não é possível o afastamento da eficácia dessa norma no período crítico por ela já abrangido.

Folha - Seria casuísmo?

Marco Aurélio - Não, mas seria algo que a meu ver também é nefasto: proceder-se de forma normativa na crista de uma crise. Em tempo de crise, devemos guardar os princípios já reinantes, não simplesmente pensar que poderemos modificar o Brasil, ter dias melhores mediante novos diplomas [leis], quando na verdade o que precisamos é de homens públicos que observem a legislação.

Folha - Isso vale para a emenda que acaba com a verticalização?

Marco Aurélio - Sobre a verticalização, o STF já disse que não é matéria constitucional, porque ela está regulada na lei 9.504. Nós temos uma consulta que será respondida pelo TSE na abertura do ano judiciário. Eu creio que essa solução é menos traumática para a matéria: o TSE responder à consulta, para manter a ótica que prevaleceu em 2002 ou para homenagear a prática anterior.

Folha - A verticalização foi um erro? O sr. é contra ela?

Marco Aurélio - Não defino a procedência ou não da verticalização sob o ângulo político, mas sob o ângulo normativo. Em 2002, quando o TSE adotou a verticalização, eu sustentei que o tribunal atuara normatizando de forma abstrata e autônoma, o que não poderia ocorrer, e mais: entendi que ele teria ido além do que previsto no artigo 6º da Lei Eleitoral.

Sustentei isso na época no julgamento de duas ações no STF, mas uma maioria escassa dos ministros negou as ações. Por causa daquele julgamento, os meios de comunicação agora têm estampado que sou contrário à verticalização.

Folha - O que aconteceu que o sr. pretendia apresentar a consulta aos colegas e depois desistiu?

Marco Aurélio - Cheguei a levar o processo, mas no dia seguinte o presidente pediu a manutenção da leitura que o TSE fez em 2002 dessa norma e ponderou que deveríamos aguardar o crivo do Congresso. A matéria

está na pauta da convocação extraordinária. Depois ele quis apreciar, mas preferi deixar para a abertura de 2006, diante do que ele tinha dito. Folha - Que avaliação faz da crise que atingiu o governo Lula?

Marco Aurélio - Vejo como sinal de tempos melhores do que os vividos. A quadra é alvissareira. O sentimento de impunidade que decorre de os problemas não se tomarem públicos é terrível e retarda o avanço cultural.

Folha - É possível comparação entre este momento e o impeachment de Fernando Collor? Marco Aurélio - Já li e ouvi que o que está nos dias atuais é muito pior do que o que surgiu na época de Collor, quando havia o tesoureiro tentando assacar e quase que extorquir a iniciativa privada com promessas vãs. Agora, pelo que transparece, temos o envolvimento de verbas que deveriam ser direcionadas a outros fins.

Folha - O sr. concorda com essa avaliação corrente?

Marco Aurélio - Acho que tudo o que surgiu é assustador. A mente mais antagônica, mais criativa, não poderia imaginar um décimo do que acabou vindo à tona.

'Conta secreta' de Duda nos EUA é bloqueada pela Justiça

Autor: RUBENS VALENTE. .

Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Editoria: BRASIL

Edição: São Paulo

Vinheta/Chapéu: ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/O MARQUETEIRO

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; CRISE POIÍTICA; CORRUPÇÃO; MENSALÃO; PT/PARTIDO/; DUDA MENDONÇA; CONTA CORRENTE; BLOQUEIO; JUSTIÇA; EUA

Domingo, 08/01/2006

3367BR13N

061/05339

Página: A13

Jan 8, 2006

Filha do publicitário tentou sacar recursos em 2005; PF tenta rastrear movimentação

'Conta secreta' de Duda nos EUA é bloqueada pela Justiça

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O Departamento de Justiça dos Estados Unidos bloqueou temporariamente uma nova conta bancária relacionada ao publicitário Duda Mendonça, confirmaram ontem fontes do governo brasileiro. A revista "Veja" revelou, na edição que começou a circular ontem, a existência de uma nova conta "secreta e milionária" aberta em nome de uma empresa de fachada e movimentada pelo marqueteiro da campanha eleitoral de 2002 do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo a revista, as autoridades americanas comunicaram ao Brasil a existência da conta após a filha de Duda, a também publicitária Eduarda, ter tentado fazer um saque no ano passado. O saldo da conta, supostamente num banco de Miami (EUA), não foi revelado. A Polícia Federal e o Ministério Público estão tentando rastrear a conta secreta.

O bloqueio determinado pelos EUA é de caráter administrativo e tem validade temporária. Para o bloqueio judicial, é necessário que o Ministério Público Federal Brasileiro apresente à Promotoria de Nova York uma lista de justificativas jurídicas.

A Folha apurou que o procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, assinou na semana passada o documento preparado em conjunto com técnicos do Ministério da Justiça para pedir o bloqueio da conta. O documento, uma declaração juramentada, deve ser enviado ao promotor de Justiça de Nova York Adam Kaufmann.

Segundo a revista "Veja", um outro pedido de bloqueio definitivo da nova conta já havia sido enviado pelo Ministério da Justiça, mas não foi atendido por ser "inconsistente".

Técnicos do DRCI (Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional), ligado ao Ministério da Justiça, que atuam no caso disseram ontem que cabe o órgão apenas encaminhar aos EUA os pedidos dessa natureza oferecidos pelo Ministério Público e Polícia Federal. Todos os pedidos do Ministério Público foram encaminhados. O DRCI é apenas uma ponte entre os governos brasileiro e americano, disse um dos funcionários que acompanham o assunto.

A descoberta da nova conta não significa necessariamente uma nova fonte de pagamentos para o publicitário. A conta pode ter sido criada para receber dinheiro da Dusseldorf, offshore criada por Duda para receber R\$ 10,5 milhões do esquema de caixa dois das campanhas eleitorais de 2002. O dinheiro foi pago pelo publicitário mineiro Marcos Valério Fernandes de Souza sob orientação do então tesoureiro nacional do PT, Delúbio Soares.

Caso as investigações confirmem que a nova conta é gerida pelo publicitário, cai por terra um ponto importante do depoimento que ele prestou à CPI dos Correios em 11 de agosto de 2005. O deputado federal Eduardo Paes (PSDB-RJ) perguntou: "O senhor já teve conta no exterior?". A resposta de Duda foi clara: "Não".

Mais à frente, o deputado federal José Eduardo Cardozo (PT-SP) voltou a indagar: "Anteriormente, pelo que depreendi quero apenas confirmar isso, Vossa Senhoria nunca havia operado com empresas 'offshore' nem com contas no exterior?". "Não. Nunca tive conta no exterior", respondeu Duda.

A segunda conta só teria sido descoberta, segundo a revista "Veja", porque o publicitário é monitorado pelas autoridades monetárias norte-americanas. Esse acompanhamento começou logo após ele admitir ter recebido os R\$ 10,5 milhões de Marcos Valério no exterior.

Após ter admitido esses depósitos, o publicitário pagou R\$ 4,3 milhões à Receita Federal e retificou a declaração do Imposto de Renda de 2003, que omitia a conta Dusseldorf e os depósitos feitos para suas empresas fora do país.

Após o depoimento de Duda à CPI, o Planalto considerou incompatível que o publicitário continuasse a cuidar da imagem do governo e da do presidente entre outras, as agências de Duda detinham a conta da Secom (Secretaria de Comunicação do Governo) e da Presidência. Isso não impediu, todavia, que a Petrobras renovasse por um ano o contrato de publicidade que tinha com a agência de Duda.

Em agosto de 2005, a Folha revelou que a conta Dusseldorf era abastecida por uma série de empresas virtuais. Uma delas, a Deal, transacionava recursos a partir de um banco na Flórida (EUA).

Duda Mendonça também é acusado de ter recebido R\$ 4,5 milhões como caixa dois para a campanha do senador Eduardo Azeredo (PSDB) à reeleição ao governo de Minas Gerais, em 1998, também por meio de Marcos Valério. O doleiro Vivaldo Alves afirma ainda que o marqueteiro recebeu US\$ 5 milhões no exterior como pagamento para a campanha do ex-prefeito de São Paulo Paulo Maluf (PP).

(RUBENS VALENTE)

MST faz maior ofensiva desde 2003 no Pontal

Autor: CRISTIANO MACHADO . .
Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA
Editoria: BRASIL
Edição: São Paulo

Página: A5
Jan 9, 2006

Segunda-feira, 09/01/2006
3808bra5

061/721470

Observações: COM SUB-RETRANCAS

Vinheta/Chapéu: ELEIÇÕES 2006/PRESSAO NO CAMPO

Assuntos Principais: QUESTÃO AGRÁRIA; REFORMA AGRÁRIA; PONTAL DO PARANAPANEMA /SP/; JOSÉ RAINHA JR;
MST; GOVERNO ESTADUAL; GERALDO AICKMIN; PSDB /PARTIDO/; ELEIÇÃO PRESIDENCIAL, 2006; OCUPAÇÃO;
INVASAO; PROTESTO; MANIFESTAÇÃO; ATO; ASSENTAMENTO

Cerca de 500 integrantes do movimento, ligados ao líder José Rainha, invadem oito propriedades na região em protesto contra Alckmin

MST faz maior ofensiva desde 2003 no Pontal

CRISTIANO MACHADO

COLABORAÇÃO PARA A AGÊNCIA FOLHA, EM PRESIDENTE PRUDENTE (SP)

Na maior ofensiva dos últimos três anos no Pontal do Paranapanema, cerca de 500 integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) invadiram oito fazendas em cinco cidades nesse final de semana.

As ações foram articuladas pelo coordenador José Rainha Jr., que evitou comparecer nas áreas temendo represálias da Justiça. Beneficiado por um hábeas corpus do STJ (Superior Tribunal de Justiça) concedido há pouco mais de um mês, Rainha responde em liberdade uma condenação de dez anos de prisão por furto qualificado e incêndio criminoso durante uma invasão ocorrida em 2000.

A "jornada de luta", como batizou o movimento, foi liderada por aliados de Rainha. Ele rompeu com parte da direção regional da organização, mas segue comandando a maior parte dos acampamentos do Pontal.

De acordo com o coordenador Vaguimar Nunes, a série de invasões, iniciada no sábado, é um protesto pelo não cumprimento da promessa do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), pré-candidato à Presidência, feita em 2003, de assentar 1,4 mil famílias na região. "O governo do Estado está fazendo pouco caso da reforma agrária. Enquanto gasta mais de R\$ 10 milhões para reformar presídios destruídos por rebeliões a gente fica jogado na beira da estrada", afirmou.

Todas as fazendas invadidas pertencem a uma área denominada pelo MST de microrregião 3, cuja responsabilidade é de José Rainha. Somente no município de Mirante do Paranapanema, local sob forte influência do coordenador, foram quatro fazendas invadidas: São Francisco, Bonanza, Morumbi e São Luiz.

As demais áreas são em Teodoro Sampaio, Caiuá, Presidente Venceslau e Santo Anastácio. De acordo com as polícias das cidades onde aconteceram as ações, não houve incidentes graves ou reação dos fazendeiros.

Três proprietários ouvidos ontem pela reportagem afumaram que vão pedir a reintegração de posse hoje. Dois deles, Daniel Luizari Neto (dono da fazenda Santa Luzia) e Carlos Arthur Platzeck (fazenda São Luiz), disseram que as áreas têm interdito proibitório, benefício concedido pela Justiça para impedir novas invasões.

A reportagem procurou ontem o diretor executivo do Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), Jonas Villas Boas, mas seu celular estava na caixa postal.

A dois meses do fim, CPI ainda espera dados de investigados

Autor: LEONARDO SOUZA . .

Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Editoria: BRASIL

Edição: São Paulo

Legenda Foto: O deputado Gustavo Fruet, responsável por analisar movimentações financeiras dos acusados

Crédito Foto: Lula Marques -10.nov. 05/Folha Imagem

Observações: COM SI:!B-RETRANCAS

Vinheta/Chapéu: ESCANDALO DO "MENSALAO"/HORA DAS PROVAS

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; CORRUPÇÃO; CPI DOS CORREIOS; INVESTIGAÇÃO; GUSTAVO FRUET; "INFORMAÇÃO"

Segunda-feira, 16/01/2006
2245BRA4N

Página: A4
Jan 16, 2006

061fl19401

Segundo sub-relator, 40% das informações solicitadas não chegaram à comissão

A dois meses do fim, CPI ainda espera dados de investigados

LEONARDO SOUZA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A dois meses de encerrar as investigações, a CPI dos Correios não recebeu até agora mais de 40% das informações solicitadas, disse à Folha o sub-relator de movimentação financeira, Gustavo Fruet (PSDB-PR).

Entre os dados requisitados oficialmente a órgãos públicos e empresas privadas, faltam chegar vários documentos, o que levará a CPI a ter dificuldades para avançar sobre questões importantes. A Receita Federal, por exemplo, não mandou os dados fiscais dos deputados acusados de envolvimento (direto ou indireto) com o esquema do "mensalão" e dos publicitários Marcos Valério de Souza e Duda Mendonça.

A CPI não recebeu também parcela significativa de informações bancárias solicitadas aos bancos Real, Safra e BankBoston e praticamente não dispõe de dados sobre movimentações financeiras no exterior.

A Polícia Federal ainda não apresentou resultados de perícias feitas em documentos contábeis de agências de publicidade de Marcos Valério, apreendidos em julho na casa do contador das empresas.

Por conta da demora ou pelo não-atendimento às requisições, Fruet formalizou na semana passada ao presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), solicitação para que sejam cobradas dos órgãos públicos e das empresas as informações faltantes. "Estamos na reta final das investigações. O que foi pedido tem de ser enviado", disse Fruet.

Em depoimento no ano passado, Duda Mendonça disse que recebeu recursos referentes ao pagamento de campanhas publicitárias feitas para o PT em conta no exterior. Segundo ele, a conta foi aberta por orientação de Marcos Valério, o operador do caixa dois do partido. Valério negou.

Além da eleição de 2002, há indícios levantados pela PF de que Duda tenha recebido dinheiro no exterior também nas campanhas de 1998 e 2000. A CPI suspeita que Marcos Valério e o PT também tenham movimentado recursos no exterior, conforme Delcídio disse à Folha em outubro.

A Polícia Federal e o Ministério Público receberam informações de autoridades americanas sobre movimentações financeiras de Duda no exterior, mas, devido a restrições no acordo bilateral dos Estados Unidos com o Brasil, o Ministério da Justiça diz que não pode repassar os dados à CPI. Criticado seguidas vezes por integrantes da comissão por suposta falta de interesse em colaborar com a CPI, o ministério tem reiterado que sempre colaborou no que estava ao seu alcance.

Sem os dados bancários de contas no exterior, a CPI não poderá afirmar se o PT teve dinheiro lá fora, o que o partido nega. Também não será possível saber se e quanto Valério e Duda receberam no exterior, nem quem seriam os depositantes.

Da mesma forma, no caso da Receita Federal, não haverá como dizer, por exemplo, se os parlamentares supostamente beneficiados pelo "mensalão" movimentaram mais recursos do que a renda declarada permitiria. Conforme a Folha publicou em outubro, alguns políticos da lista de beneficiários do esquema de Valério, como o deputado estadual Paulo Fernando dos Santos (PT-AL), tiveram volume de recursos em suas contas aparentemente muito superior ao que renda declarada permitiria.

Paulão, como o deputado alagoano é conhecido, movimentou, em 2004, R\$ 1,337 milhão, ante renda anual declarada no valor de R\$ 80 mil. Apesar de os levantamentos já terem sido feitos, a Receita não os enviou à CPI. Paulão diz que tem como explicar a movimentação, que incluiria verba de gabinete que é depositada na sua conta mensalmente, somando R\$ 444 mil ao ano.

Também há problemas nos dados do Banco Real; que abriga contas de empresas que são alvo de investigação pela CPI, como a Visanet, a agência de publicidade de Duda Mendonça e a companhia de aviação Skymaster. O Real reconheceu erro em 1 % dos dados enviados, mas disse que corrigiria as informações.

Fruet sugeriu ao relator da CPI, Osmar Serraglio (PMDB-PR), que dedique no relatório final um capítulo específico somente para os dados que foram solicitados, mas não atendidos. Na seção, os responsáveis pelo não-envio das informações seriam nominados.

Governo ainda resiste, mas CPI confirma presença de Palocci

Autor: KENNEDY ALENCAR; HUDSON CORRÊA; LUIZ FRANCISCO
Origem do texto: DA SUCURSAL DE BRASÍLIA; DA AGÊNCIA FOLHA, EM BRASÍLIA
Editoria: BRASIL .
Edição: São Paulo

Jan 24, 2006

Observações: COM SUB-RETRANCAS

Vinheta/Chapéu: ESCÂNDALO DO 'MENSALÃO'/PALOCCI NA MIRA

Assuntos Principais: GOVERNO LULA; CPI DOS BINGOS; DEPOIMENTO; ANTONIO PALOCCI FILHO; CONVOCAÇÃO; RIBEIRÃO PRETO /SP/; PREFEITURA

Terça-feira, 24/01/2006

5802BRA4.S

061/729130

Planalto tentava ainda ontem barrar convocação; ministro diz que irá à comissão

Governo ainda resiste, mas CPI confirma presença de Palocci

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA
DA AGÊNCIA FOLHA, EM BRASÍLIA

O governo tentava ontem barrar a ida do ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda) à CPI dos Bingos, mas, para a comissão, o depoimento já está acertado. O presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB), disse que telefonou ontem à noite a Palocci e obteve a confirmação. Em reunião na manhã de ontem com a cúpula do Palácio do Planalto, da qual participou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a avaliação preponderante foi que seria uma derrota o comparecimento do ministro à CPI para tratar de suspeitas de corrupção do tempo em que era prefeito de Ribeirão Preto (SP).

"A data será marcada hoje. Pode ser quinta-feira ou no início da próxima semana. Ele é convidado e convidado tem suas regalias. A agenda está disponível a ele", afirmou Efraim Morais.

A oposição disse que não colocará o ministro "contra a parede", irá tratá-lo "com respeito" e até "torcerá por ele" durante o depoimento no qual ele falaria como convidado e não na condição de convocado, saída articulada pelo senador Tião Viana (PT -AC).

Nos bastidores, porém, o ministro e seus auxiliares desencadearam ofensiva para averiguar se conseguiriam impedir a aprovação de um requerimento de convocação, caso resolva não comparecer como convidado.

Se até amanhã as sondagens mostrarem que Palocci teria força para derrubar a convocação, o governo deverá bancar o confronto com a oposição.

Se a conclusão de Palocci e de seus escudeiros for a de que dificilmente vencerão a oposição, a articulação de Tião Viana ganhará força. E o ministro se apresentará para a CPI como convidado cujo desgaste político é menor do que o de uma convocação.

No início de dezembro, Efraim recuou da tentativa de votar um requerimento de convocação do ministro da Fazenda por avaliar que era alta a chance de derrota. Na época, para não melindrar o senador e evitar parecer vitorioso, Palocci se comprometeu a ir à CPI em 2006 a convite.

A cúpula do governo discutiu ontem a articulação de Tião Viana, que sempre defendeu a ida do ministro à CPI. Em reunião na Granja do Torto, Lula e os principais auxiliares avaliaram que seria pura agenda negativa num momento em que o governo que deve tentar a reeleição neste ano_ tenta sair das cordas após meses da crise do "mensalão".

Palocci crê que seria péssimo para a sua autoridade falar de acusações de corrupção numa CPI em que o governo tem sofrido derrotas seguidas e considerada sob medida para desgastar Lula.

Casos que provocam dano na imagem de Lula e do PT são discutidos na CPI, que investiga a morte do prefeito Celso Daniel (Santo André) em 2002, amigos de Lula, como o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, e o advogado e compadre do presidente, Roberto Teixeira.

A oposição na CPI dos Bingos pretende questionar o ministro sobre o suposto recebimento de propina da empreiteira Leão Leão quando ele era prefeito de Ribeirão Preto. A acusação partiu de Rogério Buratti, ex-secretário de Governo da cidade. Também devem ser alvos da CPI o suposto tráfico de influência de seus assessores no Ministério da Fazenda e a suspeita envolvendo o envio de dólares de Cuba para a campanha presidencial de Lula em 2002, coordenada por Palocci.

ACM e Tasso

Palocci busca o apoio de setores do PFL e do PSDB para impedir uma convocação. Em dezembro passado, por exemplo, pediu ajuda ao prefeito de São Paulo, José Serra.

Serra telefonou para tucanos, que fizeram corpo mole e impediram a convocação.

O secretário-executivo da Fazenda, Murilo Portugal, tem negociado diretamente com pefelistas e tucanos, como o senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Mesmo que seja inevitável comparecer à CPI, porém, a tática de Palocci parece ter surtido algum efeito. Nos bastidores, líderes mais expressivos da oposição, segundo apurou a Folha, tentarão acalmar senadores mais exaltados num eventual depoimento à CPI.

"Nós não temos interesse de colocar o ministro contra a parede. Temos interesse em esclarecer as denúncias que envolvem Ribeirão Preto e colocam o ministro sob desconfiança", diz o líder do PFL no Senado, Agripino Maia (RN).

"A linha é perguntar as coisas que têm ser esclarecidas sobre as pessoas com as quais ele se relacionou como prefeito e algumas com quem continua se relacionando depois de ministro. Isso tudo com respeito, com humanidade e torcendo para que ele esclareça de maneira de satisfatória", afirmou Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB no Senado.

Além do respeito da oposição, Palocci terá até torcida. "Espero que o ministro Antonio Palocci se saia bem no depoimento, que consiga se defender das acusações, algumas muito fortes e consistentes, que pairam sobre o governo", afirmou ACM.

"Será uma audiência dura, mas com respeito", disse Agripino.

(KENNEDY ALENCAR, HUDSON CORRÊA e LUIZ FRANCISCO)

Palocci defende assessores em depoimento

Autor: RUBENS VALENTE; HUDSON CORRÊA; LUIZ FRANCISCO
Origem do texto: DA AGÊNCIA FOLHA, EM BRASÍLIA; DA SUCURSAL DE BRASÍLIA
Editoria: BRASIL
Edição: São Paulo
Observações: COM SUB-RETRANCAS
Vinheta/Chapéu: ESCÂNDALO DO 'MENSALÃO'/PAIOCCI NA MIRA.
Assuntos Principais: GOVERNO IULA; CORRUPÇÃO; MENSALÃO; PT /PARTIDO/; CPI DOS BINGOS; DEPOIMENTO; ANTONIO PAIOCCI FILHO; DEFESA; ASSESSOR

Sexta-feira, 27/01/2006
0132BRA5S
061/732665

Na CPI dos Bingos, ministro elogia chefe-de-gabinete que se demitiu e aponta erro em quebra de sigilo telefônico de Ademirson.

Palocci defende assessores em depoimento

HUDSON CORRÊA
LUIZ FRANCISCO
DA AGÊNCIA FOLHA, EM BRASÍLIA
RUBENSVALENTE
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Acompanhado de seus mais importantes secretários no Ministério da Fazenda, poupado de forma geral de perguntas mais incisivas e elogiado por 8 dos 17 senadores que se manifestaram na CPI dos Bingos, o ministro Antonio Palocci (Fazenda) passou seu depoimento de seis horas, ontem, defendendo antigos e atuais colaboradores nas suas gestões na Prefeitura de Ribeirão Preto e no ministério.

Palocci acusou adversários de "requentar" acusações sempre que se aproxima o processo eleitoral e procurou minimizar todas as investigações do Ministério Público e o relatório parcial da CPI, que acusam pessoas com quem manteve ou mantém ligações de amizade e de trabalho.

"O Lídio não foi julgado, não vamos prejudicar as pessoas", disse Palocci, por exemplo, a respeito de Lídio Duarte, ex-presidente do IRB (Instituto de Resseguros do Brasil), que revelou à revista "Veja" um suposto esquema de propinas para o PTB.

Palocci fez elogios ao seu ex-chefe-de-gabinete Juscelino Dourado, que deixou o cargo em setembro após a revelação de que foi sócio e mantinha contatos telefônicos frequentes com Rogério Buratti, acusado de pedir propina, em nome do PT, para a multinacional Gtech renovar seu contrato com a Caixa Econômica Federal. Buratti foi secretário de Governo de Palocci em 1993.

"O Juscelino não foi demitido. Ele não se deu bem com o ambiente [de suspeição]. É uma pessoa dedicada à administração pública", afirmou o ministro.

Sobre o caso Gtech, Palocci afirmou que "a conduta da direção da Caixa sobre o caso Gtech foi exemplar". Não foi essa a conclusão do relator da CPI, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), que pediu o indiciamento do presidente da Caixa, Jorge Mattoso, por irregularidades no contrato com a empresa.

As CPIs também apuram suspeitas de irregularidades no Banco do Brasil, outra estatal subordinada à Fazenda. Questionado se tinha conhecimento dessas irregularidades, Palocci disse: "Ao ministério cabe julgar procedimentos institucionais, mas não o cotidiano e os contratos dessas instituições. Por isso, não acompanhei e não acompanharei os contratos que elas fazem".

Palocci defendeu também Ademirson Ariovaldo da Silva, seu assessor especial no ministério, a quem o relatório parcial da CPI acusou de participar das atividades de lobby de Buratti.

O ministro questionou o relatório da CPI que apontou 1.411 ligações telefônicas entre Ademirson e outro envolvido no escândalo da Gtech, Vladimir Poletto, que foi chefe de controle interno da Prefeitura de Ribeirão na segunda gestão de Palocci, em 2001.

"Não estou dizendo que os números são mentirosos, mas parece que fazer 15 ligações em 39 segundos é fisicamente inconsistente", afirmou. O senador Demóstenes Torres (PFL-GO) disse que Ademirson havia passado dados errados ao ministro. "Não há nenhuma ligação duplicada. Acho que ele [Ademirson] lhe fez passar vergonha", disse o senador.

Um dos questionamentos mais duros veio de Heloísa Helena (PSOL-AL). "Estou convencida de que o senhor está mentindo o tempo todo", disse a senadora.

Palocci deixou de responder a pelo menos duas perguntas e não quis confirmar, ao ser 'indagado pelo senador Antero Paes (PSDB-MT), se vai abrir mão do seu sigilo telefônico. "Vou analisar a sua proposição", disse. A intenção da CPI é comparar os registros telefônicos de Palocci com os de empresários da Leão e de seus ex-colaboradores Buratti e Ralf Barquete, morto em 2004. Segundo Buratti, entre 2001 e 2002, a pedido do PT e com conhecimento de Palocci, Barquete recebeu recursos da Leão Leão para financiar um caixa dois.

Palocci não respondeu ao ser questionado por senadores tucanos se Buratti teria mentido ao fazer as acusações de corrupção. "Não é verdade", respondeu. "Então ele é mentiroso?", questionaram. "Não quero me pronunciar dessa forma."

Segundo o ministro, é "fantasiosa" a acusação de Buratti de que Cuba doou US\$3 milhões para a campanha eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002. O dinheiro teria sido transportado de BRASÍLIA para Campinas por Vladimir Poletto em um avião emprestado pelo empresário Roberto Colnaghi. "Participei ativamente da campanha de Lula. Não houve dinheiro de Cuba", disse Palocci.

O ministro defendeu o motorista Éder Eustáquio Soares Macedo, que dirigiu o carro que teria transportado o suposto dinheiro cubano de Campinas ao comitê eleitoral do PT em São Paulo, em 2002. "Ele é uma pessoa bondosa, muito simples, humilde religioso, prestativo", afirmou.

Desde maio, Macedo é motorista do Ministério da Fazenda no Rio.

Sobre o fato de ter pego carona num avião de Colnaghi, quando já era ministro, Palocci disse: "Era uma viagem particular, não do ministério. Não me lembro se ele [Colnaghi] estava junto. Não fiz a solicitação de esclarecimento ao Conselho de Ética antes porque achei que não tinha problema nisso." O conselho concluiu não ter havido má conduta.